



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DA PARAÍBA

Justiça VIRTUAL

EM TEMPO DE PANDEMIA, TECNOLOGIA PERMITE
MAIS PRODUTIVIDADE E GERA ECONOMIA

BIÊNIO 2019/2020



Justiça **VIRTUAL**

EM TEMPO DE PANDEMIA, TECNOLOGIA PERMITE
MAIS PRODUTIVIDADE E GERA ECONOMIA

Judiciário se reinventa, muda gestão
e prestação de serviços para priorizar
o 1º Grau de jurisdição e ampliar
o atendimento à população.

BIÊNIO 2019/2020

A Justiça se reinventa e produz mais

Quando assumiu a Presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba, em fevereiro de 2019, o desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos deu ênfase ao 1º Grau de jurisdição, com o reordenamento das comarcas, adotou uma política de economia drástica e investiu na área de tecnologia, permitindo a expansão do sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe) e a implantação de novos serviços.

Ao encerrar sua gestão, em meio à pandemia do novo coronavírus (Covid-19), o presidente do TJPB agradece o esforço de magistrados e servidores, que, mesmo em trabalho remoto, por causa do isolamento social, mantiveram alta produtividade. Neste Relatório de Atividades – Biênio 2019/2020, são destacados programas, projetos e ações desenvolvidos no período.

“O nosso Tribunal de Justiça teve que se reinventar, como gestor e como prestador do serviço judiciário, diante da pandemia da Covid-19. E o fizemos de maneira rápida, começando pela criação e antecipação do projeto de alvarás eletrônicos para retirada de dinheiro destinado às partes. Agora, não é mais necessário que o advogado vá ao Fórum, peticione e espere o alvará assinado pelo juiz. Por meio virtual, automaticamente, o magistrado determina, ao Banco do Brasil, o pagamento. Também os alvarás de soltura, no âmbito criminal, já são eletronicamente enviados aos presídios, não mais precisando o deslocamento de um oficial de justiça”, destaca o desembargador.

“Afora isso, instituímos a vídeoaudiência, com a instalação de câmeras em todos os fóruns do Estado da Paraíba, e criamos as sessões virtuais. Um grande avanço, pois um desembargador, em qualquer parte do mundo, pode participar”, ressalta o gestor do TJPB.

Os avanços tecnológicos vieram a bom tempo – avalia o desembargador Márcio Murilo –, sendo somados à infraestrutura adotada desde o início da gestão, quando foram destinados notebooks a juízes e celulares aos chefes de cartórios. Hoje, grande parte das audiências, citações e intimações aos advogados e às partes são feitas pelo WhatsApp.

“É o novo Judiciário, é o futuro que já está aí. Fizemos mais com menos”, garante o magistrado. “Alcançamos com o sistema de home office, obrigatório, porque não estávamos em condições estruturantes de fazermos audiências presenciais, por conta do risco do novo coronavírus, um fato inédito: por termos mais de 90% dos processos tramitando normalmente no PJe, obtivemos um índice elevadíssimo de produtividade”.

Assim, por diversas vezes, o Tribunal de Justiça da Paraíba esteve em 1º lugar em número de despachos e em 2º em sentenças entre os tribunais de pequeno porte, de acordo com as estatísticas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

“Não vivemos apenas de julgar processos, dirimir dúvidas, querelas, mas, também, temos um dever social, numa contribuição mínima do Judiciário. Nós destinamos recursos das penas pecuniárias a instituições públicas do sistema nacional de saúde. Foram mais de R\$ 4,6 milhões liberados para ajudar no combate ao novo coronavírus. As verbas foram para aquisição de materiais, equipamentos médicos, serviços, trabalho de prevenção e atendimento aos infectados, entre outros objetivos.

As realizações do Tribunal não foram de cal e pedra. “Inauguramos dois fóruns, mas sem construções: o do Conde e o Fórum da Infância e da Juventude. Conseguimos implantar o Projeto Acesso Seguro em todas as comarcas, com a instalação de câmeras de segurança e de programa de identificação dos usuários. Tudo isso foi desenvolvido apesar do déficit financeiro do Tribunal”.

Na área da Tecnologia da Informação (TI), dentre as principais ações desenvolvidas no biênio 2019/2020, destacam-se a expansão do Digitaliza para o 1º Grau e a inserção dos feitos criminais no PJe; implantação do Sistema Eletrônico de Execução Penal Unificado (SEEU); migração do Processo Judiciário eletrônico (PJe) 1.7 para 2.0 no 1º e 2º Graus; implementação dos links de internet nas comarcas, elevando a velocidade mínima para 10 e 40 megabytes; criação do robô para a Vara de Executivos Fiscais; instalação das ferramentas e aplicativos de nova consulta processual e integração do Malote Digital com o da Polícia Federal.

Cultura da conciliação

No campo da conciliação, além dos mutirões para negociação entre as partes, houve forte investimento nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos (Cejuscs). Mais 14 Cejuscs foram instalados em comarcas da Paraíba, totalizando 48 unidades. Entraram em funcionamento os Cejuscs das Varas Fazendárias de João Pessoa e de Campina Grande, esta, segunda maior comarca do Estado. Campina ganhou outra unidade no Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). As comarcas de Queimadas, Água Branca, Conceição, Patos, Catolé, Pombal, Campina, São João do Rio do Peixe, Piancó, Mamanguape, São José de Piranhas, Alagoinha e Pocinhos também foram contempladas.

Já o Setor de Precatórios do Tribunal de Justiça da Paraíba registrou alto volume pagos em precatórios pelo Estado e por municípios. Em 2020, houve grande avanço com a virtualização de todos os processos relacionados a acompanhamento e fiscalização dos entes públicos em Regime Especial de Precatórios. Desta forma, as partes passaram a ter livre acesso aos autos eletrônicos, podendo, assim, verificar valores de parcelas, regularidade, saldo devedor dos entes públicos, entre outras informações.

“Não vivemos apenas
de julgar processos,
dirimir dúvidas, querelas,
mas, também, temos
um dever social, numa
contribuição mínima
do Judiciário.”



**Desembargador Márcio Murilo
da Cunha Ramos**

Presidente do TJPB





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DESEMBARGADORES

MESA DIRETORA

(Biênio 2019/2020)

PRESIDENTE

Márcio Murilo da Cunha Ramos

VICE-PRESIDENTE

Arnóbio Alves Teodósio

CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA

Romero Marcelo da Fonseca Oliveira

Abraham Lincoln da Cunha Ramos

Arnóbio Alves Teodósio

Carlos Martins Beltrão Filho

Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho

João Alves da Silva

João Benedito da Silva

Joás de Brito Pereira Filho

José Aurélio da Cruz

José Ricardo Porto

Leandro dos Santos

Luiz Silvio Ramalho Júnior

Márcio Murilo da Cunha Ramos

Marcos Cavalcanti de Albuquerque

Maria das Graças Moraes Guedes

Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti

Oswaldo Trigueiro do Valle Filho

Ricardo Vital de Almeida

Romero Marcelo da Fonseca Oliveira

Saulo Henriques da Sá e Benevides

JUÍZES-AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA

Gustavo Procópio Bandeira de Melo

Meales Medeiros de Melo

Rodrigo Marques Silva Lima

JUIZ-AUXILIAR DA VICE-PRESIDÊNCIA

José Herbert Luna Lisboa

DIRETORIAS DO TJPB

ADMINISTRATIVA

Tony Márcio Leite Pegado

ECONOMIA E FINANÇAS

Gisele Alves Barros Souza

ESPECIAL

Washington Rocha de Aquino

GESTÃO DE PESSOAS

Einstein Roosevelt Leite

JUDICIÁRIA

Poliana Leite da Silva Brilhante

JURÍDICA

Haroldo Serrano de Andrade

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

José Teixeira de Carvalho Neto

GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

GERENTE

Cristiane Abreu Serra da Rocha Rodrigues

EDITOR

Gilberto Lopes

REVISÃO GERAL

Cristiane Rodrigues e Gilberto Lopes

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO ELETRÔNICA

Ricardo Araújo (Forma Comunicação)

FOTOGRAFIAS

Ednaldo Araújo

JORNALISTAS

Celina Modesto, Clélia Toscano, Cristiane Rodrigues, Fernando Patriota, Gabriella Guedes, Gabriela Parente, Gilberto Lopes, Kubitschek Pinheiro, Lenilson Guedes, Lila Santos e Marcus Vinícius.

JUÍZES-AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA



Gustavo Procópio Bandeira de Melo



Meales Medeiros de Melo



Rodrigo Marques Silva Lima



sumário

Posse	13	Escritório Social	179
Administrativo	21	Gabinete Virtual	185
PJe	47	Precatórios	189
Comarcas Agregadas	55	Obras	197
Enfrentando a Pandemia	75	Segurança	211
Justiça Mais Eficiente	99	Comunicação	221
Sessões Virtuais	113	Ouvidoria	231
Tecnologia	119	Corregedoria	235
Conciliação	137	Esma	251
Infância e Juventude	147	Cultura	263
Violência Doméstica	159	Posse no Governo do Estado	277
SEEU	171	Mesa Diretora de 2021/2022	281

Em solenidade bastante prestigiada, Márcio Murilo assumiu a Presidência do TJPB no dia 1º de fevereiro de 2019, para um mandato de dois anos.



POSSE

DESEMBARGADOR ASSUME COMPROMISSO DE
INVESTIR EM TECNOLOGIA E PRIORIZAR O 1º GRAU

Da esquerda para direita: Desembargadores José Aurélio da Cruz (ouvidor-geral da Justiça), Marcos Cavalcanti de Albuquerque (diretor da Escola Superior da Magistratura), Romero Marcelo da Fonseca Oliveira (corregedor-geral de Justiça), Arnóbio Alves Teodósio (vice-presidente do TJPB) e Márcio Murilo da Cuna Ramos (presidente do TJPB).





Mesa Diretora do TJPB no biênio 2019/2020, formada pelos desembargadores Márcio Murilo, presidente (C); Arnóbio Alves Teodósio, vice-presidente (E); e Romero Marcelo da Fonseca Oliveira, corregedor-geral (D).

Garantia de investimentos em tecnologia para expandir e consolidar o sistema PJe

Tecnologia, economia e priorização do 1º Grau. Esses foram alguns dos pilares de trabalho apontados pelo desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos ao assumir a Presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba, no dia 1º de fevereiro de 2019, com os demais membros da Mesa Diretora do Judiciário estadual: o vice-presidente, desembargador Arnóbio Alves Teodósio, e o corregedor-geral, desembargador Romero Marcelo da Fonseca Oliveira.

A solenidade ocorreu, às 16h, no Auditório Ariano Suassuna, do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PB). Foram empossados, também, o ouvidor-geral da Justiça, desembargador José Aurélio da Cruz, e o diretor da Escola Superior da Magistratura (Esma), desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque.

Ao discorrer sobre os planos de trabalho para o biênio 2019/2020, o presidente destacou a priorização do 1º Grau de jurisdição e medidas de economia. “O enxugamento de cargos comissionados do 2º Grau de jurisdição vai gerar uma economia em torno de R\$ 14 milhões, nos dois anos, que será repassada ao 1º Grau, para que cada juiz tenha seu assessor e os servidores tenham as condições necessárias para prestar o melhor trabalho ao jurisdicionado”, disse Márcio Murilo.



Ao discursar, o desembargador Márcio Murilo conclamou o apoio de magistrados e servidores: “Quero chamar a todos para o engajamento em prol de um corpo de magistrados e servidores proativos, que sirvam à sociedade”.

Defendeu, ainda, a aplicação de investimentos na área de tecnologia, para permitir a expansão do sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe) e de novos serviços.

O novo gestor também exaltou a necessidade de conciliação com todos os pares, juízes e servidores. “Quero chamar a todos para o engajamento em prol de um corpo de magistrados e servidores proativos, que sirvam à sociedade. Tentaremos fazer muito com pouco, diante do orçamento, que será restrito”, afirmou.

Na solenidade, foi apresentado um videodocumentário, produzido pela Diretoria de Comunicação Institucional, com os feitos realizados pela gestão do desembargador Joás de Brito Pereira Filho, que transmitiu o cargo ao colega desembargador, desejando-lhe sorte em seu novo mister e agradecendo a todos que colaboraram com as atividades no biênio 2017/2018. “Sinto-me, hoje, aliviado por ter cumprido a missão que me foi dada. Resgatamos a autonomia do Judiciário e isso foi um intento importantíssimo”, ressaltou Joás de Brito.



Abraham Lincoln afirmou que o irmão, embora nunca tivesse se declarado como líder, sempre se destacou como um, “devido à humildade, atitudes altivas, disposição para o trabalho e espírito inovador”.



O advogado Paulo Américo Maia de Vasconcelos, em nome da OAB-PB, lembrou que o novo presidente estava sendo saudado pelo decano da Ordem. “Posso afirmar que ele é titular de um grande espírito de justiça”, disse.



Quebrando o protocolo da solenidade, a juíza Lilian Cananéa falou em nome das magistradas e servidoras do TJPB. “Somos amigos de longas datas. Nossos pais, Simeão Cananéa e Miguel Levino, mantinham uma amizade fraterna desde a adolescência. Tivemos uma ótima convivência”.

Um legado compartilhado

Em seguida à posse, os membros da Mesa Diretora, assim como os demais empossados, prestaram o compromisso regimental de posse, assinaram os devidos termos e, na sequência, foram saudados pelas autoridades.

O primeiro a fazer uso da palavra foi o desembargador Abraham Lincoln da Cunha Ramos, que deu as boas-vindas ao irmão e colega de trabalho e aos demais membros da Mesa Diretora, em nome do TJPB. “Essa predicação de valorosa equipe de administradores assegura que a Justiça paraibana, nos próximos dois anos, permanecerá em boas mãos e será exercida com a austeridade que convém à magistratura e com a eficiência reclamada por seus jurisdicionados”, enfatizou.

Emocionado, lembrou do pai, desembargador Miguel Levino, já falecido. “A educação que nosso pai nos deu, à sua imagem e semelhança, não foi uma herança, pois esta, quando dividida, pode acabar. Ele deixou um legado, que, quanto mais o dividirmos, mais crescerá”.

O procurador de Justiça Francisco Sagres Macedo Vieira saudou o empossado em nome do Ministério Público estadual.

As boas-vindas também foram proferidas pelo advogado Paulo Américo Maia de Vasconcelos, que representou a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB-PB).

Quebrando o protocolo da solenidade, a juíza Lilian Cananéa falou em nome das magistradas e servidoras do TJPB. Lembrou a amizade que unia a sua família a do novo presidente. “Somos amigos de longas datas. Nossos pais, Simeão Cananéa e Miguel Levino, mantinham uma amizade fraterna desde a adolescência”.

A cerimônia contou com apresentações do Quarteto de Cordas da Orquestra do Alto do Mateus Emsemble, do Programa de Inclusão através da Música e das Artes (Prima), e da banda de música da Polícia Militar da Paraíba, sob a regência do Capitão Alexandre Maracajá.

Pela manhã, ocorreu uma missa em ação de graças na Basílica de Nossa Senhora das Neves, celebrada pelo arcebispo da Paraíba, Dom Manoel Delson Pedreira da Cruz, e tendo como concelebrantes o monsenhor Aloísio Catão e o padre Sérgio José de Souza.





ADMINISTRATIVO



Pela manhã, antes da posse, uma Missa em Ação de Graças foi celebrada na Catedral Basílica de Nossa Senhora das Neves. Na foto, o desembargador Márcio Murilo e a esposa Isabela Peixoto de Almeida Ramos com Dom Manoel Delson Pedreira da Cruz.

MAIOR ECONOMIA, TRANSPARÊNCIA NOS
ATOS E EQUALIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Readequação da estrutura administrativa e otimização de gastos

A primeira medida adotada pelo desembargador Márcio Murilo, ao assumir o cargo, foi a readequação da estrutura administrativa do TJPB, inclusive com o não preenchimento de diretorias, gerências e assessorias desde o primeiro dia de gestão. O objetivo foi reduzir despesas no 2º Grau, revertendo os recursos economizados em benefício do 1º Grau de jurisdição, em cumprimento à política de priorização prevista na Resolução nº 219/2016 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

As mudanças incluíram o Gabinete da Presidência, Corregedoria-Geral de Justiça e Escola Superior da Magistratura (Esma). Das 11 diretorias, só quatro foram preenchidas. Dos assessores que a Presidência pode dispor livremente, 50% foram reduzidos. Dos 14 cargos do Gabinete da Presidência, ficaram apenas cinco, incluídas as Assessorias de Comunicação, Segurança e Cerimonial, que, posteriormente, passaram a ser Gerências. Essa estrutura sofreu mudanças no decorrer da gestão, sendo preenchidas as Diretorias Administrativa e Especial.

Ainda visando os Princípios da Economia e Transparência, a Presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba publicou o Ato nº 36/2019, disciplinando a priorização de despesas decorrentes dos processos de contratação de compras e serviços pelo Poder Judiciário estadual. O documento, assinado pelo desembargador Márcio Murilo, foi publicado no Diário da Justiça eletrônico do dia 17 de abril de 2019.

Na exposição de motivos, o gestor considerou as restrições orçamentárias e financeiras suportadas pelo Judiciário estadual, a priorização na execução orçamentária financeira para os pagamentos relacionados à folha de salários, encargos e be-



O desembargador Márcio Murilo adotou uma política de redução de despesas desde o início da administração, “materializada, em boa medida, pela não nomeação de diversos cargos comissionados, redução dos valores de contratos, reestruturação das Comarcas e Varas”

nefícios de servidores e magistrados e a necessidade de equalização das despesas, adequando-as às limitações.

O Ato nº 36/2019 foi composto por cinco artigos, dentre eles o que determina que “as contratações de compras e serviços, no âmbito do TJPB, sejam limitadas àquelas caracterizadas como essenciais à manutenção das suas atividades e/ou que vissem a mitigar riscos à segurança de pessoas ou bens públicos”. Já o artigo 2º estabeleceu a utilização prioritária de contratação através do Sistema de Registro de Preços.

Em 2020, diante da significativa queda na arrecadação do Fundo Especial do Poder Judiciário Estadual no mês de abril e de projeções de reduções ainda maiores para os meses seguintes, o Tribunal de Justiça ampliou o contingenciamento de gastos não essenciais para, com isso, garantir a continuidade da prestação da atividade jurisdicional.

O Diário da Justiça eletrônico do dia 8 de maio de 2020 trouxe o Ato nº 21/2020, assinado pelo presidente do TJPB, com uma série de medidas, objetivando otimizar gastos e reduzir despesas, com a racionalização do consumo de água, energia elétrica, telefonia (fixa e móvel) e serviços de postagem. Concursos públicos e contratações foram suspensos e, salvo casos de urgência, também foram suspensas a concessão de diárias a magistrados e servidores, viagens aéreas e rodoviárias.

O aperto nas contas incluiu, ainda, a limitação do gasto com combustível em 70% do valor até então disponibilizado no Poder Judiciário e a racionalização na distribuição de materiais de consumo e de expediente e contingenciamento de novas aquisições desses materiais. Em relação a imóveis, foi vetado o início de novas obras e reformas, ressaltando-se as intervenções referentes à manutenção predial preventiva e corretiva, bem como a locação de novos prédios, exceto novas locações em substituição a prédios cujos contratos foram rescindidos.

O desembargador Márcio Murilo explicou que o TJPB já vinha desenvolvendo uma política de redução de despesas, “materializada, em boa medida, pela não nomeação de diversos cargos comissionados, redução dos valores de contratos, reestruturação das Comarcas e Varas, inclusive com as desinstalações respectivas, redução do pagamento de horas extras, diárias, otimização do uso de veículos, dentre outras providências, além das elencadas no Ato da Presidência nº 36/2019”.



Garantido o concurso para Serventias

Com o Ato nº 21/2020, a Presidência do TJPB estabeleceu a suspensão, com efeitos retroativos a 20 de março de 2020, do prazo de validade do 53º Concurso Público de Provas e Títulos para ingresso no cargo de Juiz de Direito Substituto, enquanto perdurasse a vigência do estado de calamidade pública previsto no Decreto Legislativo nº 6 do Governo Federal, adotado por causa da pandemia do novo coronavírus.

Exceção, no caso de concursos, foi em relação ao de provimento de serventias extra-judiciais, bem como o cumprimento de nomeações provenientes de determinações judiciais transitadas em julgado. A Presidência do TJPB ordenou a revisão das despesas constantes da folha de pagamento, notadamente quanto ao rigoroso pagamento de verbas indenizatórias.

Renegociação e revisão de contratos de fornecedores

Ainda nas medidas de contenção de gastos, foi determinada a suspensão de reajustes, repactuações e aditivos contratuais que acarretassem aumento de despesas, à exceção dos casos considerados urgentes ou essenciais, desde que previamente autorizados pela Presidência.

Para garantir uma maior economia, o Tribunal decidiu promover a renegociação dos Contratos Administrativos (artigo 65 da Lei nº 8.666/1993), buscando atingir um percentual estimado em, pelo menos, 25%, mediante análise dos gestores e decisão da Presidência. Neste caso, o Ato nº 21/2020 previu que poderia ser determinada a rescisão unilateral ou suspensão contratual (artigo 78, incisos XII e XIV, respectivamente, da Lei nº 8.666/1993), total ou parcialmente, caso informado pelo gestor do contrato que a continuidade dos serviços seria inconveniente ou inoportuna ao interesse público.

Desta forma, o Tribunal de Justiça decidiu buscar renegociação junto à fornecedora de energia elétrica dos contratos de energia formulados sob o regime de contratação de demanda, optando-se pela utilização, durante o período de pandemia, de leitura convencional dos medidores de energia.

Reordenamento das comarcas e custas judiciais

O desembargador Márcio Murilo determinou que fosse priorizada a tramitação dos processos administrativos que tratassem de reforma estruturante de comarcas e juízos, notadamente as que implicassem em agregação de unidades judiciárias. Foi dada atenção, igualmente, à tramitação dos processos judiciais com custas pendentes de recolhimento, de quaisquer naturezas, inclusive adotando as medidas judiciais necessárias ao recolhimento do crédito.

Priorização do 1º Grau permite equalização da força de trabalho

Dando seguimento à Política de Priorização do 1º Grau, buscando eficiência na prestação jurisdicional, o Tribunal de Justiça da Paraíba, por meio da reestruturação administrativa, dentro dos parâmetros legais, equalizou a força de trabalho, de forma que, a partir de 2019, o número de servidores alocados nos setores de apoio administrativo não ultrapassou 30% do total de servidores do TJPB, limite estabelecido pela Resolução 219/2016 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), cuja função precípua é estabelecer critérios objetivos para distribuição da força de trabalho.

O desembargador Márcio Murilo explicou que a execução dessa diretriz do CNJ foi mais uma meta alcançada pela Mesa Diretora do TJPB, que prometeu destinar recursos para o 1º Grau.

A gerente de Projetos e Gestão Estratégica do TJPB, Ana Caroline Leal, explicou que o CNJ fixou o percentual de 30% como sendo o limite de força de trabalho que deve ser alocada na área administrativa. “Neste patamar, estão os servidores que dão suporte ao funcionamento do Tribunal, mas não impulsionam o processo judicial. Desde o advento da Resolução 219/2016 do CNJ, o Tribunal de Justiça da Paraíba buscou se adequar a esse percentual, conseguindo, efetivamente, em 2019 (29,06%)”, informou.

Caroline Leal destacou que, além da redução da força alocada na área administrativa, o aumento do número de servidores na área judiciária do 1º Grau, com a nomeação de novos assessores, também contribuiu para a queda de mais de 1% desse percentual em 2020.

“Concomitante a isso, os valores destinados a cargos e funções nos setores desta área foram outra diretriz da Resolução 219 que o TJPB passou a cumprir, a qual disciplina que o total de despesas com o pagamento dos cargos em comissão e funções de confiança das áreas de apoio indireto à atividade judicante deve ser, no máximo, equivalente ao percentual de servidores alocados nessas áreas”, disse Caroline Leal.



A gerente de Projetos e Gestão Estratégica do TJPB, Ana Caroline Leal, disse que o TJPB buscou se adequar ao limite de força de trabalho na primeira instância estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o que deu impulso às atividades do 1º Grau.



O Pleno do Tribunal de Justiça aprovou a criação dos cargos de Assessor de Gabinete do Juízo, para otimizar os trabalhos na 1ª instância, frente à crescente demanda judicial

Assessores de Gabinete reforçam o 1º Grau

Para beneficiar o 1º Grau de jurisdição e incrementar a força de trabalho nessa instância, o Tribunal de Justiça da Paraíba criou, no biênio 2019/2020, 105 cargos de provimento em comissão de Assessor de Gabinete de Juízo do 1º Grau, ao mesmo tempo em que extinguiu 100 cargos de Assistente de Administração do Poder Judiciário. As nomeações ocorreram em três momentos, iniciando com a designação de 40 assessores em agosto de 2019, cargos instituídos pela Lei nº 11.414/19, e em maio de 2020, com duas nomeações seguidas, conforme a Lei nº 11.414, de 13/05/2020.

Na sessão do dia 24 de julho de 2019, o presidente do TJPB, desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, apresentou o anteprojeto de lei para extinção dos 100 cargos de Assistente de Administração (previstos no artigo 5º da Lei 8.223/2007) e a criação dos 40 de Assessor de Gabinete de Juízo de 1º Grau, com atribuições previstas no artigo 1º da Lei nº 8.539/2008.

A Lei nº 11.414/19, que criou os 40 cargos iniciais, alterou as Leis nºs 8.223/2007 e 8.539/2008 e deu outras providências.

O artigo 4º estabeleceu que “as despesas decorrentes da execução correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento do Poder Judiciário, especialmente com a extinção dos cargos referenciados no artigo 1º desta Lei”.

O desembargador Márcio Murilo destacou que a mudança na legislação trouxe inúmeros benefícios ao Poder Judiciário. A Lei estabeleceu, ainda, o incremento na remuneração do cargo de Assessor de Gabinete do Juízo, bem como da gratificação da função de confiança da Chefia de Cartório e da Chefia de Cartório da Vara Militar.

Na sessão do dia 13 de novembro de 2019, o Pleno do TJPB aprovou lei que criou outros 65 cargos de provimento em comissão de Assessor de Gabinete de Juízo de 1º Grau, decorrente de mais uma medida adotada na gestão do desembargador Márcio Murilo para otimizar os trabalhos na 1ª instância, frente à crescente demanda judicial. Igualmente, a lei foi aprovada pela Assembleia Legislativa e sancionada pelo Governo do Estado.

O presidente do TJPB lembrou que a priorização do 1º Grau constitui política permanente do Conselho Nacional de

Justiça (CNJ) e que a medida se volta ao atendimento da produtividade dos órgãos jurisdicionais. “No caso do TJPB, é premente a necessidade de estruturar os órgãos jurisdicionais, reorganizando a força de trabalho disponível – por meio, inclusive, da agregação de comarcas – e ofertando novos cargos para atividade de assessoramento do magistrado, aumentando, com isso, a produtividade e melhorando à prestação jurisdicional à população”, justificou.

Em maio de 2020, o magistrado nomeou 55 dos 65 cargos de assessores de juiz criados, sendo, 50% dos indicados, servidores efetivos. “Estamos retribuindo ao jurisdicionado o que prometemos, ou seja, dar mais assessoria para o julgamento dos processos. Os assessores são responsáveis por fazer minutas, rascunhos de sentenças dos juízes e, também, a pesquisa de jurisprudência. Em vista disso e considerando a dificuldade financeira enfrentada, resolvemos ter essa atitude de mérito e reconhecimento, já que a Paraíba tem um dos menores índices de assessor de magistrado do Brasil”, frisou. Ainda em maio, foram designados os 10 assessores restantes.

EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS

Presidente do TJPB preenche apenas cargos imprescindíveis para a administração da Justiça

Em virtude do Projeto de Lei Complementar (PLP nº 39/2020) aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela Presidência da República – que, entre outras medidas para enfrentamento ao coronavírus (Covid-19), proibiu a admissão e contratação de pessoal para cargos em comissão até dezembro de 2021 –, o presidente do TJPB, desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, decidiu preencher cinco dos 11 cargos que estavam reservados para nomeação pelo futuro gestor do Judiciário estadual. Também foram nomeados 10 assessores de juízes de 1º Grau.

A medida visou, sobretudo, garantir uma melhor operacionalidade do TJPB na próxima gestão. De acordo com o presidente do Tribunal, com a implantação da Lei Complementar, a futura gestão poderia ficar ‘sufocada’, caso os cargos que já estavam previstos para serem preenchidos pela nova administração não mais pudessem ser providos.

“Consideramos que, nesta gestão, reduzimos, legalmente, 40% dos cargos em comissão dos quais a Presidência poderia dispor e, também, deixamos de preencher 10% do que poderia ser preenchido, reservando este percentual para que a próxima administração o fizesse. Assim, para que o futuro gestor pudesse ter uma melhor condição laboral para alcançar as metas, nomeei cinco entre esses 11, a fim de que não houvesse prejuízo”, justificou Márcio Murilo.

Além das cinco novas assessorias, houve mais duas nomeações de assessores que, segundo o presidente, foram reposições – uma em virtude de falecimento de servidor e outra, devido a uma exoneração a pedido – e o preenchimento dos cargos vagos na Diretoria de Tecnologia da Informação (Ditec). “Apenas antecipei o preenchimento desses cargos em comissão, pois eles são essenciais para a continuidade dos trabalhos futuros”, reiterou o presidente.

Uso de veículos é otimizado

Com o intuito de melhorar a utilização da frota oficial de veículos do Poder Judiciário estadual, o gestor do TJPB assinou o Ato nº 45/2019, instituindo a Central de Veículos Automotores da Região Metropolitana de João Pessoa (CVA João Pessoa). A ação visou atender às demandas de transporte dos setores administrativos do TJPB e das comarcas da Capital, Santa Rita e Bayeux. O uso racional e compartilhado da frota também foi responsável por gerar mais economia ao Judiciário estadual.

Outra medida da Presidência foi contemplar, com a utilização da frota de veículos, os juízes auxiliares que estive-

rem substituindo em unidades fora da Região Metropolitana de João Pessoa, nas comarcas pertencentes à 1ª Circunscrição Judiciária.

De acordo com o juiz auxiliar da Presidência do Tribunal, Rodrigo Marques, nem todas as comarcas possuem veículos oficiais à disposição dos juízes para facilitar os trabalhos forenses. “A ideia foi trazer ao serviço público mais eficiência, com isonomia no tratamento dos juízes e o aperfeiçoamento dos atos processuais e demais diligências, priorizando o 1º Grau de Jurisdição”, disse.



O coronel Gilberto Moura Santos explicou que os cursos envolvem a segurança nos locais de eventos e a parte de educação e trato com a autoridade.



Curso foi ministrada pelo major Edher Santos, da Casa Militar do Governador do Estado.

Motoristas participam de curso de segurança de autoridade

Levando em consideração a Resolução nº 239/2016 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre a Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário, a Assessoria Militar do Tribunal de Justiça da Paraíba promoveu Cursos de Segurança de Autoridade voltado aos motoristas do TJPB. A capacitação teve como objetivo o aprimoramento profissional dos servidores do setor de transporte e foi ministrada pelo major Edher Santos, da Casa Militar do Governador do Estado.

Dentro do conteúdo do curso foram repassadas técnicas da segurança aproximada de autoridade, formação de comboios e escolta, serviço de precursão em solenidade e eventos, além de normas de conduta do motorista.

“Foi um curso muito importante para toda a categoria, com tópicos que envolvem os cuidados que precisam ser tomados pelo motorista, em relação à autoridade com a qual ele trabalha diretamente”, comentou o assessor militar do Tribunal, coronel Gilberto Moura Santos.



Gerenciamento automatizado de diárias

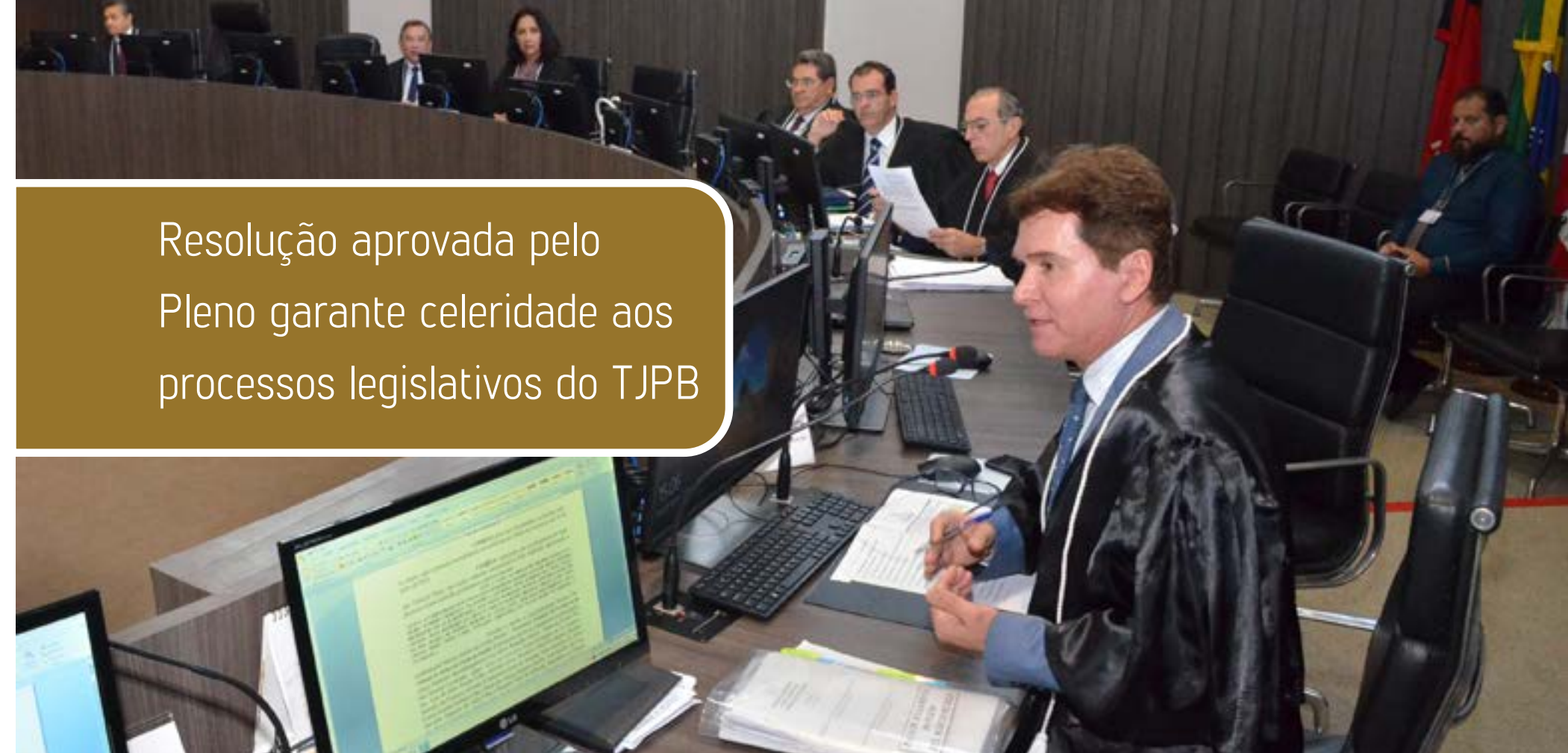


Com a automação na gestão de diárias, o pagamento ocorre em poucos dias

O Diário da Justiça Eletrônico (DJe) divulgou, na edição do dia 25 de agosto de 2020, o Ato da Presidência do TJPB nº 38/2020 que regulamentou a Resolução TJPB nº 34, de 20 de novembro de 2009, estabelecendo os critérios e a forma de solicitação, processamento e prestação de contas de diárias por magistrados e servidores do Poder Judiciário estadual, o RGP – Diárias.

O juiz auxiliar da Presidência do TJPB, Meales Melo, explicou que o sistema surgiu por conta da necessidade de se ter um controle maior na gestão das diárias do Tribunal. “O programa permite um gerenciamento total, desde a solicitação até a prestação de contas. Antes, uma diária era paga com quase 30 dias da solicitação. Agora, com essa automação na gestão, o pagamento ocorre em poucos dias”, comentou o magistrado.

Resolução aprovada pelo Pleno garante celeridade aos processos legislativos do TJPB



Distribuição de Oficiais de Justiça

Em 12 de julho de 2019, o Diário da Justiça eletrônico do TJPB publicou o Ato nº 55 instituindo critérios e procedimentos para distribuição proporcional e equânime de oficiais de justiça lotados nas diversas Centrais de Mandados e Distribuição em todas as comarcas paraibanas. A medida levou em consideração a situação das várias Centrais de Mandados e Distribuição, muitas das quais sem número minimamente razoável para a execução de seus serviços.



Resolução aprovada pelo Pleno do Tribunal de Justiça da Paraíba, em 7 de agosto de 2019, estabeleceu celeridade à tramitação e aprovação de resoluções e anteprojeto de leis pelo próprio Judiciário estadual. A medida, proposta pelo desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, determinou que os processos de procedimentos legislativos passassem a tramitar por meio da plataforma eletrônica PJe, bem como fixou prazos e outras orientações técnicas.

A Resolução nº 08/2019 alterou a de nº 40/2013, determinando a virtualização do processo legislativo interno no âmbito do TJPB, assim como a possibilidade de conhecimento prévio, por parte dos desembargadores, de todas as propostas em tramitação. A sistemática previu prazos e procedimentos, garantindo a efetividade dos princípios processuais da celeridade e do contraditório.

De acordo com o juiz auxiliar da Presidência do TJPB, Ro-

drigo Marques, antes, os processos tramitavam fisicamente, passando pelos gabinetes dos desembargadores e pelas comissões, nas fases de emendas. Ao final, era levado ao Pleno pelo relator.

“Agora, toda a sistemática está adequada à plataforma eletrônica e sob o comando restrito do relator, com prazos definidos de forma mais rígida, uma vez que, decorrido um prazo de emenda, por exemplo, o processo segue por ordem do relator, independente de deliberação de outros desembargadores. Os prazos também são contados em dias contínuos, o que não ocorria anteriormente, pois a lei não fazia menção”, explicou o magistrado.

O juiz acrescentou, também, que a nova resolução dispõe sobre pedidos de vista comum, prazos para apresentação e análise de emendas, previsão de dilação, pareceres da Corregedoria-Geral de Justiça, Escola Superior da Magistratura (Esma) e Ouvidoria, e outros aspectos técnicos.



ESTAGIÁRIOS

450 estudantes foram recepcionados pelo presidente do TJPB durante cerimônia de posse, no auditório do Fórum Cível da Capital.

Aprovados em processo seletivo realizado pelo Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), em 2019, 450 estudantes estagiários foram recepcionados pelo presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, durante cerimônia de posse, no auditório do Fórum Cível da Capital.

Para o presidente do TJPB, o primeiro grande passo do formando é o estágio. “Ele é importantíssimo para a formação intelectual, moral e profissional do estudante. Fui estagiário e a prática propicia uma possibilidade de ser selecionado pelos próprios juízes para assessor, por exemplo. O estágio é uma

oportunidade que não poderíamos deixar de oferecer aos jovens estudantes para que se encaminhem na vida profissional”, destacou.

Somente para o Fórum Cível da Capital foram direcionados, naquela ocasião, 98 estagiários. De acordo com o diretor da unidade judiciária, juiz Carlos Sarmiento, a chegada dos estagiários beneficia a todos. “É um ganho para o juiz, que recebe mais uma força de trabalho no gabinete, é bom para o jurisdicionado, que terá uma celeridade ainda maior nos processos e é bom para o próprio estudante, porque o estágio é uma grande escola prática”, afirmou.

ESTAGIÁRIOS



“O estágio é uma oportunidade que não poderíamos deixar de oferecer aos jovens estudantes, para que se encaminhem na vida profissional”

DESEMBARGADOR MÁRCIO MURILO

MAIOR PARTE PARA O 1º GRAU

O diretor de Gestão de Pessoas do Tribunal, Einstein Roosevelt Leite, explicou que a maior parte dos convocados seria destinada às unidades judiciárias do 1º Grau. “O contrato será de um ano, podendo ser prorrogado por mais um, desde que o estudante não tenha concluído o curso”, esclareceu.



EXPLANAÇÃO DO PANORAMA FINANCEIRO DO TRIBUNAL

Por uma gestão transparente, o desembargador Márcio Murilo percorreu as comarcas que são sede de circunscrição judiciária para, em reunião com magistrados e servidores, expor o panorama financeiro e orçamentário do Poder Judiciário (diante das circunstâncias de congelamento de repasse do duodécimo), avaliar pleitos e discutir metas de trabalho.

Na mesma esteira de economia, o TJPB, por meio de Termo de Devolução de Imóvel, recebeu o prédio cedido anteriormente à Prefeitura de Campina Grande. Essa medida representou um crédito que veio a ser revertido ao 1º Grau de jurisdição.

REGRAS DO TELETRABALHO

Para expandir e definir regras do teletrabalho, que permite ao servidor desenvolver atividades em sua residência, o presidente do TJPB designou comissão que, após vários encontros, definiu metodologia para aferir a produtividade.

SERVIÇOS VOLUNTÁRIOS

A edição eletrônica do Diário da Justiça do dia 10 de março de 2020 trouxe o Edital nº 001/2020, disciplinando o Serviço Voluntário no Poder Judiciário estadual. O documento, assinado pelo presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, e pelo coordenador do Serviço, desembargador Saulo Henriques de Sá e Benevides, estabeleceu a validade de um ano para a prestação de serviço voluntário nas unidades administrativas e judiciárias do TJPB.

CENTRAL DE COMPRAS

Sistema padroniza processo, dá mais segurança e transparência

Em fevereiro de 2020, entrou em funcionamento o novo Sistema da Central de Compras, com definição do Plano de Contratação e a atualização do Manual de Gestão de Contratos e Processamento da Despesa do Tribunal de Justiça da Paraíba.

A nova ferramenta foi apresentada aos representantes dos setores administrativos da Corte estadual durante um workshop, no antigo prédio do Colégio João XXIII, onde está funcionando alguns órgãos administrativo do TJPB. O sistema traz documentos padronizados para os processos licitatórios, permitindo mais rapidez, segurança e transparência em todas as fases de tramitação das contratações realizadas pelos diversos setores do Poder Judiciário estadual.

A iniciativa é fruto de uma parceria entre a Diretoria de Tecnologia da Informação (Ditec) e a Gerência de Contratação e faz parte do pacote de metas da gestão do biênio 2019/2020. “Desde o início de minha gestão, uma das nossas metas era alcançar mais agilidade e transparência nos processos de contratação do Tribunal. Esse é um departamento essencial, já que tudo passa por licitação, respeitando o princípio maior da eficiência e da transparência”, comentou o presidente do TJPB, desembargador Márcio Murilo.

Ainda de acordo com o gestor do TJPB, a transparência está ligada, diretamente, ao controle e moralidade. “Os usuários vão poder acessar o sistema e saberão tudo o que acontece no Tribunal, desde os contratos que estão pendentes, até os efetuados. Um dos nossos gargalos era a contratação, devido ao sistema artesanal utilizado, passando por muitas mãos, até a fase final da compra. Os instrumentos técnicos utilizados não permitam maiores avanços”, comentou.

O sistema permite mais rapidez, segurança e transparência em todas as fases de tramitação das contratações realizadas pelos diversos setores do Poder Judiciário estadual.



Diferente do modelo anterior, o novo Sistema de Central de Compra é totalmente digital e com acesso na Intranet do Portal www.tjpb.jus.br, na janela 'Central de Compras'. “A administração ganhou mais segurança nos editais de licitação, na estimativa de preço de mercado e, principalmente, na agilidade e segurança em todos os estágios do processo, com fluxo pré-definido”, destacou o gerente de Contratação do Tribunal, André Camilo.



A nova ferramenta da Central de Compras foi apresentada, em janeiro de 2020, a diretores e gerentes do TJPB, sob o acompanhamento do juiz Meales Melo. O gerente de Contratações, André Camilo, realizou workshop para mostrar o novo sistema de Compras, Plano de Contratação e atualização do Manual de Gestão de Contratos.





TJPB conclui projeto de implantação da Lei Geral de Proteção de Dados

O Tribunal de Justiça da Paraíba concluiu, em julho de 2020, o projeto que implantou a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no âmbito do Poder Judiciário estadual. O grupo multidisciplinar, formado pela Presidência, Vice-Presidência, Diretoria de Tecnologia da Informação, Diretoria Jurídica, Gerência de Gestão Estratégica e Gerência de Controle Interno, finalizou as atividades com a entrega e apresentação do relatório do projeto e de um vídeo de formação continuada.

No início de 2020, o TJPB passou a promover ações voltadas à implementação da normativa, com a criação de grupo de trabalho multidisciplinar responsável por avaliar, diagnosticar e apontar eventuais ajustes e mudanças para a implantação da LGPD. A Lei Geral de Proteção de Dados consiste na garantia da transparência e segurança dos dados sensíveis e pessoais no âmbito do Tribunal.

A Lei Geral de Proteção de Dados consiste na garantia da transparência e segurança dos dados sensíveis e pessoais no âmbito do Tribunal.

De acordo com a coordenadora do projeto, Caroline Leal, o relatório contém o diagnóstico completo do TJPB e dos setores onde ocorrem o manuseio de dados pessoais e sensíveis, bem como da metodologia desenvolvida para sua elaboração. “Quanto ao vídeo, trata-se de formação continuada disponibilizado no portal do Tribunal à medida que formos avançando na comunicação aos envolvidos na adoção da LGPD”, explicou.

Além do relatório final, apresentado pela gerente de Controle Interno do TJPB, Rossana Guerra, e do vídeo educacional, a área de Tecnologia da Informação ficou responsável pela revisão e adequação do Plano de Segurança da Informação à LGPD. O documento foi apresentado, também, durante reunião do grupo multidisciplinar, pelo diretor de Tecnologia da Informação do Judiciário estadual, José Teixeira de Carvalho Neto.

“A LGPD é uma matéria de caráter institucional, sendo a TI uma das áreas envolvidas em garantir o efetivo cumprimento da lei. Naturalmente que, hoje, os dados pessoais são capturados quase que exclusivamente por sistemas de informação, e precisamos ter o mapeamento claro de quais dados são solicitados e onde são armazenados. Paralelo a isso, a Ditec trabalhou na revisão da Política de Segurança da Informação, regulamentada pela Resolução nº 10/2016 do TJPB”, informou o diretor da Ditec.

A construção do projeto de implementação da LGPD contou com importante participação da Tecnologia da Informação, já que a maioria dos sistemas, formulários e ferramentas de entrada e captura de dados pessoais estão sob a responsabilidade da Ditec. Além disso, os bancos de dados e o processamento de dados são mantidos na infraestrutura da diretoria. A Ditec é responsável, ainda, por garantir os requisitos de segurança da informação dentro do ambiente do Poder Judiciário estadual.

O assessor da Vice-presidência, Rodrigo Antônio Nóbrega, nomeado como encarregado de proteção de dados pessoais no âmbito do TJPB, comentou que, após a apresentação do projeto, foi realizada a etapa de inserção do programa de proteção de dados pessoais e privacidade, que passou a monitorar as operações necessárias para a implementação da LGPD no Tribunal.

“Desta forma, foi criado novo grupo de trabalho, também multidisciplinar, composto por mim, encarregado de proteção de dados, e representantes da Ditec e do controlador (TJPB). Assim, seguimos novas etapas: plano de ação e maturidade de governança de proteção de dados; regulamentação e gestão; ações



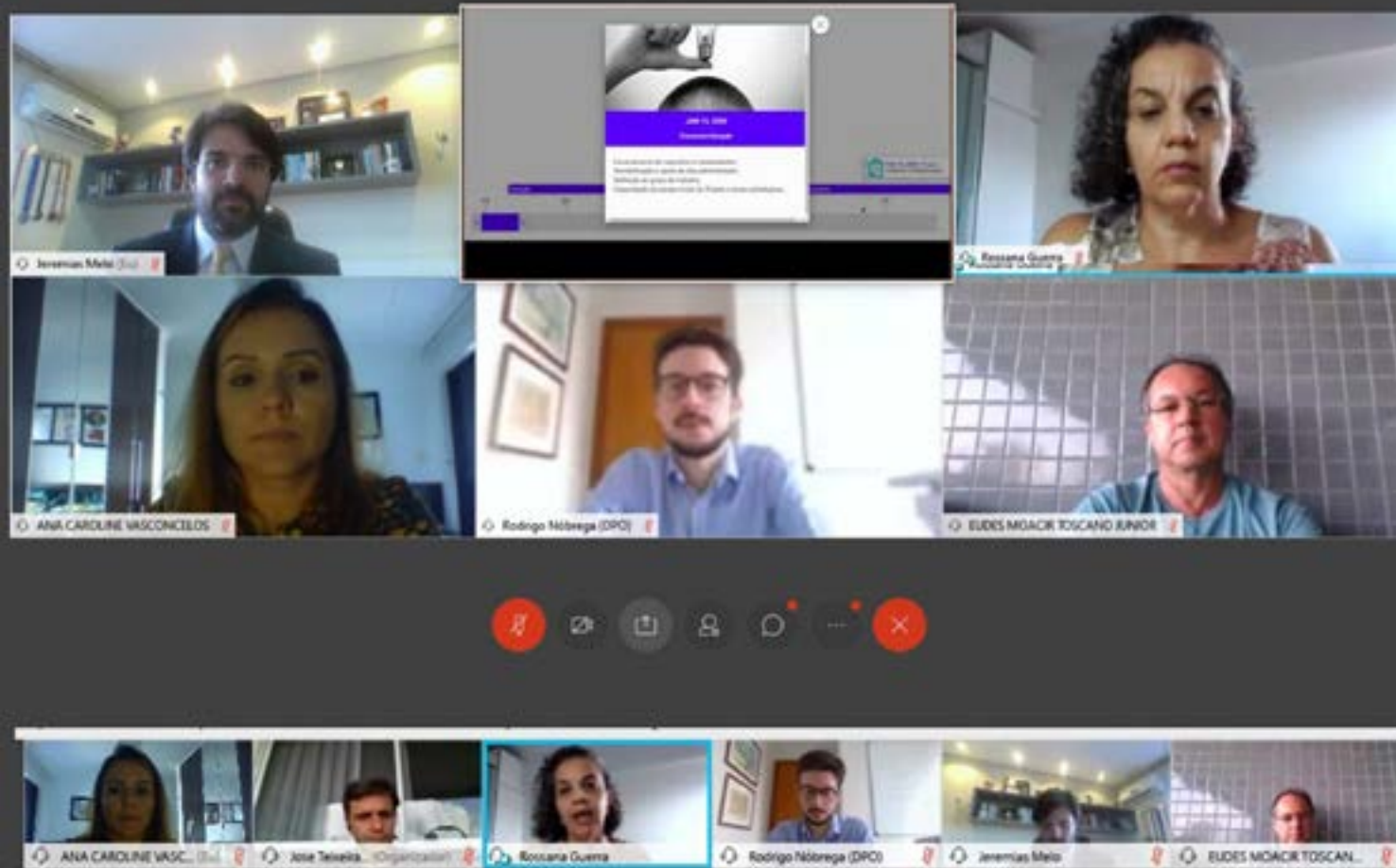
Juiz auxiliar da Presidência, Meales Melo

de estruturação de segurança da informação; ações de gerenciamento; e ações monitoramento”, esclareceu Rodrigo Nóbrega.

O projeto de implantação da LGPD foi capitaneado pelo juiz auxiliar da Presidência, Meales Melo, e contou com quatro coordenações: a coordenação de projeto, sob responsabilidade da gerente de projetos do TJPB, Caroline Leal; a de Tecnologia da Informação, coordenada pelo diretor da Ditec, José Teixeira de Carvalho Neto; a de negócios, coordenada pela gerente de Controle Interno do TJPB, Rossana Guerra; e a jurídica, coordenada pelo assessor da Vice-presidência e encarregado de proteção de dados pessoais, Rodrigo Antônio Nóbrega Guimarães.

Fizeram, também, parte da equipe: Raphael de Almeida Porto e Anderson Rodrigues Ribeiro (TI), Eudes Moacir Toscano Júnior e Amilton Costa Gomes (Negócios) e Mário Eugênio Zenai-de Cavalcanti (Jurídico). O projeto teve por objetivo a preparação (avaliação e desenho) das operações e organização das estruturas e mecanismos para possibilitar a implementação dos requisitos da LGPD no TJPB.

Foram realizadas várias etapas, tais como conscientização; projeto, desenho e metodologia; mapeamento do fluxo de dados e segurança da informação; documentação, identificação, análise de riscos e lacunas; e governança e proteção de dados.



O PROJETO DA LGPD

Estudos, diagnóstico e plano compartilhados em webinar

O grupo da força-tarefa do Projeto de Cumprimento de Requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e o Comitê Executivo de Proteção de Dados do Tribunal de Justiça da Paraíba promoveram, no dia 10 de setembro de 2020, o webinar “A Jornada do TJPB rumo à LGPD: o Projeto”.

O encontro virtual contou com a participação de advogados e representantes da Procuradoria-Geral do Estado do RJ; Tribunal de Justiça de Pernambuco; Ministérios Públicos da Paraíba e do Rio de Janeiro; Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina; Instituto Federal da Paraíba e Defensoria Pública do Paraná.

O coordenador do Comitê Executivo de Proteção de Da-

dos do TJPB, juiz Jeremias de Cássio Carneiro de Melo (titular da 2ª Vara Mista da Comarca de Queimadas), informou que, durante o webinar, foram compartilhados os estudos do programa de diagnóstico e plano de gestão de dados, governança, conformidade e análise de risco do Tribunal de Justiça

As primeiras medidas tomadas para adequar o TJPB às diretrizes da LGPD foram discutidas, também, em reunião virtual, no dia 2 de dezembro de 2020. Ficou definido pelo Comitê Executivo de Proteção de Dados Pessoais que a Diretoria de Gestão de Pessoas e a Gerência de Contratação do TJPB seriam os primeiros setores a realizar a adequação.

Gerente de Controle Interno ministra webinar do CNJ sobre adequação da LGPD no TJPB

A gerente de Controle Interno do Tribunal de Justiça da Paraíba, Rossana Guerra, ministrou, no dia 1º de outubro de 2020, o webinar ‘Lei Geral de Proteção de Dados: a experiência da Auditoria Interna do TJPB’. Organizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o evento virtual foi transmitido através da plataforma Cisco Webex e, durante sua realização, a gerente compartilhou com os participantes o processo de adequação do TJPB à normativa, bem como disponibilizou o projeto no formato PDF.

Rossana Guerra abordou a importância do direito à privacidade e apresentou uma linha do tempo de normativas relacionadas ao tema. No Brasil, por exemplo, desde 2010 a temática passou a ser discutida, surgindo, posteriormente, normativas como a Lei Carolina Dieckmann (2012) e o Marco Civil da Internet (2014). Em 2018, foi a vez da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que entrou em vigor em 2020.

“A proteção de dados não surgiu agora. Ela vem evoluindo ao longo do tempo e a tendência é que não pare. É um tema que veio para ficar e que terá de ser incorporado nas organizações. Dentro das funções da Auditoria Interna está a de verificar riscos e controles associados, que são estratégicos para nossas organizações. A proteção de dados é um tema global e que tem forte impacto pessoal e social. Não estamos mais na era em que deixávamos os dados em um arquivo físico que ficava guardado em uma gaveta. Estamos na era digital, de rápida captação, processamento e análise desses dados, onde temos a possibilidade comprovada de manipulação dos nossos comportamentos a partir da junção e conexão das bases de dados que saímos soltando por aí”, explicou.

Segundo a palestrante, trata-se de um assunto dinâmico e que vai evoluir com os movimentos sociais e tecnológicos. “A própria regulamentação influencia bastante. A proteção de dados é um tema transversal, cuja lei é, na verdade, um complexo de normas que devem ser pensadas de forma integrada para a sua devida aplicação. Envolve, por exemplo, o ECA, a defesa do consumidor, o Cadastro Positivo, normas setoriais, entre outros. A lei, por sua complexidade, exige pensar, de forma estratégica,



Rossana Guerra abordou a importância do direito à privacidade e apresentou uma linha do tempo de normativas relacionadas ao tema

sobre como fazer para tudo funcionar da melhor maneira possível”, enfatizou.

Além de alguns pontos da própria LGPD, a gerente abordou o processo de preparação das operações e organização das estruturas e mecanismos para possibilitar a implementação dos requisitos da lei no TJPB. A primeira etapa foi a de conscientização, realizada em janeiro de 2020, com ações como levantamento de requisitos e necessidades, definição do grupo de trabalho e estudos internos iniciais. Em seguida, veio a etapa de projeto, desenho e metodologia, que teve início em fevereiro. “Dentre as iniciativas desta fase, definimos as áreas estratégicas para o projeto, os papéis das equipes, conceitos e metodologias”, enumerou Rossana Guerra.

Outras etapas apontadas pela palestrante, realizadas no TJPB, foram mapeamento do fluxo de dados e segurança da informação; documentação, identificação e análise de riscos e lacunas; e governança e proteção de dados. “Em julho de 2020, tivemos a nomeação do nosso DPO (encarregado de proteção de dados) e terminamos o projeto no final daquele mês. A Auditoria Interna participou atuando como consultora e favoreceu o processo no sentido de dar agilidade e conhecimento estruturado, sem a necessidade de uma consultoria externa”, explicou.

REVISÃO DA ESTRATÉGIA 2021/2026

TJPB define coordenadores e aprova propostas



O presidente do TJPB afirmou que a Resolução é fruto de várias reuniões dos desembargadores Fred Coutinho e Oswaldo Trigueiro do Valle Filho com os servidores e magistrados.



Saulo Benevides, do Comitê Orçamentário de 2º Grau, participou da discussão sobre a Estratégia.



Desembargador João Benedito da Silva, gestor das Metas do CNJ no âmbito do TJPB.



O desembargador Fred Coutinho coordenou a reunião e destacou o valor intelectual dos eleitos.

Depois da reunião sobre a validação da Revisão da Estratégia do Tribunal de Justiça da Paraíba, para o sexênio 2021-2026 e a respeito dos 12 macrodesafios apresentados aos tribunais pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Poder Judiciário estadual definiu os 12 nomes de magistrados que coordenarão cada macrodesafio. Essas metas devem ser implantadas e desenvolvidas nos próximos seis anos.

O encontro de trabalho aconteceu no dia 5 de outubro de 2020, de forma virtual, com a participação do presidente do TJPB, desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos. Também estiveram, virtualmente, na reunião os desembargadores Saulo Henriques de Sá e Benevides, João Benedito da Silva, Fred Coutinho (coordenador da reunião) e Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, além de juízes e assessores.

“Todos são magistrados e magistradas com grande valor intelectual e abraçaram a causa imediatamente, logo que receberam o convite. Tenho certeza que cumprirão as metas estabelecidas para o aperfeiçoamento dos serviços do Poder Judiciário estadual”, ressaltou Fred Coutinho. Uma portaria com os nomes dos juízes sairá juntamente com uma resolução da revisão da estratégia.

Foram indicados os seguintes juízes para seus respectivos macrodesafios: Alexandre Targino (Garantias dos Direitos Fundamentais); Maria Aparecida Gadelha (Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade); Fábio Brito (Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional); Jailson Shizue (Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e Atos Ilícitos Eleitorais); Ivna Mozart (Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos).

Também foram designados os magistrados Leonardo Sousa de Paiva Oliveira (Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios); Ana Amélia (Promoção da Sustentabilidade); Rodrigo Marques (Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal); Meales Melo (Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária); Gustavo Lyra (Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas); Gilberto Rodrigues (Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira); e Jeremias Melo (Fortalecimento da Estratégia Nacional de Tecnologia e de Proteção de Dados).

Já no dia 2 de dezembro, o Pleno do TJPB aprovou a Resolução nº 35, que dispõe sobre o Planejamento e Gestão Estratégica e valida as iniciativas propostas pelos magistrados coordenadores dos macrodesafios (temáticas propostas).

META 9 DO CNJ

TJPB vai trabalhar com o tema energia acessível e limpa

Dentre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), o Tribunal de Justiça da Paraíba atuará pelo ODS nº 7, cujo tema é energia acessível e limpa para todos. Com a escolha, o TJPB cumprirá a Meta 9 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), como forma de ingressar o Poder Judiciário estadual na Agenda 2030.

A meta traz, também, diversos objetivos e diretrizes sustentáveis. Por conta dessa orientação, cada tribunal do País escolheu um ODS para trabalhar, selecionando um dos assuntos da tabela processual unificada que tivesse um maior número de processos tramitando no Judiciário.

O juiz Herbert Lisboa, coordenador da Meta 9 no âmbito do TJPB, ressaltou que o Tribunal e a Energisa firmaram, em setembro de 2020, termo de cooperação para fins de cumprimento da meta do CNJ. “O acordo visa viabilizar a implementação e execução dos projetos de atendimento ao público, voltados ao fornecimento de energia elétrica”, disse o magistrado.

O ato entre as instituições busca, ainda, ampliar o acesso à energia elétrica para todos; estimular a aplicação da Lei Federal nº 12.212/2010, que dispõe sobre a Tarifa Social para consumidores residenciais de baixa renda; viabilizar resolução extrajudicial de conflitos; e fomentar a ordenação do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, além de concretizar o princípio da eficiência na promoção do fornecimento de energia elétrica em consonância com as diretrizes da Meta 9 do CNJ.

A tarifa social de energia elétrica é regulamentada pela Lei Federal nº 12.212, de 20 de janeiro de 2020, e pelo Decreto Federal nº 7.583, de 13 de outubro de 2011. Trata-se de uma tarifa especial, subsidiada pelo Governo Federal, que visa a concessão de desconto na conta de energia elétrica de clientes residenciais que estejam cadastrados em um dos programas sociais federais, a fim de facilitar o pagamento das contas de energia elétrica das famílias de baixa renda.



COMITÊS ORÇAMENTÁRIOS DE 1º E 2º GRAUS

do Poder Judiciário estadual definem propostas para 2021

No dia 8 de setembro de 2020, os Comitês Orçamentários de 1º e 2º Graus do Poder Judiciário estadual se reuniram para conhecer e debater as propostas ao Projeto da Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2021. Durante o encontro, realizado virtualmente por meio da Plataforma Zoom, os membros dos comitês puderam, também, esclarecer dúvidas e fazer questionamentos acerca da proposta apresentada. Para 2021, houve uma recomposição do IPCA de julho de 2019 a junho de 2020, no percentual de 2,13%, conforme previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

O presidente do TJPB, desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, explicou que o quadro orçamentário proposto quase não apresentou alterações em relação ao ano anterior e que seria necessário encontrar novas formas para dar continuidade ao processo de enxugamento das despesas.

“Uma maneira para isso é evitar a construção e priorizar o aluguel de imóveis, assim como já fazem grandes tribunais do País. Além disso, sabemos que o home office é um sucesso comprovado, bem como as iniciativas do Cartório Unificado Virtual e do Gabinete Virtual, fazendo com que a dinâmica física e presencial seja, a cada dia, mais afastada. Outra ação bem-sucedida foi a agregação de comarcas, que trouxe grande economia e celeridade, com o aumento da produtividade. O orçamento é muito parecido com o do ano de 2020, dentro de uma visão de pés no chão”, avaliou.

A diretora de Economia e Finanças do TJPB, Gisele Alves Barros Souza, fez uma breve apresentação da execução orçamentária do período de janeiro a julho de 2020, contendo a receita prevista e a realizada, bem como as despesas e o impacto na arrecadação, que teve queda em abril, maio e junho e aumento em julho.

Em relação à proposta para o Orçamento Anual 2021, a

diretora explicou, dentre outros tópicos, a composição da receita. “A receita tem como fontes o Tesouro, o Fundo Judiciário e a Esma. Somente o Tesouro sofreu a recomposição do IPCA em 2,13%”, informou.

Sobre as despesas, a diretora Gisele Barros esclareceu que estas são direcionadas para gastos com programas de processo judiciário, operações especiais e gestão e manutenção.

O presidente do Comitê Orçamentário de 1º Grau, desembargador Oswaldo Trigueiro, destacou que tanto a apresentação da execução orçamentária 2020 quanto da proposta para o exercício anual de 2021 foram importantes para revelar a situação do TJPB.

“Visualizamos a habilidade da Mesa Diretora em conseguir manter, a bom termo, este ano financeiro e orçamentário. A proposta para 2021 apresenta previsões, dentro de informações componentes de receita e despesa e considerando a perspectiva de arrecadação e comportamento da receita do Tesouro. Além disso, teremos uma margem menor, em face do aumento da contribuição previdenciária patronal, que virá escalonada a partir do próximo ano”, comentou.

Com a maioria de votos, a proposta ao PLOA 2021 teve indicação de aprovação pelos participantes dos comitês. A Associação dos Magistrados da Paraíba (AMPB), por seu diretor orçamentário, Gilberto Rodrigues, se posicionou pela aprovação da proposta orçamentária do TJPB.

“Diante da pandemia causada pela Covid-19 e, em virtude das consequências econômicas provocadas por esta, a proposta orçamentária para o próximo ano (2021) mostra-se razoável. Entretanto, a AMPB faz a ressalva de que o Executivo deveria recompor a repercussão financeira do aumento da contribuição previdenciária patronal no orçamento do Judiciário, a fim de evitar um prejuízo para as atividades jurisdicionais”, enfatizou o magistrado.



O presidente do TJPB, desembargador Márcio Murilo, comandou reunião dos Comitês Orçamentários do 1º e 2º Graus. A diretora de Economia e Finanças do TJPB, Gisele Alves Barros e Souza (abaixo), participou de videoconferência, quando fez uma explanação sobre a execução orçamentária.



O desembargador Oswaldo Trigueiro do Valle Filho é o presidente do Comitê Orçamentário de 1º Grau.



O desembargador Saulo Henriques de Sá e Benevides preside o Comitê Orçamentário de 2º Grau.





Durante o encontro realizado virtualmente por meio da Plataforma Zoom, os membros dos Comitês Orçamentários puderam esclarecer dúvidas e fazer questionamentos acerca da proposta apresentada para 2021.

PLANEJAMENTO DESDE O INÍCIO DA GESTÃO

“Todos os atos da minha gestão serão focados no 1º Grau de jurisdição. Quero tê-los como cogestores”. As palavras do presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, foram dirigidas aos membros dos Comitês Orçamentários de 1º e 2º Graus do Poder Judiciário da Paraíba, que realizaram a primeira reunião do biênio 2019/2020 no dia 6 de setembro de 2019.

Os órgãos são responsáveis por discutir questões relacionadas à distribuição do orçamento nas duas instâncias, com o objetivo de apresentar à Mesa Diretora as propostas que possam direcionar a política institucional, com vistas a solucionar os principais gargalos identificados no 1º Grau.

Na ocasião, o presidente do TJ afirmou que sua gestão consideraria e analisaria cada estudo encaminhado pelos Comitês e que, quando não pudesse aderir, o faria de forma fundamentada. “O objetivo disso tudo é sermos operacionais”, enfatizou. Apontou, ainda, a necessidade da participação direta de desembargadores na compreensão aprofundada dos dados e sugestões dos direcionamentos.

A reunião foi conduzida pelo gestor da Política de Priorização do 1º Grau no âmbito do TJPB e presidente do Comitê Orçamentário de 1º Grau, desembargador Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, que, ao abrir os trabalhos, convocou o engajamento de todos, pedindo criatividade, espírito de mudança e transparência nas discussões.

“O acompanhamento dos números será algo rotineiro, mas queremos ir além desta análise fria e técnica. Promoveremos um intercâmbio de informações com outros Estados e instituições. Cada membro deverá fazer uma pesquisa pessoal sobre ferramentas que viabilizam um melhor acompanhamento orçamentário, bem como trazer iniciativas inovadoras verificadas”, antecipou o desembargador Oswaldo.

PLANEJAMENTO

Presidente do Comitê Orçamentário de 2º Grau, o desembargador Saulo Henriques de Sá e Benevides ressaltou que a eficácia do orçamento só pode ser alcançada com estudos aprofundados e um bom planejamento. “É preciso traba-

lhar com um orçamento realista, bem empregado, para agirmos com efetividade. Nosso compromisso é fazer com que o Judiciário funcione cada vez melhor”, disse.

Membro do Comitê Orçamentário de 1º Grau desde a sua criação e, na então formação, indicado pela Associação dos Magistrados da Paraíba (AMPB), o juiz Gilberto de Medeiros Rodrigues, titular da 1ª Vara da Fazenda Pública de Campina Grande, falou da importância de ter a Presidência aberta a ouvir as considerações e ponderações estudadas pelos Comitês.

“É preciso saber que muitas ações de gestões passadas, a exemplo da iniciativa de impetração do Mandado de Segurança para salvaguardar o repasse integral do duodécimo pelo Estado ao Judiciário, nasceram dos estudos aqui feitos, que anteciparam a urgência de muitas medidas”, exemplificou.

EXPECTATIVAS

Já a juíza Mayuce Santos Macedo, da Comarca de Cajazeiras, foi eleita para atuar como membro titular do Comitê de 1º Grau e revelou ter boas expectativas quanto aos trabalhos desenvolvidos pelo órgão. A integrante afirmou que via, positivamente, o convite à participação efetiva, com apresentação de projetos e propostas. “Também é fundamental vermos que os gestores têm a real intenção de priorizar o 1º Grau, que necessita de maior atenção, principalmente no interior”, complementou.

Ainda durante a reunião, que também contou com a presença dos desembargadores Leandro dos Santos e João Benedito da Silva (membros do Comitê do 2º Grau), a diretora de Finanças do TJPB, Gisele Alves Barros Sousa, fez a apresentação da peça orçamentária do TJPB para inserção na Lei Orçamentária Anual – LOA 2020, expondo o gráfico de receitas e despesas e analisando cada item.

A instituição dos Comitês Orçamentários de 1º e 2º Graus foi feita pela Resolução nº 12/2014 do Tribunal de Justiça da Paraíba, que dispõe sobre a Política de Priorização do 1º Grau. O documento considerou a Resolução nº 195/2014 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que trata a respeito da distribuição de orçamento nos órgãos do Poder Judiciário.



PJe

PLATAFORMA VIRTUAL REGISTROU SUA MAIOR
EXPANSÃO NO JUDICIÁRIO NO BIÊNIO 2019/2020



1,170 milhão de processos eletrônicos

Mais de 44 milhões de páginas foram digitalizadas no biênio 2019/2020

O Processo Judicial eletrônico (PJe), plataforma virtual desenvolvida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com diversos tribunais para a tramitação uniformizada e mais célere de feitos, registrou sua maior expansão no Judiciário estadual paraibano no biênio 2019/2020, atingindo 93,62% do acervo do 1º Grau, bem como 94,75% do 2º Grau. Assim, cerca de 1,170 milhão de processos eletrônicos, entre os em tramitação e os arquivados, já integram o PJe no Tribunal de Justiça da Paraíba.

O presidente do TJPB, desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, comemorou o êxito do Programa e o seu encerramento no prazo estabelecido, agradecendo aos servidores e magistrados pela dedicação e adesão ao Digitaliza. “O PJe foi a base da reforma que vem sendo implementada ao longo destes dois anos de gestão. O Digitaliza foi criado desde a gestão passada, com o desembargador Joás de Brito, mas foi expandido e potencializado em nossa gestão, e leva ganhos ao jurisdicionado, que terá acesso imediato, de onde estiver, de cada processo existente na Paraíba”, declarou.

Para a virtualização do Judiciário estadual, 44.411.035 páginas foram digitalizadas, 641.786 peças foram adicionadas ao PJe. Até o momento, 275 mil processos físicos foram migrados para a plataforma eletrônica e 618.954 partes foram beneficiadas diretamente com a digitalização dos seus processos.

A informação foi prestada pelo juiz auxiliar da Presidência, Meales Melo, que vem acompanhando todas as fases do Programa desde que foi iniciado, em 2018, ainda de forma piloto, no Fórum Regional de Mangabeira da Capital, voltado à digitalização dos fei-

tos cíveis. Na época, o magistrado dirigia a unidade que deu início à revolução digital da Justiça paraibana.

Em seguida, o Digitaliza foi expandido para o Fórum Cível da Capital e para o Fórum de Campina Grande. Em 2019, por meio do Ato nº 12, o Programa alçou um novo voo, por meio da expansão para as demais unidades do Estado, beneficiando os servidores, partes, advogados e magistrados de cada uma delas.

No segundo semestre de 2020, uma nova e importante etapa foi iniciada: a migração dos processos criminais. Com a adequação do PJe para contemplar esta competência, os feitos começaram a ser migrados a partir de julho e, até o dia 14 de dezembro, o percentual de 93,47% do acervo criminal já estava digitalizado.

Para Meales, os benefícios da transformação pela qual o Judiciário está passando são inúmeros e estão sendo colhidos por todos. “A digitalização trouxe qualidade, saúde e dignidade ao trabalho dos servidores, agilidade, conforto e transparência para partes e advogados no acompanhamento de seus processos, hoje ao alcance de um clique, bem como eficiência, controle e flexibilidade na prestação jurisdicional para juízes e assessores, além de muita economia para os cofres públicos”, analisou o magistrado.

O juiz também ressaltou que o processo eletrônico abre novas possibilidades em termos de gestão, antes inimagináveis. “Podemos vislumbrar varas eletrônicas, cartórios e gabinetes remotos e unificados, teletrabalho eficiente e controlado, entre tantas outras medidas. Foi uma satisfação integrar esse projeto de reflexos tão relevantes para a sociedade”, asseverou.



O juiz auxiliar da Presidência, Meales Melo, foi responsável pela supervisão da expansão do PJe.

Samuel Rodrigues é analista judiciário e assessor técnico da Diretoria de Tecnologia da Informação (Ditec) do TJPB e responsável pelo desenvolvimento, implantação e evolução do sistema. Para o servidor, um dos desafios do Programa foi o manejo da quantidade de folhas - quase 45 milhões de páginas manipuladas e digitalizadas. “Tudo envolveu um cuidado extremo com os processos, para que houvesse a maior qualidade possível de digitalização, proporcionando um processo eletrônico de qualidade”, afirmou.

Samuel explicou que os servidores já demonstram familiaridade com o PJe e os feitos migrados já são tratados com a mesma eficiência em relação aos que já nascem eletrônicos. “Os feedbacks das unidades que avançam com a migração é sempre positivo, pois além do espaço físico liberado, ainda há o ganho da flexibilidade de trabalho, que só o processo eletrônico proporciona, principalmente no contexto de pandemia”, disse Samuel.

Para o analista, os ganhos percebidos a cada fase foram motivadores importantes para o andamento da digitalização. Em 2020, com a pandemia, estes benefícios foram potencializados, pela possibilidade de um trabalho remoto eficiente, evitando-se, assim, paralisação de serviço e exposição ao coronavírus.

“A perspectiva de futuro é ainda melhor, pois o processo eletrônico permite que atividades sejam automatizadas, dados sejam analisados e a tecnologia seja aplicada para trazer ainda mais celeridade ao andamento processual, com melhorias no trabalho dos servidores, ferramentas para os advogados e informações precisas para os jurisdicionados”, acrescentou o assessor da Ditec.

Análise semelhante é compartilhada pela gerente de Projetos do TJPB, Caroline Leal, que tem monitorado cada fase do Programa e a situação de cada unidade no tocante à digitalização. Ela revelou que existe, atualmente, no Judiciário estadual cerca de 714 mil processos ativos, dos quais, apenas 5% tramitam na forma física. “Esse dado é uma gigante vitória, um passo largo dado para o futuro, um divisor de águas”, exaltou Caroline.

A gerente explicou que ainda há um remanescente de feitos físicos que se encontram fora da unidade ou que estão em grau de recurso e, por questões legais, ainda não retornaram ao 1º Grau. Em relação aos criminais, são 46 mil processos físicos, dos quais cerca de 11 mil (23%) se encontra em grau de recurso. “Se considerarmos um acervo líquido dos que ainda podem ser migrados, são apenas 35 mil”, afirmou.

Caroline explicou que, em 2021, cada comarca terá um setor permanente de digitalização para completar a migração dos processos que forem retornando e para apoiar as poucas varas que não alcançaram a meta de digitalização de 90% dos feitos criminais até o final de 2020. Das 113 unidades, apenas 38 não atingiram o percentual esperado, embora possuam índices bem significativos na maioria delas.

“A performance e o engajamento de magistrados e servidores foram de fundamental importância. Nada seria alcançado sem este espírito de equipe. Todos entenderam que este objetivo era voltado a um bem maior. A atual gestão foi grande patrocinadora deste Programa, ao enviaar esforços para que as unidades se sentissem motivadas a contribuir. Encerramos este ano com a sensação do dever cumprido”, finalizou a gerente.

A servidora Delcilene de Lima Ramos, que chefiou o Digitaliza no Fórum Cível da Capital, atestou os benefícios da virtualização. “Agilizamos muito a prestação jurisdicional e há bastante celeridade no cumprimento dos ritos. Há atividade que não precisam mais ser realizadas, como atendimentos de balcão, juntadas manuais de petições, numeração de páginas, entre outras. Já não há risco de perda de processo e o principal ganho é poder trabalharmos de qualquer lugar, o que foi crucial para os trabalhos remotos atuais”, disse.

O INÍCIO DO PJe

A implantação do PJe no Tribunal de Justiça da Paraíba foi iniciada em 2011, como experiência piloto nas unidades da 3ª Vara Mista da Comarca de Bayeux, na 3ª e 4ª Varas de Cabedelo, no Juizado Especial Misto de Santa Rita e na 2ª Vara de Itabaiana, conforme a Resolução nº 26/2011. Desde então, o PJe foi ampliado, sistematicamente, para as demais unidades do Poder Judiciário estadual. No 2º Grau de Jurisdição, por exemplo, o PJe foi instituído em 2012, por meio da Resolução nº 59/2012.





Ney Robson destaca a importância da versão do PJe 2.0: “Antes, a remessa de processos físicos era feita pelos Correios e esse trâmite demorava e gerava custos”.

Um sistema que não para de crescer

“É um sistema que não vai parar de crescer em termos de demanda. Esses quase 1,170 milhão de processos, em breve, se tornarão dois milhões e, assim, por diante. O número de usuários está, também, em constante crescimento”, destacou o diretor da Ditec, José Teixeira de Carvalho Neto.

O diretor da Ditec destacou, ainda, que as futuras versões do sistema já terão incorporadas outros recursos de automação e inteligência artificial, o que significa mais recursos que permitirão a utilização do PJe através de dispositivos móveis.

“Isso é natural em toda e qualquer solução tecnológica que, quanto mais recursos utiliza e quanto mais funcionalidade e facilidade disponibiliza aos usuários, aumenta a necessidade de ter uma retaguarda eficiente para garantir um bom funcionamento. Então, além do fato de ser um grande sistema da Justiça brasileira, e que o CNJ está, cada vez mais, dando atenção, a tendência é que continue assim, o que faz com que o investimento corra em paralelo”, enfatizou José Neto.

Nova modalidade para mandados de segurança

Com a implantação da versão do PJe 2.0 (Processo Judiciário eletrônico), uma nova modalidade de remessa de Mandado de Segurança entrou em prática. A partir de então, o servidor das unidades judiciárias do Tribunal de Justiça da Paraíba passaram a encaminhar eletronicamente o processo de Mandado de Segurança por declínio de competência do 1º Grau para o 2º Grau, em relação aqueles que têm prerrogativa de função, como governador, secretário de Estado, prefeitos, deputados estaduais, entre outras categorias.

O gerente de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação (Ditec) do TJPB, Ney Robson Medeiros, disse que

quando o Mandado de Segurança é impetrado em favor dessas pessoas, como autoridade coautora no 1º Grau, normalmente o magistrado reconhece de ofício a incompetência para julgar o feito, já que existe a prerrogativa de foro e quem deve julgar é o Tribunal de Justiça (2º Grau).

“Antes, a remessa de processos físicos era feita pelos Correios e esse trâmite demorava e gerava custos. Visando mais segurança e celeridade processual, a Presidência do Tribunal determinou que toda remessa de processo para o 2º Grau fosse feita, exclusivamente, via procedimento eletrônico”, comentou o gerente.



2º Grau passa a receber feitos criminais pelo sistema virtual

O 2º Grau de Jurisdição do Tribunal de Justiça da Paraíba alcançou um importante marco no dia 1º de setembro de 2020: o processo de implantação do PJe para a área criminal foi finalizado. Com isso, o 2º Grau passou a receber feitos criminais somente no formato eletrônico, encerrando, assim, a possibilidade de entrada de processos físicos.

“Este é mais um importante marco da implantação do PJe no TJPB. As demandas residuais originárias do 2º Grau entram para o PJe e tudo passa a ser eletrônico. Ganham magistrados e servidores, mas, principalmente, o jurisdicionado”, afirmou o juiz auxiliar da Presidência, Meales Melo.

Para orientar sobre o uso da ferramenta, o TJPB disponibilizou no seu site o Projeto ‘Tira Dúvidas PJe Criminal’, idealizado pela juíza titular da Vara Única da Comarca de Areia, Alessandra Varandas Paiva Madruga de Oliveira Lima.





Gravação de audiências, atos judiciais e videoconferência

O Tribunal de Justiça da Paraíba, por meio da Diretoria de Tecnologia da Informação (Ditec), adquiriu webcams periféricas que permitiram a gravação de audiências, atos judiciais e videoconferências entre comarcas. A iniciativa fez parte do projeto de expansão do Programa PJe Mídias. A plataforma foi idealizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a implantação permitiu a uniformização das soluções de captação de áudio e vídeo, com armazenamento mais seguro das gravações.

O software PJe Mídias foi testado, em novembro de 2019, em quatro unidades judiciárias paraibanas: 1º Juizado Especial

Misto do Fórum Regional de Mangabeira (João Pessoa), 3ª Vara Criminal de João Pessoa, 3ª Vara Mista de Bayeux e a Vara Única da Comarca de Areia.

Segundo o juiz auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba, Meales Melo, foi mais uma ação de valorização do 1º Grau de Jurisdição. “Com esse novo sistema, o armazenamento das informações torna-se muito mais seguro, com o envio do conteúdo para nosso Data Center. Até então, as audiências eram gravadas por diferentes sistemas e armazenadas em CDs e em área de trabalho do computador do usuário”, comparou.



COMARCAS AGREGADAS

MEDIDA REPRESENTA MUDANÇA DE PARADIGMA
DO SÉCULO 20 PARA 21 E PROPICIA MAIOR EFICIÊNCIA

UM NOVO TEMPO

Desinstalação promove redução de custos e eleva produtividade

O Tribunal de Justiça da Paraíba realizou, em 2019 e 2020, a desinstalação de 23 comarcas e consequente agregação a comarcas vizinhas. A iniciativa, aprovada pelo Pleno do TJPB, teve o objetivo de estruturar melhor as unidades ampliadas, gerando uma economia que foi revertida em tecnologia e força de trabalho, a fim de aumentar a produtividade e garantir eficiência e celeridade.

“Isto representa uma mudança de paradigma do século 20 para o 21 e propicia maior eficiência no julgamento de feitos”, enfatiza o desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos.

O presidente do TJPB ressalta que a desinstalação “promoveu relevante redução de custos, na atualidade e futura, sen-

do medida adequada e necessária ao momento de restrições orçamentárias e financeiras, permitindo, assim, a racionalização da utilização da estrutura administrativa”.

Até o início da desinstalação de comarcas, existiam 78 ativas na Paraíba. Hoje, o Tribunal possui um total de 55 em funcionamento. Das 23 comarcas desinstaladas, 15 foram desativadas em 2019 e oito, em 2020. Além disso, três comarcas tiveram unidades judiciárias extintas, especificamente as de Princesa Isabel, Monteiro e Conceição.

“Tomamos medidas no segundo semestre de 2019 que refletiram, ainda mais, em 2020. Matematicamente, está comprovado que a agregação de comarcas contribuirá muito para a

elevação dos índices de produtividade individual de magistrados. Isso porque, nas comarcas que foram agregadas, nenhuma estava na média estadual e, muito menos, na média nacional de produtividade de magistrados, ou seja, eram unidades onde a distribuição de feitos era bem inferior à média estadual”, explicou o presidente do TJPB.

O gestor do TJPB explicou que, a partir da agregação, o juiz que trabalhava nas comarcas desinstaladas passa a atuar em outras unidades judiciárias com maior número de feitos distribuídos, tendo a oportunidade, consequentemente, de julgar e arquivar mais processos, podendo chegar até a média nacional. “Assim, atingiremos equilíbrio na força laboral”, analisou o desembargador Márcio Murilo.

Para a gerente de Pesquisas Estatísticas do TJPB, Renata Grigório, dentre os benefícios das desinstalações de comarcas está a maior prestação jurisdicional, uma vez que todas as comarcas desinstaladas estavam com baixa demanda, déficit de servidores e sem magistrados titulares, resultando em processos mais morosos.

“Com as agregações, foi possível reforçar as comarcas vizinhas com servidores, propiciando o aumento da produtividade e tornando os processos mais céleres. Tem, ainda, a questão da economia, uma vez que muitas das comarcas desinstaladas funcionavam em prédios locados. Isso ocasionava um custo maior ao Tribunal, que deixava de investir em tecnologia e melhorias dos fóruns já existentes”, comentou.

Para o juiz auxiliar da Presidência, Meales Melo, a agregação de comarcas e unidades é uma das principais medidas de reestruturação do Judiciário paraibano. “Tínhamos, no início de 2019, 78 comarcas, apenas três a menos que tribunais de grande porte, como o TJRJ, por exemplo. Não havia razoabilidade. Muitas dessas comarcas estavam vagas, sem magistrados titulares e com uma demanda processual bem aquém da média nacional. Eram processos espalhados em comarcas e varas pequenas, de pouca estrutura, que não tinham julgamento rápido. A agregação trouxe esses processos para centros maiores, dotados de maior estrutura física e de pessoal, com magistrados e servidores em número suficiente, resultando em uma rápida tramitação processual, com reflexos imediatos para a sociedade”, analisou.

Ele enfatizou, ainda, que os números registrados nas



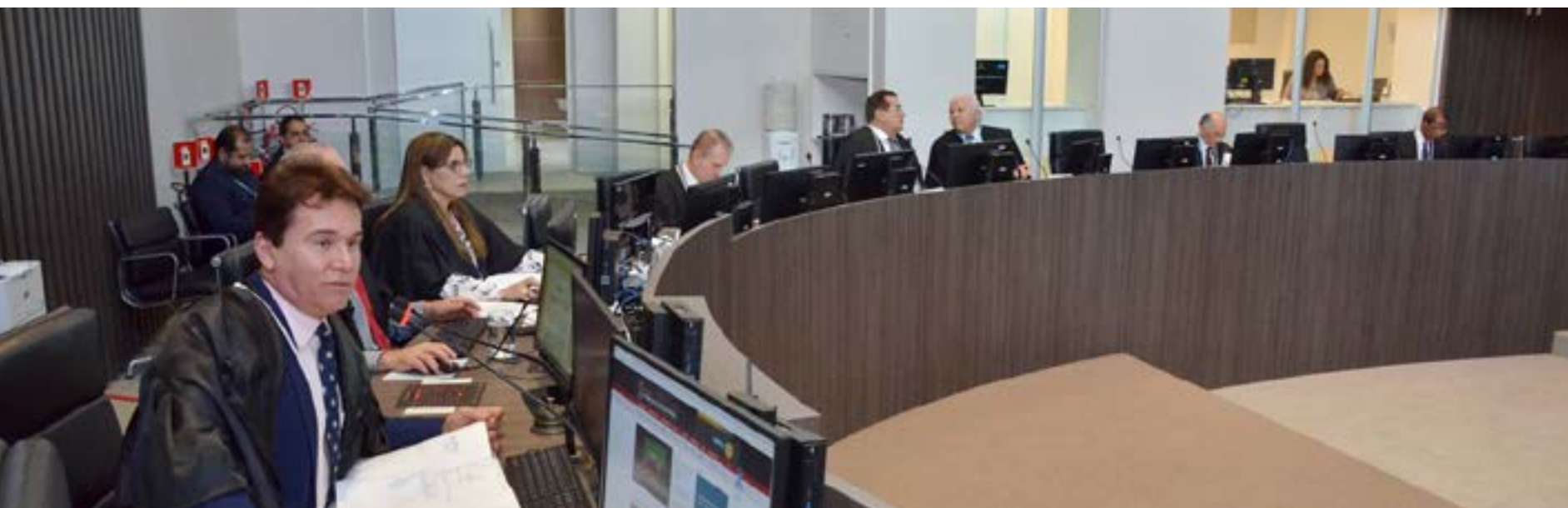
CESSÃO DE IMÓVEIS

A partir daí, o TJPB firmou parceria com Municípios para cessão de uso dos imóveis do Judiciário das comarcas agregadas. Os prédios passaram a abrigar sedes de prefeituras, secretarias municipais e órgãos de educação e de saúde pública.

Para isso, o presidente Márcio Murilo editou a Portaria nº 2.788, que criou a Comissão de Destinação de Imóveis não utilizados pelo TJPB, coordenada pelo desembargador João Benedito da Silva. A Comissão teve como membros, ainda, os juízes auxiliares da Presidência e da Vice-presidência do TJPB, respectivamente, Gustavo Procópio e Herbert Lisboa.

unidades agregadas são excepcionais, os processos voltaram a andar com regularidade e a Justiça voltou a ser feita.

Ao decidir pela desinstalação, o TJPB seguiu, ainda, o entendimento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) segundo o qual os Tribunais de Justiça possuem competência privativa para a elaboração dos seus regimentos internos, disposição sobre competência e o funcionamento dos seus respectivos órgãos jurisdicionais, cabendo, ainda, a função de organizar suas secretarias e serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados.



Decisões na Comarca aumentam mais de 55% após agregação



Juiz Renato Levi

Uma melhor concentração de servidores e de distribuição de processos. Estes foram alguns dos ganhos advindos da agregação de comarcas, 11 meses depois da medida, apontados pelo magistrado Renato Levi Dantas Jales, titular da 3ª Vara de Catolé do Rocha e diretor do Fórum local, que recebeu os feitos da comarca desinstalada de Brejo do Cruz. Após a iniciativa, as três unidades

de Catolé verificaram aumento de produtividade significativo, contemplando positivamente a comarca agregada.

O número de decisões em Catolé teve crescimento de 55,7%, passando de 1.450, no ano anterior à agregação, para 2.258, nos 11 meses seguintes avaliados. As sentenças, que somaram 2.979 no período anterior analisado, saltaram para 4.264, implicando num aumento de 43,1%. Os despachos, por sua vez, apresentaram crescimento de 7.829 para 10.975 (40,2%). Os arquivamentos também resultaram em um incremento de 11,1%, saindo de 5.485 para 6.107 após a agregação.

“Isso significa que as partes recebem mais sentenças e em menor tempo”, analisou o juiz Renato Levi, lembrando que, com a agregação, a Comarca de Catolé do Rocha recebeu um novo assessor, o que também impulsionou os processos, inclusive, os oriundos de Brejo do Cruz. A comarca, também, conta com o trabalho da juíza titular Fernanda de Araújo Paz e do juiz João Lucas Souto Gil Messias.

Juiz aponta melhorias das condições de trabalho

“Com a agregação, o volume de processos cresceu, mas a equipe também. Organizamos o trabalho dos assessores e enquanto um ficou responsável pela área cível, o outro ficou com a parte criminal. Todos os servidores de cartório passaram a trabalhar por dígitos. Foi um incremento muito bom, que colaborou com o aumento das sentenças”, afirmou o juiz Osenival dos Santos Costa, titular da Vara Única de Solânea, que recebeu feitos da comarca agregada de Arara.

O magistrado, que está à frente da comarca agregadora há 18 anos e que também respondia, desde 2016, pela Comarca de Arara, explicou que, com a agregação, as condições de trabalho melhoraram.

A produtividade colocada pelo juiz é confirmada pelos dados da Gerência de Pesquisas Estatísticas do TJPB: após a agregação, as sentenças prolatadas cresceram 52,3%, passando de 921 para 1.403. O período de análise considerou os 12 meses anteriores à medida e os 11 seguintes.

Os dados revelaram, ainda, que, em Solânea, outro crescimento perceptível diz respeito ao número de despachos. Antes da agregação, houve 5.896, e, no período seguinte avaliado, ocorreram 7.343 despachos, uma variação positiva de 24,5%. Já os dados relativos às decisões permaneceram estáveis, com um crescimento tímido de 2,7%, passando de 745 para 765.



Juiz Osenival dos Santos Costa

Produtividade cresce e beneficia São Mamede e Malta



Juíza Joscicleide Ferreira de Lira

A Comarca de Patos agregou as comarcas desinstaladas de São Mamede e de Malta. No estudo comparativo entre os 12 meses anteriores à agregação, aprovada pelo Pleno do TJPB em outubro de 2019, e os 11 meses subsequentes, os dados revelaram que o número de decisões em Patos cresceu 11,4%, passando de 10.006 para 11.143.

Os despachos também tiveram um incremento de 9,3%, saindo de 27.072 para 29.600. O número de sentenças manteve-se estável, apresentando uma variação positiva de 2,8%. Foram 9.082 antes da agregação e 9.333 no período posterior.

De acordo com a diretora do Fórum de Patos, juíza Joscicleide Ferreira de Lira, não houve dificuldades no processo: os servidores chegados das comarcas desinstaladas foram redistribuídos, conforme a lotação paradigma estabelecida, e os processos, de acordo com a respectiva competência.

Na Comarca de Patos, atuam, ainda, os juízes Diego Garcia Oliveira, Luzivando Pessoa Pinto, Isabella Joseanne Assunção Lopes Andrade de Souza, Janete Oliveira Ferreira Rangel, José Milton Barros de Araújo, Vanessa Moura Pereira de Cavalcante, Luiz Gonzaga Pereira de Melo Filho, Anna Maria do Socorro Hilario Lacerda, Bruno Medrado dos Santos

Comarca otimiza rotinas e aumenta número de decisões em 123%

A otimização de rotinas de trabalho foi a principal medida tomada na Comarca de Cuité após a unidade passar pela agregação e receber os feitos oriundos da comarca desinstalada de Barra de Santa Rosa. Segundo o juiz Fábio Brito de Faria, a medida possibilitou o crescimento da produtividade nos últimos 11 meses após a agregação, quando a unidade viu aumentar em 123,5% o número de decisões proferidas.

Os dados da Gerência de Pesquisas Estatísticas do Tribunal de Justiça da Paraíba demonstram que houve, nos 12 meses anteriores à agregação, um total de 756 decisões. O número subiu para 1.690 nos 11 meses seguintes.

Durante o período avaliado, os despachos foram incrementados em 47,3%, passando de 4.830 para 7.115. Também o número de sentenças apresentou um crescimento significativo de 35,5%, sendo aumentado de 1.364 para 1.848. Houve, ainda, 500 arquivamentos a mais que no período anterior (subiram de 3.063 para 3.563), um impacto de 16,3%.

Para o magistrado Fábio Brito de Faria, titular da 2ª Vara Mista, embora a chegada dos 2.500 processos, em média, oriundos de Barra de Santa Rosa tenha representado um desafio, a base material de trabalho adquirida permitiu que os magistrados e servidores modificassem a rotina, tornando-a mais racional e produtiva. A 1ª Vara Mista tem o juiz Iano Miranda dos Anjos.



Juiz Fábio Brito de Faria

Processos da comarca, agregada a Boqueirão, ganham mais celeridade



Juiz Falkandre Queiroz

A Comarca de Boqueirão (agregadora da desinstalada Comarca de Cabaceiras) revelou um dos melhores resultados em relação à diminuição da taxa de congestionamento, que foi de -21,8%, quando analisados períodos pré e pós-agregação, conforme diagnosticado pela Gerência de Pesquisas Estatísticas do TJPB. Como consequência, os processos que pertenciam a Cabaceiras e

que ficaram sob a jurisdição de Boqueirão, também ganharam celeridade nos trâmites. À frente da unidade judiciária está o juiz Falkandre Queiroz.

Os dados demonstram que, como efeito, houve o aumento de 418,7% no número de arquivamentos processuais de Boqueirão. Os 852 arquivamentos ocorridos nos 12 meses que antecederam a agregação (autorizada pelo Pleno em outubro de 2019) aumentaram para 4.419 nos 11 meses depois da medida.

No período comparado, a comarca também viu praticamente dobrar o número de sentenças, que aumentou de 724 para 1.060 – um impacto de 46,4%.

O crescimento também foi substancial em relação ao número de decisões, que passou de 329 para 762, ou seja, crescimento de 131,6%, considerando os mesmos períodos de avaliação. Os despachos, por sua vez, saltaram de 4.066 para 6.769, sendo 66,5% o percentual de aumento.

Agregadora quadruplica sentenças após medida

Onze meses após autorização da agregação da Comarca de Paulista à Comarca de São Bento, a unidade agregadora demonstrou um importante salto de produtividade, marcado, principalmente, pelo aumento de 353,5% na prolação de sentenças. O número alcançado durante os 12 meses que antecederam a agregação foi 361. Onze meses depois, a Vara proferiu 1.637 sentenças, resultado quatro vezes maior que o anterior.

Os dados demonstram, ainda, que resultado parecido foi observado quanto ao número de decisões, que passou de 552 para 2.063, considerando o mesmo período de análise. Um acréscimo de 273,7%.

Os despachos também foram positivos, sendo 2.460 no ano anterior à agregação e 3.552 no momento posterior, o que significa um impacto de 44,4% nos dados. “São Bento foi beneficiada com mais um assessor, além do que veio de Paulista e isso foi bastante positivo”, afirmou o juiz José Normando Fernandes, titular da 1ª Vara de Sousa, que responde em caráter de substituição.



Juiz José Normando Fernandes

Número de sentenças cresce 177,1% após agregação



Juiz Pedro Davi Alves de Vasconcelos

Com uma produtividade crescente, Piancó teve somado ao seu acervo os processos da comarca desinstalada de Santana dos Garrotes. Após 11 meses da agregação, a produtividade aumentou, conferindo celeridade, também, aos feitos da comarca agregada.

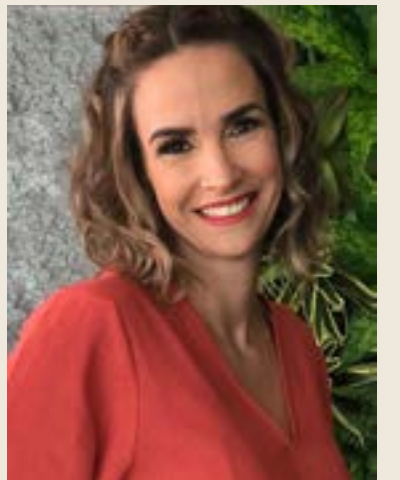
Piancó, que possui duas varas, aumentou em 177,1% o número de sentenças, que passou de 1.307 para 3.622. O total de decisões também teve salto significativo, no mesmo período. De 1.891 passou para 2.938, um crescimento de 55,4% - percentual semelhante ao verificado nos despachos, que foram elevados em 51,3%, indo de 4.743 para 7.175.

“Comarcas que não possuíam juízes titulares há anos, no geral, revelavam elevado índice de atraso no processamento dos feitos. Ao terem seu acervo incorporado à unidade agregadora, a própria população e os advogados perceberam a celeridade no andamento processual. Isso é revelado pela alta produtividade e na satisfação dos usuários”, avaliou o juiz Pedro Davi Alves de Vasconcelos, titular da 1ª Vara da Comarca de Piancó.

Quantidade de processos arquivados sobe 51,6%

Segundo a Gerência de Estatística do Tribunal de Justiça da Paraíba, a agregação de Cacimba de Dentro à Comarca de Araruna possibilitou o crescimento da produtividade nos 11 meses após a adoção da medida. O quantitativo de sentenças obteve um acréscimo de 28,3%, tendo sido prolatadas 741 nos 12 meses que antecederam a agregação e 951 após a iniciativa. O número de despachos também teve um aumento de 11,8%, passando de 4.288 para 4.739, no período avaliado. Já as decisões saltaram de 468 para 769 após a agregação, obtendo um percentual de 64%. O número de processos arquivados, por sua vez, registrou aumento de 51,6%, saindo de 1.958 para 2.969.

A juíza titular da 1ª Vara Mista de Araruna, Clara de Farias Queiroz, destacou que a Comarca de Cacimba de Dentro ganhou com a agregação, principalmente em relação à celeridade na tramitação do acervo processual. Já o titular da 2ª Vara Mista, juiz Rusio Lima de Melo, ressaltou que, quando se obtém uma resposta positiva, cujo aumento é exponencial de forma globalizada, o benefício abrange tantos os processos da primeira comarca, quanto da segunda, ganhando, desta maneira, os jurisdicionados das unidades judiciárias.



Juíza Clara de Farias Queiroz



Juiz Rusio Lima de Melo

Comarca aumenta produtividade e dá celeridade aos processos



Juiz Ricardo Henriques Pereira Amorim

A iniciativa rendeu bons frutos também em São José de Piranhas, que agregou a comarca desinstalada de Bonito de Santa Fé. De acordo com a Gerência de Pesquisas Estatísticas do TJPB, São José de Piranhas apresentou um aumento de 157,2% no número de sentenças, no período pós-agregação, em relação ao ano anterior. A produtividade saltou de 671 para 1.726 sentenças, números que incluem os processos da comarca agregada, que, consequentemente, ganharam mais celeridade.

O efeito crescente dos números é visto, também, nos despachos que subiram de 1.424 para 2.713, um incremento de 90,5%. No mesmo período avaliado, as decisões cresceram de 669 para 1.041 (55,6%). Já o percentual de arquivamento foi 68,8% superior, passando de 1.458 para 2.461. Em São José de Piranhas, atua o juiz Ricardo Henriques Pereira Amorim.

Com agregação, comarca arquivou 65,1% a mais de processos

“Serraria não contava com juiz titular, promotor titular, nem defensor público titular. Então, as audiências e despachos ficavam sempre no aguardo desses agentes que, muitas vezes, estavam ocupados nas comarcas onde exercem a titularidade. Hoje, temos a possibilidade de adiantar os processos daquela unidade, pois, aqui, as audiências ocorrem de segunda a sexta-feira”, destacou o juiz Jailson Shizue Suassuna.



Juiz Jailson Shizue Suassuna

Os reflexos positivos estão nos números fornecidos pela Gerência de Pesquisas Estatísticas do TJPB, que comparou os 12 meses que antecederam a agregação com os onze seguintes à medida. Conforme os dados, houve um crescimento de 65,1% no número de processos arquivados, que saltou de 1.571 para 2.593.

Também o percentual de despachos aumentou em 47,9%, havendo 2.381 antes da agregação e 3.522 depois. As sentenças saíram de 917 para 1.018, o que representa um incremento de 11%.

Comarca incrementa número de decisões em 25,5%



Juiz Alírio Maciel Lima de Brito

A Comarca de Guarabira, assim como todas as outras que passaram por agregações, mostrou números crescentes de produtividade, mesmo após ter recebido em seu acervo os feitos das comarcas desinstaladas de Pilões, Araçagi e Pirpirituba. Para o juiz-diretor do Fórum, Alírio Maciel Lima de Brito, o benefício alcançou os jurisdicionados dessas quatro localidades:

“O maior ganho para a sociedade foi o incremento na celeridade da resolução dos conflitos”.

Os dados da Gerência de Pesquisas Estatísticas do TJPB avaliaram os 12 meses que antecederam a agregação e os 11 seguintes e demonstraram que, no período, as decisões cresceram 25,5%, saltando de 3.563 para 4.471. Os despachos também tiveram um incremento de 6,5%, passando de 17.174 para 18.294. As sentenças antes da agregação somaram 4.338, e após, 4.507, apontando um crescimento de 3,9%.

Além de Alírio Maciel, atuam em Guarabira os magistrados Gustavo Camacho Meira de Sousa, Silse Maria da Nóbrega Torres, Flávia Fernanda Aguiar Silvestre, Andressa Torquato Silva, Hígia Antônia Porto Barreto, Katia Daniela de Araújo.

Em 11 meses, comarca registra aumento de 34,8% em decisões

O aumento da produtividade e mais rapidez na prestação jurisdicional são alguns dos reflexos positivos verificados após a agregação da Comarca de Prata à de Sumé. Comparando os 12 meses que antecederam a agregação (outubro/2019) com os 11 seguintes à medida (setembro/2020), foi registrado um aumento de 34,8% no quantitativo de decisões emitidas: antes eram 483, passando a 651. As decisões são, de forma genérica, qualquer manifestação judicial que dá andamento ao processo.

O levantamento apontou, ainda, o aumento de 13,6% no quantitativo de despachos proferidos, saindo de 2.833 antes da agregação para 3.218. Houve, também, um crescimento de 4,9% no número de processos arquivados (concluídos), passando de 1.275 para 1.338.

A magistrada que atua na Vara Única da Comarca de Sumé, Flávia de Souza Batista Rocha, destacou ganhos que ocorreram, dentre eles a economia que o ato representou para o TJPB e o aumento de servidores e oficiais de Justiça, com a chegada dos serventuários da Comarca de Prata.



Juíza Flávia de Souza Batista Rocha

Comarca tem elevação de 107,3% em sentenças após agregação

Outro exemplo de bom desempenho é o da Comarca de Serra Branca, que agregou a Comarca de São João do Cariri. Os dados fornecidos pela Gerência de Estatística do Tribunal de Justiça dão conta de que houve um aumento de 107,3% no número de sentenças, que passaram de 545 para 1.130; e 124,5% em quantidade de processos arquivados. Nos 12 meses que antecederam a agregação, foram 649 arquivamentos, subindo para 1.457, nos 11 meses que se seguiram.

O levantamento demonstra que foram registrados aumentos, também, nos percentuais de despachos proferidos (89,1%), subindo de 2.485 para 4.698, e no quantitativo de decisões emitidas (82,8%), antes da agregação somavam 516,

passando para 943. Os cálculos da pesquisa consideram os 12 meses que antecederam a agregação e os 11 meses seguintes, compreendendo o período de outubro de 2019 a setembro de 2020.

O juiz-diretor do Fórum, José Irlando Sobreira Machado, ressaltou que todos estão contentes com a prestação jurisdicional garantida aos cidadãos, transcorrido o primeiro ano da desinstalação da Comarca de São João do Cariri e a sua consequente agregação à Comarca de Serra Branca.



Juiz José Irlando Sobreira Machado



■ CESSÃO DE IMÓVEIS EM SANTANA DOS GARROTES



■ ARAÇAGI, BARRA DE SANTA ROSA E PILÕES



■ CESSÃO DE IMÓVEIS EM CABEDELO



■ CESSÃO DE IMÓVEIS EM CABACEIRAS



■ CESSÃO DE IMÓVEIS EM SÃO MAMEDE



■ CESSÃO DE IMÓVEIS EM BONITO DE SANTA ROSA



■ CESSÃO DE IMÓVEIS EM ARARA

POSTOS AVANÇADOS

PATJs facilitam acesso à Justiça após desinstalação de comarcas

Com a desinstalação e agregação de comarcas, o Tribunal de Justiça da Paraíba criou Posto Avançados (PATJ) para as cidades atingidas pela medida. Os PATJs consistem em unidades descentralizadas, instaladas em regime de parceria com os municípios integrantes da comarca. O instrumento, que não trouxe ônus financeiro ao TJPB, permitiu ampliar e facilitar o acesso à Justiça, mediante a realização de atos processuais por videoconferência, tais como audiências, e atendimentos eletrônicos.

A construção do projeto pela Presidência do TJPB foi feita de forma democrática e participativa, com a colaboração de desembargadores e juizes, em observação às premissas da Política Nacional de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição do CNJ.

“A iniciativa é fruto de experiências já comprovadas onde jurisdicionados são atendidos, virtualmente, com realização de audiências, inclusive do Cejusc, nos termos judiciais das Comarcas, poupando, assim, deslocamentos”, afirmou Márcio Murilo.

O presidente do TJPB considerou a realidade vivenciada a partir da pandemia do novo coronavírus e a necessidade de uma prestação jurisdicional a distância, com eficiência e qualidade. O gestor também levou em conta as agregações de comarcas ocorridas no Estado, bem como a importância da facilitação do acesso aos órgãos do Poder Judiciário.

A implementação dos Postos Avançados é instrumentalizada por meio de Termo de Parceria firmado entre o município interessado e o juiz-diretor do fórum da comarca da qual o município faz parte.

Colaborador da elaboração do normativo, o desembar-



gador João Benedito da Silva informou que a ideia dos Postos Avançados proposta pela Presidência ganhou força com a desinstalação de algumas comarcas, com o intuito de encurtar a distância entre a população e o Judiciário.

“Ali serão ouvidas as partes, as pessoas que, por lei, precisam comparecer à Justiça, a exemplo de testemunhas, bem como ocorrerão audiências dos Cejuscs. A Defensoria Pública, quando quiser, também poderá aten-

der pessoas que necessitem. Todo este conjunto de fatores deixará a Justiça mais próxima do jurisdicionado daquela localidade”, destacou.

O juiz auxiliar da Vice-Presidência, Herbert Lisboa, concorda. “Esse projeto foi idealizado pelo presidente Márcio Murilo e a finalidade é manter o Judiciário próximo da população, desenvolvendo atividades jurisdicionais e de atendimento com eficiência e presteza nos municípios que não são sede de comarca”, enfatizou.

O magistrado Pedro Davi Alves de Vasconcelos, titular da Comarca de Piancó, também foi um dos participantes na construção do projeto, que considera de vanguarda. “É de extrema relevância, porque supera limites físicos, em reverência ao acesso ao Judiciário. A providência (simples) possui potencial de levar o Judiciário paraibano a toda e qualquer cidade do Estado por meio de unidades que servirão de estrutura para realização de audiências, conciliações e atendimentos pelo Ministério Público e Defensoria Pública”, pontuou.

Num único dia, o juiz formalizou a instalação de sete Postos Avançados, vinculados à Comarca de Piancó, funcionando nas cidades de Igaracy, Aguiar, Emas, Catingueira, Olho D’Água, Nova Olinda e Santana dos Garrotes. Os convênios,

para a criação formal dos Postos de Atendimento, foram efetivados durante reunião, por videoconferência, entre o juiz Pedro Davi Alves de Vasconcelos e os prefeitos dos respectivos municípios.

Na Comarca de Catolé do Rocha, foi instalado um Posto Avançado em Brejo do Cruz (comarca desinstalada). Participante da idealização da iniciativa, o juiz titular da 3ª Vara Mista de Catolé, Renato Levi Dantas, disse que o projeto foi construído a muitas mãos, pensando na facilitação do acesso da população à Justiça.

“Colhemos opiniões e ouvimos muitos colegas que já faziam esse trabalho há décadas. Com a institucionalização dos Postos Avançados, ganhamos em continuidade, impessoalidade e segurança jurídica. Para a população e advogados, é um

instrumento que vem lhes trazer economia, celeridade e atendimento jurídico”, declarou.

O magistrado ressaltou, também, a importância do diálogo aberto pelo presidente Márcio Murilo com os juizes de 1º Grau. “Uma marca de sua gestão”, afirmou.

Durante a elaboração do projeto dos Postos Avançados, foi ouvida e considerada a experiência do magistrado titular da Comarca de Umbuzeiro, Antônio Leobaldo Monteiro de Melo, que, há 16 anos, já adota um modelo semelhante. O juiz sempre se deslocou até alguns termos da comarca (principalmente Santa Cecília e Natuba) para realizar audiências, conforme agenda e processos de cada localidade. Com a pandemia, manteve continuidade da estratégia por meio do sistema de videoconferência.

Confira a lista de Posto Avançados (PATJ) instalados

● Resolução Nº 29/11 - Publicado no DJE dia 14/09/2020 - Regulamenta a criação de Postos Avançados no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (PATJ).

● Postos Avançados de Aroeiras, Santa Cecília e Natuba (Comarca de Umbuzeiro) - Não tem a data da inauguração mas notícia de voto de aplauso dia 16/09/2020, informando que foi o primeiro Posto Avançado.

● Posto Avançado de Ibiara, Santa Inês e Santana de Mangueira (Comarca de Conceição) - Inaugurado em 24/09/2020

● Posto Avançado de Brejo do Cruz (Comarca de Catolé do Rocha) - Inaugurado em 24/09/2020.

● Posto Avançado de Lucena - Termo de Parceria entre Fórum de Cabedelo e Prefeitura de Lucena assinado em 05/10/2020.

● Postos Avançados de Caraúbas, Coxixola, Gurjão, Parari, São João do Cariri e São José dos Cordeiros (Comarca de Serra Branca). Notícia em 13/10/2020 sobre reunião para a instalação.

● Posto Avançados de Santana dos Garrotes, Catingueira, Olho D’água, Emas, Nova Olinda, Igaracy e Aguiar (Comarca de Piancó) - Inaugurados em 29/10/2020.

● Posto Avançado de Cacimba de Dentro (Comarca de Araruna) - Dia 15/10/2020 notícia informando que já funciona.

● Posto Avançado de Cruz do Espírito Santo (Comarca de Santa Rita) - Inaugurado dia 22/10/2020.

● Posto Avançado de Malta (Comarca de Patos) - Inaugurado dia 03/11/2020.

● Posto Avançado de Bonito de Santa Fé (Comarca de São José de Piranhas)- Inaugurado dia 25/11/2020.

● Posto Avançado de Borborema (Comarca de Bananeiras).

● Termo de Parceria entre Fórum de Bananeiras e Prefeitura de Borborema assinado em 03/12/2020.

● Posto Avançado de Uiraúna (Comarca de Sousa) - Inaugurado dia 14/12/2020

SALAS VIRTUAIS

Serviço amplia atendimento do Judiciário a distância

O presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, instituiu, em 18 de janeiro de 2021, as Salas Virtuais de Atendimento a Distância (SATJ) nos fóruns do Poder Judiciário estadual. O serviço foi oficializado por meio da Resolução nº 02/2021, com a finalidade de ampliar e facilitar o acesso à Justiça, mediante a realização de atos processuais por videoconferência.

Na exposição de motivos para a edição do documento, que tomou por base a Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 354, de 19 de novembro de 2020, o desembargador-presidente considerou a atenção prioritária ao 1º Grau de Jurisdição, desenvolvendo, em caráter permanente, iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento da qualidade, da celeridade, da eficiência, e da efetividade dos serviços judiciários da primeira instância. Observou, ainda, a nova realidade vivenciada a partir da pandemia do novo Coronavírus, a qual demonstrou que a atividade jurisdicional pode ser prestada a distância com a mesma eficácia.

O desembargador Márcio Murilo explicou que a SATJ é mais uma evolução da tecnologia para complementar o sucesso que já são os Postos Avançados do Tribunal de Justiça da Paraíba (PATJs). Disse que as Salas de Audiência a Distância permitirão, praticamente, que desapareça do mundo jurídico, a curto prazo, as Cartas Precatórias, permitindo que os juízes possam, de todo o Brasil, ouvir qualquer testemunha, em um Fórum da Paraíba.

“Esse avanço tecnológico torna o Judiciário mais célere, como, também, permite que haja um aprimoramento da própria procura da verdade real, já que o juiz de origem, aquele que desde o início acompanha o feito, tem muito mais condição de inquirir diretamente a testemunha, mesmo em outra região, do que um juiz deprecado, que apenas vá atuar naquele processo específico, sem ter conhecimento de causa anterior do mesmo”, ressaltou, pontuando que, com as salas



virtuais, não haverá mais a necessidade de um juiz delegar ao colega a inquirição de testemunha de comarca distinta da sua. “Em seu gabinete, o magistrado poderá ouvir, por videoaudiência, a testemunha de qualquer parte do Brasil”.

O diretor do Fórum Regional de Mangabeira, juiz Manoel Abrantes, observou que a instalação das SATJs proporciona ao jurisdicionado um local adequado para participar de audiências virtuais. Ressaltou, também, que a iniciativa é de extrema importância, principalmente para as pessoas carentes que não possuem equipamentos adequados, nem acesso à internet.

“Este serviço facilitará bastante tanto a prestação jurisdicional como o trabalho do magistrado, uma vez que não haverá necessidade de se remeter uma Carta Precatória para determinada comarca, com objetivo de ouvir uma testemunha, ouvir um réu, bastando que o juiz da comarca de origem entre em contato com a Diretoria do Fórum e solicite o agen-

damento de um horário na Sala de Audiência Virtual para que aquela pessoa possa ser ouvida na comarca da cidade onde reside”, disse.

Já o juiz-diretor do Fórum Criminal de João Pessoa, Adilson Fabrício, destacou que as Salas Virtuais de Atendimento a Distância representam um grande avanço na estrutura do TJPB, uma vez que proporcionarão o cumprimento de atos processuais não só entre comarcas do Estado, como também com aquelas pertencentes a outros tribunais do Brasil, envolvendo matéria da Justiça comum, federal ou militar, sem a necessidade da expedição de Carta Precatória. O diretor esclareceu que o próprio juiz da causa é quem terá a oportunidade de presidir o ato a distância.

“Muitas vezes, dúvidas dos juízos deprecantes não são sanadas quando o ato processual se realiza por carta precatória, o que não acontecerá com a implantação da SATJ. Isso, sem sombra de dúvidas, dará maior segurança na apreciação da prova e aumentará, substancialmente, a celeridade processual”, pontuou, acrescentando a existência de uma sala no Fórum Criminal com a estrutura necessária para o funcionamento do serviço.

Por sua vez, o juiz Carlos Sarmento, diretor do Fórum Cível da Comarca da Capital, lembrou que os maiores beneficiados serão os jurisdicionados. “Estes, encontrando-se em João Pessoa, poderão, do Fórum Cível e fazendo uso gratuito dos equipamentos e da internet existentes, participar de audi-

ências a serem realizadas em qualquer comarca do Estado, ou de qualquer outra da federação, não havendo a necessidade de grandes deslocamentos e sem gastos pessoais”, frisou.

Na Comarca de Santa Rita, um ambiente foi preparado para a instalação da SATJ, conforme informou a diretora do Fórum, juíza Ana Carla Falcão. Ela revelou, também, que, na Sala, haverá um servidor para auxiliar as partes que tiverem dificuldades técnicas para acessar a internet.

“A criação desse local é positiva tanto para o Poder Judiciário, como para as partes a serem ouvidas. Estas terão mais segurança no aspecto saúde, por ter disponível um ambiente higienizado e isento de aglomeração”, observou Ana Carla, informando que a tramitação das cartas precatórias, que tinham por finalidade a oitiva de pessoas, não obedecerá mais a pauta do juízo deprecado. “Será obedecida a pauta do juízo de origem, que bem saberá da necessidade da celeridade da causa, que está sendo processada sob a sua presidência”, concluiu.

O juiz diretor do Fórum da Comarca de Sousa, Natan Figueredo Oliveira, revelou que também foi estruturada uma sala no andar térreo do Fórum, onde funcionará a SATJ.

“Os atos de cooperação entre juízes de comarcas distintas poderão ser realizados de acordo com a agenda e a pauta do próprio juízo deprecante, o qual contará com as vantagens dele mesmo fazer a colheita da prova, por videoconferência, diretamente, e, além disso não depender de uma vaga na pauta de audiência do juízo deprecado”, destacou o diretor.



Juiz Manoel Abrantes



Juiz Adilson Fabrício



Juiz Carlos Sarmento



Juíza Ana Carla Falcão



Juiz Natan Figueredo

PRODUTIVIDADE

Pleno aprova Resolução que regulamenta a gratificação anual concedida a servidores por desempenho

O Pleno do Tribunal de Justiça da Paraíba aprovou, na sessão administrativa do dia 21 de outubro de 2020, o Projeto de Resolução que regulamentou a gratificação anual de produtividade dos servidores do 1º Grau, ano-base 2020. O projeto tem suporte na Lei Estadual nº 11.651/2020 e instituiu o Selo de Eficiência do TJPB.

Ao apresentar a Resolução à Corte, o presidente do Poder Judiciário estadual, desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, ressaltou que o projeto consiste na promoção, uniformização e na melhoria contínua de políticas e rotinas dos servidores do 1º Grau. Segundo ele, a concessão da gratificação de produtividade tem por objetivo reconhecer os trabalhos dos servidores, incentivar a evolução dos indicadores de produtividade e promover a melhoria na prestação jurisdicional.

“O projeto busca valorizar aqueles servidores que têm uma supremacia de produtividade, como, também, dar um prêmio moral às unidades judiciárias”, disse o presidente, acrescentando que foi elevado o valor da produtividade em relação ao ano de 2019.

O desembargador Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, que preside o Comitê Orçamentário de 1º Grau, parabenizou o desembargador Márcio Murilo pela iniciativa, bem como enfatizou que a medida se trata de uma forma inteligente de prestigiar o servidor.

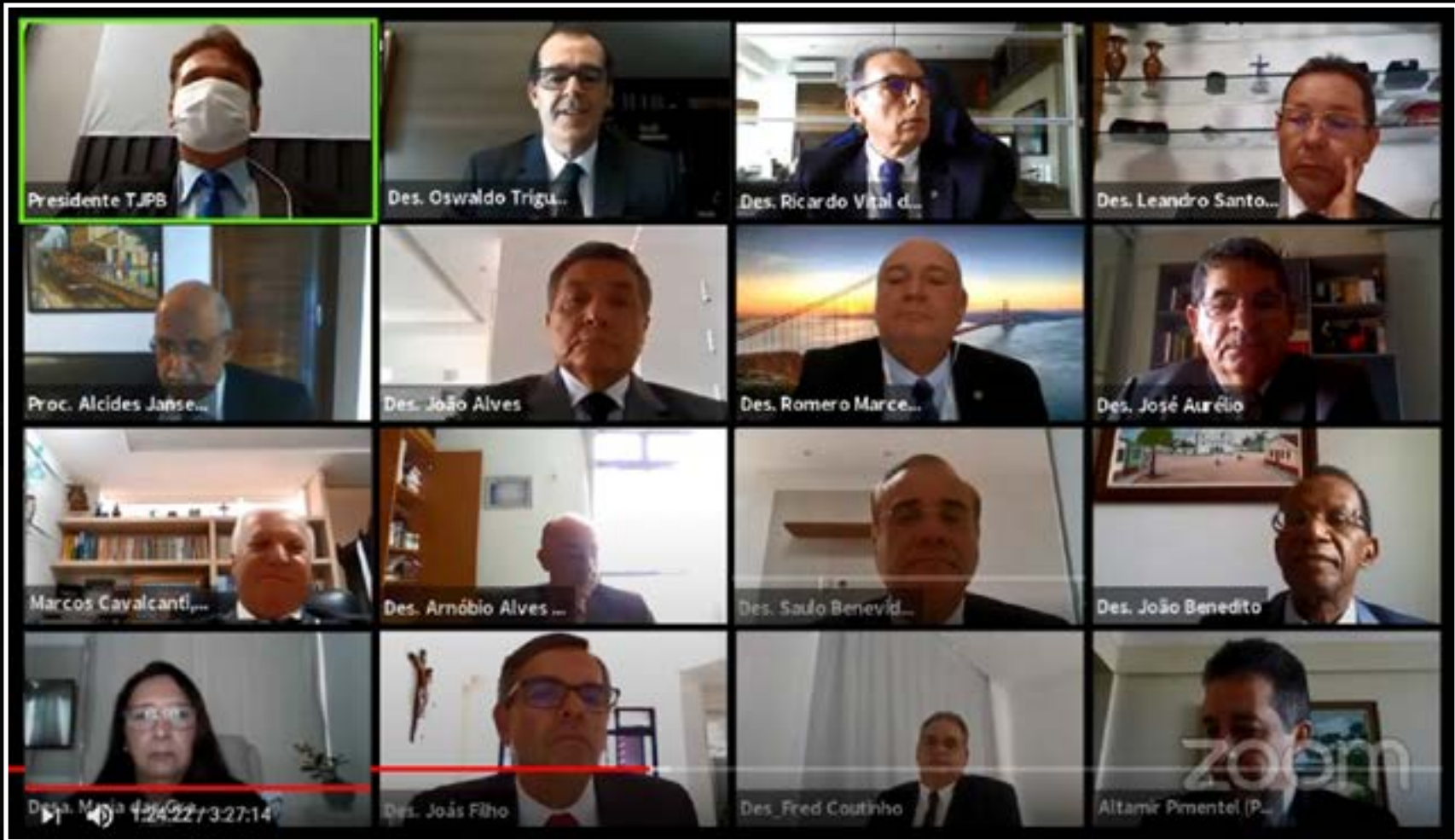
Para o presidente do Comitê Orçamentário de 2º Grau,

desembargador Saulo Henriques de Sá e Benevides, o custo-benefício do projeto é muito bom, já que vai aumentar, sensivelmente, a produção dos servidores. “Isso é um incentivo e um benefício muito grande para todos os servidores do Poder Judiciário estadual”, afirmou.

Já o desembargador João Benedito da Silva observou que, em 2020, o projeto ampliou também o número de assessores comissionados do 1º Grau. O corregedor-geral de Justiça, Romero Marcelo da Fonseca Oliveira, parabenizou o desembargador-presidente pela iniciativa. “O projeto incentiva a força de trabalho coletiva, já que todos têm de participar para que a premiação ocorra”, ressaltou.

O procurador de Justiça, Alcides Jansen, disse que o Ministério Público também seguiu o exemplo do Tribunal de Justiça da Paraíba e, a partir de 2021, implantará a gratificação de produtividade.

De acordo com o artigo 1º da Resolução, a regulamentação do Selo de Eficiência do TJPB e a gratificação anual de produtividade objetivam premiar servidores e comissionados, em exercícios nas unidades de 1º Grau, até o valor de duas vezes o primeiro padrão da Classe A do cargo de analista judiciário, conforme limites, critérios e regulamentações constantes na Resolução. Para ter direito ao benefício, o servidor precisa se destacar no desempenho de suas atribuições ou no cumprimento das metas de gestão estratégica do Poder Judiciário estadual, relativamente ao ano-base 2020.





SELO DE EFICIÊNCIA DO TJPB

Ministro participa da premiação a 45 unidades judiciárias

Magistrados e servidores das unidades do Poder Judiciário paraibano que se destacaram pela produtividade em 2019 receberam a premiação do Selo de Eficiência do Tribunal de Justiça da Paraíba, nas categorias Diamante, Ouro e Prata. A solenidade ocorreu no dia 26 de outubro de 2020, por videoconferência e foi transmitida, em tempo real, pelo canal do TJPB no YouTube. A condução ficou a cargo do presidente do Tribunal, desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, e contou com a participação virtual do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Reynaldo Soares da Fonseca. Quarenta e cinco unidades judiciárias foram premiadas.

Também prestigiaram o evento virtual os desembargadores Romero Marcelo (corregedor-geral de Justiça), João Benedito (presidente da Comissão Revisora da Gratificação Anual de Produtividade), Frederico Coutinho e Ricardo Vital de Almeida. Participaram, ainda, o presidente da Associação dos Magistrados da Paraíba (AMPB), juiz Max Nunes, e os auxiliares da Presidência e da vice-Presidência do Tribunal, juízes Meales Melo, Rodrigo Marques, Gustavo Procópio e José Herbert Lisboa.

Representantes da Defensoria Pública do Estado, Ricardo José Costa; da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Paraíba (OAB-PB), advogada Ana Caroline Lopes; do Governo esta-

dual, procurador-geral Fábio Andrade Medeiros; da Assembleia Legislativa, deputado Adriano Galdino (presidente); e do Ministério Público estadual, subprocurador-geral Administrativo Álvaro Gadelha, também estiveram presentes na cerimônia on-line.

Na abertura da solenidade, o desembargador Márcio Murilo saudou os participantes, em especial o ministro Reynaldo da Fonseca, e disse que o momento era histórico, de alegria, comemoração, integração, respeito e agradecimento aos magistrados e servidores pela dedicação e esforços para uma prestação jurisdicional rápida e justa. “Este selo foi idealizado a dez mãos deste Tribunal. Espero que o Selo continue nas gestões



seguintes. Só tenho a agradecer a vocês. Muito obrigado pela participação e a união, legados que essa gestão deixa aos senhores”, realçou.

O ministro do STJ, Reynaldo da Fonseca, disse ser uma alegria imensa voltar à Paraíba, mesmo que de forma virtual, e que se sente paraibano por adoção. Parabenizou a magistratura paraibana, elogiou a gestão do presidente Márcio Murilo e afirmou que a premiação pela produtividade dos magistrados e servidores do TJPB era uma solenidade singela, porém muito significativa, por resultar numa prestação jurisdicional célere e eficiente.

“Cumprimento toda a magistratura paraibana, que tanto brilha e honra o Brasil, na pessoa do desembargador Márcio Murilo, que tem se destacado, com sua atuação, de forma tranquila, mediadora, com a preocupação, específica, com a pacificação social, e isso é o mais fundamental, não só para o Tribunal, mas para toda a sociedade e, ao mesmo tempo, a preocupação com a eficiência e a eficácia da atuação do Poder Judiciário no Estado da Paraíba”, pontuou o ministro, citando o uruguaio Eduardo Galiano a respeito da ruptura dos paradigmas impostos pela burocracia. Ao final, ele parabenizou os magistrados e servidores das 45 unidades premiadas.

Na sequência, também discursou o desembargador João Benedito, que falou sobre os trabalhos da Comissão, enfatizando a eficiência e a gestão de pessoas, como principais temas do planejamento estratégico do Tribunal. O corregedor-



geral de Justiça, desembargador Romero Marcelo, destacou as medidas administrativas adotadas pelo presidente do TJPB para enxugar os gastos, visando uma melhor prestação jurisdicional do Poder Judiciário paraibano. Exaltou os trabalhos dos servidores e falou sobre os critérios meritórios e objetivos para a premiação do Selo de Eficiência do TJPB - 2019.

Durante a entrega virtual do Selo, magistrados e servidores contemplados discursaram, falando sobre suas experiências nas unidades onde atuam, demonstrando gratidão à Presidência do Tribunal de Justiça pelo reconhecimento do trabalho por eles executados para manter eficiente e célere os serviços prestados pelo Judiciário estadual. No encerramento, o desembargador-presidente agradeceu a todos e ressaltou: “São cooperados e partícipes de uma gestão que não tem Mesa Diretora, não tem servidor, não tem magistrado, tem a união plena”.

A premiação atende ao Princípio Constitucional da Eficiência e fortalece a Política de Priorização do 1º Grau. “Permite, ainda, melhoria nos resultados desta instância e presta um reconhecimento ao trabalho qualitativo executado pelos servidores e magistrados das unidades mais produtivas”, frisou Márcio Murilo.

O Selo Diamante é conferido às varas que estiverem entre as 5% maiores pontuações relativas; o Selo Ouro, às unidades judiciárias que estiverem entre as 5,01% e 10% maiores pontuações relativas e o Selo Prata, àquelas entre as 10,01% e 20% maiores pontuações relativas.



ENFRENTANDO A PANDEMIA

MEDIDAS PREVENTIVAS E TECNOLOGIA
GARANTEM OS SERVIÇOS JUDICIÁRIOS

Atos conjuntos e medidas preventivas garantem segurança de magistrados e servidores do TJPB

Pandemia: Adoção do trabalho remoto, maior uso das tecnologias e da internet para atender às demandas dos jurisdicionados, soluções criativas para contornar a falta de contato presencial, protocolos de biossegurança, recomendações e atos normativos conjuntos. Estas foram algumas das muitas medidas adotadas pelo Tribunal de Justiça da Paraíba como forma de, ao mesmo tempo, garantir a saúde e segurança de magistrados, servidores e jurisdicionados, conter a disseminação do novo coronavírus (Covid-19) e manter o Poder Judiciário ativo, mesmo em uma situação atípica.

Com a pandemia decretada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em março de 2020, seguida de iniciativas de isolamento social adotadas pelos governos estadual e municipais, as instituições que integram o Sistema de Justiça na Paraíba se uniram em prol da prevenção. O Ato Conjunto nº 02/2020, assinado no dia 17 de março pelo TJPB, MPPB, DPE-PB e OAB-PB, em adequação à Recomendação nº 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), suspendeu as audiências, sessões do Tribunal do Júri e de órgãos colegiados, excetuados os atos que pudessem ser realizados por meios tecnológicos.

Além disso, o Ato Conjunto nº 03/2020/TJPB/MPPB/DPE-PB/OAB-PB suspendeu, em caráter excepcional, o expediente presencial nessas instituições, determinando a adoção do trabalho remoto. Os demais atos conjuntos que se seguiram serviram para prorrogar as medidas adotadas já no começo da pandemia. A união entre as instituições, nesse momento tão conturbado, foi essencial para garantir a prestação de serviços ao jurisdicionado, que, por outro lado, em muitos casos, não podia esperar pelo eventual fim do isolamento social.

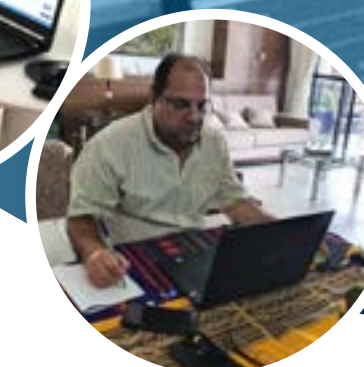


TELETRABALHO

Aprovada pelo Plenário do CNJ resolução que regulamenta o *home office* no Judiciário.

A produtividade do servidor que trabalhar de casa deverá ser superior a dos que trabalharem nas dependências do órgão.

cnj.official @cnj_oficial





Vanguarda na adoção do home office

De acordo com o presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, o TJPB foi um dos primeiros do País a adotar o home office para servidores e magistrados. “De imediato, nos preparamos para enfrentar esta pandemia, com sessões virtuais e por videoconferência. Durante este período de trabalho remoto, incrementamos a comunicação interna e externa, com muitas lives, nas quais os magistrados e servidores puderam expor suas visões e práticas judicantes e judiciais e, também, realizamos reuniões com os setores do Tribunal e com os demais órgãos do Sistema de Justiça”, destacou.

O presidente do TJPB enfatizou, também, que foi realizado todo um planejamento para o retorno gradual das atividades presenciais. “Nós montamos comissões para este retorno, inclusive com pessoas da área externa do Poder Judiciário estadual, como advogados, Ministério Público e Defensoria Pública. Juntos, planejamos, de acordo com as normas sanitárias internacionais e estadual, o retorno gradual, que ocorreu lentamente, a partir de julho de 2020, mas com segurança aos servidores, magistrados e jurisdicionados. Não tivemos pressa para um retorno integral, pois, primeiro, buscamos garantir a saúde não só de quem trabalha no Judiciário, como, também, do público externo”, afirmou.



Márcio Murilo destacou o trabalho conjunto desenvolvido por todos os órgãos do Sistema de Justiça durante a pandemia.

Unidos contra a pandemia e pela continuidade dos serviços judiciários

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Paraíba (OAB-PB), Paulo Maia, comentou que os atos normativos conjuntos firmados pelas instituições tiveram como finalidade regular o funcionamento das atividades judiciais durante a pandemia, tanto no início quanto na fase mais aguda, de maneira a proporcionar aos cidadãos paraibanos o acesso a este serviço indispensável e essencial, com segurança sanitária.

“Neste sentido, os trabalhos foram sempre partindo desse esforço conjunto de maneira responsável e a permitir que todos pudessem transpor esse período, de forma a ter acesso à jurisdição sem prejuízo de sua saúde”, reforçou.

Conforme o defensor público-geral da Paraíba (DPE-PB), Ricardo Barros, os atos conjuntos assinados representaram um grande avanço. “Eles ajudaram bastante, porque pudemos unificar o trabalho entre os órgãos que compõem o sistema judiciário, como forma de um não avançar mais do que o outro em determinada área e, consequentemente, não atrapalhar a prestação do serviço. A iniciativa foi de grande importância e parabenizo o presidente do TJPB por isso. Os atos conjuntos moldaram a melhor forma para enfrentarmos, unidos, a pandemia e preservar a cadeia do atendimento e a designação de audiências”, salientou.

Para o procurador-geral de Justiça da Paraíba, Francisco Seráfico, desde o princípio da pandemia, buscou-se um regramento conjunto entre os órgãos que compõem o Sistema de Justiça. “Realizamos várias reuniões, objetivando, sempre como primeira medida, preservar a saúde dos membros, servidores, estagiários e voluntários, bem como da população que frequenta esses ambientes”.

O procurador-geral afirmou que “os serviços essenciais foram fornecidos basicamente em caráter de sobreaviso, regime de plantão e, em julho, iniciamos o retorno gradual das atividades, com funcionamento meramente interno. Depois, retomamos atendimentos e audiências com hora marcada, mas sempre priorizando o atendimento por videoconferência. Apenas quando houve a necessidade de atendimento presencial, ele ocorreu, mas com a adoção de todos os protocolos necessários, seja de distanciamento, uso de máscara, medição de temperatura, quantitativo máximo de pessoas, entre outras medidas”, explicou.



Presidente da OAB-PB, Paulo Maia



Defensor público-geral da Paraíba (DPE-PB), Ricardo Barros



Procurador-geral de Justiça da Paraíba, Francisco Seráfico

Teletrabalho traz novos aprendizados e eleva produtividade

Com a suspensão do expediente presencial em todas as unidades do Poder Judiciário estadual, adotou-se o teletrabalho, como forma de dar continuidade às atividades mesmo a distância. Para isto, o acesso aos autos eletrônicos dos processos, por meio de sistemas como o do Processo Judicial eletrônico (PJe), por exemplo, foi essencial para garantir a continuidade da prestação jurisdicional com eficiência.

Foi observado, também, que, mesmo com a suspensão de audiências presenciais, dos tribunais do júri ou de outros tipos de sessões, a produtividade do Poder Judiciário estadual aumentou nesse período, de acordo com os dados disponibilizados pelo Painel de Produtividade Semanal Covid-19, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), provando que a Justiça não para.

Desde março, quando teve início a análise semanal pelo CNJ para aferir a produtividade dos tribunais de justiça de todo o país, considerando o porte de cada um e o home office, o TJPB acumulou um total de 526.599 despachos proferidos (dados de XXXX). O tribunal paraibano figurou no posto de primeiro lugar entre os de pequeno porte do País em número de despachos proferidos. Além disso, nesse período, o TJPB prolatou 151.344 sentenças, proferiu 140.964 decisões e 827.936 atos foram realizados por servidores. Em 187 dias de trabalho remoto, segundo os dados do CNJ, foram feitas 9.029 audiências, 134.858 processos foram distribuídos e 177.206 feitos arquivados.

PJe

garantiu bom desempenho do trabalho remoto

Um dos grandes facilitadores e que permitiu um bom desempenho durante o trabalho remoto foi o Processo Judicial eletrônico (PJe), expandido durante o período de pandemia. Em agosto de 2020, foi concluída a expansão do PJe para a área criminal em toda a Paraíba. Com isso, o Judiciário estadual paraibano encerrou a possibilidade de entrada de novos processos de forma física, iniciando uma fase exclusivamente eletrônica, com exceção, apenas, dos feitos físicos que já tramitavam e migravam para a plataforma virtual.

O 2º Grau de Jurisdição concluiu, também, a implantação do PJe criminal, recebendo novos feitos dessa esfera apenas na modalidade eletrônica. O Projeto Digitaliza, responsável pela virtualização dos processos passou a focar, desde o segundo semestre de 2020, o âmbito criminal, para virtualizar os feitos em andamento nas unidades judiciárias do Estado. Até o dia 16 de setembro, a iniciativa já contabilizou um total de 22.411 feitos físicos criminais migrados para o PJe em todo o Estado. Atualmente, cerca de 1,170 milhão de processos eletrônicos, entre os em tramitação e os arquivados, já integram o PJe no Poder Judiciário estadual.

Judiciário se reinventa e está cada vez mais TECNOLÓGICO

Para além de plataformas eletrônicas que permitem o acesso aos feitos e, desta forma, a garantia dos serviços prestados aos jurisdicionados possam prosseguir, mesmo durante o período de pandemia, os magistrados e servidores tiveram de encontrar meios para dar continuidade a eventos programados para acontecerem presencialmente.

Webinários e transmissões ao vivo (lives) fizeram as vezes de seminários e palestras, por exemplo. Ferramentas como Zoom e Cisco Webex viraram rotineiras na realização de reuniões, bem como o Instagram e o YouTube garantiram que capacitações, mesas temáticas e, até mesmo, audiências de casamento virtuais pudessem ser acompanhadas pelo público remotamente.

Em relação às sessões, nesse período, ficou autorizada a realização de dois tipos: sessões virtuais e por videoconferência. Enquanto as virtuais são realizadas semanalmente, com início às segundas-feiras, às 14h, e duração de sete dias corridos, encerrando-se o prazo para votação dos demais integrantes do órgão colegiado na segunda-feira subsequente, às 13h59, para todos os órgãos colegiados do Tribunal, as por videoconferência ocorrem em dias específicos para cada Câmara, seja cível ou criminal, bem como as seções cíveis e o Tribunal Pleno.

Além disso, outras diferenças são o ambiente onde acontecem as sessões, a possibilidade ou não de sustentação oral (apenas na sessão por videoconferência) e a forma de acompanhamento do julgamento.

“A pandemia nos deu lições de vida e mostrou que o preparo e o planejamento são importantíssimos. Se não fosse a tecnologia que nós montamos, inclusive com cessão de notebooks para magistrados e celulares para chefes de cartório, como também todo um processo de virtualização dos feitos e digitalização dos processos físicos, estaríamos em péssimos lençóis e em situação de calamidade. Porém, demos a volta por



Os juízes Pedro Davi Alves de Vasconcelos, Philippe Guimarães Padilha Vilar, Francisco Thiago da Silva Rabelo e Jeremias de Cássio Carneiro de Melo criaram o Projeto Audiências 100% Digitais.

cima. A produtividade em alguns setores e áreas de núcleos processuais até melhorou”, destacou o presidente do TJPB, desembargador Márcio Murilo.

Ele comentou acerca de outras tecnologias desenvolvidas no período para auxiliar o trabalho remoto. “Algumas tecnologias empregadas, a exemplo de alvarás eletrônicos para saque em dinheiro e alvarás de mandado de soltura de réus, além das sessões por videoconferência e virtuais, continuarão a ser utilizadas mesmo no pós-pandemia. São coisas que vieram ‘a fórceps’, mas mostraram que a tecnologia é amiga da eficiência e segurança. Esperamos que, após a pandemia passar, essas tecnologias se integrem ao novo Judiciário que se aproxima”, ressaltou o presidente do TJPB.

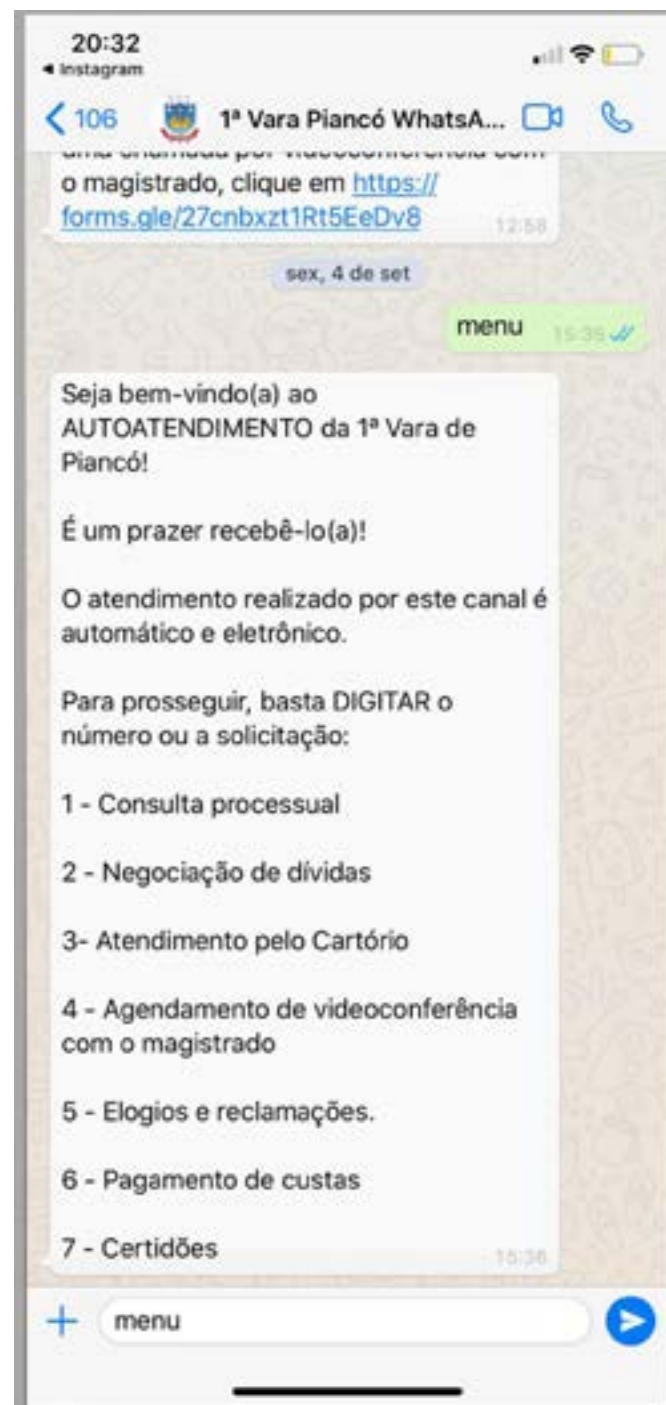
CRIATIVIDADE

Novas experiências na pandemia

Alguns magistrados ousaram na criatividade e desenvolveram, nesse período de pandemia, o Projeto das Audiências 100% Digitais. Iniciativa dos juízes Jeremias de Cássio Carneiro de Melo (titular da 2ª Vara Mista de Queimadas), Pedro Davi Alves de Vasconcelos (titular da 1ª Vara Mista de Piancó), Philippe Guimarães Padilha Vilar (auxiliar da 2ª Circunscrição com atuação na Vara de Execução Penal de Campina Grande) e Francisco Thiago da Silva Rabelo (titular da Comarca de Conceição).

O projeto é uma espécie de “Central de Mandados Virtual”, que prevê que atos como intimação, citação e a própria audiência sejam realizados e viabilizados pela via eletrônica. A iniciativa tem o intuito de promover o cumprimento das notificações oficiais do Juízo de forma totalmente telepresencial, tanto por servidores quanto pelos oficiais de justiça. No formato de capacitação on-line, o projeto foi repassado a diversas unidades judiciárias do Estado, sendo apoiado pela Presidência do TJPB.

Outra ação criativa que resultou das experiências durante a pandemia foi o desenvolvimento de uma ferramenta robotizada para autoatendimento. Conforme seu idealizador, o juiz Pedro Davi Vasconcelos, trata-se de uma central de relacionamento digital, ou seja, quando se entra em contato com a unidade judiciária, o jurisdicionado é imediatamente redirecionado para uma conversa no bate-papo do WhatsApp. Com um menu disponibilizado, o jurisdicionado pode ter acesso a diversos serviços prestados pelos servidores e magistrado, que atuam em Piancó.



Em Piancó, ferramenta robotizada é usada para o atendimento dos jurisdicionados.

A pandemia resultou, também, em outro bom fruto: a criação de Postos Avançados no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (PATJ), que consistem em unidades descentralizadas, instaladas em regime de parceria com os municípios integrantes da comarca. O instrumento visa ampliar e facilitar o acesso à Justiça, mediante a realização de atos processuais por videoconferência, tais como audiências e atendimentos eletrônicos.

Ao editar o documento que disciplina a criação dos postos, o desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos considerou a nova realidade vivenciada a partir da pandemia do novo coronavírus e a necessidade de uma prestação jurisdicional a distância, com eficiência e qualidade. O gestor do TJPB também levou em conta as recentes agregações de comarcas ocorridas no Estado, bem como a importância da facilitação do acesso aos órgãos do Poder Judiciário.



Juízes adotaram plataformas, como Zoom e Cisco Webex, para a realização das audiências



Usando tecnologia, juízes participam de reunião sobre o retorno gradual das atividades no Fórum Cível de João Pessoa.

PREVENÇÃO NA PANDEMIA

Regras sanitárias rígidas no retorno gradual às atividades presenciais

À medida que o número de casos e óbitos causados pelo novo coronavírus (Covid-19) foi apresentando redução nos municípios paraibanos, deu-se início ao planejamento para avaliar e estabelecer o retorno gradual das atividades presenciais de magistrados e servidores do Poder Judiciário estadual da maneira mais segura possível. Para isso, foram seguidas à risca as recomendações dos organismos sanitários mundiais, estaduais e municipais, bem como do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e, sempre, priorizando o trabalho remoto.

A Gerência de Qualidade de Vida (Gevid) do TJPB montou um Protocolo de Biossegurança, seguido por magistrados, servidores e público externo que precisou, eventualmente, se fazer presente a alguma unidade judiciária. O material conta com orientações e recomendações em nível individual, a exemplo do uso adequado dos equipamentos individuais de segurança (EPIs), e coletivo, como a indicação de controle, por parte dos diretores dos fóruns, da quantidade de pessoas em circulação nos ambientes, bem como de audiências presenciais realizadas. Além disso, foram estabelecidas regras quanto à limpeza e sanitização das dependências das unidades judiciárias.

A Gevid disponibilizou a cartilha virtual “Considerações gerais sobre as regras de Biossegurança”. O material expõe as orientações para a retomada gradual das atividades presenciais, baseada nas recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Decreto Estadual nº 40.304/2020 (Plano Novo Normal Paraíba, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pela Covid-19).

Além da criação de protocolo de biossegurança, a Presidência do TJPB editou o Ato nº 33/2020, que estabeleceu um Plano de Implantação de Retorno Gradual e Sistematizado às Atividades Presenciais (PI), com base nos termos da Resolução nº 19/2020. Composto de três fases, a primeira etapa do plano

teve início no dia 20 de julho de 2020, com ações voltadas apenas à digitalização dos processos criminais, começando pelos feitos de réus presos (expediente interno).

A segunda fase começou no dia 2 de agosto, seguindo com ações até o dia 23. O período consistiu em abertura gradual para o trabalho externo, focado, principalmente, em audiências com réus presos e menores apreendidos. Já a partir do dia 24 de agosto, foi iniciada a terceira etapa do retorno gradual às atividades presenciais, com a continuidade dos atos das fases anteriores, a retomada dos serviços jurisdicionais semipresenciais e presenciais externos e a realização de audiências semipresenciais e presenciais dos demais processos, quando impossível de realizá-las virtualmente.

No início da terceira fase do plano de retorno, diversas unidades judiciárias promoveram audiências e, até mesmo, sessões do Júri presenciais. Nesses casos, as normas de segurança foram seguidas estritamente à risca e, além disso, os juízes-diretores dos fóruns mantiveram parcerias com as secretarias municipais de saúde para realizar testes para detecção da Covid-19.

Iniciativas como sorteios dos jurados feitos fora do ambiente do fórum, limpeza e sanitização da sala onde a sessão ocorreria, reorganização do mobiliário, de modo a garantir o distanciamento social, disponibilização de álcool gel a cada um presente à sessão, entre outras ações foram tomadas como forma de prevenir e preservar a saúde de todos e dar andamento ao julgamento de casos que, por sua gravidade, precisavam ser solucionados

“O essencial é que todos convergiram para um bem maior, e os diretores de fóruns fizeram um bom trabalho preventivo. É gratificante ver os cuidados e zelo pela vida que todos nós temos de ter neste momento. O TJPB está voltado a esta batalha pelo bem comum”, comentou a gerente de Qualidade de Vida (Gevid) do TJPB, Valéria Beltrão.



Valéria Beltrão coordenou a elaboração de regras de biossegurança para retorno das atividades presenciais.

A JUSTIÇA NÃO PARA

Em 264 dias no home office, Judiciário paraibano registra 5,2 milhões de atos

A produtividade do Poder Judiciário paraibano manteve-se em alta no período da pandemia do coronavírus. Para se ter uma ideia, de março de 2020 a novembro, em 264 dias, foram registrados 5.279.044 atos praticados, sendo 1.237.245 judiciais, executados por juízes, e 4.041.799 ordinatórios, efetuados por servidores, todos por meio do teletrabalho, através do sistema PJe.

O levantamento foi realizado pela Gerência de Estatística do Tribunal de Justiça da Paraíba. Para a soma do total do trabalho digital dos magistrados, foram considerados os quan-

titativos de despachos (771.954), sentenças (227.750), decisões (211.596) e audiências (25.945). Ainda segundo os dados, o Poder Judiciário estadual permaneceu arquivando mais processos do que o recebido. No período, foram distribuídos 206.701 feitos e arquivados 311.188.

Nestes mais de 260 dias no trabalho remoto, foram registrados aumentos nos percentuais da produtividade on-line. A pesquisa apontou aumento de 255,1% na média semanal de audiências realizadas (721 na média, registrando 2.559 entre os dias 30/11 a 06/12). Subiu, igualmente, para 78% a percentagem de feitos arquivados, com 8.644, registrado na média semanal, e 15.390 entre o final de novembro e início de dezembro. Outros percentuais que obtiveram aumentos significativos referem-se aos quantitativos de decisões emitidas (24,8%, registrando na média da semana 5.878 e dentro de uma semana, 7.333) e de sentenças prolatadas, que apresentou um aumento de 23,2%, sendo na média 6.326, registrando, em uma semana, 7.794.

Os números demonstram que o Poder Judiciário estadual não parou. Mesmo em meio à crise sanitária ocasionada pela pandemia do Coronavírus, a prestação ao jurisdicionado foi mantida, e com qualidade. A Justiça não para!



Liberação de R\$ 4,6 milhões para enfrentamento da Covid-19

De março a dezembro de 2020, levantamentos semanais realizados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre a atuação dos tribunais do País, no contexto da pandemia do coronavírus, apontaram que o Judiciário estadual paraibano direcionou um total de R\$ 4.655.783,95 para enfrentamento da Covid-19 no Estado. Desta forma, o Tribunal paraibano terminou o ano em 2º lugar entre os TJs de pequeno porte no tocante à destinação de verbas para combate aos efeitos da pandemia.

Na Paraíba, as verbas foram destinadas para aquisição de materiais, equipamentos médicos, serviços, trabalho de prevenção e atendimento aos infectados, entre outros objetivos. Os recursos foram provenientes de penas pecuniárias, transações penais e suspensão condicional do processo nas ações criminais, de unidades de todo o Estado

Foram registradas transferências de valores provenientes de processos da Operação Calvário e de Varas de João Pessoa, Campina Grande, Conceição, Monteiro, Pocinhos, Pombal, Serra Branca, Itabaiana, Patos, Piancó, Solânea, Uiraúna e Alagoa Grande, dentre outras.

Do valor total, a maior parcela foi liberada pelo desembargador Leandro dos Santos, que determinou a concessão de R\$ 3 milhões, depositados em juízo pela empresa Borborema Energética S/A em favor do Município de Campina Grande. Os recursos foram utilizados, exclusivamente, para o pagamento de bens e insumos adquiridos no enfrentamento da pandemia.

Já o desembargador Ricardo Vital de Almeida, relator do processo da Operação Calvário, deferiu pedido formulado pelo Ministério Público da Paraíba (Gaeco) no sentido de destinar R\$ 399 mil, depositados judicialmente pela colaboradora Livânia Maria da Silva Faria, ao Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW-UFPB). O valor foi utilizado para a aquisição de 2.660 testes de antígeno por imunofluorescência ECO-F para Colvid-19, em 133 kits.

A Vara de Penas Alternativas (Vepa) da Comarca da Capital, por exemplo, liberou R\$ 65 mil, oriundos de verbas pe-



cuniárias, ao Complexo Hospitalar Governador Tarcísio Burity (Ortotrauma de Mangabeira) para a compra de aparelho respirador pulmonar, destinado a pacientes do novo coronavírus (Covid-19).

O Juizado Especial Criminal de João Pessoa (Jecrim) também destinou recursos, na ordem de R\$ 10 mil. O juiz titular Hermance Gomes explicou que a verba foi destinada a aperfeiçoar o isolamento social nas dependências do Primeiro e do Segundo Tribunal do Júri de João Pessoa, com a instalação de painéis transparentes que separam os magistrados, jurados, advogados, réus, promotores, escoltas, funcionários e servidores da Justiça.

Dentro do Projeto “Esperança Viva”, apoiado pelo Poder Judiciário estadual, mulheres privadas de liberdade das unidades prisionais de João Pessoa, Campina Grande, Patos e Cajazeiras fabricaram mais de 220 mil máscaras. A produção ocorreu durante toda a pandemia.

A doação de recursos pelo Judiciário para combate à Covid-19 foi viabilizada por meio do Ato Conjunto nº 05/2020 do TJPB/CGJ, publicado no Diário da Justiça eletrônico do dia 31 de março de 2020.



Canais para comunicação e atendimento ao público

O Poder Judiciário estadual manteve na gestão do desembargador Márcio Murilo, desde o início da adoção do trabalho remoto por seus magistrados e servidores, canais diversos para atendimento ao jurisdicionado e comunicação ao público. A iniciativa, tomada como forma de prevenir a contaminação pelo coronavírus (Covid-19), garantiu que os trabalhos da Justiça paraibana não parassem, e, mesmo durante o período de isolamento social, as partes, advogados e jurisdicionados permaneceram com acesso à Justiça.

Embora a terceira fase do retorno gradual às atividades presenciais no Poder Judiciário estadual tenha iniciado no dia 24 de agosto de 2020, nem todas as unidades optaram pela retomada de audiências presenciais, sendo a modalidade virtual a prioridade naquele momento.

Dentre os canais de comunicação, o site do TJPB disponibilizou, em seu quadro de avisos, os números de telefones funcionais dos chefes dos Cartórios Judiciais, dos gerentes dos Fóruns das Comarcas, da Gerência de Precatórios e dos chefes dos Gabinetes dos Desembargadores.

Na parte de avisos foram disponibilizados, também, os contatos para atendimento pelos Juizados Especiais Cíveis de João Pessoa. O site do Tribunal divulgou, ainda, o banner “Fale com o TJPB”.

O Telejudiciário, que contempla o Protocolo Administrativo, manteve o atendimento remoto. Já a Ouvidoria do TJPB permaneceu com o seu atendimento na modalidade virtual. Isso foi possível por causa do sistema de registro de manifestações do setor, que funciona por meio eletrônico desde agosto de 2019.

CORRENTE DO BEM

Em tempos de pandemia, a hora é da solidariedade!



Durante quatro meses de 2020, no período da pandemia, centenas de moradores de rua, idosos e famílias em vulnerabilidade social de João Pessoa, Bayeux, Santa Rita e Cabedelo foram atendidos pela Campanha “Corrente do Bem – Em tempo de Pandemia, a hora é de solidariedade”, que forneceu cestas básicas, roupas, mantimentos e equipamentos de proteção individual contra a Covid-19.

A iniciativa teve o apoio do Tribunal de Justiça da Paraíba e foi promovida por um grupo de assessores dos juízes de 1º Grau e do TJPB. Nas diversas ações, foram distribuídas mais de 1.000 máscaras, 400 mantas, 1.600 quentinhas, 130 cestas básicas e 130 kits infantis, além de donativos para a Associação Promocional do Ancião (Aspan), Vila Vicentina, Nosso Lar, Casa Mãe Nazinha e comunidade quilombola localizada no Bairro Muçumagro, na Capital.

“Foi gratificante poder ajudar tanta gente, durante essa pandemia. Quero agradecer a todos os colaboradores e parceiros”, disse um dos coordenadores da Campanha, Alisson de Sá Ponce Leon, no encerramento das atividades, quando foram distribuídas cestas básicas a quilombolas. A doação foi feita em parceria com a Organização Não Governamental ARC – Ação Social.

Outro parceiro da Campanha Corrente do Bem foi o Centro de Ensino da Polícia Militar. “Somos muito gratos pela parceria com a PM. Devido a esse trabalho, conseguimos beneficiar mais de 500 moradores de rua e famílias carentes, com a doação de quentinhas”, destacou Alisson de Sá.

A parceria com a PM viabilizou o uso da cozinha industrial da Corporação e o pessoal para o preparo das quentinhas, como, ainda, prestou apoio com transporte e segurança durante a distribuição pelos bairros de João Pessoa e cidades vizinhas.



CORRENTE DO BEM

Em tempos de pandemia, a hora é da solidariedade!



Alimentos foram distribuídos pela Corrente do Bem a moradores de rua e comunidades carentes.





Certidões emitidas pelo Telejudiciário do TJPB aumentam 268% EM SEIS MESES

A quantidade de certidões emitidas pelo Telejudiciário do Tribunal de Justiça da Paraíba registrou aumento de 268,94% no período de abril a setembro de 2020. Durante a pandemia do coronavírus (Covid-19), que resultou na adoção do trabalho remoto pelo Poder Judiciário estadual para evitar a disseminação da doença, o setor passou de 11.412 certidões emitidas em abril para 42.104 em setembro, considerando tanto a modalidade eletrônica quanto manualmente.

O quantitativo de certidões emitidas pelo Telejudiciário veio crescendo progressivamente desde a adoção do teletrabalho. Em maio de 2020, por exemplo, foram 13.647 documentos emitidos, enquanto em junho o número passou para 16.458. Já em julho, o setor emitiu 23.147 certidões e, em agosto, foram 27.813 emissões.

De acordo com o supervisor do setor, Cláudio Ataíde, tanto as solicitações quanto as emissões de certidões registraram um alto crescimento neste período de pandemia. Somente as solicitações, conforme o levantamento da Ditec, passaram de 9.330 em abril para 41.930 em setembro.

Para ele, o significativo aumento se deu, dentre outros fatores, devido à proximidade das eleições municipais, especialmente considerando os meses de agosto e setembro. Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) apontam que, em toda a Paraíba, foram contabilizados 12.342 pedidos de registro de candidatura, até setembro de 2020.

Com o trabalho remoto, a maior parte da emissão de certidões feita no período foi por meio eletrônico. Em abril, por exemplo, 7.155 certidões foram emitidas automaticamente, enquanto 4.257, feitas manualmente, ou seja, por servidores do setor. Já em setembro, houve a emissão de 35.903 certidões eletrônicas, enquanto 6.202 foram produzidas manualmente.



TJPB participa de visita institucional virtual do ministro Dias Toffoli à Paraíba

O então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Dias Toffoli, realizou, no dia 28 de julho de 2020, uma visita institucional na modalidade virtual ao Tribunal de Justiça da Paraíba, Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba e Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região. O encontro, que contou, também, com a participação de representantes do Sistema de Justiça paraibano, integrou a agenda de visitas do ministro aos tribunais brasileiros, com o objetivo de conhecer a realidade local, bem como os desafios enfrentados por cada um.

A visita foi transmitida por meio da plataforma Cisco Webex. Dias Toffoli lamentou o encontro não ter sido presencial, devido à pandemia do coronavírus (Covid-19). No entanto, ressaltou a importância de o Poder Judiciário se manter unido nos seus vários ramos, tendo em vista seu papel como instituição essencial à garantia do estado democrático de direito. Além disso, destacou o Judiciário como instituição que, para além de representar um poder, disponibiliza um serviço à sociedade, solucionando os conflitos que não foram resolvidos, mas, também, promovendo a cultura da pacificação.

O presidente do TJPB, desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, destacou a coesão do Tribunal, em busca de um Judiciário unido em prol da sociedade, além de afirmar a visão de planejamento e estratégia que tem gerado resultados bastante positivos, a exemplo de cumprimento de metas e implantação das recomendações do CNJ.

O gestor citou, também, programas e projetos que auxiliaram na melhor prestação jurisdicional ao cidadão, a exemplo do SEEU, que mudou a face de julgamento de processos de réus presos, e o Justiça Presente, que proporciona ao egresso da unidade prisional o apoio e infraestrutura para encontrar emprego e, dessa forma, não voltar a delinquir, diminuindo a reincidência criminal.

“O TJPB só tem a agradecer a visão do ministro Dias Toffoli, que tem um olhar diferenciado para a vertente social. Bus-

camos seguir a orientação do CNJ, especialmente no tocante à digitalização de processos. Começamos recentemente o PJe 2.1. Migrar para o sistema 100% digital significa maior celeridade, economia e praticidade. Priorizamos o 1º Grau de jurisdição, com nomeação de assessores para os juízes e incentivando a ampliação da conciliação nos Cejuscs, evitando, dessa forma, o litígio. O nosso entendimento é de que a base deve ser prestigiada, porque é onde a Justiça está primeiramente”, enfatizou o presidente do TJPB.

O procurador-geral de Justiça, Francisco Seráfico, comentou sobre a importância desta visita durante a pandemia do coronavírus. “Neste momento singular e conturbado em que vivemos, é fundamental aprofundar o diálogo e compartilhar experiências entre todas as instituições para superar a crise”, afirmou. Por sua vez, o defensor público-geral, Ricardo Barros, salientou a união das diversas entidades que formam o Poder Judiciário estadual para alcançar melhores e mais resultados céleres.

Para o vice-presidente da OAB-PB, João de Deus, a pandemia apenas apressou o processo de virtualização de processos já vivido no Estado. “Efetivamente, a Justiça não parou, assim como os diversos órgãos do sistema. Estamos em um novo tempo de mudanças, transformações e adaptações”, disse. O presidente da Associação dos Magistrados da Paraíba (AMPB), juiz Max Nunes, reforçou o acesso à Justiça pela sociedade, mesmo em um momento crítico como o vivido então. “Devido ao trabalho de modernização do Judiciário, conseguimos garantir à população paraibana o acesso necessário para tratar de seus interesses”, concluiu.

A presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Renata Gil, também participou da visita virtual e focou a importância de ouvir a magistratura de base. “As visitas são essenciais para ouvir os juízes conforme a diversidade do território brasileiro. Durante esta pandemia, a Justiça realmente não parou”, disse.



No encontro virtual, o presidente do TJPB, desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, destacou a coesão do Tribunal, em busca de um Judiciário unido em prol da sociedade.

MENOS MATERIAL DE CONSUMO

Trabalho remoto e virtualização dos feitos geram economia de 85% no TJPB

Materiais de consumo, de expediente e gêneros alimentícios, dentre outros itens, registraram, em 2020, redução na distribuição em todas as comarcas do Poder Judiciário estadual. O consumo de papel, por exemplo, diminuiu em 57,80%, enquanto o de copo de café reduziu 72,25%. Por outro lado, materiais de higiene e limpeza tiveram crescimento de 34,52% no período, conforme levantamento da Gerência de Material, Patrimônio e Acervo (GMAT) do TJPB.

De acordo com o relatório da GMAT, os itens que mais sofreram queda na distribuição em 2020 foram material hidráulico (84,83%), gêneros alimentícios (69,74%) e materiais elétricos (68,10%), de expediente (59,03%) e de processamento de dados (36,43%). Ao todo, houve redução de 62,07%.

“Claramente, houve uma diminuição significativa em quase todos os materiais distribuídos durante o ano de 2020, com exceção apenas para os itens de higiene e limpeza, cujo aumento se justifica devido à intensificação dos cuidados nos ambientes de trabalho visando à prevenção do coronavírus (Covid-19)”, explicou o gerente do setor, Brunno José Lins Cavalcante.

Dentre os materiais mais solicitados, os que registraram as maiores quedas na distribuição foram bobina térmica (82,75%), copo de café (72,25%), fitas para impressão (68,46%) e copo de água (66,30%). Em relação à queda no consumo de papel, que foi de 57,80%, o gerente alegou que foi reflexo da virtualização dos processos.

Desde o início da pandemia do coronavírus (Covid-19), quando o TJPB adotou medidas de distanciamento social e home office para evitar a disseminação da doença, equipamentos de proteção individual, tais como álcool em gel e álcool líquido 70%, máscaras de tecido e protetor facial foram distribuídos em todas as comarcas do Estado. Foram adquiridos 9.710 EPIs, sendo que os itens mais consumidos foram máscaras de tecido (4.700) e protetor facial (3.000).

“Do total de máscaras de proteção de tecido triplo, 1.500 foram doadas pela Secretaria de Estado da Saúde (SES). Além disso, dos 780 recipientes de álcool líquido a 70%, cada um contendo 5 litros, 140 foram doados pela Usina Giasa e outros 140 pela Usina Japungu Agroindustrial”, informou Brunno Lins. Para dezembro de 2020 e o ano de 2021, o TJPB adquiriu mais EPIs, sendo 17.830 itens, incluindo termômetros digitais, tapetes sanitizantes e borrifadores pulverizadores de álcool.

“A atuação da Gerência de Material, Patrimônio e Acervos, neste contexto de pandemia, foi intensa, visto que tivemos que direcionar uma atenção especial para a elaboração dos pedidos de compra para aquisição de EPIs e posterior recebimento e distribuição dos respectivos materiais para todo o Poder Judiciário paraibano. Os desafios foram muitos, mas todos encarados com profissionalismo, responsabilidade e com observância às normas sanitárias impostas pela pandemia, preservando a saúde física e mental de todos os envolvidos no trabalho da Gerência”, destacou o gerente do setor.

HOUVE UMA DIMINUIÇÃO SIGNIFICATIVA EM QUASE TODOS OS MATERIAIS DISTRIBUÍDOS DURANTE O ANO DE 2020, COM EXCEÇÃO, APENAS, PARA OS ITENS DE HIGIENE E LIMPEZA.



O gerente Brunno José Lins apresentou um balanço do consumo de materiais no Judiciário estadual paraibano.



JUSTIÇA MAIS EFICIENTE

NÚMEROS DO CNJ REVELAM QUE O
TJPB AVANÇOU EM PRODUTIVIDADE

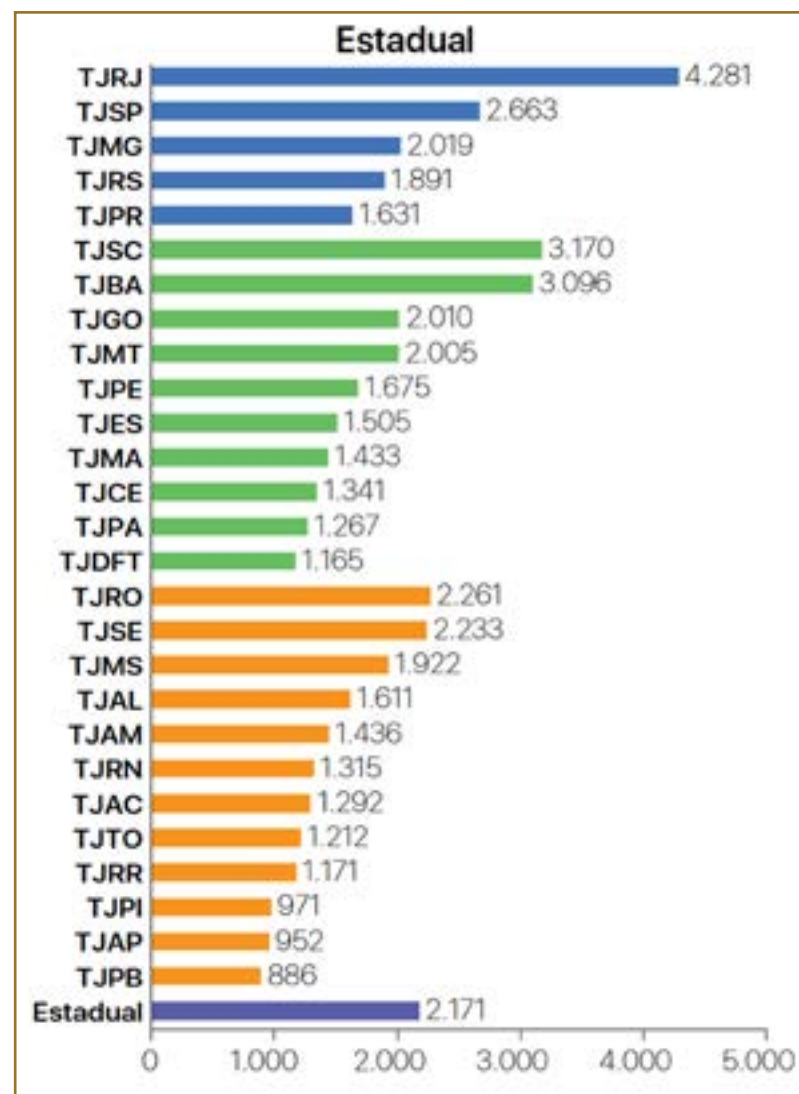
Relatório do CNJ aponta crescimento na produtividade dos magistrados paraibanos

Um crescimento de 7% no Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) foi verificado no Judiciário estadual paraibano. O número passou de 828, em 2018, para 886, em 2019, o que representa uma variação positiva, inclusive maior do que a média calculada entre os tribunais de pequeno porte do País, que ficou em 4,8%. O dado consta no Relatório Justiça em Números 2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que apontou uma evolução ocorrida em diversos índices no Tribunal de Justiça da Paraíba durante o período avaliado.

De acordo com o presidente do TJPB, desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, o aumento do índice representa o avanço do Judiciário estadual, a partir da adoção de medidas que estão impulsionando a produtividade. Prova disso é que o gráfico do IPM no Estado, que vinha apresentando curva descendente, foi revertido e, agora, se encontra ascendente.

“Os dados do CNJ comprovam que a estratégia iniciada em 2019 já começou, em 2020, a surtir efeito. O mais importante é a reversão da queda da produtividade. Além de estabilizarmos a situação, conseguimos tornar o índice positivo. Praticamente, arremetemos a tendência de queda deste índice e isso é muito mais difícil em termos de força laboral, o que demonstra que o caminho certo foi traçado pelo TJPB, com as várias medidas que tomamos”, analisou Márcio Murilo.

Para o juiz auxiliar da Presidência do TJPB, Meales Melo,



os dados do Relatório Justiça em Números são animadores e existe uma expectativa ainda melhor em relação aos índices que serão alcançados em 2020 e divulgados em 2021. “Isso virá como fruto da reestruturação do TJPB, que passou por agregação de comarcas, criação de acervos virtuais, incremento nas assessorias de 1º Grau, contratação de estagiários, virtualização de processos, entre outras tantas medidas que estão aumentando a produtividade”, analisou.

A gerente de Pesquisas Estatísticas do TJPB, Renata Grigório, informou que o índice é calculado pela relação entre o volume de casos baixados e o número de magistrados que atuaram durante o ano na jurisdição.

A gerente explicou que, historicamente, em todo o território nacional esta produtividade tem aumentado e no TJPB não tem sido diferente. “O Tribunal vem fazendo um trabalho contínuo de melhoria da produtividade, o que está sendo refletido nos índices. Se considerarmos apenas o 2º Grau de jurisdição, o crescimento foi ainda maior, chegando a 8,4%, o que é bastante significativo, visto que muitos tribunais apresentaram percentuais negativos”, comentou.

O Relatório Justiça em Números expôs, ainda, que a média nacional do IPM, incluindo todos os tribunais, variou 11%. Já a média nacional do 2º grau foi negativa: -1,9%.



Renata Grigório, gerente de Pesquisas Estatísticas do TJPB

ATENDIMENTO À DEMANDA

TJPB tem 3º melhor IAD entre tribunais de pequeno porte

O Relatório Justiça em Números 2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que utiliza como base os dados referentes ao ano de 2019, constatou que o Índice de Atendimento à Demanda (IAD) do Tribunal de Justiça da Paraíba teve crescimento de 7,7% em relação ao ano anterior. O aumento da média de processos baixados por caso novo, medido pelo indicador, revela um resultado positivo que, por sua vez, reflete no quantitativo de processos em andamento no TJPB, que, no mesmo período, registrou

queda de 7,5%.

De acordo com o relatório, o TJPB obteve o 3º melhor IAD dentre os tribunais de pequeno porte do País, empatando com o TJAM. O presidente do Tribunal, desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, afirmou ser muito bom saber que, após vários anos registrando crescimento no número de processos em tramitação, em 2019, o TJPB conseguiu reverter este quadro.

“Isto é muito importante, pois demonstra que o caminho

já foi traçado e, com as medidas que tomamos em 2019, a redução no acervo agora (em 2020) será ainda maior”, avaliou.

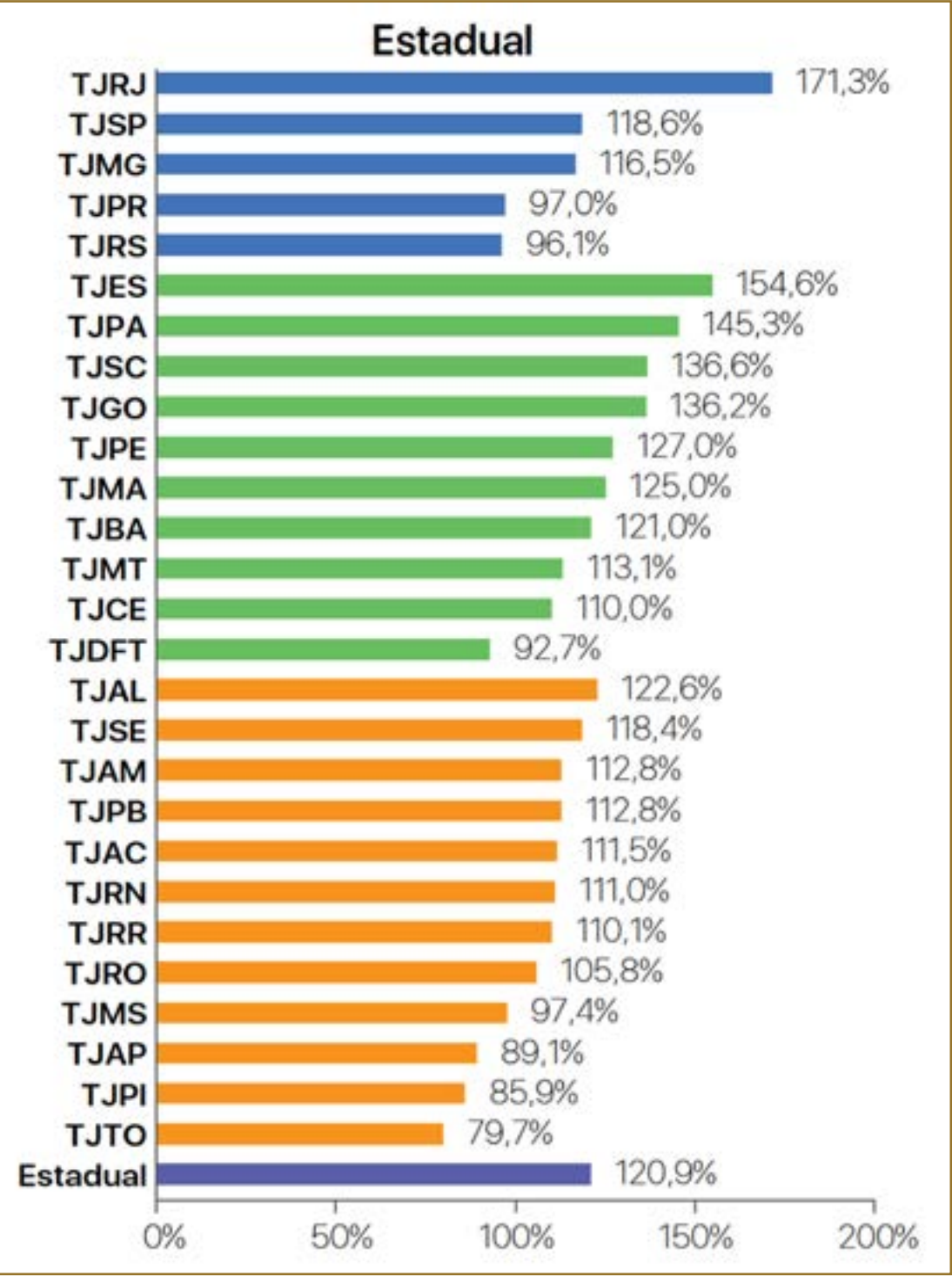
Segundo a gerente de Pesquisas Estatísticas do TJPB, Renata Grigório, em 2018, o quantitativo de feitos em andamento no Tribunal era de 729.256, enquanto em 2019 o número caiu

para 674.221, ou seja, um total de 55.035 processos a menos no estoque. Isso significa que, na comparação entre 2019 e 2018, houve uma redução percentual de 7,5%.

“Esta queda no número de processos em andamento reflete o trabalho que vem sendo feito na atual gestão da Mesa Diretora. É um reflexo das desinstalações de comarcas e da digitalização de processos, porque, inevitavelmente, há um saneamento das bases de dados. Demonstra, também, o bom resultado da premiação dada às unidades mais produtivas e da priorização do 1º Grau de jurisdição, com a nomeação de assessores”, enfatizou.

O juiz auxiliar da Presidência, Meales Melo, enfatizou que baixar o estoque de processos é o objetivo maior de cada unidade e alcançar tal meta é motivo de grande satisfação. “As medidas estruturantes tomadas, notadamente a priorização do 1º Grau de Jurisdição, o avanço do processo eletrônico e a instituição de um prêmio de produtividade para os servidores, contribuíram para uma melhora significativa nos resultados obtidos por magistrados e servidores da Justiça”, afirmou.

Meales Melo disse que, para o próximo relatório, é esperado que esses números sigam nesta tendência crescente, inaugurada em 2019. “Repetimos as principais iniciativas e acrescentamos outras, como a fixação de juizes auxiliares em estoques processuais, a instituição do gabinete virtual, a virtualização dos processos criminais, o incremento da automação e dos cartórios unificados, para que, dentro em breve, possamos ter números mais condizentes com a realidade dos trabalhos desenvolvidos por magistrados e servidores na Paraíba”, salientou.



MELHORIA NOS ÍNDICES

18% mais processos baixados do que recebidos

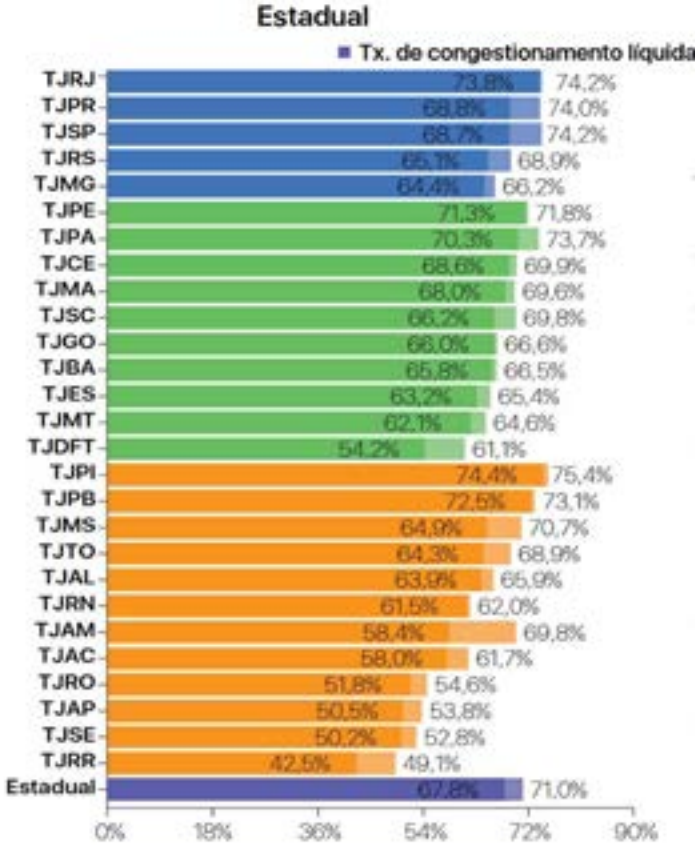
Em um ano de trabalho, o Tribunal de Justiça da Paraíba incrementou o número de processos baixados em 18,10%. Em 2018, houve um total de 210.024 arquivamentos, dado que saltou para 248.001 em 2019, ou seja, 37.977 feitos baixados a mais. A informação consta no Relatório Justiça em Números 2020 do Conselho Nacional de Justiça. Um processo recebe baixa quando é enviado a um tribunal ou instância diferente, após transitar em julgado (quando não se admite mais recurso) ou caso seja arquivado em definitivo.

De acordo com a gerente de Pesquisas Estatísticas do TJPB, Renata Grigório, esse é um número positivo, que causa impacto direto, melhorando os índices de produtividade, tanto dos magistrados quanto dos servidores (IPM e IPS), bem como aqueles relacionados a arquivamentos, a exemplo da taxa de congestionamento.

Considerando essa proporção de acréscimo de feitos baixados, a Paraíba se destacou entre os tribunais de pequeno porte do País, ficando atrás, apenas, do TJ do Rio Grande do Norte e de Rondônia, este último, com o qual ficou praticamente empatado.

O Relatório apontou, ainda, que o número de feitos julgados pelo Judiciário estadual paraibano apresentou crescimento de 11,30%, percentual um pouco superior à média calculada entre todos os tribunais de pequeno porte, que foi de 9%. Em 2018, houve, na Justiça estadual paraibana, 178.672 julgados, e, no ano seguinte, 198.923.

“São números que evidenciam a melhoria dos resultados alcançados pelo Judiciário paraibano, frente à reestruturação que vem sendo feita no Tribunal. Alguns tribunais já estão com essa reestruturação pronta e seus números no relatório



deste ano já estão refletindo estes resultados. Há um investimento na virtualização e na reorganização, a exemplo das agregações de comarcas, a fim de estimular, cada vez mais, a produtividade”, analisou Renata Grigório.

Outro bom resultado se refere ao número de processos pendentes, que caiu de 729.256 para 674.221 no mesmo período, ou seja, 55.037 a menos, o que representa uma queda de -7,5%.

Quanto aos casos novos, foi percebido um aumento em todo o território nacional. Na Paraíba, houve um incremento de 5,4%, o que estava dentro da expectativa esperada, segundo a gerente de Pesquisas Estatísticas.

MAIS CASOS NOVOS ELETRÔNICOS

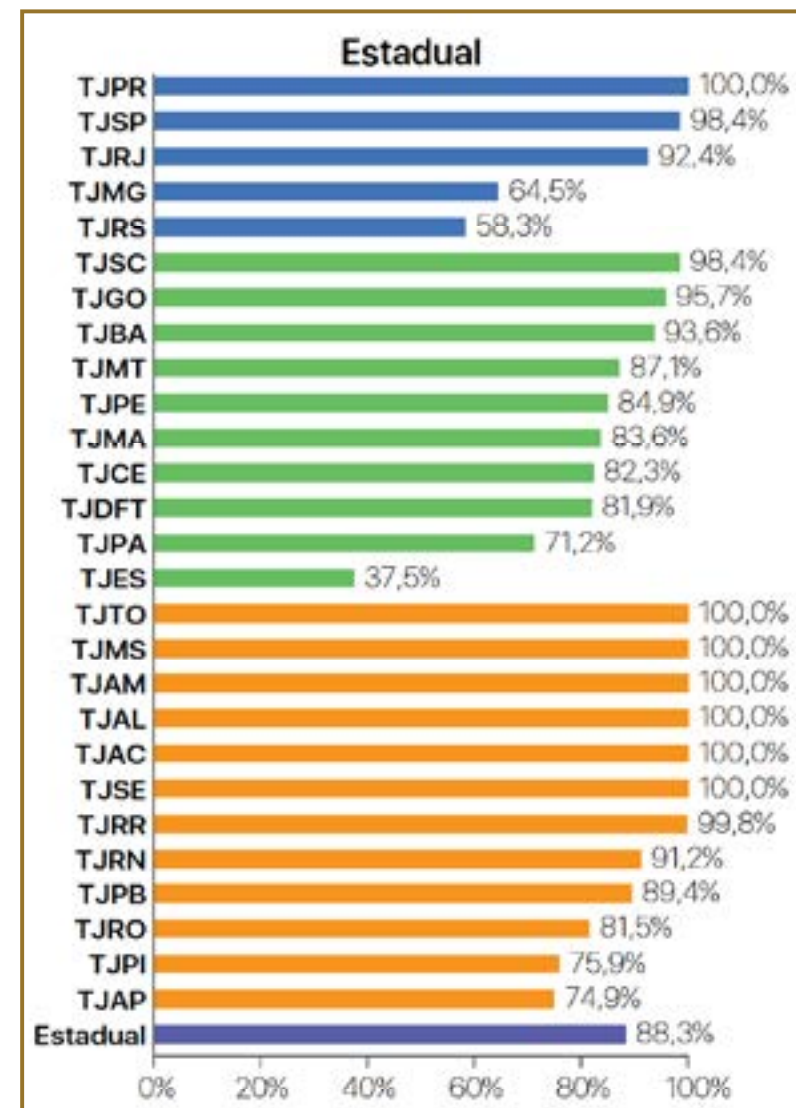
Tribunal vai consolidando tramitação pelo PJe

O Índice de Casos Novos Eletrônicos do Tribunal de Justiça da Paraíba apresentou aumento, de acordo com o Relatório Justiça em Números 2020, divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e que utiliza como base dados referentes ao ano de 2019. Conforme o levantamento, o TJPB registrou 89,4% no índice, uma variação de 1% em relação ao ano anterior, quando o Tribunal alcançou 88,5% no indicador.

Diante dos bons resultados alcançados pelo TJPB em outros índices avaliados pelo Relatório do CNJ, o presidente do Tribunal, desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, considerou as ações implementadas como bastante positivas e espera que as medidas tomadas desde o ano de 2019 possam revelar indicadores ainda melhores no Relatório Justiça em Números de 2021.

Segundo levantamento realizado pela Gerência de Pesquisas Estatísticas do TJPB, o indicador registrado pelo Tribunal superou a média de novos feitos que ingressaram na Justiça Estadual em 2019, que foi de 88,3%. No entanto, o índice ficou um pouco abaixo da média constatada entre os Tribunais de Justiça de pequeno porte do País, que foi de 92,7%.

“O Tribunal de Justiça da Paraíba incluiu, agora, toda a sua competência no Processo Judicial Eletrônico (PJe), em 1º e 2º Graus. Portanto, hoje, todos os novos processos já são eletrônicos, em todas as unidades e em todas as competências. Dessa forma, este índice de casos novos eletrônicos tende a aumentar até os 100%”, destacou o juiz auxiliar da Presidência, Meales Melo.



PRODUTIVIDADE DE SERVIDORES

‘Justiça em Números 2020’ aponta alta em índice

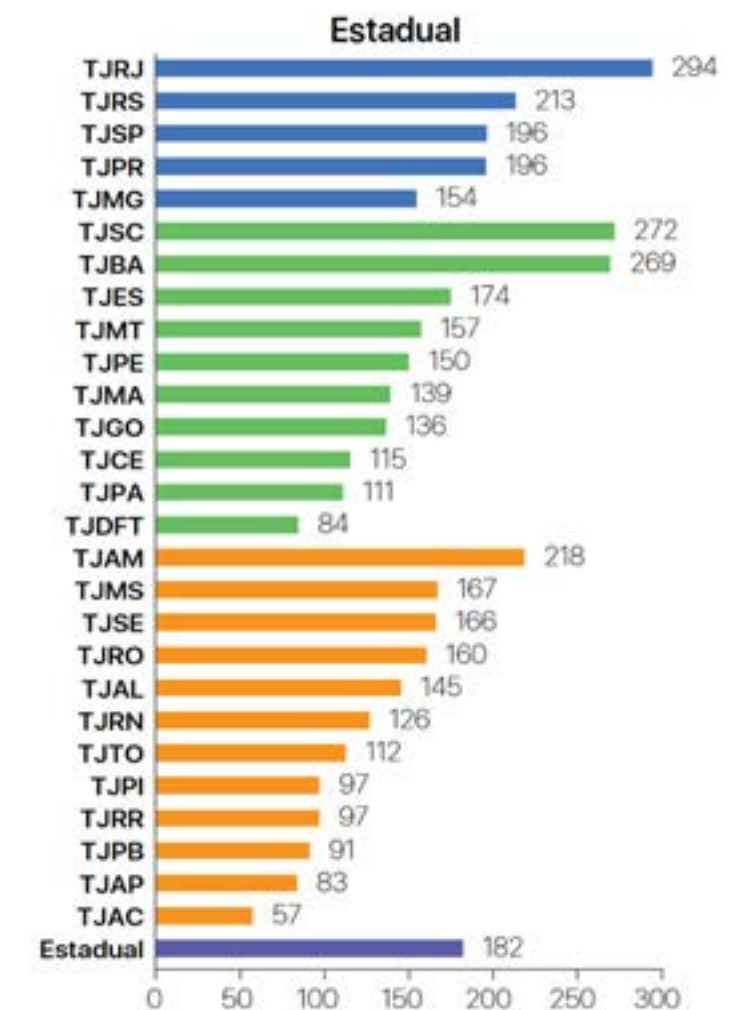
Crescimento de 3,41% foi verificado no Índice de Produtividade dos Servidores (IPS-Jud) do Judiciário Estadual paraibano. O dado consta do Relatório Justiça em Números 2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), demonstrando que o índice passou de 88, em 2018, para 91, no ano de 2019.

O incentivo à produtividade dos servidores é meta trabalhada pela administração do Tribunal de Justiça da Paraíba. De acordo com o presidente do TJPB, desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, sua gestão promoveu a impessoalidade para que o servidor e o magistrado pudessem trabalhar com segurança, sabendo que as suas obrigações funcionais são fiscalizadas e, em alguns casos, premiadas.

“Expandimos a compra de BI (Business Intelligence) para que possamos saber, com transparência e precisão, a produtividade de cada servidor e magistrado da Paraíba em tempo real. Isso é muito importante não só para promovermos uma melhor organização das metas, como, também, para verificarmos onde estão os pontos mais fracos da corrente produtiva e identificarmos os servidores que melhor produzem, para que sirvam de paradigma aos demais”, explicou Márcio Murilo.

O presidente defendeu, ainda, que os administradores devem pensar em novas soluções de gestão e que é possível aproximar métodos utilizados no setor privado no âmbito da gestão pública, como prêmios por produtividade, uso de ferramentas eficazes de controle e medição de produtividade com sistemas eletrônicos, entre outros exemplos.

A gerente de Pesquisas Estatísticas do TJPB, Renata Grigório, explicou que o IPS-Jud é calculado a partir do total de processos baixados dividido pelo total de servidores da área judiciária em efetivo exercício no período em questão.



“Apesar de ser um aumento pequeno, já reflete o trabalho desenvolvido na gestão 2019/2020 do TJPB. A média calculada entre os tribunais de pequeno porte foi de 0,93%, em 2019. Então, tivemos um aumento até superior”, revelou.

Quando calculado separadamente entre as instâncias, o resultado do índice manteve crescimento, do ano de 2018 para 2019. No 1º Grau, passou de 92 para 94, variando positivamente em 2,17%. Já no 2º Grau, aumentou de 62 para 65, sendo 4,84% maior em relação ao ano anterior.

RANKING DA TRANSPARÊNCIA

TJPB sobe oito posições e fica em 15º, revela o CNJ

O Tribunal de Justiça da Paraíba saiu da 23ª posição que ocupava, em 2018 (47,37%), no Ranking da Transparência do Poder Judiciário, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para a 15ª, alcançada em 2020, com a obtenção do percentual de 85,27% de pontuação. O Ranking é disciplinado pela Resolução nº 215/2015 do CNJ, que dispõe sobre o acesso à informação e a aplicação da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). A meta é conseguir, com dados objetivos, avaliar o grau de informação que os tribunais e conselhos disponibilizam aos cidadãos.

Para o presidente do Poder Judiciário paraibano, desembargador Márcio Murilo, a evolução continuada da transparência do TJPB retrata a resposta ao anseio da sociedade em ter uma Justiça que ela compreenda, que se comunique com ela e que possa atender as suas reclamações. Segundo o gestor, essa progressão acumulada se deve, principalmente, a instrumentos informatizados de comunicação e, também, a transparência dos contratos administrativos.

“Desde o início da contratação, o ato já é público. Antes, os contratos eram publicizados quando deferidos. Hoje, a realidade é diferente, qualquer projeto, em que se pretenda gastar, já está disponível em nosso Portal da Transparência”, ressaltou o desembargador. “A sociedade funciona quase como cogestora dos órgãos administrativos, permitindo, desta forma, uma melhor fiscalização da gestão do nosso Tribunal”, afirmou Márcio Murilo.

A gerente de Controle Interno do TJPB, Rossana Guerra, afirmou que a evolução no indicador de transparência foi impactada pela melhoria no processo de transparência dos con-

tratos administrativos e que isso se deve a diversas ações de gestão que foram coordenadas ao longo do tempo. Segundo informou, as melhorias consolidadas de práticas de gestão precisam de tempo para alcançar a maturidade pretendida.

“É importante destacar a continuidade do trabalho entre as diferentes gestões, que, em conjunto, patrocinaram ações e reorganizações internas, como centralização, coordenação e monitoramento do processo de transparência, mas, também, a melhoria dos processos de gestão e fiscalização de contratos, que, hoje, operam em sistema próprio, possibilitando, além da melhoria do processo, as condições para o fornecimento de informações à sociedade em tempo real”, enfatizou Rossana Guerra.

Ela destacou que a auditoria interna do TJPB contribuiu no processo, fornecendo à administração a avaliação da gestão do processo de transparência do TJPB, apontando necessidade de melhorias e coordenação e integração, na questão da gestão e fiscalização de contratos, além da avaliação para as decisões da administração, contribuindo no desenvolvimento do sistema em que opera a gestão de contratos.

Já a gerente de Projetos do TJPB, Caroline Leal, explicou que são cerca de 80 itens avaliados pelo CNJ e que, além dos contratos, o Conselho avalia a transparência nas áreas de finanças (execução do orçamento); gestão de pessoas (estruturas remuneratórias dos servidores e magistrados, e dados gerais das unidades judiciárias); precatórios; planejamento (os avanços dos projetos e indicadores); Ouvidoria e Tecnologia da Informação. “De modo que se busca a transparência, através de padronização quanto às informações prestadas”, pontuou.



A gerente de Controle Interno do TJPB, Rossana Guerra, afirmou que a evolução no indicador de transparência foi impactada, dentre outros fatores, pela melhoria no processo de transparência dos contratos administrativos.

NÚMEROS DA PRESIDÊNCIA

Modernização tecnológica e empenho apoiam produção

A Presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba, no biênio 2019/2020, cuja gestão esteve focada na migração dos feitos físicos para o PJe, experimentou, mês a mês, os efeitos positivos e o aumento da produtividade, decorrentes da modernização tecnológica implementada na Justiça paraibana pela administração do desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos.

Um comparativo realizado entre os primeiros nove meses de 2020 em relação ao mesmo período do ano anterior demonstra que houve um crescimento exponencial da produtividade no setor de 115,08%, considerando apenas os processos virtuais. Esse percentual é o resultado de uma elevação de 2.106 processos distribuídos, de acordo com dados extraídos pela Diretoria de Tecnologia (Ditec).

O diretor jurídico do TJPB, Haroldo Serrano de Andrade, disse que, desde a gestão anterior, quando teve início a digitalização de feitos, houve a virtualização e o consequente decréscimo do quantitativo de feitos físicos, que contribuíram para o marco inédito. Em 2019, o número de atos praticados, entre janeiro e setembro, foi de 1.830. Já nos mesmos meses de 2020, com a conclusão da meta de digitalização dos processos cíveis alcançada e o início da digitalização do acervo criminal, registrou-se um aumento de 3.936 atos processuais no PJe, mesmo num período de pandemia.

No ano de 2020, a Dijur seguiu numa escala crescente de produtividade, finalizando o mês de setembro com 831 atos judiciais praticados no PJe. “Esse aumento exponencial reflete o sucesso do trabalho remoto dos servidores, iniciado em março, por consequência da pandemia de coronavírus. Segundo os mesmos dados fornecidos pelo setor de tecnologia, o número de atos foi 185,08% maior que no mês de agosto, quando houve 449”, res-



O diretor jurídico Haroldo Serrano de Andrade destacou a digitalização como principal influenciador para o crescente índice de produtividade.

saltou Haroldo Serrano.

O diretor atribuiu o incremento da produtividade de 2020, também, ao grande apoio dado pelo presidente, desembargador Márcio Murilo, que sempre defendeu a implantação do trabalho remoto, e ao permanente esforço da equipe, a começar pelo gerente de Pesquisa Jurídica, Thiago Bruno Nogueira Alves.

Um outro aspecto ressaltado pelo diretor diz respeito às decisões proferidas pelos Tribunais Superiores, em matéria repetitiva, que destravaram os processos no TJPB que aguardavam definição das teses vinculantes pelas referidas cortes.

CÂMARAS CÍVEIS

Processos julgados crescem 43% em 2020

O trabalho realizado pelo Poder Judiciário paraibano durante a pandemia do coronavírus (Covid-19), mesmo sendo um ano atípico, não parou. Prova disso foi o aumento do quantitativo de processos julgados nas Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça da Paraíba em 2020, que foi de 43% em comparação ao ano anterior. Enquanto em 2019 foram julgados 25.365 recursos, em 2020, considerando o período de 1º de janeiro a 14 de dezembro, foram apreciados 36.452 processos no 2º Grau.

De acordo com dados obtidos pela Gerência de Pesquisas Estatísticas do TJPB, através do sistema PJe, considerando todos os Órgãos Colegiados do Tribunal, o aumento no quantitativo de processos apreciados cresceu 27%, passando de 32.871 em 2019 para 42.012 em 2020. O levantamento apontou, também, que a 4ª Câmara Cível, que julgou 10.621 recursos em 2020, obteve crescimento de 56% em relação a 2019 (6.797). Já a 3ª Câmara Cível, com um total de 8.974 julgados neste ano, teve crescimento de 54% sobre o mesmo período do ano anterior (5.811).

Por sua vez, a 1ª Câmara Cível registrou 9.645 recursos julgados em 2020, um aumento de 43% em relação a 2019 (6.718). A 2ª Câmara Cível, que registrou crescimento de 19% neste ano, após o julgamento de 7.212 processos, teve 6.039 julgados em 2019, conforme o levantamento feito pela Gerência de Pesquisas Estatísticas do TJPB. A 2ª Seção Especializada Cível mostrou, também, crescimento de julgamentos no período: com 417 recursos apreciados em 2020, o aumento em relação ao ano anterior foi de 12%.

Para o presidente do TJPB, desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, as iniciativas adotadas ao longo deste ano para driblar os possíveis efeitos da pandemia do coronavírus (Covid-19) foram fundamentais para garantir a efetiva prestação jurisdicional, mesmo diante de um ano que exigiu medidas



como distanciamento social e adoção do home office.

“A tecnologia foi importantíssima neste ano, pois, com ela, garantimos a realização de sessões virtuais e por videoconferência, e pudemos antecipar a digitalização dos feitos, tanto cíveis quanto criminais. Além disso, o grande esforço de todos os desembargadores, magistrados e servidores do TJPB, que, mesmo com as dificuldades deste ano, cumpriram as metas de trabalho, foi essencial para que a Justiça não parasse, tanto no 1º quanto no 2º Grau de jurisdição. Tudo isso teve como principal foco o jurisdicionado e a celeridade processual, para que nada fosse prejudicado com a paralisação das atividades presenciais”, explicou o presidente.

SELO PRATA DO CNJ

Premiação estimula o aprimoramento dos tribunais

O Tribunal de Justiça da Paraíba foi premiado com o Selo Prata pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) durante o encerramento do XIV Encontro Nacional do Poder Judiciário, ocorrido no dia 27 de novembro de 2020. O evento reuniu, por dois dias, presidentes de mais de 90 tribunais brasileiros, bem como representantes dos tribunais na Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário e responsáveis pelas áreas de Gestão Estratégica e de Estatística.

O prêmio é uma ferramenta de incentivo para que os tribunais busquem constantes meios de aprimoramento na construção de um Judiciário cada vez melhor. A premiação CNJ de Qualidade em 2020 observou critérios sistematizados em quatro categorias: tribunais com maiores níveis de organização administrativa, atenção às Políticas Nacional do Poder Judiciário, Transparência e Prestação Jurisdicional.

Ao apresentar os vencedores, o presidente da Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento, conselheiro Luiz Fernando Keppen, afirmou que, durante os últimos meses, a comissão avaliadora do Selo de Qualidade se reuniu e debateu detalhadamente cada questionamento sobre os requisitos, resolveu casos omissos e buscou atender aos tribunais, quando possível. “A análise do prêmio é complexa e abrangeu temáticas diversas, como acessibilidade, sustentabilidade, produtividade, celeridade, confiabilidade de dados, informatização, entre outros”, declarou.

O presidente do TJPB, desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, recebeu, com entusiasmo, a notícia e afirmou que foi um importante reconhecimento ao trabalho de todos os servidores e magistrados do Poder Judiciário estadual paraibano no que se refere aos itens de avaliação.



O TJPB foi representado pelo desembargador João Benedito da Silva, gestor das Metas do CNJ no âmbito do Tribunal.

“É importante ressaltar que muitos dados analisados se referem ao ano de 2019 e, no ano de 2020 (quando o selo foi anunciado), implementamos novas medidas de aceleração da eficiência do nosso Tribunal, que repercutirão, positivamente, no prêmio seguinte. Chegarmos ao Selo Prata, hoje, é um grande passo para no futuro chegarmos ao Ouro, devido aos avanços na área de tecnológica, que impulsionarão todos os outros critérios avaliados da atividade-fim e da atividade-meio”, refletiu.

Durante o evento, o TJPB foi representado pelo desembargador João Benedito da Silva, gestor das Metas do CNJ no âmbito do TJPB. “Este é o resultado de um ano de muito trabalho, no sentido de prestarmos uma jurisdição mais célere e sempre de melhor qualidade aos jurisdicionados”, declarou.



O ministro Luiz Fux, então presidente do STF e do CNJ, entregou o prêmio durante o XIV Encontro Nacional do Poder Judiciário



Metas nacionais e específicas

Além do Selo, o desembargador João Benedito informou que o encontro debate e aprova, anualmente, propostas em relação às metas, nacionais e específicas, elaboradas para cumprimento no ano seguinte, no caso, 2021.

“Em relação às metas, a novidade é a criação e as discussões em torno da Meta 12, que prevê identificar e impulsionar 25% dos processos relacionados às ações ambientais. Outras duas novas metas foram criadas – 5 e 9 – visando à redução em dois pontos percentuais da taxa de congestionamento processual e ao incentivo dos processos eletrônicos, respectivamente”, revelou João Benedito.

O desembargador acrescentou, ainda, que as demais metas foram discutidas pelos representantes dos tribunais no mês de agosto, durante a reunião preparatória, havendo, no Encontro, apenas, ratificações e propostas de pequenas alterações.

Tribunais premiados: Em 2020, pela primeira vez, a premiação foi dividida em categorias por segmento de Justiça: Tribunais Superiores, Justiça Estadual, Justiça Federal, Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral e Justiça Militar.



SELO DIAMANTE

TST, TJDF, TJRO, TJRR, TRT-12ª Região (SC), TRT-15ª Região (SP), TRT-18ª (GO), TRE-MS, TRE-PR, TRE-PE, e o TJM-RS.

SELO OURO

TJAC, TJAP, TJAM, TJMT, TJPR, TJSC, TJSE, TRF-4ª Região, TRT-3ª Região (MG), TRT-6ª Região (PE), TRT-8ª Região (Pará/Amapá), TRT-9ª Região (PR), TRT-21ª Região (RN), TRT-22ª Região (PI), TRE-AL, TRE-BA, TRE-CE, TRE-PA, TRE-PB, TRE-RJ, TRE-RN, e TJM-SP.

SELO PRATA

STJ, STM, TJBA, TJMS, TJMG, TJPB, TJRN, TJRS, TJSP, TJTO, TRF-1ª Região, TRF-5ª Região. TRT-1ª Região (RJ), TRT-7ª Região (CE), TRT-11ª Região (AM/RR), TRT-13ª Região (PB), TRT-16ª (MA), TRT-17ª (ES), TRT-24ª (MS), TRE-AC, TRE-DF, TRE-ES, TRE-GO, TRE-MT, TRE-RS, TRE-SP, TRE-SE, TJM-MG.

SESSÕES VIRTUAIS

4ª Sessão Administrativa do Tribunal Pleno - TJPB



UM DOS MARCOS DA GESTÃO FOI A ADOÇÃO
DAS SESSÕES POR VIDEOCONFERÊNCIA E VIRTUAIS

Tribunal Pleno realiza a primeira sessão por videoconferência

O Tribunal de Justiça da Paraíba realizou, na tarde do dia 29 de abril de 2020, a primeira sessão do Pleno por videoconferência. “Hoje, foi um dia histórico”, declarou o presidente do TJPB, desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, no encerramento dos trabalhos. Um dos marcos da gestão do biênio 2019/2020 foi a adoção das sessões por videoconferência e virtuais.

As Resoluções que regulamentaram as duas sessões foram assinadas pelo presidente do Tribunal, desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos. Ele destacou que houve a “necessidade de dar continuidade às medidas, até então implementadas, para prevenção ao contágio, enfrentamento e contingenciamento da pandemia do novo coronavírus (Covid-19)”, além de resguardar as garantias do devido processo legal e otimizar a prestação jurisdicional.

As sessões por videoconferência foram regulamentadas no Poder Judiciário paraibano pela Resolução nº 12/2020, publicada na edição do Diário da Justiça eletrônico (DJe) do dia 17 de abril, que alterou o Regimento Interno do TJPB. “Nesse ambiente, são apreciados tanto processos físicos, quanto eletrônicos. Diferente da sessão virtual, os julgamentos se encerram no mesmo dia e são realizados pelo aplicativo Zoom, disponível para desktops e aparelhos celulares, com sistemas operacionais IOS ou Android. A sessão por videoconferência permite a sus-

tentação oral e as intimações ocorrem pelo Diário”, explicou a diretora Judiciária Polianna Brilhante.

De acordo com as previsões do Regimento Interno do TJPB, da Resolução do Conselho da Magistratura nº 16/2018 e da Resolução da Presidência do Tribunal nº 51/2011, as sessões da 1ª Câmara Cível são realizadas nas segundas e quintas-feiras. Os trabalhos da 2ª Câmara Cível, nas terças e quintas-feiras. Já as reuniões da 3ª Câmara Cível acontecem nas segundas e quintas-feiras. Os julgamentos da 4ª Câmara Cível e da Criminal são realizados nas terças e quintas-feiras. A 1ª e 2ª Seções Especializadas Cíveis e o Tribunal Pleno têm sessões sempre às quartas-feiras.

Segundo esclareceu a diretora Judiciária, para o advogado realizar a defesa oral ou arguir questões de fato, deverá fazer inscrição prévia, realizada por e-mail enviado à Assessoria do respectivo Órgão, em até 24 horas antes do dia da sessão, contendo a identificação do inscrito: nome completo, número da OAB, telefone para contato e a identificação do processo, número, classe e Órgão Julgador.

O acompanhamento do julgamento deve ser feito através do aplicativo Zoom, no caso de haver requerimento de sustentação oral. A íntegra da sessão, em tempo real, também pode ser acompanhada pelo canal oficial do Tribunal de Justiça da Paraíba no YouTube.

4ª Sessão Administrativa do Tribunal Pleno - TJPB



Sessões virtuais têm duração de sete dias

Já a sessão virtual está regulamentada pela Resolução do TJPB nº 17/2020. Esta disciplina que as intimações também são feitas pelo DJe. As sessões virtuais são realizadas semanalmente, com início às segundas-feiras, às 14h, e duração de sete dias corridos, encerrando-se o prazo para votação dos demais integrantes do órgão colegiado na segunda-feira subsequente às 13h59. A votação pelos integrantes do colegiado é encerrada ao término desse prazo, ou quando restar constatado o lançamento dos votos, nos processos disponibilizados, por todos os membros. Os trabalhos são desenvolvidos no ambiente no Processo Judicial eletrônico (PJe).

“Nas sessões virtuais, a sustentação oral não é possível. Acaso haja pretensão do advogado em realizar a defesa oral ou arguir questões de fato, esse pedido deve ser feito ao relator do processo. Em petição, nos próprios autos e até a abertura da sessão virtual de julgamento, o advogado pode solicitar a retirada do processo da pauta virtual para inclusão em uma pauta presencial (atualmente realizada por videoconferência). O acompanhamento do julgamento pode ser feito após o término da sessão, pelo próprio Sistema PJe, logo que for juntada certidão de julgamento, acórdão ou intimação correlatos”, explicou Polianna Brilhante.

Atendimento virtual é regulamentado

O atendimento virtual realizado por magistrados do Tribunal de Justiça da Paraíba, aos advogados, procuradores, defensores públicos, membros do Ministério Público e da Polícia Judiciária e das partes, durante o período das medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (Covid-19), foi regulamentado por meio do Ato da Presidência nº 36/2020, publicado no Diário da Justiça eletrônico de 14 de agosto.

O documento estabeleceu que, para os atendimentos, deveriam ser adotadas, prioritariamente, as plataformas de videoconferência já utilizadas para a realização de audiências e/ou sessões de julgamento em órgãos colegiados. O Ato recomendou, ainda, o uso da plataforma Cisco Webex, fornecida gratuitamente pelo Conselho Nacional de Justiça.



“A sessão por videoconferência permite a sustentação oral e as intimações ocorrem pelo Diário”, explicou a diretora Judiciária Polianna Brilhante.



235 pessoas, entre servidores e juízes, participam de treinamento sobre audiência por videoconferência

No dia 24 de agosto de 2020, através do aplicativo Cisco Webex, um público de 235 pessoas, entre servidores e magistrados do Poder Judiciário estadual, participou do treinamento sobre audiência por videoconferência. A capacitação on-line foi ministrada pelo juiz da 3ª Vara Mista da Comarca de Bayeux, Euler Paulo de Moura Jansen.

O presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, deu as boas-vindas aos participantes. Ele ressaltou que o ministrante era um multiplicador de ideias no âmbito do Judiciário estadual.

O magistrado Euler Jansen apresentou, de forma prática, o passo a passo para a realização de audiências por videoconferência. “Buscamos habilitar os juízes e trocamos experiências acerca das audiências virtuais, habilitando-os nas plataformas Cisco Webex e PJe Mídias do CNJ”, disse Euler.

De acordo o juiz, a realização de audiências virtuais colaborou no combate à disseminação do novo coronavírus

(Covid-19). “Se podemos realizar as audiências de casa, sem dúvida alguma, essa ação colabora não só para a Justiça, mas com o isolamento necessário”, observou.

O juiz Rusio Lima de Melo, da 2ª Vara de Araruna, afirmou que o treinamento foi de altíssimo nível. “Com sua didática já consagrada nacionalmente, ele nos propiciou conhecer, de forma fácil, o funcionamento do Cisco Webex, plataforma de videoconferência para atos processuais, bem como os sistemas de PJe Mídias e audiência digital”, disse.

Ainda segundo Rusio Lima, pelo sistema é possível que, em um ambiente virtual, acessível pelo computador ou pelo celular de qualquer lugar, audiências ocorram naturalmente e sejam gravadas, dispensando-se os deslocamentos não recomendáveis nesse momento de crise sanitária, o que é fundamental para que os atos processuais não sofram prejuízo, enquanto as atividades forenses não retornarem ao seu ritmo normal.



TECNOLOGIA

INVESTIMENTOS EM TECNOLOGIA GARANTIRAM
SERVIÇOS RÁPIDOS E DE QUALIDADE AO PÚBLICO

Investimentos levaram o Judiciário paraibano a não parar durante pandemia do coronavírus

O Tribunal de Justiça da Paraíba vivenciou um marco histórico no biênio 2019/2020, diante da ruptura com o modelo antigo de trabalho e a entrada num novo paradigma, originado pela revolução digital implementada pela Diretoria de Tecnologia da Informação (Ditec). Para o presidente do TJPB, desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, os investimentos em tecnologia garantiram serviços rápidos e de qualidade ao público.

O desembargador destaca que a tecnologia levou o Judiciário estadual paraibano a não parar em tempo de pandemia do novo coronavírus. “O investimento maciço em tecnologia e informática trouxe não só uma grande celeridade processual, pela óbvia tramitação mais rápida, como, também, mais conforto aos servidores e magistrados, que não mais precisam cumprir certos atos burocráticos ou de atendimento de balcão, nem fazer cargas de volumosos processos do cartório para o gabinete ou para a residência”, analisou Márcio Murilo.

O juiz auxiliar da Presidência, Meales Melo, responsável pela supervisão direta às demandas da Ditec, ressaltou que a gestão foi marcada por uma visível transformação digital. “São aspectos estruturantes de grande relevância, que permitem melhores fluxos e resultados cada vez mais importantes. Estamos avançando”, afirmou.

Os resultados também são atestados pelo diretor de Tecnologia da Informação do TJPB, José Teixeira de Carvalho Neto, que aponta como benefício mais perceptível a capacidade que o Tribunal demonstrou em continuar oferecendo a prestação jurisdicional, mesmo no contexto do trabalho remoto decretado



Juiz auxiliar da Presidência, Meales Melo

em virtude da pandemia de coronavírus.

“Tudo isso foi viabilizado por meio da tecnologia. Os processos continuaram sendo analisados remotamente, com bons índices de produtividade, sendo nítido o benefício do PJe. Vivenciamos uma situação atípica e imprevista até certo ponto, e a missão do TJPB é cumprida com um excelente nível. Já temos um alcance de quase 100% dos processos em meio eletrônico”, comentou o diretor.

José Neto destacou, ainda, que a Mesa Diretora do TJPB

buscou atender às necessidades do setor, com a devida observância às limitações orçamentária e financeira, investindo em novos notebooks para substituir os equipamentos que já possuíam mais de oito anos de uso, o que foi crucial para o momento de isolamento social, adquirindo, também, webcams, para instalação em todas as salas de audiência, já vislumbrando a gravação e o registro virtual das mesmas. O diretor explicou que essas medidas tiveram impacto econômico e reduziram os custos com manutenção e reposição de peças.

“Com a pandemia, a gente só acelerou o processo e a transformação digital do Poder Judiciário da Paraíba, que ainda estava preso a uma perspectiva presencial. Houve uma ruptura com determinadas formas de trabalho que, agora, podem ser vencidas por meio tecnológicos. O caminho estava pavimentado para isso. Muitos atos já ocorrem pela via eletrônica, como é o caso das sessões plenárias, audiências, intimações, entre outras”, analisou o diretor de TI.

Dentre as principais ações referentes à Tecnologia da Informação (TI), efetuadas no biênio 2019/2020, destacam-se a expansão do Digitaliza para o 1º Grau; implantação do Sistema Eletrônico de Execução Penal Unificado (SEEU); migração do Processo Judiciário eletrônico (PJe) 1.7 para 2.0 no 1º e 2º Graus e PJe 2.1 na Corregedoria-Geral de Justiça; e implementação dos links de internet nas comarcas, elevando a velocidade mínima de 2 para 40 megabytes.

Houve, ainda, a criação do robô para a Vara de Executivos Fiscais da Capital; instalação das ferramentas e aplicativos de nova consulta processual; integração do Malote Digital com o da Polícia Federal; Business Intelligence (BI) – criação do Núcleo de Inteligência e Análise de Dados (Niad); PJe Mídias; Sessão Virtual de Julgamento; PJe da Infância e Juventude; PJe da Violência Doméstica; e Central de Chamados Administrativo, entre outras.

Desde o início da gestão, a Diretoria registrou 52.891 chamados de TI e desenvolveu 166 versões de sistemas, portais e serviços implementados e armazenou mais de 1 milhão de processos do PJe no Datacenter. Outras entregas realizadas compreendem: o PJe Criminal e a digitalização dos feitos físicos desta natureza; o sistema de Arrecadação de Emolumentos; Token PJe; o Paineiro de Produtividade do Servidor; entre outras ações.



“O investimento maciço em tecnologia e informática trouxe não só uma grande celeridade processual, pela óbvia tramitação mais rápida, como, também, mais conforto aos servidores e magistrados”

Desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos



NÍVEL DE EXCELÊNCIA EM TI

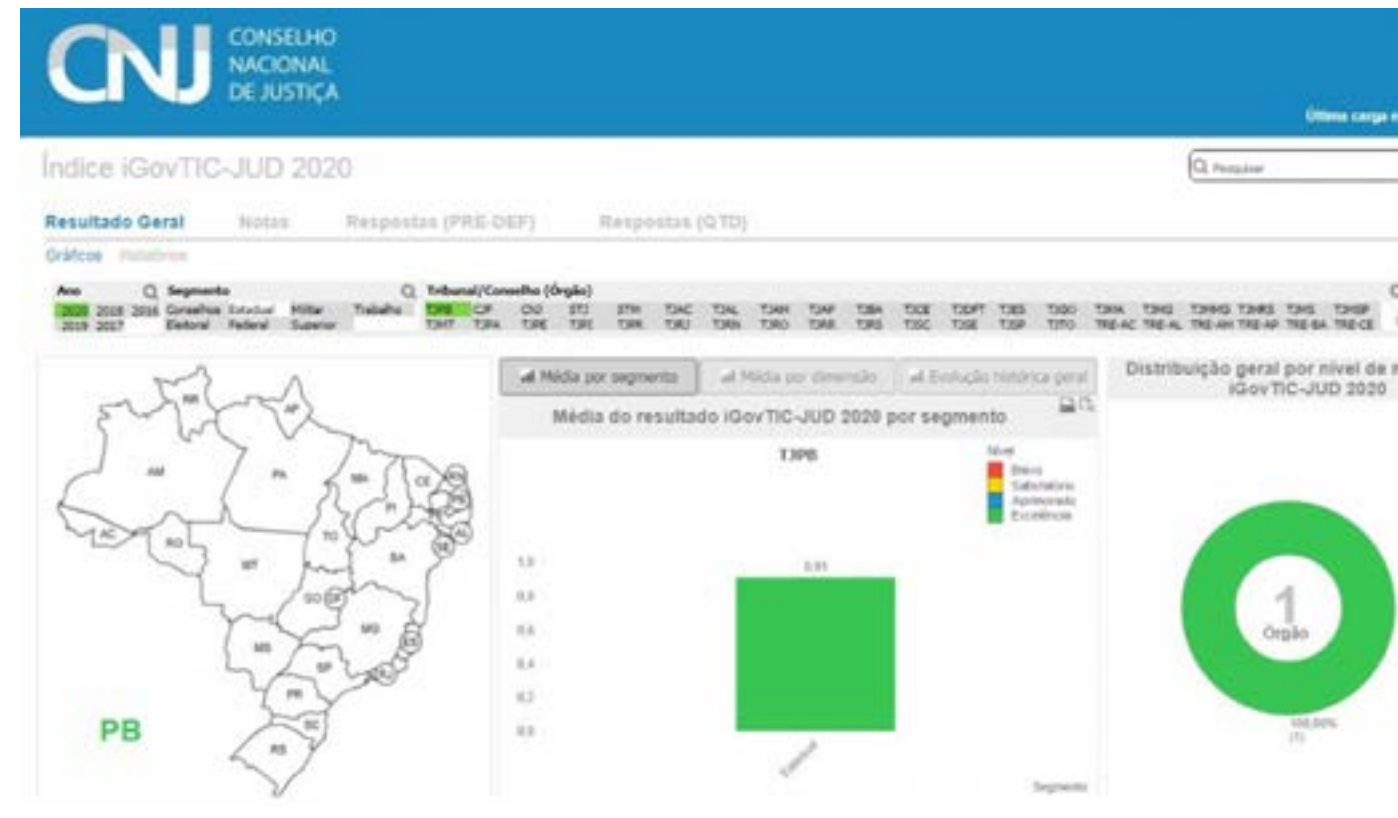
TJPB fica em 9º lugar entre os 92 tribunais do País em Governança, Gestão e Infraestrutura

No ano de 2020, o Tribunal de Justiça da Paraíba foi consagrado com nível de excelência em Tecnologia da Informação e alcançou o 1º lugar entre os tribunais estaduais do Nordeste em relação ao Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (iGovTIC-Jud 2020), e em 9º lugar entre todos os 92 tribunais brasileiros. O índice é medido anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pautado pela Resolução nº 211.

O TJPB recebeu nota 91, o que o levou, também, ao 5º lugar entre os tribunais estaduais do País no aspecto da Tecnologia da Informação, situando-se, portanto, no seleto

grupo de tribunais com máxima maturidade tecnológica.

“Quando iniciamos a gestão, a Mesa Diretora colocou como meta principal a primazia absoluta à informática, para que o Judiciário paraibano melhorasse seus índices de produtividade, e posso dizer que deu certo. Passamos do nível fraco para excelente, em um ano e seis meses de gestão. Comprovamos que o método aplicado e as práticas de gestão implementadas estão levando a Justiça estadual paraibana a um crescimento natural de produtividade de magistrados e servidores, que continuará se elevando nos próximos três ou quatro anos”, afirmou.



ALICERCE DE INTELIGÊNCIA

Em 2019, o TJPB já havia atingido o nível aprimorado, o que representou um salto de 57 posições no ranking geral. Entre os tribunais estaduais, ficou na 13ª colocação e, entre todos os tribunais do País, na 35ª. A nota havia passado de 0,42 para 0,77, considerando que a escala vai até 1,00.

O presidente do TJPB, desembargador Márcio Murilo, lembrou que, em 2020, o resultado do TJPB no aspecto ‘Informática’ superou o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB), o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 13ª Região e o Tribunal Regional Federal (TRF) da 5ª Região.

“Temos trabalhado com paciência e afincado com a inteligência artificial e vamos deixar um alicerce tecnológico preparado para o próximo gestor, que terá em mãos vários instrumentos de uma gestão administrativa e também informatizada”, adiantou.

O juiz auxiliar da Presidência, Meales Melo, responsável pela supervisão direta às demandas da Ditec, destacou que essa evolu-

ção “foi o resultado de muito planejamento, gestão e dedicação da Ditec, de todos os seus servidores e colaboradores, orgulhando o TJPB e nos ajudando a cumprir nossa missão institucional”.

Conforme o diretor de Tecnologia da Informação do TJPB, José Neto, o índice é medido em mais de 200 questões que avaliam aspectos estratégicos e táticos de TI, agrupados em seis dimensões: Políticas e Planejamento; Estruturas, Macroprocessos e processos; Competências e Desempenho de Pessoas de TI; Riscos e Auditoria de TI; Sistemas e Integração; Serviços de Infraestrutura; Força de Trabalho de TI.

Márcio Murilo também enfatizou a gestão compartilhada e alinhada como importante impulsionador do resultado. “Tudo funcionou sob a ótica de uma gestão compartilhada, com a colaboração da Corregedoria-Geral de Justiça, Vice-Presidência, Esma, Ouvidoria, Nupemec, Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF), Comitês Orçamentários de 1º e 2º Grau e de Priorização do 1º Grau. Isso deu a tônica de uma gestão descentralizada, mas, também, centrada na vontade de acertar”, declarou.

Jose T C Neto está apresentando

DITEC para Usuários Internos

A (nova) estrutura da DITEC

Diretoria de Tecnologia da Informação

- Coordenação de Gestão e Governança de TI
- Coordenação de Segurança da Informação
- Gerência de Atendimento e Suporte a 3 coordenações
- Gerência de Infraestrutura de TI e 4 coordenações
- Gerência de Processo Judicial Eletrônico e 2 coordenações
- Gerência de Sistemas e 3 coordenações
- 6 Assessores Técnicos e 12 Auxiliares Técnicos

Força de Trabalho de TI: 121 pessoas

	No % de Cargos de TI Nominados	No total de Cargos Ocupados de TI	No Força de Trabalho Total de TI
	21º	18º	19º
	* TIQFT é o 1º	* TIQFT é o 1º	* TISP é o 1º

Detalhes da reunião

Pessoas (101) Chat (45)

- SAPÉ 3 VARA
- scheilla barbosa
- Silas Neri
- Socorro Medeiros
- Teresa Cristina de Lyra Pereira
- Vara Única de Alagoas Grande T...
- veicilalicia D
- Victoria Gomes
- Virma Valente

Os avanços da Ditec

Para o diretor José Teixeira de Carvalho Neto, este direcionamento, bem como a disponibilização de recursos à TI, funcionaram como agente de transformação da estrada percorrida pelo TJPB rumo ao aumento da celeridade processual.

“Mais importante que a classificação do TJPB no ranking, é a entrada do Tribunal no nível de excelência do índice, que é uma demonstração prática de que um plano de gestão de TI, focado nas boas práticas de gestão e governança recomendadas pelo CNJ, traz os resultados esperados”, avaliou Neto.

No biênio 2019/2020, foram muitas as ações do setor rumo ao resultado: aquisição de uma solução e de aplicações de Business Intelligence (BI); a convergência de distintos sistemas e bases de dados para um único sistema (PJe); a regulamentação do plantão/serviço extraordinário de TI; a consolidação e execução de um plano de capacitação de natureza continuada; a contratação de novos links de internet (inclusive com link redundante) para todas as comarcas do Estado; a revisão da Política de Segurança da Informação (com publicação de nova resolução), com instituição de um comitê específico.

José Neto apontou, também, como fatores, a reestruturação do organograma (com novas unidades, cargos e funções) da Diretoria, a criação de 60 novos cargos de analista judiciário com especialidades em TI, para futuro provimento; o estabelecimento de uma série de regulamentações que oferecem respaldo ao cotidiano operacional das diversas áreas da Ditec; entre outras medidas.

Um outro destaque importante levantado pelo diretor foi o estabelecimento de uma unidade interna na Ditec: a Coordenação de Gestão e Governança de TI (COGTI), responsável por fazer todo o trabalho de levantamento, desenho e implementação dos processos atinentes à matéria. O setor é coordenado por Anderson Ribeiro.

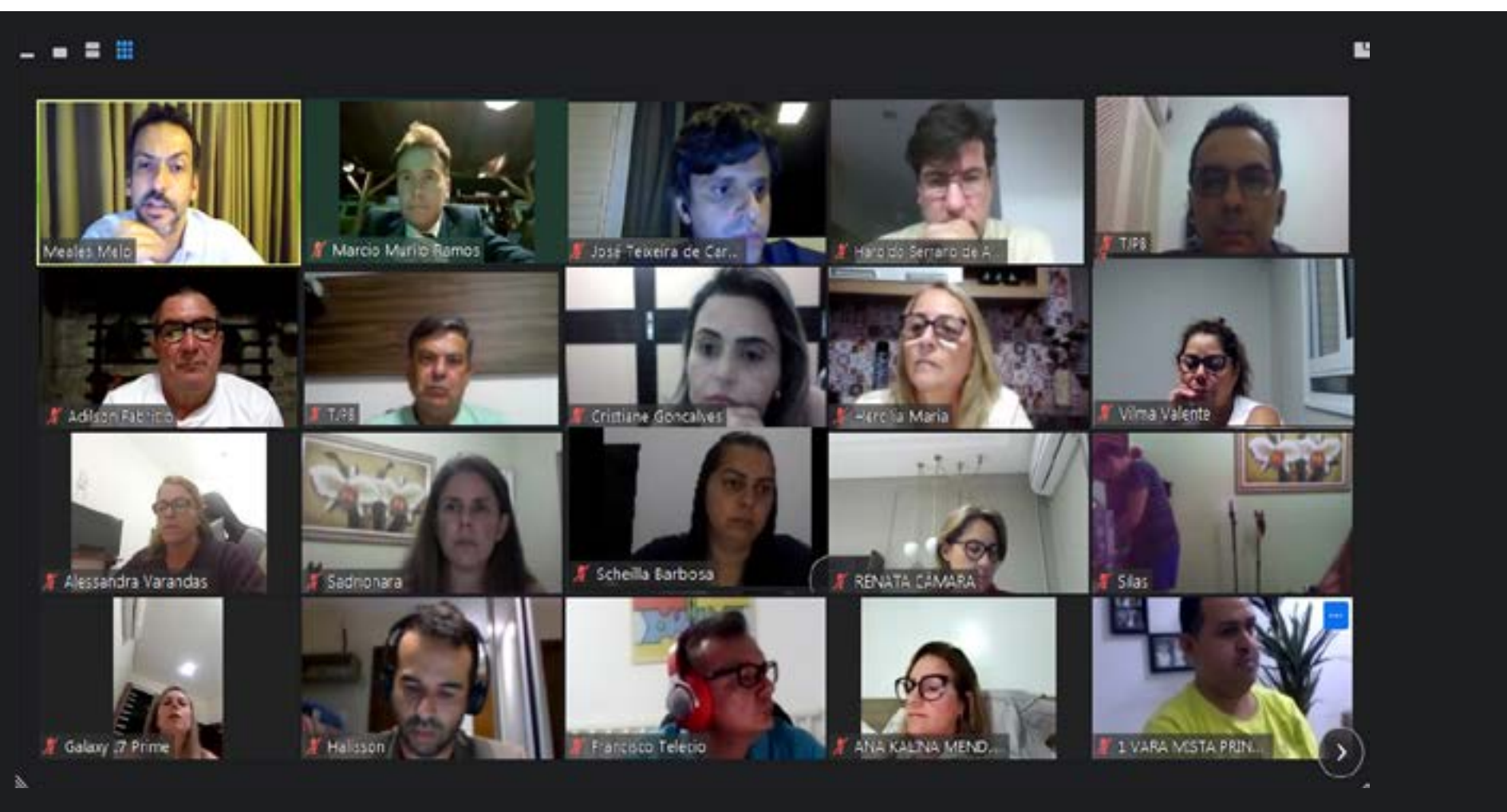
A COGTI tem suas atribuições voltadas ao apoio especializado em cinco eixos de atuação na área de gestão e governança de TI: processos de trabalho, projetos e ações, orçamento e contratações, desenvolvimento das competências das pessoas de TI e planejamentos estratégicos e táticos.

A atuação da COGTI na gestão 2019/2020 foi atender às diretrizes estratégicas da Ditec e da Presidência, focadas, principalmente, na elevação da maturidade em gestão e governança de TI. “A elevação da maturidade em gestão, governança e infraestrutura de TI reflete, principalmente, na entrega de serviços de TI com mais qualidade e isso se desdobra em uma prestação jurisdicional mais efetiva à sociedade”, pontuou Anderson Ribeiro.



“Mais importante que a classificação do TJPB no ranking, é a entrada do Tribunal no nível de excelência do índice”

Diretor José Teixeira de Carvalho Neto



Uso do Malote Digital do TJPB pelos policiais federais

Termo de Cooperação Técnica nº 07/2019 firmado entre o Tribunal de Justiça da Paraíba e a Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado viabilizou o uso do Malote Digital do TJPB pelos policiais federais cadastrados no Sistema. Neste primeiro momento, a Comarca de João Pessoa serviu como projeto-piloto para o envio exclusivo de Autos de Prisão em Flagrante para o Fórum Criminal pela PF.

Antes, o envio do Auto de Prisão era feito presencialmente, o que acarretava custos e tempo de ambas as equipes. Em um segundo momento, a Polícia Federal também pôde trocar, eletronicamente, documentos oficiais com todas as comarcas do Estado.

“É importante esclarecer que, agora, apenas os Autos de Prisão em Flagrante serão enviados para o Fórum Criminal de João Pessoa, via Malote Digital. Os demais documentos administrativos só poderão ser compartilhados em uma segunda etapa da concessão de uso”, explicou a supervisora da Diretoria de Tecnologia do TJPB, Sandra Aguiar.

Conforme a supervisora, com essa iniciativa o Poder Judiciário estadual e a Superintendência Regional da Polícia Federal têm um ganho sensível em economia com pessoal, combustível e celeridade processual, além da segurança. “Os policiais federais foram devidamente treinados e cadastrados por nossa equipe para o manuseio do Malote Digital, no que diz respeito ao Auto de Prisão em Flagrante”, acrescentou Sandra Aguiar.

Além da Polícia Federal, o Tribunal de Justiça da Paraíba possui convênios para o uso do Malote Digital com a Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social (Segurança Pública), Secretaria de Administração Penitenciária e a Polícia Militar.



Plataforma PJe é aperfeiçoada e ferramenta ‘Jurisprudência’ ganha nova versão

A Diretoria de Tecnologia da Informação (Ditec) do Tribunal de Justiça da Paraíba desenvolveu uma nova versão da ferramenta “Jurisprudência” para pesquisa de precedentes na Plataforma do Processo Judicial eletrônico (PJe). A necessidade do melhoramento foi constatada pela Gerência de Pesquisa Jurídica do TJPB e a evolução já apresentou resultados satisfatórios logo na fase de testes, em agosto de 2020.



Novo sistema de jurisprudência facilita o trabalho e magistrados, assessores e advogados

Dentre as melhorias implementadas, destaca-se a versão anterior que utilizava por padrão, nos campos “Ementa” e “Inteiro teor”, o critério “OU”. A nova versão foi disponibilizada no site do TJPB, através do link <https://pje-jurisprudencia.tjpb.jus.br/>

“Por esse motivo, tantos resultados indesejados eram retornados. Ao pesquisar por menor infrator, por exemplo, todo processo que contivesse menor ou infrator na sua ementa/inteiro teor seria retornado”, comentou o gerente de Pesquisa Jurídica do Tribunal de Justiça, Thiago Bruno Nogueira Alves.

Segundo o gerente, na nova versão, os mesmos campos passam a utilizar o critério “E”. Desta forma, só serão retornados processos que contenham todos os termos. Agora, ao pesquisar por menor infrator, retornarão os processos que contenham os termos menor e infrator. Não, necessariamente, os termos precisarão estar em sequência ou juntos, para o processo ser retornado.

Thiago Bruno destacou que o novo sistema de jurisprudência facilitará o trabalho de magistrados, assessores, advogados, representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública e atenderá a uma reivindicação dos operadores do Direito no que se refere ao acesso aos precedentes jurisprudenciais do Tribunal de Justiça da Paraíba. “Além disso, há uma perspectiva de evolução constante da plataforma, com o objetivo de melhor atender aos anseios da comunidade jurídica paraibana”, destacou o gerente de Pesquisa Jurídica do TJPB.

Ele informou, ainda, que há opção de usar a expressão do sinal de negativo (-) nos campos “Ementa” e “Inteiro teor”, para remover um determinado termo do conjunto de resultados da pesquisa.

A ferramenta de jurisprudência do PJe, utilizada pelo Poder Judiciário estadual, foi desenvolvida pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, que, em parceria com o TJPB, forneceu o sistema para a Ditec no ano de 2018. “Apesar do avanço experimentado à época da parceria, o sistema necessitava de melhorias, sobretudo para apresentar um resultado mais fidedigno aos termos de buscas utilizados”, disse Thiago Bruno.



Gerente de Pesquisa
Jurídica do Tribunal de
Justiça, Thiago Bruno
Nogueira Alves



Interface da ferramenta
de jurisprudência do
PJe do TJPB

BUSINESS INTELLIGENCE

Implantação do BI impulsiona estatísticas das metas do CNJ

Apesar dos contratempos decorrentes da crise sanitária, forçando todos a se adaptarem por causa do distanciamento social, para o coordenador da Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no âmbito do 1º Grau do Tribunal de Justiça da Paraíba, juiz Jailson Shizue Suassuna, o ano de 2020 foi histórico. A utilização do sistema Business Intelligence (BI), implantado no Judiciário estadual pela Diretoria de Tecnologia da Informação (Ditec), automatizou e impulsionou o processo de levantamento estatístico das Metas.

A Meta 2 do CNJ consiste em identificar e julgar até 31/12/2020, pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2016 no âmbito do 1º Grau de jurisdição. Além disso, a Meta contempla, também, o julgamento de 80% dos processos distribuídos até 31/12/2017 no âmbito do 2º Grau, e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2017 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.

“O BI atualiza as estatísticas semanalmente de forma automática. Esta iniciativa ocorreu graças ao empenho da Mesa Diretora do Tribunal de Justiça, na pessoa do desembargador Márcio Murilo e da equipe da Ditec, que elaborou o Business Intelligence”, ressaltou o magistrado, destacando que, por meio do BI, as Metas são medidas, extraíndo os dados diretamente da base de informações do TJPB. “O BI era um anseio, de muitos anos, da coordenação das Metas e dos juízes que cumprem as mesmas”, pontuou.

O juiz Jailson Shizue salientou que, até então, as estatísticas eram elaboradas manualmente, e, com o sistema, tudo foi automatizado. Além disso, segundo o magistrado, o BI é permanente, sendo a Ditec responsável pelas atualizações anuais. Ele enfatizou, ainda, que a ferramenta também servirá para os anos vindouros, sendo esta uma das grandes vantagens obtidas em 2020, acrescentando a migração dos processos físicos (criminais) para o Processo Judicial eletrônico (PJe), como outro benefício.



O juiz Jailson Shizue Suassuna
destaca a importância do sistema
Business Intelligence (BI)



ROBÔ ACELERADOR

Ferramenta é implantada nos Executivos Fiscais

“O Tribunal de Justiça está fazendo história”. Foi assim que se referiu o presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, ao falar sobre o Robô Acelerador de Executivos Fiscais, lançado no dia 28 de novembro de 2019, no Fórum Cível da Comarca de João Pessoa. A ferramenta, implantada nos Cartórios da 1ª e 2ª Varas de Executivos Fiscais, possibilitou a otimização do trabalho cartorário, como a confecção de cartas de intimação, citação, notificação, dentre outros, de forma que deu celeridade à tramitação de mais de 30 mil processos em apenas um mês.

A iniciativa vanguardista, na área da administração pública estadual, foi do Tribunal de Justiça da Paraíba, por meio da Diretoria de Tecnologia da Informação, em parceria com a empresa Indra, fornecedora de serviços de tecnologias da informação.

A solenidade de lançamento contou com a presença dos magistrados Meales Melo, auxiliar da Presidência; Carlos Sarmiento, diretor do Fórum Cível; João Batista Vasconcelos, 1ª Vara de Executivos Fiscais; Eduardo José de Carvalho Soares, 2ª Vara de Executivos Fiscais; Flávia da Costa Lins Cavalcanti, 1ª Vara da Fazenda Pública; Ana Amélia Andrade Alecrim Câmara, 6ª Vara Cível; Filipe Guedes Almeida, gerente de Contas da Indra Minsait; José Teixeira Neto, diretor de TI do TJPB; Ney Robson Pereira, gerente de Desenvolvimento de Sistema; servidores dos Cartórios e funcionários da empresa.

O presidente do TJPB, desembargador Márcio Murilo, explicou que o robô otimizará em 80% a redução do tempo de trabalho dos servidores dos cartórios. “É um grande passo. Temos que comemorar. Vejo esse dia como histórico. O servidor, a partir de agora, terá mais tempo para executar as tarefas com maior grau de complexidade, em vez de trabalhar em atos processuais repetitivos virtuais. A mudança de visão laboral começou hoje”, afirmou.



“É um grande passo. Temos que comemorar. Vejo esse dia como histórico”, disse o desembargador Márcio Murilo sobre o robô



O juiz Meales Melo, que acompanhou o desenvolvimento da ferramenta, ressaltou que o robô utiliza a tecnologia RPA (Robot Process Automation), que permite a automação de processos repetitivos, sem que haja a necessidade de escolha ou tomada de decisão. “O Tribunal de Justiça teve a iniciativa de fazer esse robô, que é o primeiro criado para atuar com processos judiciais aqui no TJ e permitirá um grande ganho de eficiência nas Varas de Executivos Fiscais, que possuem um volume imenso de processos pendentes da realização de citação”, pontuou.

O magistrado disse, ainda, que o robô atua no processo inicial da execução fiscal, da seguinte forma: primeiro, identifica o devedor, após, expede a carta de citação e, quando o Aviso de Recebimento volta, coloca no processo, verificando se o devedor foi, de fato, citado.

“Desse modo, dará uma eficiência, realmente, muito grande para os servidores que não precisarão executar essa tarefa de forma repetitiva, cansativa e demorada. O robô fará isso com mais rapidez, precisão, sem grandes riscos de erro. É um ganho significativo, porque deixamos o servidor trabalhando nas atividades que exigem uma maior participação e discernimento, com relação à tomada de decisão processual”, desalvou.

Para o magistrado João Batista Vasconcelos, da 1ª Vara de Executivos Fiscais, é motivo de muita alegria ter um projeto de robotização implantado na unidade judiciária em que atua e que tornará mais eficaz e célere o trabalho. Ele lembrou que, há algum tempo, uma empresa de Santa Catarina esteve no Tribunal oferecendo a tecnologia, porém, na época, era muito oneroso.

“Desde então, começamos a trabalhar para chegar no objetivo que alcançamos hoje, com o apoio do presidente do Tribunal, desembargador Márcio Murilo, que abraçou a ideia, possibilitando que fosse desenvolvido um robô do TJPB”, ressaltou.

O juiz Eduardo José de Carvalho Soares, da 2ª Vara de Executivos Fiscais, revelou que o robô executará uma tarefa importantíssima, que é a análise e execução inicial dos feitos. Segundo o magistrado, o percurso entre a análise da petição inicial até a citação do devedor demanda tempo e com a nova ferramenta será mais rápido.

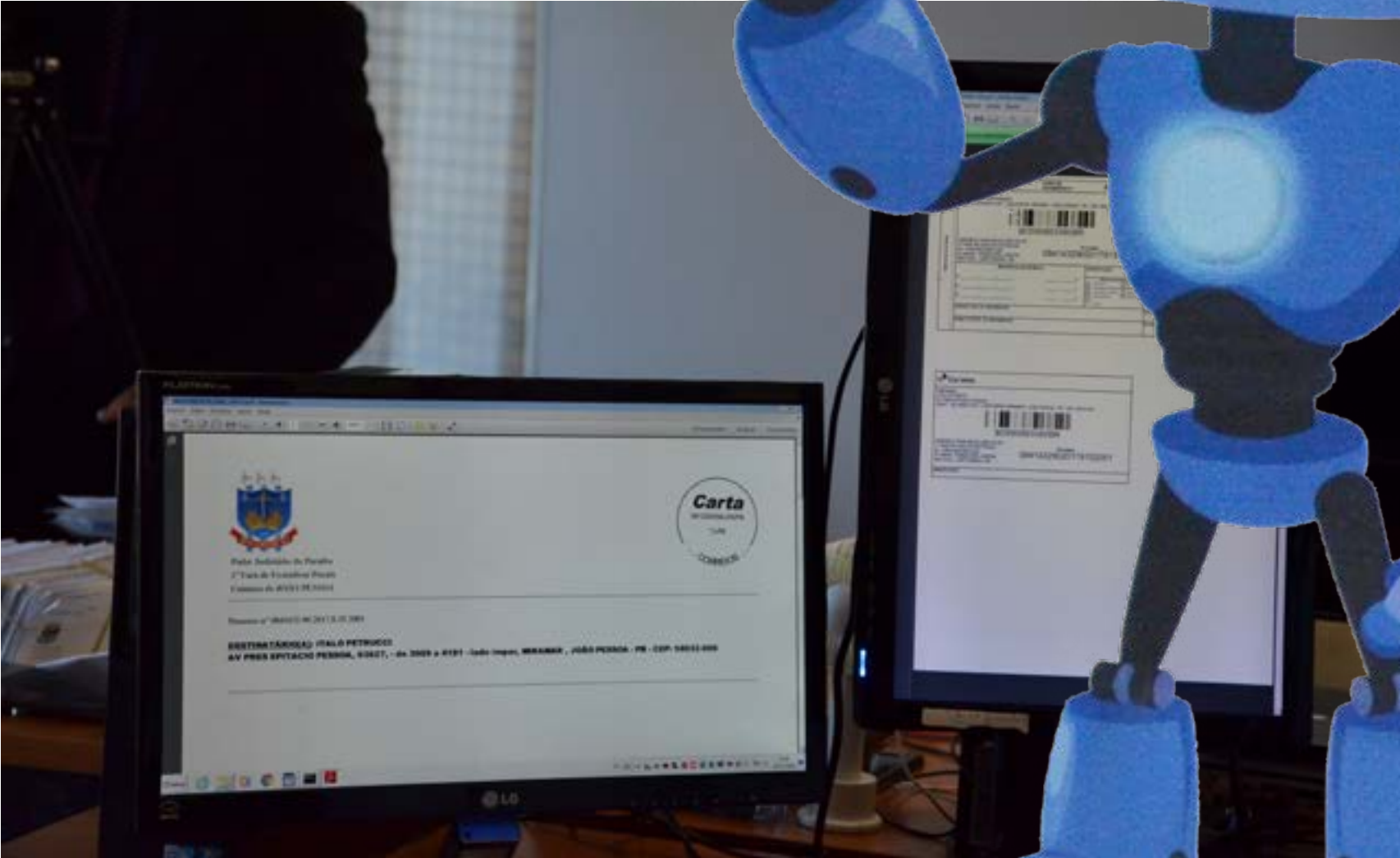
“Esses passos, que naturalmente um servidor demoraria a fazer em ações repetitivas, o robô faz rapidamente. Conse-



O juiz João Batista Vasconcelos destacou o esforço do Tribunal de Justiça para adotar o projeto de robotização



O diretor José Teixeira Neto disse que a Ditec, depois de receber o projeto do robô, assume as futuras etapas de desenvolvimento do sistema.



gue, por exemplo, expedir 100 cartas de citação em 10 minutos, aproximadamente. Isso demonstra o quanto agilizará a tramitação processual e, principalmente, reduzirá a quantidade de atos repetitivos executados pelos servidores, deixando a parte mecânica de repetição, que não exige a utilização da mente, para ser feita pela máquina. É um grande avanço”, realçou.

O diretor da Ditec, José Teixeira Neto, comentou que o projeto foi desenvolvido por meio de um contrato com a empresa de Tecnologia da Informação, com o apoio das equipes das duas Varas de Executivos Fiscais e da Diretoria. “A partir do momento em que o robô entra em produção, assumimos toda e qualquer manutenção da ferramenta. A inclusão de novos passos ou alguma alteração em função de mudanças no Proce-

so Judicial eletrônico (PJe) ou do trabalho da vara também será da nossa responsabilidade. A Ditec assume o que chamamos de sustentação da solução”, frisou.

O juiz João Batista Vasconcelos justificou a escolha das Varas de Executivos Fiscais para a implantação do projeto de robotização por conta da existência de uma grande demanda de processos da Fazenda Pública, envolvendo Estado e o Município de João Pessoa. Segundo ele, o que pesou de forma importante foi o quantitativo de feitos existentes nas duas unidades. “Temos aqui, entre as duas varas, cerca de 70 a 80 mil processos. Estávamos com 38 mil citações pendentes, ou seja, isso de forma material é totalmente impossível e esse robô executará essas citações em, no máximo, um mês”, salientou.



A ferramenta foi implantada nos Cartórios da 1ª e 2ª Varas de Executivos Fiscais da Comarca de João Pessoa



O juiz Eduardo José de Carvalho Soares (D) explicou que o robô faz a análise e execução inicial dos feitos



Sistemas heterogêneos

Segundo Felipe Guedes Almeida, gerente da Indra Minsait, o processo de robotização é aplicado a partir de sistemas heterogêneos, onde o custo-benefício é maior do que ajustar algum sistema já existente. “Como se trabalha com várias soluções heterogêneas, o robô faz o papel de, especificamente, substituir alguma pessoa que executa esse processo. O que nós desenvolvemos para o Tribunal de Justiça foi uma solução que substitui a atuação humana de forma eficaz e rápida. É um processo, basicamente, manual, que envolve pouca inteligência”, afirmou, salientando que a robotização no setor público é recente e que, no Nordeste, apenas o Tribunal de Justiça de Pernambuco utiliza essa tecnologia, e, agora, o TJPB.



CONCILIAÇÃO

NUPEMEC AMPLIA CEJUSCS, ADOTA VIDEOCONFERÊNCIA
E FORTALECE POLÍTICA DE PACIFICAÇÃO SOCIAL

Conciliador Virtual, caravana, mutirões, Justiça Restaurativa... tudo por um acordo



Mais de 30 ações que representam as atividades do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do Tribunal de Justiça da Paraíba fortaleceram, no Estado, a política nacional de pacificação social. O trabalho do Nupemec conta com a participação dos diretores adjuntos, juízes Antônio Carneiro de Paiva Júnior, Fábio Leandro de Alencar Cunha e Bruno Azevedo.

O desembargador Leandro dos Santos, diretor-geral do Nupemec, destacou, dentre essas ações, a expansão dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos (Cejuscs); os mutirões de negociação (envolvendo empresas, instituições bancárias, estabelecimentos de ensino e órgãos públicos); a definição de um calendário para a capacitação contínua dos conciliadores e a implantação dos projetos Delegado Conciliador (atendendo aos ideais da Justiça Restaurativa, no âmbito criminal, fruto da parceria entre o TJPB, Faculdade IESP e a Secretaria de Segurança Pública da Paraíba), Caravana da Conciliação (que atendeu a comarcas que apresentavam alto índice de paralisação de processos, com resultados de mais de 400 audiências realizadas) e o Projeto Conciliador Virtual.

“Tivemos total apoio do presidente Márcio Murilo, que é um entusiasta da pacificação social pelos métodos autocompositivos. O Nupemec avançou na política da conciliação e mediação. Apesar de impactados pela pandemia, nos utilizamos dos sistemas virtuais para a garantia do funcionamento adequado de nossas ações”, afirmou o desembargador Leandro, ressaltando, ainda, o reconhecimento, por parte da Enfam, do Núcleo como entidade formadora, tornando-o apto a realizar cursos de forma-



Desembargador Leandro dos Santos, diretor do Nupemec

ção de mediadores judiciais.

Da mesma opinião comunga o juiz Fábio Leandro, que apontou o avanço do Nupemec em suas práticas autocompositivas. O magistrado sinalizou os projetos consolidados e que tiveram pleno êxito, como a capacitação de mais de 800 alunos das universidades conveniadas, os diversos mutirões realizados em todos os Cejuscs do Estado, incluindo Direito do Consumidor e de Família.

Ele lembrou, também, o mutirão com ações revisionais de contratos bancários, proposto pelas próprias instituições financeiras, e dos Dpvt, esforços concentrados com a realização de perícias para as sentenças dos processos envolvendo segu-



O desembargador Leandro dos Santos se reuniu com juizes para discutir a ampliação dos Centros de Conciliação na Paraíba



Curso de mediação e conciliação foi ministrado para oficiais de justiça



Encontro discutiu a criação do Cejusc Indígena, instalado no Litoral Norte



Juizes Antônio Carneiro de Paiva Júnior, Fábio Leandro de Alencar Cunha e Bruno Azevedo, diretores adjuntos do Nupemec

ros por danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre. Para se ter uma ideia, em apenas 18 meses, de 2019 até junho de 2020, foram firmados 4.671 acordos (processual e pré-processual), resultando no montante financeiro de R\$ 28.289 milhões, com um total de 29.482 atendimentos e o envolvimento de 5.127 conciliadores e mediadores.

“Capacitamos oficiais de Justiça, o que demonstra que os servidores abraçaram a ideia de conciliar. Participamos, ainda, da XIV Semana Nacional da Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2019, e da XV Semana, em 2020. Foram das mais exitosas, atingindo não só mutirões de ações conciliatórias, mas, também, projetos de cidadania, conveniados com Procon, Defensoria Pública e órgãos estatais”, pontuou Fábio Leandro.

O juiz ressaltou que, em 2020, por causa da pandemia, foram elaborados cursos virtuais de capacitação de conciliadores, envolvendo alunos das universidades conveniadas, e o Conciliador Virtual, projeto-piloto onde os novos conciliadores integram um cadastro do Nupemec para ajudar os Cejuscs em todo o Estado.

O também diretor adjunto do Núcleo, juiz Bruno Azevedo, elogiou a gestão do desembargador Márcio Murilo, por marcar a expansão e consolidação da política de tratamento adequado dos conflitos, com a valorização e ampliação dos Centros Judiciário de Conciliação.

“Saímos de 20 Cejuscs e passamos para 46, um aumento

exponencial de fato. Importante registrar que nesse período de pandemia, os Cejuscs não pararam. Realizamos as audiências de conciliação de forma virtual, instituindo, assim, o Cejusc Virtual, que facilitará, ainda mais, o trabalho, especialmente nas comarcas mais longínquas do Estado, onde há dificuldades para o Nupemec instalar os Centros, por conta da necessidade da existência de conciliador e mediador”, afirmou Bruno.

Para o juiz Antônio Carneiro, o apoio que o Nupemec recebeu na gestão do desembargador Márcio Murilo favoreceu a consolidação da Rede de Conciliação e Mediação, abrangendo todas as comarcas do Estado. Ele destacou a atuação eficaz dos Cejuscs, resolvendo conflitos com os métodos conciliatórios, seja através do projeto de conciliadores virtuais ou por meio do Cejusc presencial.

“É uma forma eficaz, resolutiva, rápida e humanizada de solucionar conflitos, que o TJPB dá o exemplo, não só para o Estado, como para o País. Além disso, o Nupemec vem se dedicando à solução consensual não apenas das demandas mais frequentes, mas, também, das mais complexas, de grande repercussão. São ações que, geralmente, demoravam muito para obter solução definitiva. O encontro das partes, em um ambiente favorável ao entendimento, mediante um intermediador capacitado e com técnicas adequadas, tem demonstrado excelentes resultados com a adoção da conciliação e a mediação, obtendo alto índice de satisfação das partes”, realçou Antônio Carneiro.



Convênio foi firmado com o Sintur para divulgação de campanha de conciliação nos ônibus



O Cejusc Fazendário de João Pessoa mediu reintegração de posse



Cejusc de Trânsito, que funciona em Patos, é pioneiro



Cejusc de Água Branca



Cejusc de São José de Piranhas foi o último instalado no biênio 2019/2020



Cejusc de Conceição



Inauguração do Cejusc Indígena



Cejusc de Pombal



Cejusc de Itaporanga



Cejusc de Catolé do Rocha



Cejusc de Bananeiras



Cejusc de Ingá

CEJUSCS EXPANDEM CULTURA DA CONCILIAÇÃO

No biênio 2019/2020, houve forte investimento nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos (Cejuscs). Mais 14 novos Cejuscs foram instalados em comarcas da Paraíba, totalizando 48 unidades. A última inauguração ocorreu na Comarca de São José de Piranhas, em 4 de dezembro de 2020, por meio virtual, durante a XV Semana Nacional de Conciliação (SNC).

Foram instalados nos dois anos da gestão os Cejuscs da Vara Fazendária de Campina Grande, segunda maior comarca do Estado, e das Comarcas de Água Branca, Conceição, Patos, Catolé do Rocha, Pombal, Campina Grande (Centro de Ciências Jurídicas da UEPB), São João do Rio do Peixe, Itaporanga, Piancó, Mamanguape, Alagoinha e Pocinhos.

“Os Cejuscs são espaços para a sociedade resolver seus litígios sem a necessidade de um processo. Acreditamos que o futuro do Judiciário será esse, a partir das conciliações. Aqui, será possível se dirigir sem formalidade, com ou sem advogados, a fim de procurar a conciliação com a outra parte, pacificando, assim, o conflito social. Precisamos abandonar a

ideia do processo, da sentença, dos recursos intermináveis”, defendeu o desembargador Leandro dos Santos, diretor do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec).

Além dos mutirões de negociação, os Centros de Conciliação também se destacam por ações diferenciadas que promovem, a exemplo do Cejusc Trânsito, surgido de uma iniciativa pioneira na Paraíba, e que funciona na Comarca de Patos. O Centro tem a singularidade de resolver questões relacionadas a acidentes de trânsito por meio de acordos, celebrados imediatamente após a ocorrência do acidente ou, posteriormente, em um espaço destinado, exclusivamente, para este fim.

Para se ter ideia, em um ano de funcionamento, completado em julho de 2020, o Cejusc Trânsito realizou 29 termos de conciliação e celebrou 35 acordos, sendo 26 na sua sede, e nove envolvendo as partes no local do sinistro. O Centro, coordenado pelo juiz Bruno Medrado, é fruto de um convênio entre o Nupemec e a Superintendência de Trânsito e Transportes Públicos de Patos (STTrans).



Cejusc Fazendário de Campina Grande



Cejusc de Queimadas



Dois momentos: em 2019, o desembargador Joás abriu a XIV Semana Nacional de Conciliação; em 2020, também no Fórum Cível da Capital, a abertura da XV Semana foi marcada pelo lançamento da Boneca Mascote da Conciliação, apresentada pela juíza Ana Amélia Andrade Câmara

‘SEMANA NACIONAL’ ESTIMULA ACORDOS

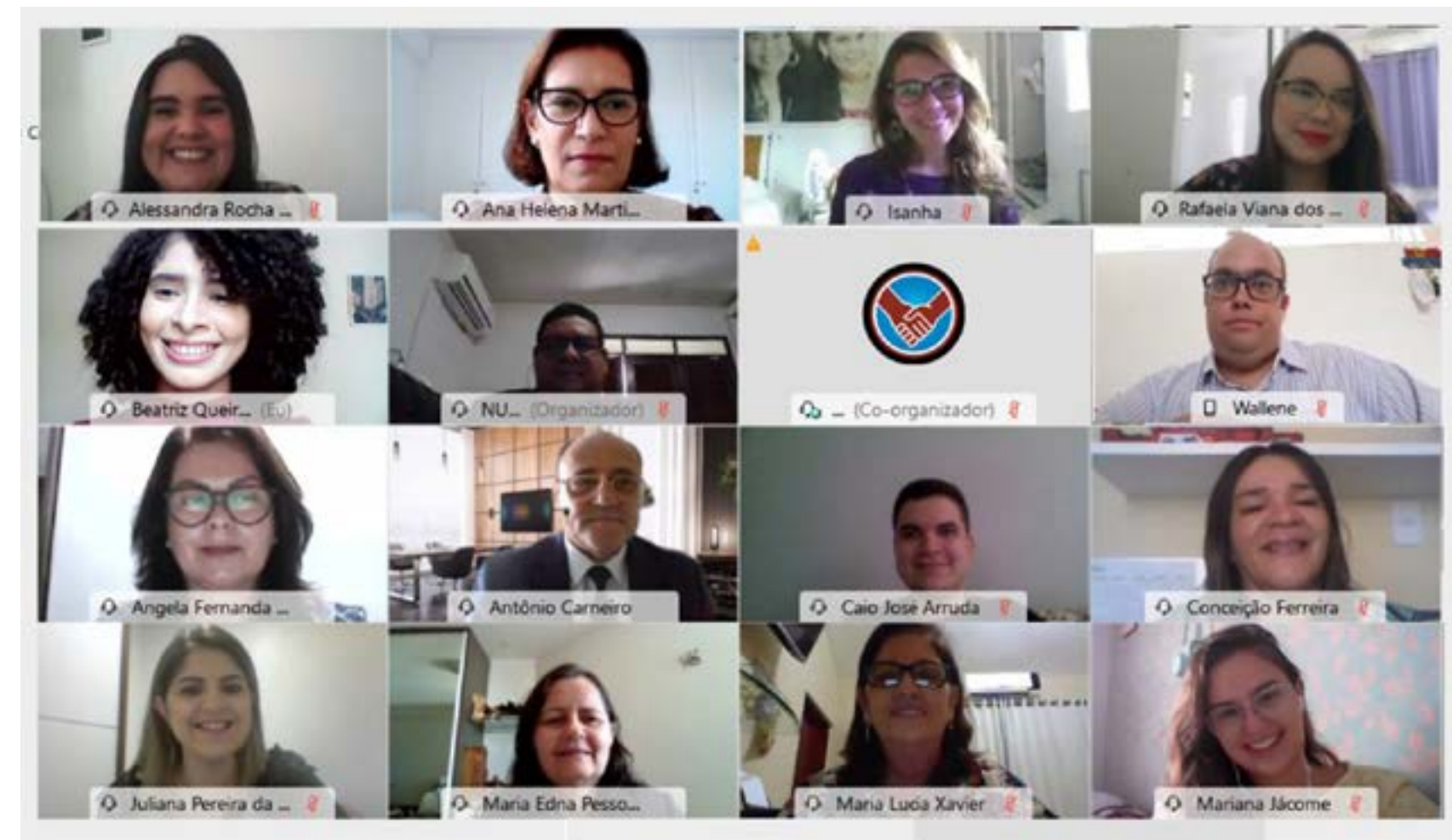
De 30 de novembro a 4 de dezembro de 2020, a XV Semana Nacional de Conciliação (SNC) – evento realizado anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e com participação do Tribunal de Justiça da Paraíba desde o ano de 2013 – pactuou um total de R\$ 2,043 milhões em acordos homologados nas 2.032 audiências virtuais e presenciais realizadas (de um total de 2.290 designadas). No período, 2.062 pessoas foram atendidas nas unidades judiciárias que aderiram à proposta no Estado.

Os dados foram contabilizados pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do TJPB. Participaram do evento as unidades judiciárias de Água Branca, 6ª Vara Cível e 5ª Vara de Família de João Pessoa, Rio Tinto, 3ª Vara Mista e Juizado Especial Misto de Cajazeiras, Juazeirinho, 2º Juizado Especial Misto de Patos, 3ª Vara Mista

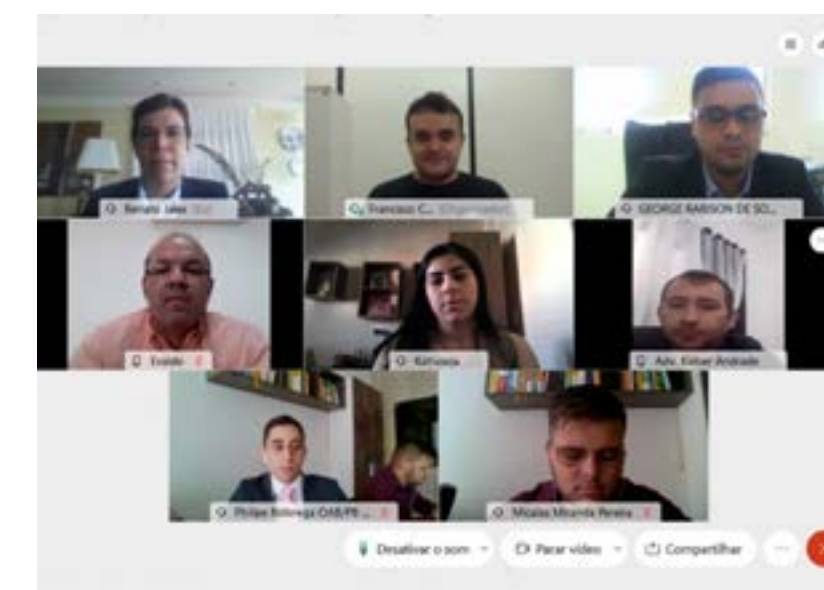
de Itaporanga, 1ª e 2ª Varas Mistas de São João do Rio do Peixe, Alhandra e Belém.

Também aderiram à SNC os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs) de Campina Grande, Sousa, Guarabira, Mamanguape, Pombal, Itaporanga, Sapé, São João do Rio do Peixe, Ingá e João Pessoa.

Para o diretor do Nupemec, desembargador Leandro dos Santos, a Semana foi bastante produtiva, apesar das dificuldades decorrentes da pandemia do novo coronavírus. “Cumprimos o nosso papel, que, na verdade, é contínuo, pois o evento não resume as atividades anuais do Nupemec e dos Cejuscs, que sempre são marcadas por números significativos. A Semana foi mais um momento de celebrarmos e darmos publicidade ao que estamos fazendo ao longo da gestão”, avaliou.



Durante a pandemia, em novembro de 2020, os mutirões da Semana Nacional de Conciliação ocorreram por videoconferência, a exemplo da Capital, Guarabira e Catolé





Fórum de Cabedelo inaugura
brinquedoteca e garante bem-
estar social para os filhos dos
jurisdicionados.



INFÂNCIA E JUVENTUDE

VARAS E COORDENADORIA MANTIVERAM VASTA
PROGRAMAÇÃO DE ATIVIDADES VIRTUAIS EM 2020

Audiências virtuais, webinários e cursos a distância na proteção de crianças

Com foco em novos projetos e busca de alternativas para dar continuidade à atuação junto a crianças e adolescentes na Paraíba, as Varas da Infância e da Juventude e a Coordenadoria da Infância e da Juventude (Coinju) do Tribunal de Justiça da Paraíba mantiveram vasta programação de atividades, predominantemente virtual, em 2020. Já em 2019, de acordo com o coordenador da Coinju, juiz Adhailton Lacet Correia Porto, foram priorizadas ações ligadas às mudanças instituídas pela Lei da Convivência Familiar (nº 12.010/2009) e Lei do Depoimento Especial (nº 13.431/2017), além de orientações e metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Mesmo diante da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), que exigiu medidas como distanciamento social e teletrabalho, os magistrados responsáveis pelas unidades judiciárias deram seguimento ao trabalho com a realização de audiências virtuais, webinários e lives, cursos a distância e campanhas em torno de temas voltados à proteção de crianças e adolescentes.

A Vara da Infância e da Juventude de Campina Grande, por exemplo, foi uma das primeiras a realizar audiência por videoconferência. “No dia 12 de abril, realizamos audiências inteiramente pela via digital. Executamos, também, a revisão de todos os processos de internos (ato infracional) e acolhidos (medidas protetivas) e, mesmo na pandemia no ano de 2020, as equipes reavaliaram os processos em meio aberto (liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade)”, explicou o titular da unidade, juiz Perilo Rodrigues de Lucena.

O magistrado afirmou que a Vara em Campina Grande

tem a incumbência essencial de amparar crianças e adolescentes até 18 anos incompletos, tendo uma atenção voltada à família natural, extensa, acolhimento familiar, institucional e, em último caso, em se tratando de adoção, família substituta.

“As ações em 2020 tiveram por escopo produzir um aperfeiçoamento na unidade, com novos projetos, para um melhor desempenho em suas funções, levando, assim, a uma melhoria de vida para a Infância e Juventude de Campina Grande e região”, esclareceu.

Dentre as principais iniciativas feitas em 2020, o juiz Perilo Rodrigues destacou o programa de aprendizagem profissional para socioeducandos do Lar do Garoto; a retomada do Fórum Estadual de Juízes da Infância e da Juventude; a realização de cursos a distância para pretendentes à adoção e depoimento especial; e a promoção de audiências concentradas presenciais e on-line e de audiências infracionais.

“A Justiça não pode parar e, apresentando-se à nova realidade de pandemia e distanciamento social, com a necessidade de manter os seus serviços, ela se reinventou, com a utilização de videoconferência. Adotamos os aplicativos Skype, Zoom e Cisco Webex. Dessa forma, toda a equipe pôde se reunir, trazendo agilidade às audiências realizadas no Lar do Garoto, na Casa Esperança I, II e III ou, até mesmo, nas reuniões com o grupo de profissionais”, destacou o juiz Perilo Rodrigues.

Segundo ele, uma das vantagens da videoconferência é que os processos tramitaram de forma rápida. “Realizamos, em apenas 3 horas e meia, várias audiências no mesmo dia e com todos os presentes tendo direito à voz”, atesta.



Os magistrados responsáveis pelas unidades judiciárias deram seguimento ao trabalho com a realização de audiências virtuais, webinários e lives.



Juiz Perilo Rodrigues de Lucena

Círculos restaurativos são intensificados

A titular da 2ª Vara da Infância e da Juventude da Capital, juíza Antonieta Lúcia Maroja Arcoverde Nóbrega, afirmou que, em 2019, foram intensificadas as realizações dos círculos restaurativos, iniciativa mantida pela unidade judiciária desde 2012. “Realizamos encontros com o adolescente em conflito com a lei e a vítima, sempre envolvendo as respectivas comunidades, bem como fazemos círculos nas unidades de cumprimento de medidas, com socioeducandos entre si, socioeducandos e agentes das unidades, e entre agentes socioeducativos e outros servidores das unidades”, esclareceu.

A magistrada explicou que os círculos são bastante proveitosos em todos os âmbitos onde são feitos, pois minimizam os danos decorrentes de conflitos e ajudam os envolvidos a fazerem reflexões e elaborarem transformações em seus compor-



Juíza Antonieta Lúcia Maroja Arcoverde Nóbrega

tamentos e projetos de vida. “Além disso, em 2019, participamos de reuniões interinstitucionais bimestrais, do Comitê Gestor Municipal de Medidas Socioeducativas e da Comissão do Plano Sinase, sempre buscando o aprimoramento das atividades relacionadas à socioeducação”, frisou.

Já em 2020, conforme explicou a juíza Antonieta Maroja, houve avanço no Programa Jovem Aprendiz Socioeducativo, numa parceria envolvendo órgãos públicos e a sociedade civil. “Atendemos a uma demanda espontânea, geralmente trazida por familiares de adolescentes que estão no início de um envolvimento com drogas ou companhias que tendem a influenciá-los a práticas infracionais. Neste caso, a abordagem é preventiva e o acompanhamento é feito pela equipe multidisciplinar”, observou.

A juíza ressaltou que a equipe articula o tratamento de adolescentes com comprometimento da saúde mental ou drogadição, quer em medidas socioeducativas ou medidas protetivas, cuja necessidade seja detectada a partir da prática de um ato infracional.

Em relação às audiências, a magistrada informou que, no ano de 2020, foram retomadas em maio. “Nós, juízes da Vara, Luiz Eduardo Cantalice e eu, somente não realizamos audiências no início do isolamento social. Até outubro de 2020, por exemplo, foram 390 audiências realizadas; 631 sentenças prolatadas e 748 decisões proferidas. Temos, até esse mês, 142 adolescentes em quatro unidades de internação. Esse número é bastante animador, pois, há três anos, tínhamos mais de 400 adolescentes nas unidades”, enfatizou.

A juíza explicou que a semiliberdade foi suspensa em razão dos riscos da pandemia do coronavírus (Covid-19), face às peculiaridades da medida. “Nela, os adolescentes transitam em escolas, cursos profissionalizantes, na unidade socioeducativa e sua comunidade. As medidas em meio aberto são monitoradas pelo Setor Psicossocial dos Creas.

“Fizemos, também, por videoconferência, formação para os técnicos dos Creas acerca da elaboração do Plano Individual de Atendimento dos socioeducandos, contribuindo para o aprimoramento do atendimento e melhor articulação dos serviços de toda a rede de apoio ao adolescente em cumprimento de medida”, ressaltou.

O Fórum da Infância e Juventude ganhou novo prédio, com divisão para cartório, auditório, e salas para equipe multidisciplinar, audiência, de assessores, recepção e ambiente de informática.



Pretendentes à adoção participam de cursos

A Coordenadoria da Infância e da Juventude (Coinju) do TJPB ofereceu cursos para pretendentes à adoção no biênio 2019/2020. Foram quatro formações na Paraíba, sendo duas na 1ª Circunscrição (147 pretendentes), uma na 2ª (28 pretendentes) e uma na 3ª Circunscrição (15 pretendentes). Em 2020, 190 pretendentes foram habilitados à adoção na Paraíba por meio dos cursos promovidos pela Coinju.

De acordo com o coordenador da Coinju e titular da 1ª Vara da Infância e da Juventude da Capital, juiz Adhailton Lacet Porto, os cursos tiveram de ser adaptados à nova realidade, respeitando as normas de distanciamento social e moldando-se ao formato on-line.

“Para isso, contamos com uma ação conjunta entre as equipes multiprofissionais das Varas da Infância e Juventude e demais atores do Sistema de Justiça. A Coinju e a 1ª Vara da Infância e da Juventude atuaram em parceria com a Escola Superior da Magistratura (Esma), ministrando o curso sobre adoção com conteúdo EaD, atendendo toda a 1ª Circunscrição Judiciária”, afirmou.

Conforme levantamento da 1ª Vara da Infância e da Juventude da Capital, a Paraíba conta com 279 crianças e adolescentes acolhidos (dados de novembro de 2020), estando 53 disponíveis para adoção. Ao todo, 33 crianças e adolescentes estavam em processo de adoção, com 470 pretendentes disponíveis, cadastrados no Sistema Nacional de Adoção (SNA).



Em 2019, os cursos oferecidos aos pretendentes à adoção de crianças foram presenciais, passando, em 2020, a ocorrer por videoconferência.

Audiências concentradas virtuais

A 1ª Vara da Infância e da Juventude da Capital promoveu audiências concentradas em dois momentos em 2020: em abril, quando foram realizadas 68 audiências, e em outubro, com 134. Todas ocorreram na modalidade virtual, tendo em vista a biossegurança dos participantes neste período de pandemia.

De acordo com o juiz Adhailton Lacet, as audiências do mês de abril resultaram em três guardas com fins de adoção, 13 encaminhamentos de busca de pretendentes à adoção e sete aguardavam conclusão de tramitação da Ação de Destituição do Poder Familiar (DPF).

Por sua vez, as audiências realizadas em outubro tiveram, como resultado, 21 reintegrações familiares aos genitores, enquanto outros 14 aguardavam tramitação de DPF para encaminhamento para família substituta através da adoção e cinco encaminhamentos para aproximação em família substituta.

“As audiências concentradas permitem que possamos encontrar uma alternativa viável de reintegrar ou solucionar os casos dessas crianças e adolescentes que vivem nas instituições de acolhimento”, ressaltou.



Priorização aos planos de defesa e atendimento à criança e ao adolescente

Adhailton Lacet destacou que, em 2019, houve atenção para políticas públicas, a exemplo do Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente (Fepeti-PB) e do Fórum Estadual da Aprendizagem Profissional na Paraíba (Feap-PB); colaboração na construção e acompanhamento de planos estaduais de defesa dos direitos da criança e do adolescente, como o Plano Decenal Estadual de Atendimento Socioeducativo e o Plano Operativo do Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual.

Outro ponto destacado foi a participação da Coinju em campanhas de prevenção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, como a dos 29 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a “Não resista ao amor, adote”, que incentiva adoção de crianças e adolescentes que vivem em casas de acolhimento da Capital.

“Também oferecemos apoio logístico aos cursos de preparação psicossocial e jurídica para pretendentes à adoção das comarcas de João Pessoa, Campina Grande, Cajazeiras, Sousa, Patos e Guarabira, totalizando, em 2019, a formação de 435 pretendentes”, enfatizou o juiz.



| Juiz Luiz Eduardo Cantalice



| O juiz Adhailton Lacet se reuniu com representantes da Rede de Proteção à Infância e Juventude para discutir a realização da 1ª Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência.



| O TJPB firmou convênio com o Sistema S para oferecer cursos profissionalizantes a jovens.



| O coordenador da Coinju, juiz Adhailton Lacet, apresentou relatório das atividades ao presidente do TJPB, desembargador Márcio Murilo



| Integrantes do Projeto Justiça Presente debatem medidas socioeducativas



Campanhas e transmissões ao vivo

Em 2020, a Coinju permaneceu ativa em campanhas e mobilizações em favor da defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. Conforme o coordenador da Coinju, o órgão atuou em algumas ações conjuntamente a Rede de Proteção Integral dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, com a realização de encontros na forma remota, através de reuniões virtuais, e o planejamento conjunto de ações que contemplassem a agenda anual de ações diversas.

Em maio, a Coordenadoria participou do Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes, com divulgação da Campanha Maio Laranja, alusiva à temática. Além disso, a Coinju encampou campanha relativa à Semana da Adoção, de 20 a 25 de maio, que teve por objetivos estimular a prática da adoção e dar visibilidade ao Dia Nacional da Adoção (25 de maio).



12

agosto

16h

WEBINAR

Instituições de Acolhimento e Unidades de Internação: construção de projetos de vida na promoção da autonomia dos sujeitos.

Debatedoras

Clécio Maciel Mendes
Assessor Jurídico

Aurilene Vidal (CEI)
Assistente Social

Isadora Dantas Esteves (RNI)
Mestre e Doutora em Pedagogia Social

Clécio Maciel Mendes
Assessor Jurídico

Mediadores:

Perilo Lucena e Hugo Zaher

zoom YouTube

Para participar basta acessar o link na descrição do post.

Tribunal de Justiça da Paraíba

Vida na Infância e na Juventude na Comissão de Gestão

ECA fez 30 anos

Em 13 de julho de 2020, comemorou-se os 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que resultou no lançamento da campanha estadual “Criança e Adolescente, quem protege, resiste”. O evento ocorreu virtualmente, por meio da plataforma Zoom da OAB Seccional Paraíba (OAB-PB), e contou com fala do juiz-coordenador Adhailton Lacet, do promotor de Justiça coordenador do CAOP Infância, dos representantes do Conselho Tutelar, da OAB-PB, do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Rede de Proteção.

Ainda durante o mês de julho, a Coordenadoria promoveu o Webinário “30 Anos do ECA”, para homenagear o marco legal e regulatório dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

O auxiliar da Infância e Juventude da Comarca de Campina Grande, juiz Hugo Gomes Zaher, participou, também, de diversas transmissões ao vivo e palestras on-line abordando os 30 anos do ECA. “Nessas lives, tratamos sobre a redução da maioridade penal e da importância da separação dos adultos e esses adolescentes por estarem em fase de formação/desenvolvimento, tornando assim mais vulneráveis e suscetíveis; a diferença entre abuso e assédio sexual; a importância do investimento da primeira infância e sobre a importância de moldura para o desenvolvimento cerebral; e o papel dos Conselhos Tutelares e Creas”, afirmou o magistrado.

Ainda sobre os 30 anos do ECA, o juiz Hugo Zaher abordou, em uma palestra, o desenvolvimento da Justiça Restaurativa na Paraíba, contribuindo para a efetivação da doutrina da proteção integral. “Relatei sobre o adolescente em conflito com a lei e a norma do Sistema Nacional Socioeducativo, bem como o princípio da excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição da medida socioeducativa e das modificações do ECA para a proteção integral para crianças e adolescentes”, disse.

Juiz Hugo Gomes Zaher, da Infância e Juventude da Comarca de Campina Grande

Webinários e palestras

Em agosto de 2020, o juiz Adhailton Lacet ministrou palestra sobre “Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes”, em live promovida pela OAB-PB no intuito de debater sobre os efeitos e prática da Lei nº 13.431/2017 – Depoimento Especial. A Coinju realizou, também, junto à Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude (Abraminj) e ao Colégio de Coordenadores da Infância e Juventude dos Tribunais de Justiça do Brasil, o webinário “O Aplicativo A.Dot e sua Importância para a Adoção”.

Na ocasião, foi apresentado o aplicativo A.Dot, utilizado pelo Tribunal de Justiça do Paraná, e sua contribuição para o processo de adoção de adolescentes, resultando na assinatura do termo de convênio pelo presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, para que o Poder Judiciário estadual fizesse uso da ferramenta.

156

JUSTIÇA VIRTUAL > RELATÓRIO DE ATIVIDADES > BIÊNIO 2019/2020

JUSTIÇA VIRTUAL > RELATÓRIO DE ATIVIDADES > BIÊNIO 2019/2020

157



A Exposição Armas Brancas do Medo foi realizada durante a 15ª edição da Semana contra a Violência Doméstica (novembro/2019), no Fórum Criminal da Capital, e causou impacto ao expor às pessoas objetos usados para agredir mulheres, constantes em processos de violência doméstica, como pedras, facas de mesa, prego, martelo, picareta, pé de cabra, peixeiras, foice, enxada, cabo de vassoura, correntes, algemas, entre outros.



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

INICIATIVAS AGILIZARAM O CUMPRIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS E AMPLIARAM A SEGURANÇA DE MULHERES

Medidas em defesa das mulheres

No biênio 2019/2020, o Tribunal de Justiça da Paraíba, por meio da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, implementou iniciativas que agilizaram o cumprimento de medidas protetivas, ampliaram a segurança de mulheres neste contexto e deram respostas processuais mais rápidas.

Apesar do trabalho remoto decretado em virtude da pandemia do novo coronavírus, a partir de março de 2020, as ações da Coordenadoria, que tem como gestores os juízes Graziela Queiroga Gadelha de Sousa e Antônio Gonçalves Ribeiro Júnior, não cessaram. Durante este período, foram reforçados os canais para denúncias de casos, bem como as campanhas nas redes sociais para o enfrentamento à violência.

A juíza Graziela Queiroga destacou, dentre as ações desenvolvidas, projetos em parcerias com a Rede de Enfrentamento e Atendimento à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar da Paraíba, a exemplo da confecção de cartilha virtual, reforçando os canais de denúncias e informando acerca dos serviços que estavam em funcionamento no período de isolamento social.

Foram realizados, ainda, trabalhos com grupos de reflexão envolvendo agressores (Projeto Papo de Homem); campanhas de conscientização e prevenção executadas por meio das transmissões ao vivo (lives), a exemplo das campanhas ‘São João em casa SIM, com violência NÃO!’ e ‘Desnaturalizar é preciso’, exposição virtual de armas brancas, organizada durante a pandemia para chamar a atenção de toda a sociedade sobre agressões e mortes.

Graziela Queiroga participou, também, do XII Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar con-

tra a Mulher (Fonavid), ocasião em que apresentou, por meio virtual, os projetos e as ações que o Poder Judiciário da Paraíba desenvolveu em defesa da mulher vítima de violência durante a pandemia. O Fórum foi realizado entre os dias 19 e 23 de outubro de 2020, com o tema ‘Violência de Gênero e Covid-19: Desafios no enfrentamento de duas pandemias do Século XXI’. O Fonavid é voltado para magistrados e equipes multidisciplinares que atuam na área.

O Fonavid foi criado em 31 de março de 2009, durante a III Jornada Maria da Penha, evento anual promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O objetivo é propiciar a discussão permanente das questões relacionadas à aplicabilidade da Lei nº 11.340/2006 (Maria da Penha), compartilhar experiências e uniformizar procedimentos pertinentes à temática.

A juíza falou, ainda, em um webinar internacional sobre combate à violência doméstica, em que discutiu a importância das medidas protetivas de urgência on-line e da conectividade entre a Polícia Civil e o Judiciário nos processos de violência contra a mulher.

No período de pandemia, a Coordenadoria apoiou a iniciativa da Polícia Civil do Estado da Paraíba (PCPB), no sentido de dispensar o comparecimento presencial das mulheres agredidas às Delegacias Especializadas ou seccionais para que o pedido de Medida Protetiva de Urgência fosse requerido. De acordo com a juíza, a medida viabilizou uma justificativa embasada e mais instruída ao magistrado que atua na área, em virtude da necessidade de preenchimento de um minucioso ‘Formulário de Risco’ no ato da ocorrência.

Já a campanha nacional ‘Sinal vermelho contra a violência doméstica’, voltada a incentivar denúncias, recebeu o enga-

jamento do TJPB. Lançada em junho de 2019, pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), em parceria com o CNJ, esta conseguiu a adesão de 224 estabelecimentos farmacêuticos na Paraíba. A iniciativa busca incentivar denúncias através de um símbolo: ao desenhar um “X” na mão e exibi-lo ao farmacêutico ou ao atendente da farmácia, a vítima poderá receber auxílio e acionar as autoridades.

No biênio 2019/2020, uma das principais ações da Coordenadoria foi a realização da Semana Justiça pela Paz em Casa, que, durante as várias edições, promoveu esforços concentrados para julgamento de processos envolvendo violência doméstica e feminicídios. A Semana faz parte de uma campanha nacional e, na Paraíba, é desenvolvida pela Coordenadoria do TJPB, com apoio de toda a Rede de Atenção às Mulheres Vítimas de Violência da Paraíba (REAMCAV).

Por meio do evento, em 2019, a 13ª, 14ª e 15ª edições analisaram, respectivamente, 2.088, 2.746 e 2.318 processos. Em 2020, por conta da pandemia, ocorreu apenas a 16ª edição da Semana, dos dias 9 a 13 de março, movimentando 2.018 feitos. Os números alcançados em cada fase também deram ao TJPB boas colocações em relação ao quantitativo de sentenças e medidas protetivas concedidas no período em todo o País e também colaboraram com o alcance da Meta 8 do CNJ pelo Tribunal. A Meta foi instituída em 2019, buscando priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar.

Para o juiz Antônio Gonçalves, titular do Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Campina Grande, o Judiciário paraibano alcançou progressos no combate e enfrentamento à violência doméstica.

“Avançamos várias posições na realização do Programa Justiça pela Paz em Casa, conquistando altos índices de produtividade na realização de audiências e resolução de processos; conquistamos a ampliação da Patrulha Maria da Penha para a região de Campina Grande, pendente de aplicação em decorrência da suspensão dos trabalhos devido ao estado pandêmico pelo qual passamos; e celebramos, ainda, vários convênios voltados à proteção às vítimas”, destacou.

Além da seara processual, o TJPB também investiu em convênios que foram fundamentais para dar efetividade a importantes serviços de proteção às mulheres vitimadas por vio-



Juíza Graziela Queiroga
Gadelha de Sousa



Juiz Antônio Gonçalves
Ribeiro Júnior

lência. Um deles foi firmado junto ao Governo do Estado em 2019, que viabilizou a implementação da Patrulha Maria da Penha, ferramenta que tem permitido um maior monitoramento por parte das Polícias (militar e civil) às mulheres que solicitam ou estão sob medida protetiva.

As ações da Patrulha são desenvolvidas, em conjunto, pela Coordenadoria da Mulher do TJPB, Secretaria de Segurança e Defesa Social (Seds), por meio da Polícia Militar, Polícia Civil, Coordenação das Delegacias Especializadas de Mulheres e Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana e, recentemente, foram expandidas para Campina Grande.

CAMPANHAS



A realização de campanhas de prevenção, enfrentamento à violência e incentivo às denúncias também estiveram presentes nas ações da Coordenadoria. Foram assuntos amplamente tratados em veículos de rádio, televisão, portais de notícias, redes sociais, além de materiais informativos distribuídos nas ruas e em instituições de ensino.

A juíza Graziela Queiroga lembrou que a importunação sexual, cuja tipificação criminal foi instituída em lei no ano de 2018, ganhou destaque na Paraíba já em 2019, por meio das

Campanhas “Meu Corpo não é sua Folia”, desenvolvida no período carnavalesco, e “Não é não também no São João”, abordada no período junino.

Foi difundida, ainda, a Campanha nacional “Não se Cale”, afixada nos ônibus da Capital em mídia busdoor, viabilizada por meio de convênio entre o TJPB e Sintur, efetivado pela Gerência de Comunicação Institucional. Em 2020, devido ao isolamento social, houve a Campanha “São João em casa sim, com violência não”.





As campanhas 'Não se cale', reproduzida em ônibus de João Pessoa, e 'Meu corpo não é sua folia' tiveram ampla divulgação.

PJe dá agilidade à adoção de medidas protetivas

A juíza Graziela Queiroga destacou outro importante avanço tecnológico proporcionado pela gestão do desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, presidente do TJPB: a migração das Medidas Protetivas para a plataforma do PJe. “A utilização dessa ferramenta desde agosto de 2019 deu agilidade aos trâmites, especialmente, neste período de pandemia, em 2020. Com as medidas virtuais, não houve paralisação e nenhum tipo de problema na atuação do Judiciário no que diz respeito à análise das medidas protetivas”, disse a magistrada.

Uma capacitação sobre medidas protetivas, como uma ferramenta de prevenção ao feminicídio, também foi realizada em 2019 e 2020. Neste último ano, a formação foi virtual, seguindo um cronograma por mais quatro semanas, com a participação de 70 pessoas de diversos municípios da Paraíba.

O webinar “Violência contra a Mulher e a Lei Maria da Penha: Respostas múltiplas para um problema complexo” capacitou equipes multiprofissionais dos Creas (Centros de Referência Especializados de Assistência Social) para as ações de enfrentamento à violência doméstica, através de grupos de re-

flexão, envolvendo os homens agressores.

A iniciativa resultou da parceria entre o Tribunal de Justiça da Paraíba, por meio da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência, a Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano. O juiz Antônio Gonçalves destacou a importância da implantação dos grupos de reflexão nas cidades do interior e que, devido à urgência, se optou por realizar a preparação das equipes no formato virtual, que é bem mais rápido, segundo o magistrado.

Funcionando, desde o ano de 2016, na sede do Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Campina Grande, o grupo Papo de Homem, coordenado pelo magistrado, já reuniu cerca de 40 homens, que respondem a processos por agressão à mulheres. Conforme informou o juiz, dos participantes não foi registrada nenhuma reincidência na violência. “Demonstra, justamente, a importância da conscientização de colocar esse agressor para refletir e conhecer as situações de violência doméstica”, enfatizou.



VIOLENTÔMETRO

Juíza Graziela Gadelha apresenta gráfico em telejornal e faz alerta sobre violência contra a mulher

A magistrada Graziela Queiroga Gadelha, uma das juízas à frente da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça da Paraíba, fez uma participação, na tarde desta quarta-feira (16), no Jornal Hoje da TV Globo, onde expôs um gráfico denominado 'Violentômetro'. O material apresentado elenca condutas violentas praticadas em relação às mulheres, numa ordem de crescimento gradativo da gravidade das ações, até chegar ao feminicídio, crime de assassinato de mulheres com motivação no fato de a vítima ser do sexo feminino, com as penalidades estabelecidas na Lei nº13.104/2015.

A participação da juíza ocorreu no contexto de uma matéria que alertou para o crescimento do número de feminicídios no país no último ano.

De forma objetiva e fácil, o Violentômetro orienta as mulheres a prestarem atenção em comportamentos e ações que, se não contidas, podem evoluir para ofensas, ameaças, abuso sexual até a morte, incentivando, assim, uma tomada de consciência e uma ação imediata para evitar a evolução da violência.

O material chama atenção desde práticas como piadas ofensivas, chantagens, ciúmes, passando por desqualificação da mulher, humilhação, controles, proibições, 'brincadeiras' que envolvem beliscões e tapas, confinamento, até chegar à violência física, estupro e abusos de natureza sexual, ameaça de morte e feminicídio.

A magistrada revelou que o Violentômetro começou a ser utilizado em novembro de 2017, na campanha Justiça

pela Paz em Casa e, de lá para cá, foi utilizado em diversos eventos locais, e também em outros estados, a exemplo de uma Jornada Maria da Penha ocorrida em Brasília, ocasião em que o CNJ apontou a ferramenta como uma boa prática do TJPB e recomendou aos demais tribunais o uso de uma abordagem semelhante. "Fazemos uso tanto para embasar palestras, como para orientar mulheres, repassando largamente o material", disse a juíza.

Para Graziela, ainda há uma naturalização de muitas atitudes constantes no material, em razão de uma cultura que naturaliza a violência contra a mulher. "Ao expor aquelas ações, sentimos que estamos colaborando para que a sociedade compreenda melhor o que significam essas condutas, muitas vezes, naturalizadas em razão de uma cultura de machismo e de patriarcado. Muitas mulheres sequer reconhecem que estão dentro de uma relação abusiva e, às vezes, nem alguns agressores se percebem praticando ilícitos", argumentou.

A juíza disse, também, que o enfrentamento à violência doméstica contra a mulher é responsabilidade de toda a sociedade. "É nosso desafio permanecermos nesta luta, promovendo uma mudança de cultura tão necessária. Isso começa em casa, vai até as escolas e deve perpassar todos os ambientes de convivência. Cada vez mais, queremos reforçar a responsabilidade da sociedade como um todo. Não podemos compreender a violência como um caso de vida privada, e, tampouco, de responsabilização apenas de um sistema de justiça", enfatizou.



O Violentômetro elenca condutas praticadas contra as mulheres, numa ordem de crescimento gradativo da gravidade das ações, até chegar ao feminicídio, crime de assassinato de mulheres com motivação no fato de a vítima ser do sexo feminino.



Desembargadores Márcio Murilo e João Benedito durante visita à Exposição de Armas Brancas.

Projetos ganham destaque nacional

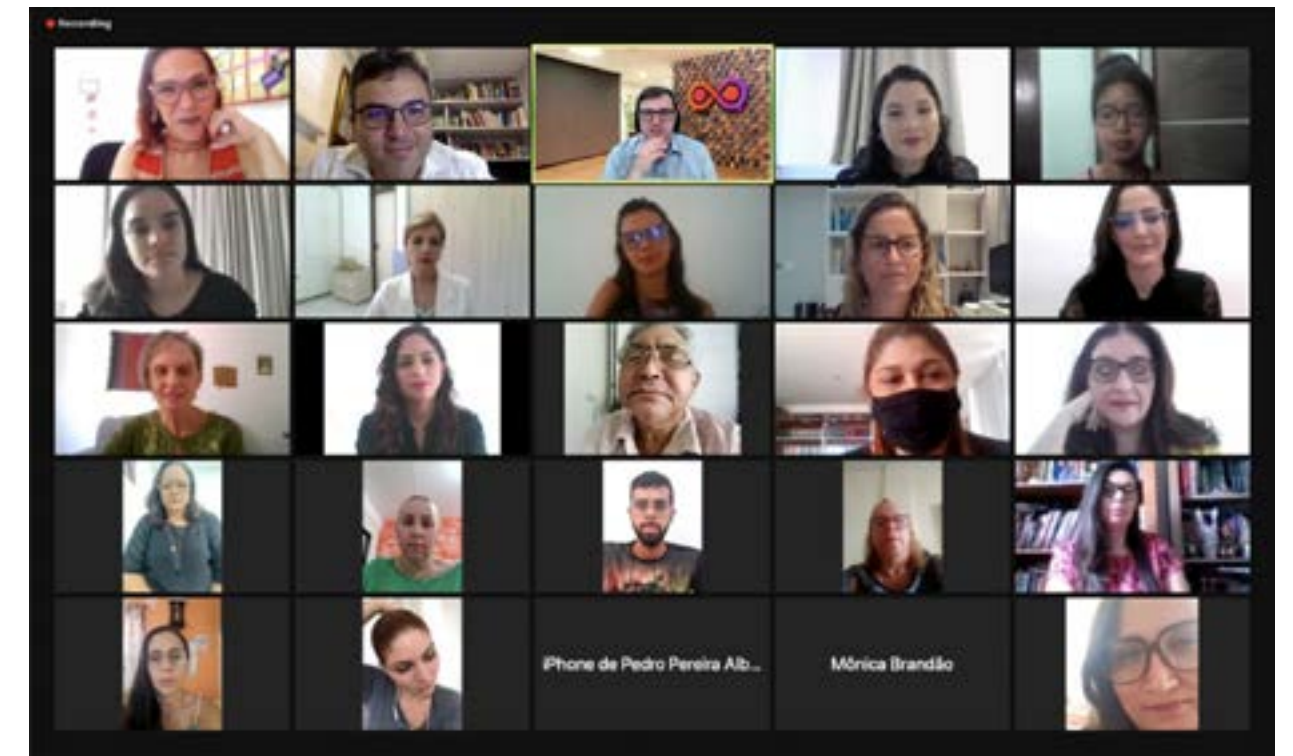
Três projetos que possuem atuação da Coordenadoria da Mulher do TJPB em relação à violência doméstica participaram do Prêmio Inovare: Programa Integrado Patrulha Maria da Penha, Jornada Feminista: olhar integral para mulheres em situação de violência e Exposição Armas Brancas do Medo. O primeiro, pela perspectiva preventiva e auxílio à mulher no rompimento do ciclo da violência. O segundo, pelo acolhimento às mulheres, cujos processos são movimentados durante as Semanas da Justiça pela Paz em Casa.

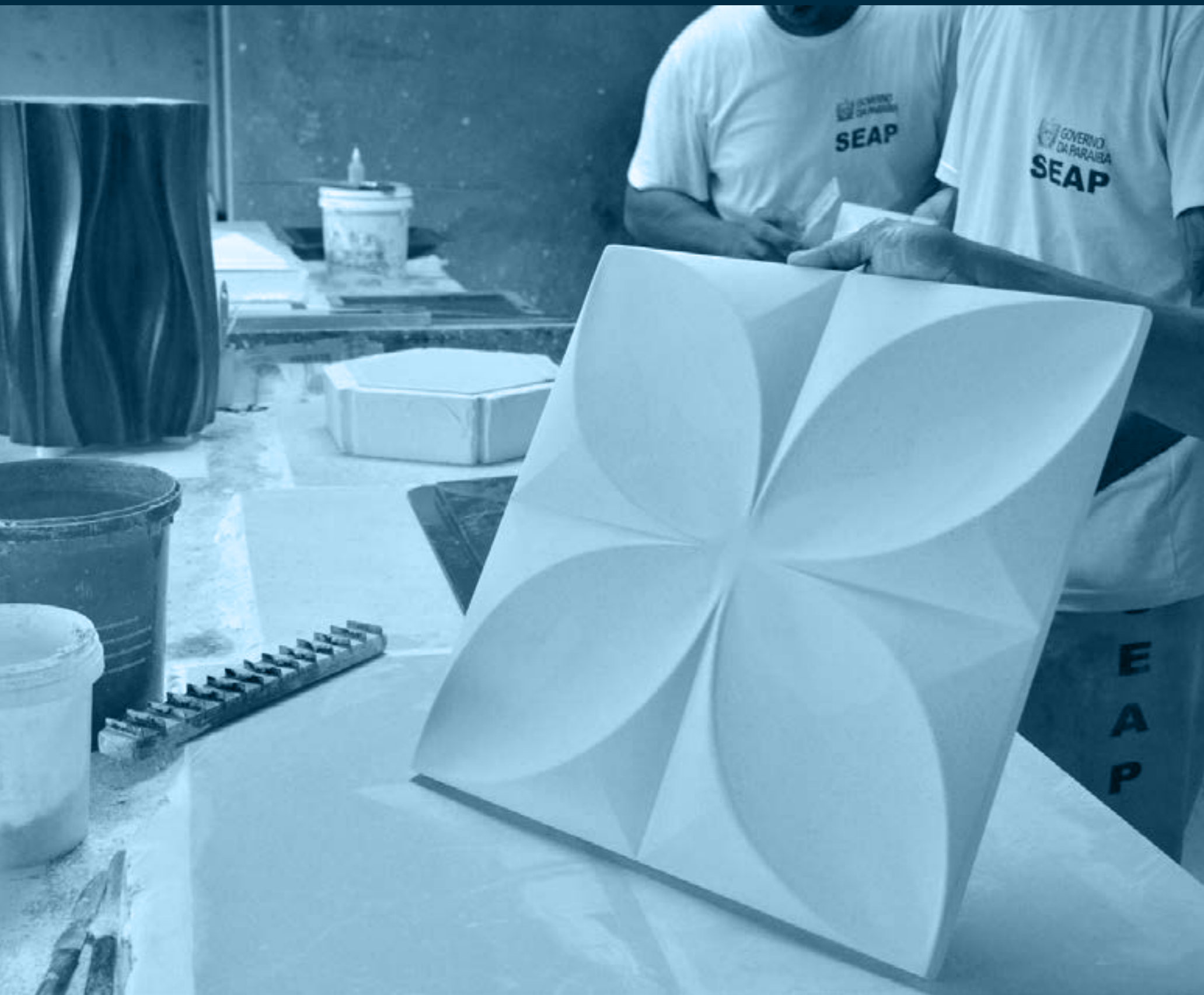
A Exposição Armas Brancas do Medo, por sua vez, foi

realizada durante a 15ª edição da Semana (novembro/2019) no Fórum Criminal da Capital, e causou impacto ao expor às pessoas objetos usados para agredir mulheres, constantes em processos de violência doméstica, como pedras, facas de mesa, prego, martelo, picareta, pé de cabra, peixeiras, foice, enxada, cabo de vassoura, correntes, algemas, entre outros.

Para Graziela Queiroga, a exposição teve um caráter pedagógico e permitiu aos visitantes dimensionar as situações e aprofundar a reflexão acerca do tema, que tende a ser banalizado.

Na manhã do dia 24 de novembro de 2020, foi realizado o Webinar 'Intervenção Transformativa na Violência Doméstica'. O palestrante foi o professor e psicólogo Paulo Moratelli, um dos mais importantes especialistas no tema. O evento, transmitido por meio da Plataforma Zoom, teve a participação de juízes e servidores do Poder Judiciário estadual, além da secretária de Estado da Mulher e da Diversidade Humana, Lídia Moura.





SEEU

O SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO
UNIFICADO PERMITE O ACOMPANHAMENTO,
EM TEMPO REAL, DA SITUAÇÃO DE PRESOS

Projeto permite o acompanhamento virtual dos processos da execuções penais e de atendimento aos presos

Projeto desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e implementado pelo Tribunal de Justiça da Paraíba na gestão do desembargador Márcio Murilo, o Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) permite o acompanhamento, em tempo real, da situação de presos.

A plataforma possibilita o acesso a informações de processos, partes, movimentações e condenações; detalhamento do cálculo de pena, agendamento automático dos benefícios previstos na Lei de Execução Penal; acompanhamento eletrônico dos prazos de progressão, oferecendo, assim, o quadro das execuções penais em curso; pesquisa com indicadores gráficos para demonstrar a situação do sentenciado; e produção de relatórios estatísticos, que podem fomentar a criação de políticas públicas.

Mesmo diante da situação causada pela pandemia do novo coronavírus, no ano de 2020, a Vara de Execução Penal (VEP) da Comarca de João Pessoa, por exemplo, manteve suas atividades por meio do trabalho remoto, utilizando o Sistema Único de Execução Unificado (SEEU). O mesmo ocorreu com as demais Varas de Execuções no Estado.

Em outubro de 2019, o Sistema Eletrônico de Execução Penal Unificado (SEEU) e suas funcionalidades foram temas de uma reunião na Corregedoria-Geral de Justiça. A juíza auxiliar



Juíza Andréa Arcoverde Cavalcanti Vaz

da Vara de Execução Penal (VEP) da Comarca de Capital, Andréa Arcoverde Cavalcanti Vaz, falou sobre a plataforma.

Ainda no campo da política de atendimento ao sistema carcerário, houve a instalação do Escritório Social, que colocou a Paraíba na vanguarda das ações para o acolhimento de apenados, tornando-se o segundo estado a implantar o equipamento no País. A unidade atua na disponibilização de atendimento, serviços e suporte aos egressos do sistema prisional e seus familiares em diversas áreas, como saúde, educação, qualificação, encaminhamento profissional, atendimento psicossocial e moradia.

‘Fazendo Justiça’ dará continuidade aos eixos do ‘Justiça Presente’

Com 28 iniciativas simultâneas em cinco frentes de trabalho – quatro estruturantes e uma com ações transversais –, o Programa Fazendo Justiça, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), fortalecerá as iniciativas já desenvolvidas dentro do extinto Programa Justiça Presente. O foco é manter o Poder Judiciário como protagonista para superação de desafios no campo da privação de liberdade ao fomentar o diálogo entre instituições.

A partir do seu lançamento, que aconteceu em outubro de 2020, o CNJ iniciou o diálogo com os tribunais para tratar da adaptação do leque de serviços, segundo as necessidades das unidades da federação, com missões de repactuação agendadas entre novembro de 2020 e fevereiro de 2021.

De acordo com o juiz titular da Vara de Execuções Pe-



Juiz Carlos Neves da Franca Neto

nas (VEP) da Comarca de João Pessoa e integrante do Grupo de Trabalho Interinstitucional e Interdisciplinar em Saúde Mental (GITIS) do Tribunal de Justiça da Paraíba, Carlos Neves da Franca Neto, o Programa Fazendo Justiça busca aprimorar aquilo que já vinha sendo feito pelo CNJ, de forma a trazer, ainda mais, uma estrutura eficiente, para que os desafios sejam superados.

“O maior dos desafios é criar uma política efetiva para o sistema penitenciário e de Execução Penal. De fato, o Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) foi uma inovação e trouxe resultados pela qualificação do processo eletrônico e pelas ferramentas disponibilizadas, que nos possibilitam avançar na concessão de direitos”, destacou o magistrado.

O juiz ressaltou outras conquistas e avanços da gestão do TJPB no biênio 2019/2020, no setor do cumprimento da pena. “Podemos citar os projetos de ressocialização existentes em vários presídios e cadeias públicas, assim como a instalação, em João Pessoa, do Escritório Social. O Fazendo Justiça vai fortalecer todos os projetos em andamento e inserir outras ações, que vão concretizar, ainda mais, a proposta de uma política de execução penal resolutiva”, comentou.

O Fazendo Justiça vai atuar nos seguintes campos: Proporcionalidade Penal, que envolve as audiências de custódia, alternativas penais, Justiça Restaurativa e controle de superlotação dos estabelecimentos prisional; e Cidadania, com ações voltadas às pessoas privadas de liberdade, atenção aos egressos do sistema penal, qualificação do Poder Judiciário na política prisional e controle e participação social.

O Programa também vai intensificar projetos nos seguintes segmentos: Sistema de Identificação, com o melhoramento do SEEU, expedição de documentos, identificação biométrica e o novo Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNAEL); e no Campo Socioeducativo, no qual vai proporcionar aperfeiçoamento no Sistema de Dados, nas audiências de apresentação, criar mais Centrais de Vagas, instruir o formato das audiências de custódia, expandir os programas pós medidas protetivas e proporcionar um ciclo ainda maior de aprendizagem e profissionalização de adolescentes.

JUSTIÇA RESTAURATIVA

Fortalecendo conexões para implantação de Núcleo

No dia 22 de julho de 2020, em ambiente virtual, ocorreu o Seminário “Fortalecendo conexões: a implantação do Núcleo de Justiça Restaurativa do TJPB e a articulação com a rede local”, que tratou sobre aspectos da Resolução nº 225/2016 do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre esta política nacional. No evento, foram discutidos os conceitos da Justiça Restaurativa e as melhores formas de aplicabilidade do novo enfoque dado à criminologia na Paraíba.

No debate, o presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador Márcio Murilo, reforçou que a medida



Juiz Rodrigo Marques

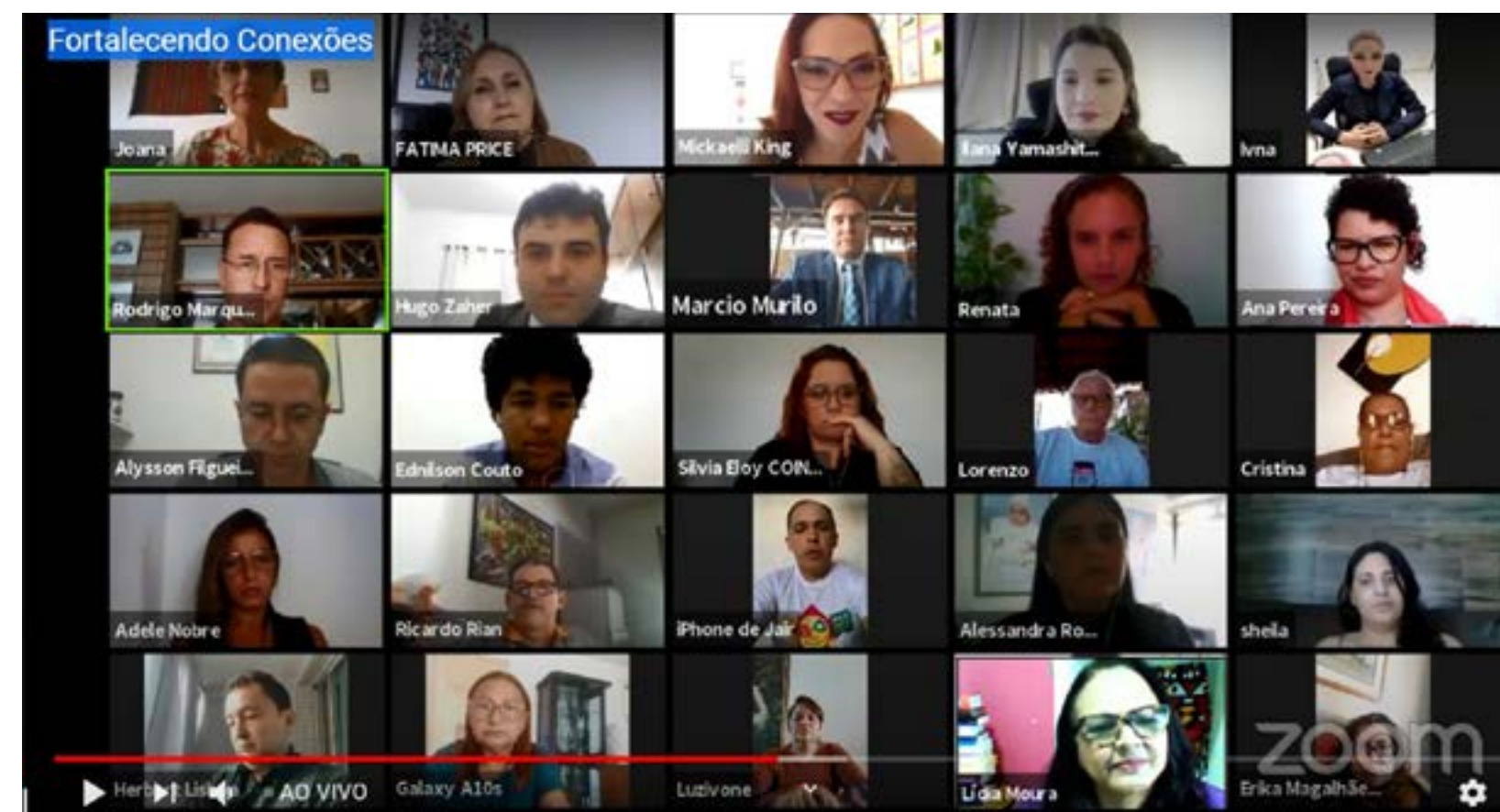
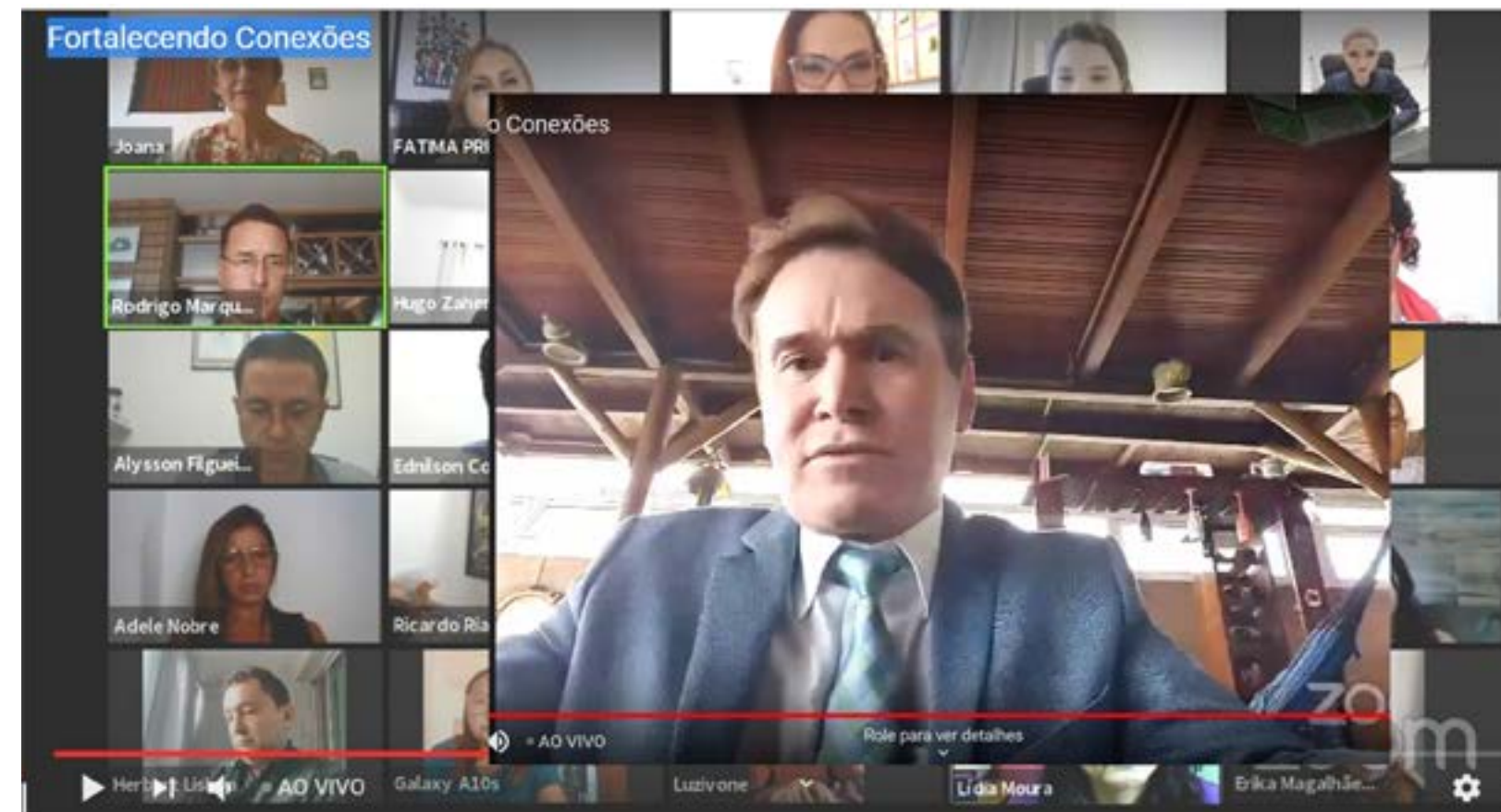
receberia todo o apoio da Mesa Diretora. “Assisti às palestras e foi um seminário muito produtivo. É uma prática que requer o engajamento de todos para que evoluamos, nos tornemos uma sociedade mais justa, aprendamos a escutar melhor a vítima, numa visão mais inclusiva. Um crime não se resolve apenas punindo um réu, mas minimizando os traumas que uma vítima sofre por conta dos fatos que a atingiram”, declarou.

A Justiça Restaurativa preconiza uma aplicação jurídica de responsabilidade diferenciada, tendo o foco desviado da exclusiva punição ao agressor para a sua regeneração efetiva, mediante novo paradigma jurídico, onde resta observado, também, o enaltecimento da vítima dentro do processo penal.

Para o juiz auxiliar da Presidência do TJPB, Rodrigo Marques, a Justiça Restaurativa representa um novo modelo de resposta do Estado à sociedade abalada pelo delito. “Consiste na quebra de um paradigma histórico de que ao infrator da lei penal cabe, apenas, a retribuição pelo mal causado, trazendo a atenção do Estado para as causas e as circunstâncias que orbitam em torno do delito”, colocou.

O juiz atentou, ainda, para a atenção dada à vítima, no processo em que se aplica a JR. “Diante desse quadro, a aproximação entre autor do fato e vítima, com a compreensão das razões subjetivas, sociais, econômicas, entre outras que influenciaram para a consumação do ilícito, são consideradas no contexto para resolver o problema interpessoal, restabelecendo a paz e harmonia social”, disse.

A juíza-coordenadora do Cejusc de Campina Grande e facilitadora das Conferências Vítima Ofensor (VOC), Ivna Mozart, enfatizou que o novo método explicita a importância não





Em Campina Grande, a juíza Ivna Mozart, que atuou como facilitadora das Conferências Vítima Ofensor (VOC), reuniu adolescentes estudantes, diretora e professores, num momento construtivo de paz.

só de resultados quantitativos, proporcionados pelo Judiciário, como, também, qualitativos. “As pessoas precisam do ganho qualitativo que só uma justiça inclusiva, que estimula a autonomia e autorresponsabilização pode proporcionar. Vivemos a realização de um sonho, que vem sendo construído a muitas mãos e vem se desenhando da forma mais bela possível: a partir das necessidades de cada um dos envolvidos. A JR não é apenas uma forma qualificada de resolver processos, mas um meio primoroso de alcançar e resgatar o que cada um tem de melhor”, afirmou a magistrada.

O juiz auxiliar da Vara da Infância e Juventude de Campina Grande, Hugo Zaher, expôs como vai funcionar a parte prática da implantação da Justiça Restaurativa e avaliou o evento. “O deba-

te foi riquíssimo. O TJPB está dando o primeiro passo institucional para estabelecer internamente a política da Justiça Restaurativa estimulada pelo CNJ, na Resolução nº 225/2016. A partir deste ponto, será viável a implementação de um Órgão Central de Macrogestão, que procurará fortalecer os laços com a rede e, internamente, implementar espaços seguros de execução de práticas restaurativas, além de possibilitar a sua expansão”, enunciou.

A então coordenadora da implantação do Programa Justiça Presente do CNJ na Paraíba, Ana Pereira, participou do seminário e explicou que o Conselho selecionou, no início de 2020, dez tribunais para integrar a Política de Justiça Restaurativa, entre eles, o TJPB. Acrescentou que, entre janeiro e junho, ações estratégicas foram realizadas para que o Núcleo fosse implementado.



ESCRITÓRIO SOCIAL

PARAÍBA GANHA UMA DAS MELHORES
ESTRUTURAS DO PAÍS PARA RESSOCIALIZAÇÃO

Ambiente com estrutura profissional dá suporte às pessoas que saem dos presídios e seus familiares

Um dos principais equipamentos de apoio à ressocialização dos egressos do sistema prisional na Paraíba foi inaugurado, no dia 28 de agosto de 2020, em prédio na Avenida Diogo Velho, Centro de João Pessoa. O Escritório Social surgiu para transformar, interromper trajetórias criminosas e ressocializar reeducandos e reeducandas.

A solenidade contou com as presenças do presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, do governado do Estado João Azevedo, do secretário-geral do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), desembargador Carlos Vieira Von Adamek, e de autoridades.

Para o presidente do TJPB, o Poder Judiciário precisa, dentre suas obrigações, ter um olhar social, e não se limitar a julgar processos. “As chamadas varas sociais, exemplo das de Família, Execução Penal e Violência Doméstica, são unidades judiciais que ensinam a necessidade de termos um Judiciário proativo, que traga resultados práticos. O Escritório Social é justamente isso, uma união de várias instituições, com trabalho conjunto, visando alcançar a ressocialização dos egressos”, disse Márcio Murilo.

O governador do Estado ressaltou que o Escritório surgiu para quebrar o ciclo da reincidência penal. “Sem dúvida, o que estamos vivenciando é um fato histórico. São pessoas e instituições imbuídas em um único objetivo: abrir possibilidades para que outros seres humanos deixem as celas e consigam uma oportunidade de recomeçar”, definiu João Azevedo.

Já o secretário-geral do CNJ destacou que o Escritório So-

cial da Paraíba é um dos mais bem estruturados e equipados do País, com a presença de profissionais das áreas de Assistência Social, Psicologia, Psiquiatria e equipes multidisciplinares, que vão dar suporte ao egresso e seus familiares.

A iniciativa integra um dos eixos do Programa Justiça Presente do CNJ e nasceu de uma parceria entre o Conselho Nacional de Justiça, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), o Poder Judiciário estadual e o Governo da Paraíba.

No local, são disponibilizados atendimentos e serviços para dar suporte às pessoas que saem dos presídios e seus familiares, em diversas áreas, como: saúde, qualificação, encaminhamento profissional, atendimento psicossocial, assistência jurídica e regularização de documentação civil. O Escritório Social será administrado pelas Secretarias de Estado de Administração Penitenciária e de Desenvolvimento Humano.

“Quando o Escritório Social funciona dentro das expectativas, diminuem os índices de reincidências criminais. Isso podemos constatar em outros estados que já têm o Escritório. A partir de agora, em um único local, estarão disponíveis vários serviços sociais voltados às pessoas que saem dos presídios e penitenciárias da Paraíba, a exemplo de cursos profissionalizantes e uma dotação mínima de um pacote de documentos, para o exercício pleno da cidadania”, pontou Carlos Vieira Von Adamek.

O juiz auxiliar da Presidência do CNJ e coordenador do Departamento de Monitoração e Fiscalização do Cárcere e do Sistema Socioeducativo, Luís Geraldo Sant’Ana Lanfredi, disse



O governador João Azevêdo e os desembargadores Márcio Murilo, presidente do TJPB, e Carlos Vieira Von Adamek, secretário-geral do CNJ, desceram placa de inauguração do Escritório Social.



que o Escritório Social consolida uma ação de extrema importância do CNJ, que é a Política Nacional para o Egresso.

“A Paraíba foi o primeiro Estado onde estivemos negociando esse espaço adequado, pois é uma referência para os que deixam o ambiente do cárcere, como, também, um ponto de apoio aos familiares dessas pessoas. Nossa proposta é estabelecer uma saída sustentável para os egressos”, avaliou.

A representante do Programa Justiça Presente do CNJ na Paraíba, Ana Pereira, destacou que é importante mobilizar a pessoa pré-egressa e, depois, trabalhar a singularização do atendimento ao egresso, que está saindo do cárcere. “É preciso saber as demandas que esse público está nos trazendo, para que ele seja efetivamente bem atendido, seja na área de saúde, educação ou mercado de trabalho. Só assim, o egresso vai poder voltar à sociedade de forma digna”, avaliou.

O coordenador do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Medidas Socioeducativas da Paraíba (GMF), desembargador do TJPB Joás de Brito Pereira Filho, fez uma avaliação muito positiva a respeito do Escritório Social e seus diversos serviços. “Todos os envolvidos no processo de instalação dessa estrutura estão de parabéns. É um marco para o sistema prisional do Estado. É necessário que o egresso seja inserido na sociedade, caso contrário vai acontecer a reincidência e isso não bom para ninguém”, afirmou.

Quem também prestigiou a inauguração do Escritório Social foi o corregedor-geral de Justiça, desembargador Romero Marcelo da Fonseca Oliveira. Conhecedor da realidade dos presídios e penitenciárias do Estado, o magistrado explicou que o egresso ou a pessoa que está em liberdade condicional, em regra, se depara com uma situação muito difícil, sem apoio da sociedade e/ou familiar para retomar sua vida. “Muitas vezes, isso leva a reincidência criminal. A grande preocupação e objetivo é esse, proporcionar uma base, até mesmo, durante o cumprimento da pena, para quando o reeducando venha a sair, tenha uma profissão ou possibilidade de trabalho”, ressaltou.

A secretária estadual da Mulher e da Diversidade Humana,



Desembargador Carlos Vieira Von Adamek, secretário-geral do CNJ

na, Lídia Moura, afirmou que o Equipamento Social vai cumprir seu papel ressocializador. “Não podermos conceber uma sociedade que queira atingir um grau de civilidade, se não observar uma parcela da sua população que está no cárcere, mas não deixou de ser cidadão e cidadã. Temos que ter esse olhar”.

Já para o secretário de Estado do Desenvolvimento Humano, Tibério Limeira, o Escritório Social também vai proporcionar todas as orientações e intermediações precisas para o encaminhamento profissional, educacional e familiar do egresso.

O secretário de Estado da Administração Penitenciária, coronel Sérgio Fonseca, disse que o combate à reincidência criminal é uma das prioridades da gestão do Governo da Paraíba. “O Escritório Social desponta como um fortíssimo aliado nessa luta. Somado a ele, temos feito parcerias com empresas privadas, para que possam se instalar nas unidades prisionais e, assim, gerar emprego e formação profissional aos reeducandos e reeducandas”, sustentou.



Solenidade de inauguração do Escritório Social reuniu autoridades



Juiz auxiliar da Presidência do CNJ e coordenador do Departamento de Monitoração e Fiscalização do Cárcere e do Sistema Socioeducativo, Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi.



O Escritório Social será administrado pelas Secretarias de Estado de Administração Penitenciária e de Desenvolvimento Humano.



GABINETE VIRTUAL

GRUPO É CRIADO PARA AUXILIAR A PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL NAS UNIDADES DE 1º GRAU

GV mostra eficiência e produz mais de 20 mil atos judiciais em apenas quatro meses

Instituído pelo Ato da Presidência nº 29/2020, o Gabinete Virtual (GV) atuou, de forma remota, nas ações com tramitação pelo Processo Judicial eletrônico (PJe), com prioridade para aquelas mais antigas, buscando sempre a otimização dos serviços nas unidades judiciárias de 1º Grau. Serviu, ainda, como objetivo estratégico do Tribunal de Justiça da Paraíba de promover a uniformização e melhoria contínua de políticas e rotinas.

Desde que passou a funcionar, em agosto de 2020, apenas em quatro meses, o Gabinete Virtual (GV) produziu mais de 20 mil atos judiciais. Nesse período, foram proferidas mais de 5 mil sentenças, bem como emitidos 15 mil despachos e decisões.

A primeira atuação do Gabinete Virtual resultou em 2.702 atos judiciais em menos de um mês. A 1ª Vara Mista da Comarca de Pombal foi a primeira unidade do Poder Judiciário estadual a receber a atuação da ferramenta. No período de 26 de junho de 2020 a 31 de julho, a unidade registrou 406 sentenças e 346 decisões proferidas.

O juiz Alírio Maciel Lima de Brito, nomeado coordenador do Regime de Jurisdição Conjunta em Pombal, por meio da Resolução do Conselho da Magistratura nº 02/2020, explicou que, com menos de um mês, foi possível alcançar ótimos resultados. “O trabalho do Gabinete Virtual foi bastante proveitoso. Conse-

guimos adiantar os trabalhos e, diante disto, novas atividades foram implementadas em outras unidades do Estado”, informou.

De acordo com o juiz auxiliar da Presidência, Meales Melo, o Gabinete Virtual trata-se de uma importante ferramenta para atualização dos processos. “Pela eficiência do Cartório, vários processos podem ser despachados mais de uma vez durante a intervenção na unidade em que está atuando”, disse.

Conforme a Resolução nº 03/2020 do Conselho da Magistratura do TJPB, o Regime de Jurisdição Conjunta teve em novas unidades início no dia 3 de agosto de 2020, seguindo até o dia 31. Os juízes Alírio Maciel Lima de Brito, da 4ª Vara Mista de Guarabira, e Fábio Brito de Faria, da 2ª Vara Mista da Comarca de Cuité, atuaram como coordenadores do Regime de Jurisdição Conjunta, objetivando a apreciação dos processos virtuais conclusos, com prioridade para aqueles nesta situação há mais de 100 dias.

Em agosto, durante o segundo mês de atuação, a iniciativa resultou em 1.513 atos judiciais, sendo 673 sentenças, 160 decisões e 680 despachos. As atividades ocorreram na 1ª Vara Cível da Capital e na 1ª Vara Regional Cível de Mangabeira. Já em setembro, os trabalhos foram dedicados à 3ª Vara da Fazenda Pública da Capital, resultando, em 25 dias de atuação do GV, na emissão de 4.343 despachos e de 1.248 sentenças. As decisões



Juiz Fábio Brito de Faria



Juiz Jeremias de Cássio Carneiro de Melo



Juiz Alírio Maciel Lima de Brito

somaram 690 no período. O grupo tem a participação de 10 assessores de juiz e servidores.

O Gabinete Virtual (GV), em seu quarto mês de funcionamento, deu início a uma nova fase e ampliou o escopo de atuação: o trabalho foi dedicado, em caráter exclusivo, a processos relacionados à execução fiscal nos âmbitos estadual e federal em tramitação em todas as comarcas do Poder Judiciário estadual. Nesse mutirão, o GV recebeu mais um magistrado na equipe de coordenadores: Jeremias de Cássio Carneiro de Melo, da 2ª Vara Mista de Queimadas.

Essa nova fase de trabalho do GV foi decretada pelo presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba e do Conselho da Ma-

gistratura do Poder Judiciário estadual, desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, por meio da Resolução nº 05/2020. O período instituído foi de 1º a 30 de novembro de 2020.

Para definir o mutirão de Executivos Fiscais, o presidente do TJPB considerou o grande número de processos desse tipo em tramitação nas diversas comarcas do Estado. “A missão do Tribunal é concretizar a Justiça, por meio de uma prestação jurisdicional acessível, célere e efetiva”, destacou Márcio Murilo. Ele lembrou que o princípio da eficiência dos Atos da Administração está no artigo 37 da Constituição da República, conjugado com o princípio da duração razoável do processo, conforme assegura o artigo 5º, LXXVIII, da mesma Carta.

PRECATÓRIOS

VIRTUALIZAÇÃO PROPORCIONA
MELHOR ACOMPANHAMENTO
E FISCALIZAÇÃO DOS PROCESSOS

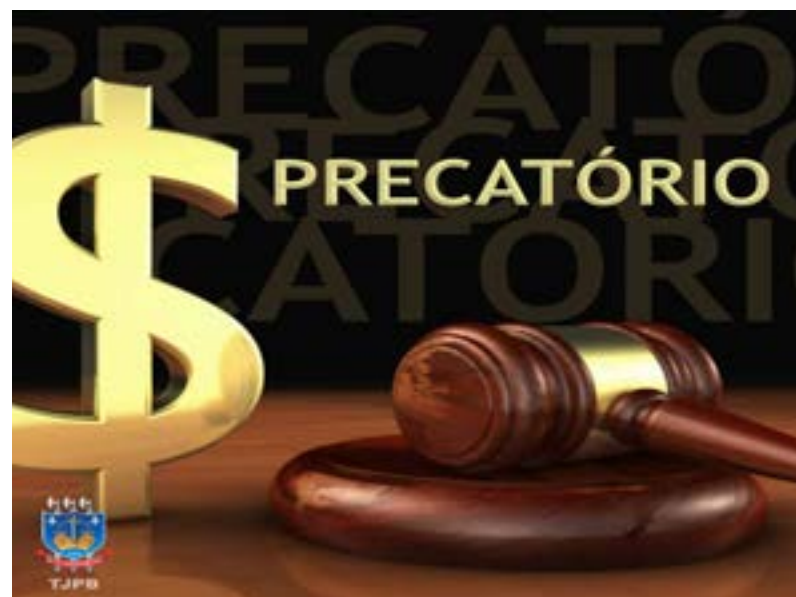
Virtualização oferece alicerce forte ao setor para executar pagamentos de forma mais célere

Todos os processos relacionados ao acompanhamento e fiscalização dos entes públicos em Regime Especial de Precatórios que tramitam no Tribunal de Justiça da Paraíba foram virtualizados em 2020, passando a integrar o sistema PJe (Processo Judicial eletrônico). Desta forma, as partes passaram a ter livre acesso aos autos eletrônicos, podendo, assim, verificar valores de parcelas, regularidade, saldo devedor dos entes públicos, entre outras informações.

Para o juiz Gustavo Procópio, auxiliar da Presidência do TJPB e responsável pela pasta, a virtualização foi fruto de um intenso trabalho que ocorreu em todo o Judiciário estadual, e que se replicou no Setor de Precatórios do TJPB (Gabinete da Presidência e Gerência de Precatórios).

Durante encontro virtual pela plataforma Zoom, em agosto de 2020, quando apresentou o trabalho desempenhado pelo Setor de Precatórios do Tribunal de Justiça, o magistrado explicou que muitos contatos foram estabelecidos com diversos tribunais para implantação do sistema de automatização e que, em março de 2020, foi iniciada a digitalização de, aproximadamente, 13 mil feitos físicos, correspondentes a cerca de 50 mil credores.

Até novembro de 2020, o TJPB havia efetivado o pagamento de 93 precatórios da ordem cronológica, inscritos no orçamento 2006 do Estado da Paraíba. Os valores totalizaram R\$ 48,3 milhões, e foram os primeiros pagamentos que ocorreram após a virtualização de mais de 90% do acervo de processos de precatórios da Justiça estadual.



O juiz auxiliar da Presidência ressaltou que este foi o primeiro pagamento feito após a virtualização quase completa do acervo de processos de precatórios do TJPB. Foi, também, o segundo pagamento de 2020 relacionado ao Estado: o anterior ocorreu no primeiro semestre e contemplou 615 precatórios superpreferenciais, cujos valores somaram R\$ 25,6 milhões. O segundo diz respeito à ordem cronológica, especificamente, em relação ao ano de 2006 do Estado da Paraíba.

“Ressaltamos que o setor não parou durante a pandemia do novo coronavírus e, mesmo com os prazos suspensos dos feitos físicos, conseguimos realizar pagamentos nesse período. Fizemos, ainda, toda a inclusão orçamentária anual de 157 entes públicos devedores, num trabalho feito concomitante ao



Juiz Gustavo Procópio, auxiliar da Presidência do TJPB e responsável pela pasta de precatórios do TJPB

da digitalização e da virtualização”, informou Gustavo Procópio.

O gerente de Precatórios do TJPB, João Paulo Lins Ferreira, disse que a ordem cronológica regular do Estado da Paraíba voltou a ser paga após mais de três anos paralisada, por ausência de recursos, visto que os repasses que o Estado vinha fazendo regularmente eram suficientes, apenas, para o pagamento dos credores superpreferenciais, ou seja, pessoas idosas ou com qualquer uma das doenças graves estabelecidas pelas Leis nº 7.713/1988 e nº 13.146/2015.

“Retomamos as análises e os pagamentos com maior celeridade e eficiência, pois esse é o nosso foco após a conclusão da maior parte dos trabalhos de virtualização”, reforçou João Paulo.



O gerente do Setor de Precatórios, João Paulo Lins Ferreira

O juiz Gustavo Procópio disse que, no período da pandemia, houve a necessidade de uma divisão da força de trabalho do setor, para que a inclusão orçamentária de 2021 fosse concluída dentro do prazo (que foi até 20/07/2020) e apenas parte dos servidores ficou incumbida de permanecer na migração eletrônica.

Gustavo Procópio explicou que a virtualização ofereceu um alicerce forte ao setor, que, de agora em diante, vai executar os pagamentos de forma muito mais célere. “Além disso, estamos em fase de testes para implantação do sistema de automatização do TJDF, que possibilitará um controle ainda mais rápido e efetivo dos cadastros dos órgãos de precatórios, bem como dos pagamentos em geral”, afirmou. Lembrou, ainda, que



O juiz Gustavo Procópio (c) reunido com o gerente João Paulo, a supervisora Maíra Brito e servidores.

já foi autorizado pela Presidência do TJPB a realização de estudos para implantação de um robô no setor, como já ocorre nas Varas de Executivos Fiscais da Capital.

“Esse é um legado a ser deixado pela atual administração (biênio 2019/2020), que tem à frente o desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos. Um trabalho que teve início na gestão do desembargador Joás de Brito, ao determinar a implantação do PJe para o Setor de Precatórios, e que foi concluído nesta, com a digitalização, virtualização e trâmites necessários para iniciar a automatização. Uma verdadeira revolução digital”, opinou o juiz.

O magistrado adiantou que, ainda em 2020, foi iniciada a análise para o pagamento dos acordos diretos do Estado de 2019, bem como o pagamento, até o final da gestão, das super-

preferências requeridas em 2020.

A Gerência de Precatórios (Geprecat) também auxiliou o juiz de conciliação de Precatórios, Antônio Carneiro de Paiva Júnior, na análise de quase 6 mil acordos diretos deferidos pelo Estado da Paraíba, nos termos do Edital nº 001/2019.

De acordo com a supervisora do gabinete de Precatórios, Maíra Brito, a orientação, após a virtualização, foi de que as Procuradorias (do Estado e dos Municípios) realizassem os devidos cadastros no Processo Judicial eletrônico (PJe). “Isso facilita muito o trabalho dos órgãos, que poderão consultar, livremente, os autos. Também é benéfico para as partes, pois poderão acompanhar como anda a adimplência do ente público do qual são credoras da lista cronológica”, ressaltou.



Mesmo durante a pandemia, a equipe da Gerência de Precatórios permaneceu trabalhando na digitalização dos processos para inclusão no PJe.



O Tribunal de Justiça da Paraíba virtualizou os processos relacionados a precatórios, que passaram a tramitar no sistema do PJe.



O procurador-geral de João Pessoa, Ademar Azevedo Régis, e o procurador adjunto Rodrigo Clemente de Brito Pereira, fizeram a entrega dos processos dos credores ao presidente do TJPB, desembargador Márcio Murilo. Também estavam presentes o juiz Auxiliar da Presidência, Gustavo Procópio e o gerente João Paulo Lins Ferreira.

Outra vantagem da virtualização desses processos, pontuada por Maíra, foi a otimização do trabalho do gabinete. “Agora, as intimações e notificações são realizadas virtualmente, conferindo agilidade ao setor, principalmente neste contexto de pandemia, já que o acompanhamento pode ser feito 100% remotamente”, destacou.

Com a virtualização, também foram disponibilizados no site do TJPB os valores da parcela anual para pagamento pelos entes públicos devedores de precatórios para o ano de 2021, cujos planos de pagamento foram apresentados até o dia 20 de setembro, conforme os artigos 64 e 65 da Resolução nº 303 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Ao abrir o encontro virtual sobre as atividades do se-

tor, em agosto de 2020, o presidente do TJPB, desembargador Márcio Murilo, ressaltou que o Tribunal de Justiça, muitas vezes, possui uma pequena discricionariedade em relação a precatórios, já que tudo vem de normas do Supremo Tribunal Federal (STF), CNJ e emendas constitucionais específicas. “Mas, muito se fez para a evolução do sistema no sentido de melhorar esta prestação jurisdicional tão específica”, observou.

“Em regra, quando constatado o atraso, o gestor do ente devedor é notificado para pagamento de eventuais parcelas em atraso e, caso isso não ocorra, nem seja apresentado qualquer plano de pagamento, o processo é encaminhado ao Ministério Público, que emite parecer e, em seguida, o presidente delibera acerca do sequestro”, explicou o juiz Gustavo Procópio.



TJPB e Procuradoria-Geral do Estado alinharam procedimentos para agilizar acordos diretos. O juiz auxiliar da Presidência, Gustavo Procópio, o gerente do setor, João Paulo, e o procurador-geral do Estado e presidente da Câmara de Conciliação de Precatórios (Conprec), Fábio Andrade.



Durante videoconferência, o juiz Gustavo Procópio apresentou os avanços do Setor de Precatórios.



O Setor de Precatórios contou com auxílio de estagiários do curso de Contabilidade.

R\$ 194 milhões

pagos em 18 meses de gestão

Durante os 18 primeiros meses da gestão do desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, o Setor de Precatórios do Tribunal de Justiça da Paraíba registrou o pagamento de R\$ 194.172.200,78 em precatórios pelo Estado e pelos municípios. Em relação ao Estado, os acordos realizados somaram R\$ 58.707.063,31, pagos durante o ano de 2019 a 695 beneficiários. No tocante às preferências, houve, no período, três listas, com 3.241 beneficiários, os quais 1.839 tiveram seus créditos quitados. O total amortizado foi de R\$ 87.255.221,64, conforme informou o gerente de Precatórios do TJPB, João Paulo Lins Ferreira.

Ainda em relação ao Estado, os pagamentos da lista da ordem cronológica se encontram em cumprimento por decisão judicial, chegando a R\$ 1.626.672,75, em benefício a 12 credores.

Já quanto aos municípios, a Gerência apontou que houve 204 beneficiários preferenciais, até o momento, com pagamentos que alcançaram R\$ 4.197.261,48, e 1.197 credores da ordem cronológica, que receberam um total de R\$ 42.385.981,60.

Para o gerente, os números foram significativos, principalmente diante de um trabalho que ainda é feito com processos físicos, sendo a virtualização dos precatórios uma medida que já está sendo implementada no setor este ano.



OBRAS

DO LITORAL AO SERTÃO, UNIDADES
JUDICIÁRIAS RECEBEM REFORMAS
E BENEFICIAM JURISDICIONADOS



Comarca de Campina recebe melhorias estruturais que proporcionaram maior comodidade ao público

Mesmo sendo um ano atípico, por conta das mudanças de hábitos, atitudes e medidas impostas pela crise sanitária originada na pandemia da Covid-19, 2020 foi um ano marcante de reformas e obras de melhorias estruturais para a Comarca de Campina Grande. As ações, que iniciaram em 2019, visaram, primordialmente, a valorização do 1º Grau, por meio de uma melhor prestação jurisdicional para os usuários, bem como segurança e comodidade para magistrados, servidores e colaboradores do Poder Judiciário estadual.

No Fórum, que tem como diretor o juiz Gustavo Lyra (biênio 2019/2020), funcionam três Juizados Especiais Cíveis, um

Criminal, uma Turma Recursal, dez Varas Cíveis, cinco Varas Criminais, três Varas da Fazenda Pública, uma Vara de Entorpecentes, uma de Execução Penal, uma de Sucessões, uma de Feitos Especiais, cinco Varas de Família e o 1º e o 2º Tribunais do Júri. Além de Campina, a comarca atende as cidades de Boa Vista, Lagoa Seca e Massaranduba.

Praticamente, a Comarca de Campina Grande virou um canteiro de obras de infraestrutura, recuperação e manutenção, a exemplo da acessibilidade, com a instalação de rampas para portadores de necessidades especiais, ampliação das vagas de estacionamento e o redimensionamento do Fórum, com o repo-

sicionamento das Varas, ampliações das salas de conciliação, dos espaços das assessorias e dos setores administrativos para o térreo, conforme explicou o juiz Gustavo Lyra.

“As mudanças objetivaram uma comodidade maior para os usuários, o que se deu com o estabelecimento de pavimentos por competência, a exemplo do primeiro andar, onde funcionam as unidades cíveis. Já no segundo, são as criminais, no terceiro, estão as varas da Fazenda e Família e no quarto, funcionam os Juizados Especiais”, ressaltou o diretor do Fórum.

Gustavo Lyra citou, igualmente, outros serviços de melhorias que foram efetuados durante os dois anos, a exemplo da iluminação externa, toda em led, gerando mais segurança e economia, e a sinalização do estacionamento do Fórum. O magistrado pontuou a realização de outra obra relevante, que foi a recuperação do prédio sede da Infância e Juventude. Segundo ele, o local precisava de restauração, pintura e um reordenamento interno, através de divisórias e reorganização de salas.

Ele revelou, ainda, que o depósito judicial, onde também funciona o arquivo, passou por limpeza, reorganização e higienização, pois estava em situação precária. A parte externa, onde ficam os veículos que são apreendidos, da mesma forma, foi organizada. “No Fórum, tivemos outras obras de grande relevância, custeadas pelo Tribunal, a exemplo da colocação de películas em toda a fachada leste do prédio, por conta da incidência do sol nascente”, enfatizou o magistrado.



Para o gerente do Fórum de Campina Grande, Agnelo Oliveira, apesar das dificuldades causadas pela pandemia, os trabalhos na unidade transcorreram todos os dias, diante da necessidade de se colocar em prática e cumprir todos os serviços empreitados na comarca. “Assim, com o acompanhamento de perto, conseguimos emplacar as mudanças previstas, no que diz respeito às reformas significativas”, observou.



Juiz Gustavo Lyra, diretor do Fórum de Campina Grande



Fórum de Mangabeira ganha elevador; em Pombal, arquivo possui sala para pesquisas históricas

Melhorias na rotina de trabalho e organização foram alguns dos principais benefícios apontados por magistrados e servidores de comarcas cujos fóruns e casas dos juizes receberam reparos ao longo do biênio 2019/2020. As reformas vão desde transformação de antiga residência do juiz em arquivo, mudanças de cobertura, ampliação de estacionamento até instalação de elevador, beneficiando magistrados, servidores e jurisdicionados que utilizam os espaços.

No Fórum Regional de Mangabeira, localizado na Comarca da Capital, houve a instalação de um elevador, garantindo maior acessibilidade e facilitando a locomoção de grávidas, por exemplo. O diretor da unidade judiciária, juiz Manoel Abrantes, destacou outras iniciativas que tornaram o acesso e o trabalho no local ainda melhores.

“Tivemos, também, o redimensionamento do estacionamento, a instalação de um Cejusc e a implantação do Acesso Seguro como importantes avanços. Com a virtualização dos processos criminais, o aumento no número de assessores de juizes e a chegada de estagiários de diversas áreas, tivemos um upgrade nos índices de produtividade, além do serviço facilitado, por ser totalmente virtual”, disse o magistrado.

A gerente do fórum, Hilma Fernandes de Melo, ressaltou que a instalação do elevador foi um importante ganho para a unidade judiciária. “O elevador veio para facilitar, de vez, o acesso das pessoas com deficiência ou que tenham alguma dificuldade de locomoção”, enfatizou.

Na Comarca de Remígio, no Agreste paraibano, o Fórum Desembargador Simeão Cananéa e a residência do juiz passaram por reparos. No Fórum, foram realizados serviços de manutenção da coberta e divisórias, além de impermeabilização de calhas. Na casa do juiz, que se tornou arquivo da unidade judiciária, desde o ano de 2019, foram feitas obras no telhado, iluminação interna e externa, piso da área de serviços e pintura geral interna e externa do prédio.

“Tínhamos muitos processos e, agora, é possível encontrá-los facilmente, já que estão em um espaço adequado e muito organizado. Antes, devido à quantidade, era mais difícil fazer a busca, porque o local onde os arquivos ficavam era bastante apertado. Além disso, o arquivo atual possui ventilação e janelas, o que dá maior conforto a quem estiver utilizando o local. Com a transferência do arquivo para a casa do juiz, ficou tudo mais fácil”, destacou a juíza titular da Vara Única da comarca, Juliana Dantas.

A gerente do fórum, Jacilene Correia, explicou que, no período de pandemia do coronavírus (Covid-19), foi mantida uma importante parceria com a Prefeitura Municipal de Remígio. “Assim, passamos a ter ações de higienização quinzenal em todo o prédio, aplicação da vacina de imunização do H1N1 e do teste da Covid-19 para todos os servidores, além da instalação de lavatório e de totem do álcool em gel na entrada do Fórum. Tudo isto garantiu a segurança de todos que precisaram se deslocar até a unidade judiciária, bem como dos servidores e magistrada”, frisou a gerente.

De acordo com o diretor administrativo do TJPB, Tony



Acompanhado do desembargador Joás de Brito e de juízes, o presidente do TJPB, Márcio Murilo, inaugurou reformas no Fórum de Mangabeira, em João Pessoa, que incluíram nova recepção, equipamentos de segurança, disciplinamento do estacionamento. Para o diretor do Fórum, juiz Manoel Abrantes, a implantação do Acesso Seguro pode ser considerado, ao lado da entrega do estacionamento, duas grandes conquistas.



O Fórum de Mangabeira, na Capital, ganhou nova estrutura, com recepção ampla.



Pegado, ocorreram reformas, ainda, nas unidades judiciárias de Itabaiana (manutenção geral da cobertura); Pedras de Fogo (manutenção geral da cobertura); Areia (manutenção geral da cobertura); Fórum de Mamanguape (manutenção da cobertura) e depósito (recuperação da estrutura e impermeabilização); e Catolé do Rocha (manutenção geral da cobertura e das calhas, elevação do muro de contorno, manutenção do piso externo e pintura do prédio).

Também foram beneficiados com obras os Fóruns de Aruna (manutenção da cobertura, das calhas, do muro de contorno, das instalações elétricas e da caixa d'água, construção de mureta e gradil frontal para segurança do prédio, reformas do banheiro para o público, com a adaptação para PNE, instalação de guichê no cartório e pintura geral da edificação) e de Solânea (ampliação da rede de drenagem pluvial, refazimento da rede sanitária e manutenção dos banheiros para o público e dos servidores, restauração da calçada de contorno da lateral do Tribunal do Júri e do Fórum, manutenção da fossa, elevação do muro de contorno e da mureta com gradil frontal, correção de fissura em alvenarias e aterro de parte da lateral).

O Fórum Desembargador Luiz Sílvio Ramalho, localizado na Comarca de Piancó, contou com restauração de calhas pluviais, instalação de gradil de ferro, manutenção da cobertura em policar-



Tony Márcio Leite Pegado, diretor administrativo

bonato, refazimento da impermeabilização da caixa d’água e manutenção das instalações elétricas e da estrutura dos pergolados. Para o juiz-diretor do fórum, Pedro Davi de Vasconcelos, as melhorias viabilizadas pelo TJPB foram de extrema relevância.

“Elas possibilitaram o acesso de pessoas com deficiência ao prédio, promoveram qualidade de vida aos magistrados e servidores e, também, proporcionaram maior segurança, com o Acesso Seguro, além de maior conforto ao jurisdicionado. A manutenção tornou o prédio ainda melhor”, destacou o magistrado. A gerente do Fórum, Dilma Gomes de Souza, salientou que houve, também, adaptações para seguir os protocolos de biossegurança, adotados em decorrência da atual pandemia do coronavírus (Covid-19).

“Conseguimos tendas, por exemplo, para manter o distanciamento social entre os jurisdicionados, e totem de álcool em gel para higienização de servidores e jurisdicionados. Além disso, tivemos reparos na parte estrutural do prédio, revitalização do piso e manutenção do ar-condicionado, equipamento essencial tendo em vista nosso clima quente. Com estas ações, podemos oferecer comodidade e bem-estar durante os atendimentos”, afirmou a gerente.

Na Comarca de Pombal, tanto o Fórum Promotor Nelson da Nóbrega quanto a residência do juiz passaram por reformas. Conforme a Diretoria Administrativa do TJPB, foram feitas obras de manutenção da cobertura, instalações elétricas e banheiros e pintura do fórum. Por sua vez, a residência passou por restauração do revestimento externo, pintura geral, manutenção da cobertura, aplicação de revestimento cerâmico e troca de portas de madeira.

Na antiga residência do juiz, funcionará o arquivo do fórum. “A Comarca de Pombal estava necessitando muito dos reparos que foram feitos na sede do Fórum e no imóvel que outrora servia como residência oficial e, em breve, será destinado ao arquivo judicial”, disse o juiz-diretor Luiz Gonzaga Pereira.

A gerente do Fórum, Fátima Rodrigues, destacou que a mudança do arquivo do fórum para o novo espaço facilitará o trabalho dos servidores. “Além disso, o arquivo será um local con-



Juiz Luiz Gonzaga Pereira, diretor do Fórum de Pombal

fortável, espaçoso e adequado para receber os processos físicos que estavam no cartório, e será possível, também, ter uma boa organização. É uma importante conquista para nós”, afirmou.

O futuro arquivo do Fórum da comarca contará com um espaço destinado aos pesquisadores interessados nos processos mais antigos registrados no local, que possuem mais de 100 anos de existência.

No Conde, as novas instalações do Fórum Procurador Sabino Ramalho Lopes foram inauguradas pelo desembargador Márcio Murilo no dia 9 de dezembro de 2019. A unidade judiciária funciona em um shopping localizado na entrada da cidade, que fica próximo à Câmara Municipal. O prédio também abriga o espaço do Ministério Público.

De acordo com o presidente Márcio Murilo, o novo espaço para instalação do fórum foi obtido por meio de parceria com a Prefeitura Municipal de Conde. “Para reconstruir o antigo prédio, os gastos seriam altíssimos. Então, a opção foi alugar espaços, com a meta de economizar. Isso foi possível por meio da parceria com o município. Não se concebe mais um Judiciário de construção de obras. É mais prático locar imóveis bem estruturados e concentrar os serviços jurisdicionais todos em um só am-



O sistema de ar condicionado central do Fórum Cível da Comarca de João Pessoa passou por manutenção, garantindo qualidade no ambiente de trabalho de magistrados, servidores, colaboradores e usuários daquela unidade.



O Fórum da Comarca de Queimadas passou por reformas e recebeu ambiente para abrigar o Cejusc.





As novas instalações do Fórum Procurador Sabino Ramalho Lopes, da Comarca de Conde, foram entregues no dia 9 de dezembro de 2019

biente. Os juízes e servidores terão mais conforto e comodidade e o jurisdicionado poderá receber a Justiça com maior tranquilidade”, salientou.

“As salas têm comunicação interna, o que facilita o nosso trabalho. Os ambientes foram bem divididos e conseguimos criar espaços para os oficiais de justiça, a sala de distribuição, atendimento do cartório, os presos que vierem para audiência no fórum, a sala para o assessor do magistrado e a sala de conciliação. Isso permitirá audiências simultâneas às de instrução, dando mais celeridade a todos os processos e trâmites da unidade e garantindo conforto e tranquilidade para o jurisdicionado”, afirmou a juíza Lessandra Nara Torres, titular da unidade.

O gerente de Engenharia do TJPB, Francisco Leitão, afirmou que foi montado um projeto arquitetônico inovador para

acomodar os espaços do novo fórum. “Houve melhoria na qualidade do imóvel, trazendo benefício para os servidores e magistrados, com novas instalações, sistema de climatização, parte elétrica, ambientação e distribuição dos layouts. Forneceremos um serviço mais humanizado com melhor atendimento à população”, analisou.

Na Comarca de Patos, o Tribunal de Justiça locou prédio, situado na saída da cidade com destino a Sousa, que foi destinado ao Depósito Judicial. O prédio passou por rápida reforma para definição de ambientes, de acordo com o diretor Tony Pegado. Ele explicou que o TJPB obteve a cessão de imóvel pelo Ministério Público, onde funcionava a Promotoria, para a instalação definitiva do Depósito. Os estudos nesse sentido foram iniciados em 2020 e o prédio deve ficar pronto em 2021.



O Tribunal de Justiça locou prédio para abrigar o Depósito Judicial na Comarca de Patos



Palácio da Justiça

Fruto de um acordo firmado entre os Poderes Judiciário e Executivo, as obras de reforma do Palácio da Justiça, na Praça João Pessoa, que tiveram início em março de 2020, não foram interrompidas durante a pandemia do novo coronavírus (Covid-19), mas só devem ser concluídas em 2021. O serviço é executado por empresas contratadas pela Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado (Suplan), órgão do Governo da Paraíba.

Inicialmente, os serviços tiveram como foco a substituição da cobertura e da parte elétrica do prédio, que é tombado pelo Patrimônio Histórico. Segundo afirmou o diretor administrativo do TJPB, Tony Leite Pegado, essa reforma compreende os seguintes projetos: instalação do Sistema de Proteção contra Descargas Elétricas (SPDA), lógica, elétrica, águas pluviais, combate a incêndio e climatização.

“A primeira empresa contratada pela Suplan realizou a recuperação da cobertura dos blocos B, C, D e E, restando os blocos A e F, que ficam na frente do Palácio. Mesmo com a pandemia, a empreiteira continuou executando os serviços, tendo em vista que se tratavam de atividades que poderiam ser executadas durante o período”, explicou o diretor administrativo.

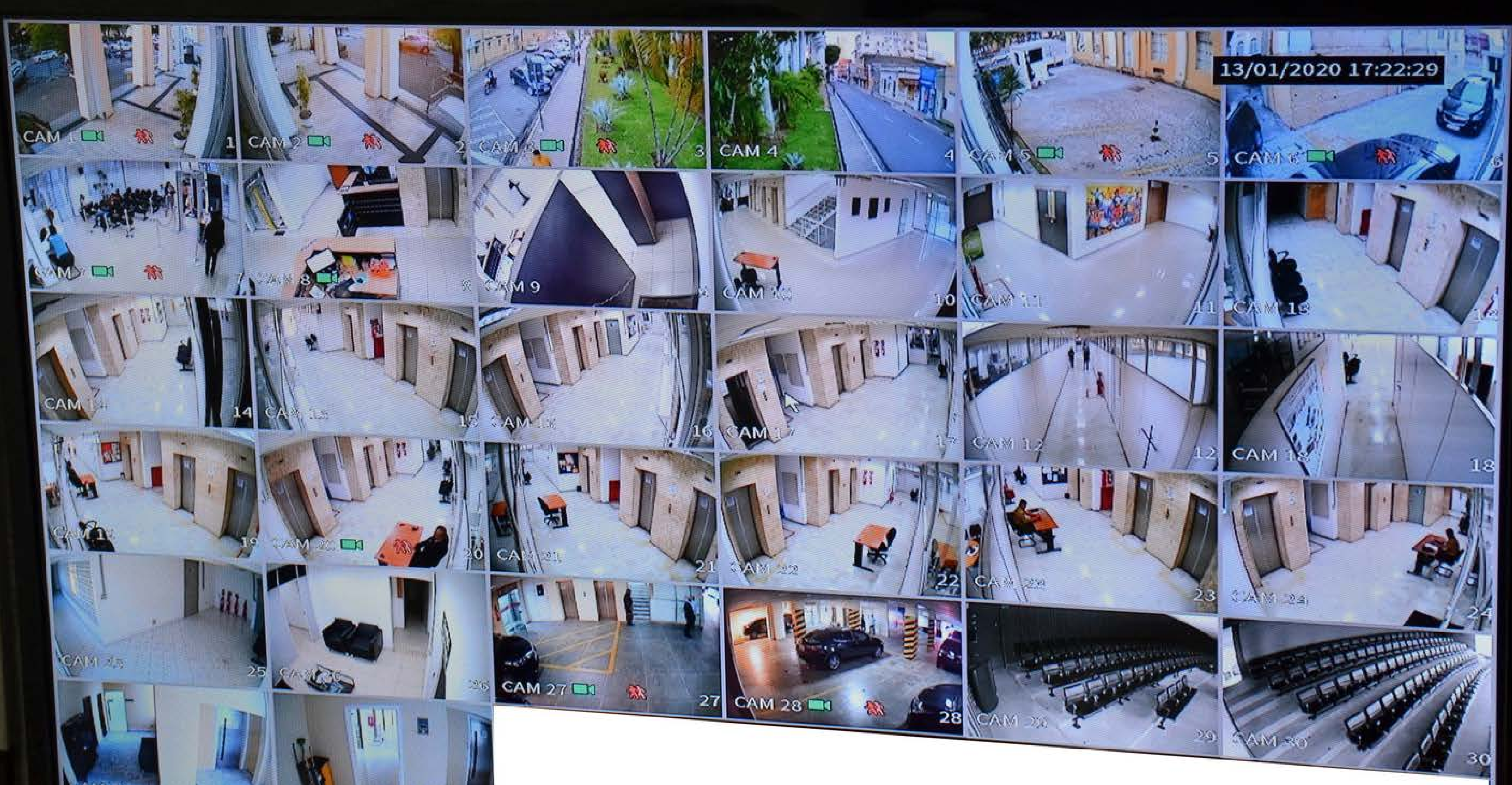
Entretanto, segundo Tony Pegado, os efeitos da pandemia atingiram as obras de outra maneira. “A empresa não teve condições financeiras para continuar os serviços e, dessa forma, pediu à Suplan a rescisão do contrato. O órgão teve de abrir nova licitação para dar continuidade aos serviços e, assim, o prazo de conclusão foi ampliado para 2021”, esclareceu.

O Palácio da Justiça abriga o Museu e Cripta onde estão os restos mortais do ex-presidente Epitácio Pessoa. A edificação já pertenceu à Escola Normal instalada até 1939, passou por uma reforma interna e perdeu suas características neoclássicas para sediar o Tribunal de Justiça da Paraíba, em julho de 1939. O prédio é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (Iphaep) e pelo Instituto Nacional (Iphan).



SEGURANÇA

SEGURANÇA DE MAGISTRADOS, SERVIDORES
E DO PATRIMÔNIO DO PODER JUDICIÁRIO
RECEBEU UMA ATENÇÃO ESPECIAL NA GESTÃO



Comarcas da PB ganham reforço com câmeras e sensores. TJPB aprova Plano de Segurança

A segurança de magistrados, servidores, equipe terceirizada e do patrimônio do Poder Judiciário estadual recebeu uma atenção especial na gestão do desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, nos anos de 2019 e 2020. A Presidência do TJPB conseguiu instalar, em todas as comarcas do Estado, o sistema de monitoramento eletrônico por câmeras de segurança, com capacidade de gravação 24 horas, além de manter a presença de policiais militares armados.

Durante a gestão, foi concluído o Projeto Acesso Seguro, presente em todas as regiões do Estado, mesmo com as dificuldades trazidas pela pandemia da Covid-19, implantado o Projeto Comarcas de Fronteira e aprovado o Plano de Segurança dos Magistrados paraibanos.

A aprovação do Plano ocorreu no dia 27 de agosto de 2020, durante reunião virtual da Comissão de Segurança do TJPB. O encontro foi coordenado pelo desembargador Joás de Brito Pereira Filho, presidente da Comissão, e contou com a participação dos juízes Rodrigo Marques (auxiliar da Presidência), Adilson Fabrício (diretor do Fórum Criminal da Capital), Micheline Jatobá (gestora do Acesso Seguro), Fabrício Meira (do 3º Juizado Auxiliar da 2ª Circunscrição) e Max Nunes (presidente da Associação dos Magistrados da Paraíba - AMPB), do servidor Jardel Rufino (assessor) e do coronel Gilberto Moura (gerente de Segurança Institucional).

O desembargador Joás Filho ressaltou que o Plano foi mais um passo dado em prol da segurança no âmbito do Judiciário paraibano. “Nós avançamos bastante, inclusive com a instala-



Desembargador Joás de Brito Pereira Filho, presidente da Comissão de Segurança do TJPB.

ção de câmeras, detectores de metais portáteis e até fixos. Temos procurado melhorar, cada vez mais, a segurança dos magistrados”, frisou.

Segundo o juiz auxiliar da Presidência do Tribunal e coordenador adjunto da Comissão de Segurança do TJPB, Rodrigo Marques, em 2018, apenas os Fóruns Cível e Criminal da Comarca de João Pessoa possuíam câmeras de monitoramento de segurança. “Enquanto, entre os anos de 2019 e 2020, foram 70 prédios do Poder Judiciário paraibano, independentemente da entrância, contemplados com câmeras de monitoramento e sensores de presença, incluindo os prédios administrativos”, observou.

Os equipamentos foram assim distribuídos: 22, nos prédios da primeira entrância; 31, nos da segunda entrância; e em 17 edificações da terceira entrância, além de 180 sensores de alarme na Região Metropolitana de João Pessoa.

No total, foram instaladas 1.194 câmeras de segurança, sendo 264 câmeras nas comarcas de primeira entrância; 570 câmeras nas de segunda entrância; e 360 câmeras nas comarcas de terceira entrância, além de 210 sensores de presença nos prédios do Poder Judiciário estadual.

Rodrigo Marques disse que a Presidência do Tribunal teve o cuidado de realizar economia relacionada à segurança de alguns setores, redirecionando verbas que eram gastas com empresa de segurança privada. “Com essa economia, foi possível realizar projetos, como o Acesso Seguro e a expansão e conclusão do Projeto Comarcas de Fronteira”. O magistrado ressaltou que, inicialmente, essa economia representou na redução racional, avaliada e de forma técnica, de dez postos de vigilância terceirizados armados.

“Considerando que cada posto tinha um gasto médio de R\$ 15 mil, os 10 postos levaram uma economia anual de R\$ 1,8 milhão por ano. A verba adquirida, com a redução de 82 postos para 72, viabilizou reinvestimentos na própria área de segurança, como a conclusão do Projeto Comarcas de Fronteira, que, inicialmente, se limitava a 30 comarcas mais vulneráveis e com histórico de violência”, explicou.

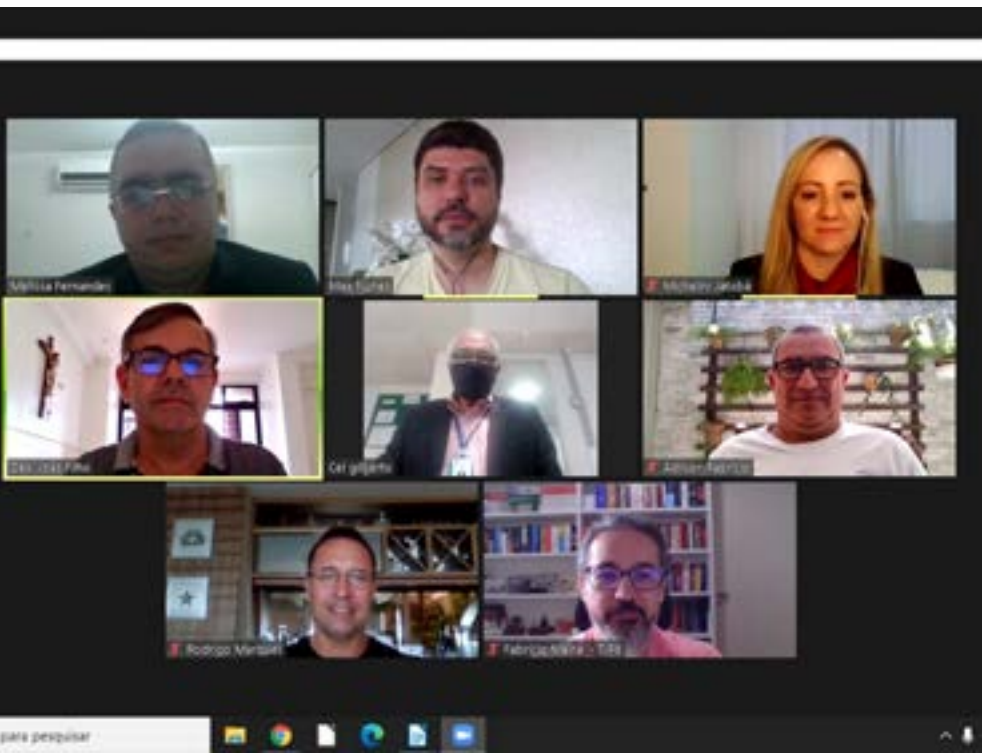


“A conclusão da instalação do ‘Visit’ em todas as comarcas de divisas é fruto de um árduo trabalho que decorreu de um severo e racional redirecionamento de despesas com a segurança do Poder Judiciário estadual e seus usuários”.

Juiz Rodrigo Marques



Reunião da Comissão de Segurança do Poder Judiciário estadual comandada pelo desembargador Joás de Brito. Abaixo, durante a pandemia, os encontros passaram a ser virtuais.



RECURSOS

Mesmo diante de um quadro adverso, com o congelamento do duodécimo e de uma crise que se apresentou com a pandemia, conforme Rodrigo Marques, a ideia foi fazer mais com menos e redirecionar recursos que já existiam no Tribunal para segmentos mais nobres e eficientes. “Tudo isso, foi feito com trabalho árduo de todos os envolvidos no segmento de segurança”, afirmou.

Ele explicou que a atuação do Tribunal de Justiça da Paraíba, na área de segurança, tem como base a Resolução nº 176/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que instituiu o Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário. Esse texto traz algumas premissas que considera a Resolução 40/32 de 1985 da Assembleia Nacional das Nações Unidas (ONU), na qual instituiu alguns princípios básicos relativos à independência da magistratura, como, por exemplo, a imparcialidade dos juízes.

“Para isso, o magistrado não pode sofrer nenhum tipo de ameaça ou qualquer tipo de pressão, seja direta ou indireta, de qualquer setor ou por qualquer motivo. Daí a importância da segurança do julgador”, destacou Rodrigo Marques.



Coronel Gilberto Moura, gerente de Segurança Institucional do TJPB

PROJETO ACESSO SEGURO

O Acesso Seguro tem por referência a Resolução nº 176/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que institui o Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário, e funciona, basicamente, controlando o acesso de pessoas às unidades da Justiça estadual, seguindo procedimentos de identificação, inspeção de segurança, submissão ao aparelho detector de metais e utilização de crachá de identificação.

Segundo a gestora do Projeto Acesso Seguro, juíza Micheline Jatobá, o software Visit, de controle de acesso às unidades judiciais, contemplou todas as regiões do Estado. “Hoje, as comarcas possuem um sistema de controle de acesso e adotam procedimentos para o ingresso e permanência de pessoas”, disse. Além de computadores e webcams, 5.585 crachás de visitantes foram disponibilizados nas comarcas para identificação dos usuários.

FÓRUNS SEM ARMAS

Também nesta gestão foi assinado um Termo de Cooperação entre o TJPB e a Segurança Pública do Estado, com objetivo de retirar as armas dos fóruns. “Um fato histórico e inédito, que trouxe mais segurança para todos que trabalham no Sistema de Justiça. A arma não acompanha mais o inquérito ou processo, ela vai direto para o Instituto de Polícia Científica”, explicou Rodrigo Marques. Assim, definitivamente, as armas foram retiradas dos fóruns e os juízes orientados a cumprir o artigo 25 da Lei 10.826/03 (Estatuto do Desarmamento).

Ainda na seara da segurança, foram renovados, em 2019, todos os extintores de combate a incêndio nas comarcas de primeira, segunda e terceira entrâncias. Foram, ainda, adquiridos coletes balísticos dissimulados para magistrados ameaçados. “Adquiridos, também, novos detectores de metais portáteis para serem usados em todos os fóruns, a fim de controlar o acesso de pessoas”, comentou o gerente de Segurança Institucional do TJPB, coronel Gilberto Moura.

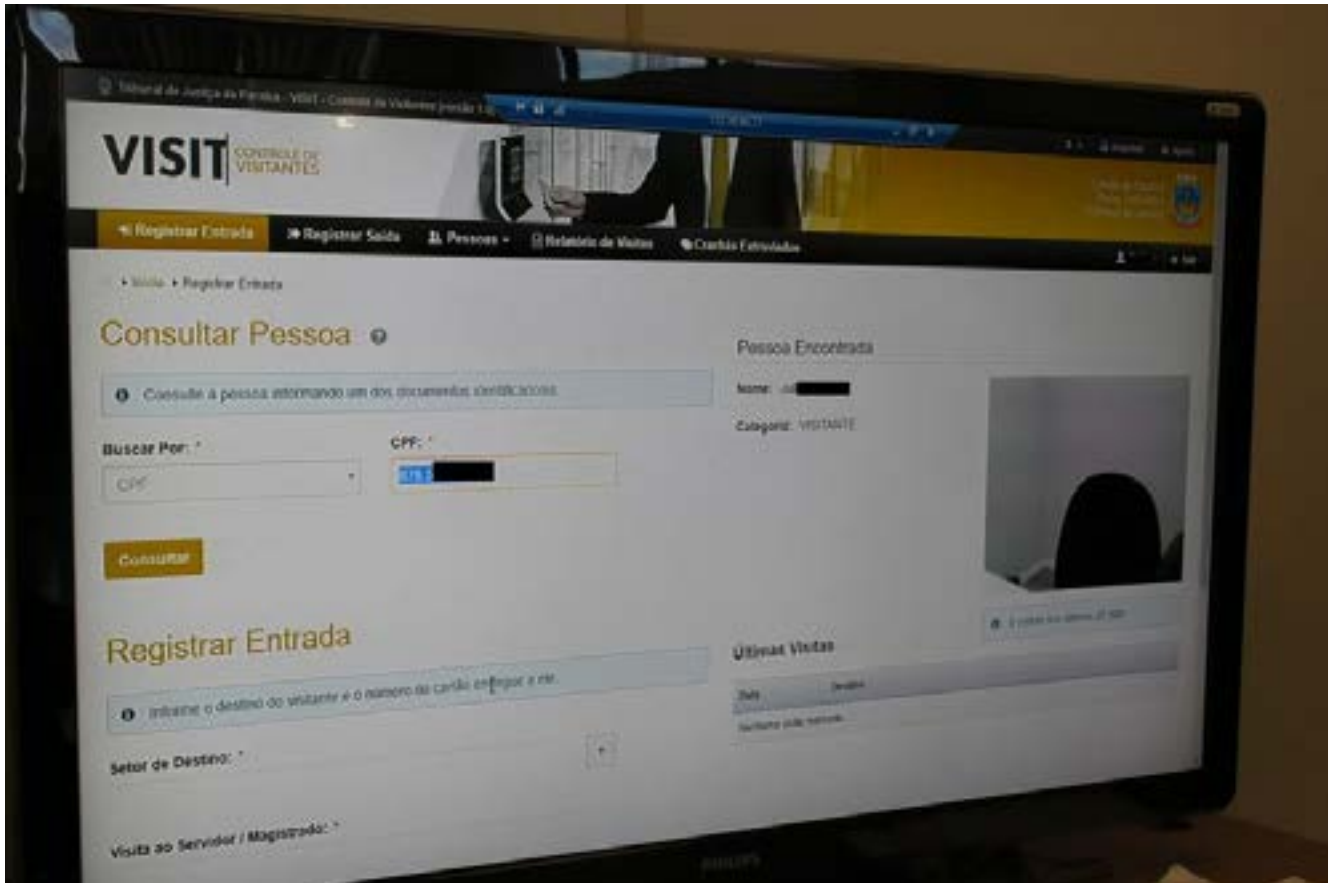


“Os esforços empreendidos pela Presidência do TJPB, oriundos das economias com a segurança privada, permitiram a concretização do Projeto Acesso Seguro”.

Juíza Micheline Jatobá, gestora do Projeto Acesso Seguro

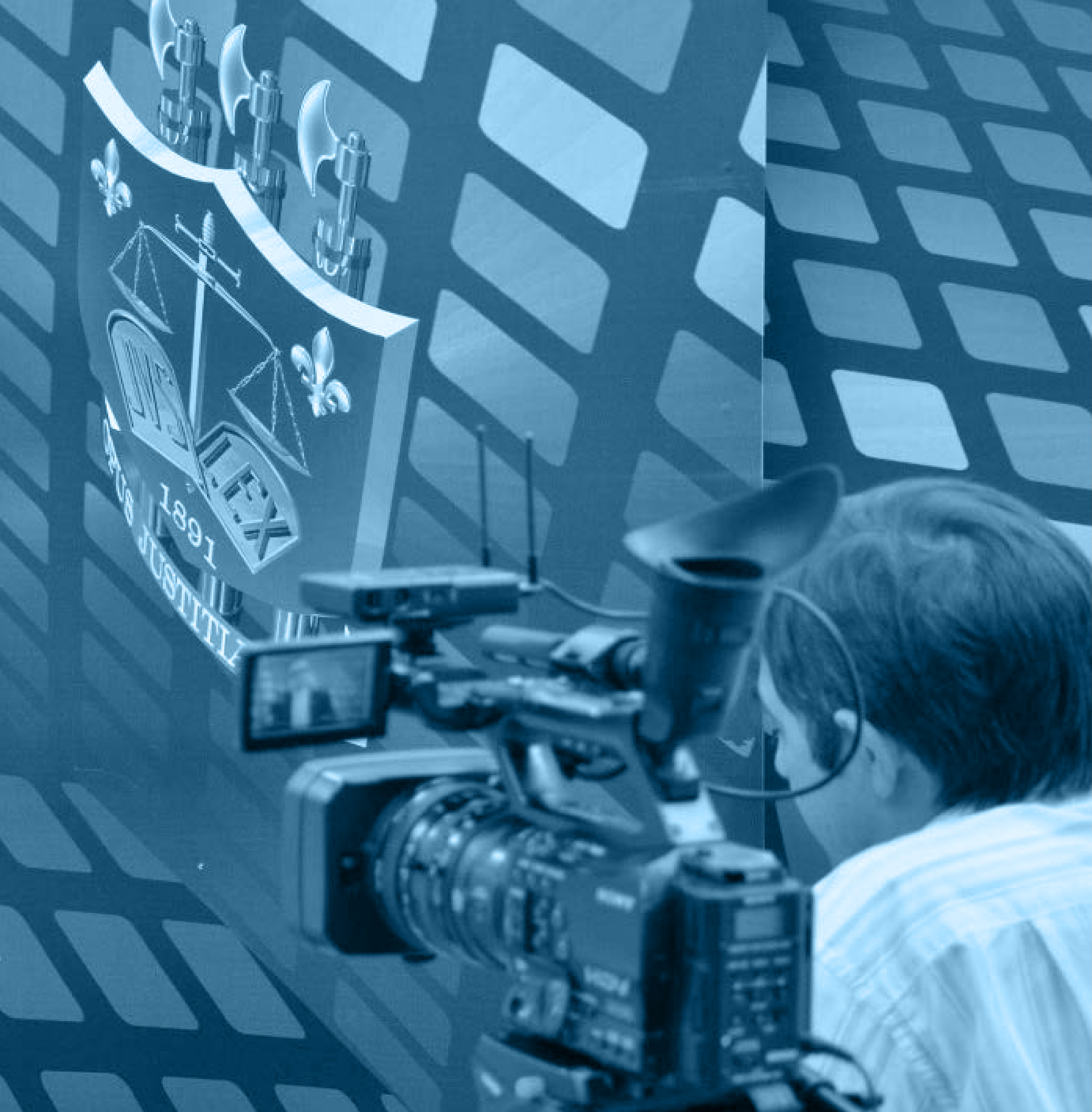


Um Termo de Cooperação Técnica entre o Tribunal de Justiça da Paraíba e o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba foi assinado com o objetivo de pactuar a expansão da segurança nas unidades das duas instituições. O encontro reuniu desembargadores e magistrados que atuam nos projetos de segurança.



Jardel Rufino, coordenador do Projeto Acesso Seguro, ministrou treinamentos sobre o uso do Visit em diversas comarcas, a exemplo de Sousa, Catolé e Bayeux.





COMUNICAÇÃO

APROXIMAR A JUSTIÇA DO CIDADÃO
E COMBATER A DESINFORMAÇÃO.
ESSA É A MISSÃO DA GERÊNCIA
DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Mais de 6 mil notícias produzidas em 2 anos

Zelar pela imagem do Poder Judiciário estadual; manter os jurisdicionados e a população bem informados sobre as ações, projetos e decisões do Tribunal de Justiça da Paraíba; assegurar o acesso às informações para a imprensa externa com transparência e imparcialidade; aproximar a Justiça do cidadão e combater a desinformação. Essa é a missão da Gerência de Comunicação Institucional (Gecom). No ano de 2019 até o dia 17 de dezembro de 2020, a equipe produziu 6.244 reportagens sobre o Judiciário paraibano, publicadas no Portal de Notícias do TJPB (www.tjpb.jus.br) e replicadas em outros veículos de comunicação estadual e nacional.

O site do Tribunal é um dos mais visitados, com mais de 29 milhões de acessos registrados (29.644.164) de 01/01/2019 a 16/12/2020, segundo informações da Diretoria de Tecnologia da Informação (Ditec).

No período, a Gerência expandiu as divulgações a partir de parcerias junto a veículos de imprensa, a exemplo do Boletim de Rádio e do Programa TJPB Notícias, respectivamente, com a CBN (João Pessoa e Campina Grande), da Rede Paraíba de Comunicação, e a Arapuan FM (João Pessoa, Campina Grande, Patos e Cajazeiras). Outra importante parceria firmada foi com a Rede Tambaú de Comunicação, por meio da qual foi disponibilizado um espaço exclusivo para notícias produzidas pela Gerência no Portal T5 (www.t5.com.br).

A gerente de Comunicação, jornalista Cristiane Rodrigues, informou que a Gecom busca, a cada dia, expandir o alcance das ações, projetos, serviços e julgados do Poder Ju-

diciário estadual. “A equipe de jornalistas é comprometida e qualificada e não mede esforços para produzir as notícias pautadas na ética e na imparcialidade. Ressalto que o resultado da nossa produtividade é decorrente, também, do apoio recebido de muitos desembargadores, juízes e servidores, que nos enviam sugestões de pautas e encaminham suas decisões para a Comunicação. Isso é muito gratificante, pois significa confiança no nosso trabalho”, destacou.

A Gecom é responsável, ainda, pela produção e edição do programa televisivo ‘Judiciário em Revista’, veiculado nas TVs Assembleia e Câmara. Foram 209 matérias produzidas até março de 2020, quando iniciou a pandemia, e a grande maioria teve repercussão nacional. A TV Justiça, do Supremo Tribunal Federal, deu destaque para 107 dessas reportagens.

O relatório do Setor mostra que 4.091 matérias tiveram espaço em sites paraibanos. A veiculação do material produzido pela Gerência em portais de notícias de conteúdos jurídicos e especializados de alcance nacional também foi significativa. Só o Portal Lex Magister replicou 305 notícias da Gecom. A Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude (Abraminj) repercutiu 90 matérias relacionadas ao TJPB.

A Rádio Justiça, do Supremo Tribunal Federal, transmitiu 167 notícias do Judiciário estadual, em programas radiofônicos nacionais, relacionadas a decisões das Câmaras Cíveis, Criminal, Seções Especializadas e Pleno do TJPB. O Conselho Nacional de Justiça, por sua vez, deu visibilidade a 67 produções da Gerência de Comunicação.



A Gerência de Comunicação do TJPB é formada por jornalistas profissionais experientes, que atuam numa redação bem estruturada.

A Gecom busca, a cada dia, expandir o alcance das ações, projetos, serviços e julgados do Poder Judiciário estadual.



Jornalista Cristiane Rodrigues, gerente de Comunicação do Tribunal de Justiça.

Também as redes sociais do TJPB têm impulsionado as notícias. Até o dia 17 de dezembro, a conta do Tribunal de Justiça da Paraíba no Instagram (@tjpboficial) possuía 23 mil seguidores. No Twitter (@TJPBNotícias), 10,6 mil, e no Facebook (@tjpboficial), 9.450 mil. O supervisor da Gecom, Lenilson Guedes, ressaltou a união da equipe e disse que esse é um dos fatores que contribui para a grande produção e qualidade das notícias. “Procuramos sempre nos ajudar. Nossa equipe é comprometida e engajada em fazer o melhor jornalismo”, pontuou.

A jornalista Gabriela Parente, que faz parte da equipe,

disse que a Gerência fez um excelente trabalho e conseguiu driblar os desafios que surgiram frente à pandemia. “Estivemos presentes em momentos importantes do Judiciário estadual, acompanhando julgamentos, reuniões deliberativas, inaugurações, lançamentos de campanhas, sempre com o objetivo de dar visibilidade às matérias de interesse da sociedade, buscando facilitar o entendimento das pessoas acerca do universo jurídico, com cautela e responsabilidade. Um trabalho cansativo e exitoso, desempenhado por uma equipe que não mede esforços em busca de uma apuração correta”, declarou.

CAMPANHAS NAS TVs EM HORÁRIOS NOBRES

Em 2019, o Tribunal de Justiça da Paraíba, por meio da Gerência de Comunicação, em parceria com a Rede Paraíba de Comunicação, lançou campanha de incentivo à conciliação, prática amigável e rápida para resolver conflitos. Foi veiculada uma peça publicitária nas TVs Cabo Branco e Paraíba, afiliadas da Rede Globo. A Campanha ‘Não resista ao amor. Adote!’ também entrou no segundo ano, com três divulgações.

No ano de 2020, também em parceria com a Rede Paraíba de Comunicação, a Gecom divulgou o Programa Acolher. Todas as parcerias foram firmadas sem custo financeiro para o Tribunal. Até março de 2020, a Gecom manteve página semanal, aos domingos, no Jornal Correio da Paraíba, de maior circulação no Estado.

COMUNICAÇÃO NA PANDEMIA

No período da pandemia, iniciada na segunda quinzena de março de 2020, e quando foi instituído o trabalho remoto em decorrência do novo coronavírus, o trabalho da Gerência de Comunicação foi readaptado ao momento, exigindo maior esforço da equipe e a intensificação das atividades.



O desembargador Márcio Murilo manteve um bom relacionamento com a imprensa.



O juiz auxiliar da Presidência do TJPB, Gustavo Procópio, coordenou as atividades desenvolvidas pela Gerência de Comunicação, apoiando na estruturação do setor e nos projetos.



A Gecom mostrou aos jurisdicionados que a Justiça paraibana não parou suas atividades no isolamento social e, ainda, aumentou a produtividade. O Portal do Tribunal disponibilizou mais canais de atendimento ao público, no banner ‘Fale com o TJPB’ e no espaço ‘Atendimento e Contato’, ratificando que o acesso às unidades judiciárias é garantido e foi mantido. Prestou, ainda, esclarecimentos aos magistrados, servidores, colaboradores e usuários sobre as formas de contágio da Covid-19 e a melhor maneira de prevenção.

Nesse período, como todos os setores do Judiciário estadual paraibano, a Gerência de Comunicação funcionou em regime de home office, iniciado a partir do dia 18 de março de 2020, conforme Ato nº 04/2020, decretado conjuntamente pelo TJPB, Ministério Público, Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB-PB).

A gerente de Comunicação, jornalista Cristiane Rodrigues, disse que a readaptação não foi uma tarefa fácil, já que a equipe passou a desenvolver as atividades quase que exclusivamente pelo WhatsApp. “Os profissionais da comunicação



A equipe de reportagem sempre acompanhou as atividades dos magistrados, participando, inclusive, de curso de Media Training oferecido aos juizes.

devem estar presentes onde a notícia acontece, para vivenciar os fatos e melhor transmitir as informações, daí a dificuldade do trabalho remoto para o nosso setor. Mas, usando a criatividade, alcançamos os objetivos traçados, graças ao comprometimento da equipe”, destacou.

“Conseguimos manter uma alta produção de matérias e realizamos um importante serviço no tocante à divulgação de conteúdos jurídicos diversos de interesse da sociedade, inclusive, relacionados ao contexto e impactos do enfrentamento da pandemia de coronavírus no Estado”, realçou a gerente.

Além das reportagens relacionadas à Covid-19, houve a divulgação dos atos da Presidência, recomendações da Corregedoria-Geral de Justiça, ações da Escola Superior da Magistratura, decisões judiciais vindas das diversas comarcas do Estado, dos órgãos fracionários e do Pleno.

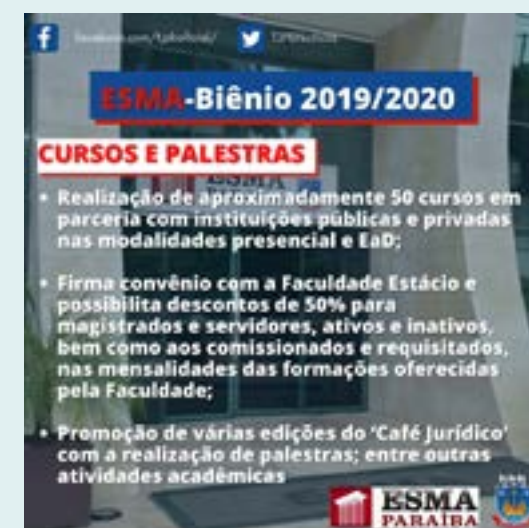
As publicações nas redes sociais da instituição, durante a pandemia, foram reforçadas, principalmente as de utilidade pública, como, por exemplo, a importância do isolamento social, do uso de máscaras, funcionamento da Justiça estadual, contatos do TJPB. “Foi registrado, inclusive, nesse período, um aumento de 8 mil seguidores só no nosso Instagram,” revelou Cristiane Rodrigues.

VOTO DE APLAUSOS

Pelos relevantes serviços prestados ao Poder Judiciário estadual, a gerente de comunicação Cristiane Rodrigues recebeu, por unanimidade, Voto de Aplausos do Pleno do Tribunal de Justiça da Paraíba extensivo à equipe. A moção ocorreu na abertura da 9ª sessão ordinária administrativa, do dia 19 de agosto de 2020, e foi uma propositura do desembargador José Ricardo Porto.



A Justiça não para





OUVIDORIA

SETOR MANTEVE O ATENDIMENTO
AOS USUÁRIOS, MESMO DURANTE
O PERÍODO DE ISOLAMENTO SOCIAL

Comunicação direta com os jurisdicionados por meio de nova plataforma virtual

A Ouvidoria do Tribunal de Justiça da Paraíba manteve o atendimento aos usuários, mesmo durante o período de isolamento social, ocasionado pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19), no ano de 2020. A comunicação direta com os jurisdicionados e unidades judiciárias ocorreu de forma virtual, através de nova plataforma da Ouvidoria e pelo e-mail institucional (ouvidoria@tjpb.jus.br).

Para o ouvidor-geral do TJPB, desembargador José Aurélio da Cruz, o percentual atingido de resoluções das manifestações resulta do bom trabalho desenvolvido pelo órgão. “Um novo sistema, ferramenta adotada em 2019, nos ajudou muito, fazendo com que o atendimento ao cidadão fosse o mais rápido possível. Temos um trabalho integrado na Ouvidoria e a expectativa é de que o atendimento seja ainda melhor no futuro”, enfatizou.

Em 2019, a Ouvidoria do Tribunal de Justiça da Paraíba teve como grande destaque a implantação do novo sistema de comunicação, que agiliza a resolutividade das demandas aportadas. Para se ter uma ideia, naquele ano, o órgão registrou um total de 4.706 manifestações recebidas pelos jurisdicionados, das quais 4.066 foram resolvidas, o que corresponde a 87% do montante, ficando, apenas, 640 pendentes de análise pelas unidades responsáveis pelas informações.

Os tipos de manifestações recebidas pela Ouvidoria são reclamações, pedidos de informação, elogios, sugestões, denúncias e críticas envolvendo todos os serviços do Poder Judiciário estadual. Outro destaque do setor, em 2019, foi a participação do desembargador José Aurélio da Cruz no 5º Encontro do Colégio Nacional de Ouvidores Judiciais (Cojud), realizado em Natal. O evento foi considerado uma verdadeira troca de experiências

na busca efetiva de soluções para os mais variados problemas vivenciados pelas ouvidorias dos tribunais.

A produtividade do setor não mudou em tempo de pandemia. “A demanda da Ouvidoria do Tribunal foi de 3.286 manifestações recebidas no período 1º de Janeiro a 31 de dezembro de 2020. O grau de resolutividade no referido ano chegou a 93%, enquanto que as manifestações pendentes representaram 7%, constatando um aumento da resolutividade em relação ao ano de 2019 (87% resolvidas e 13% pendentes)”, comentou a assessora da Ouvidoria de Justiça, Francis Figueirêdo.

De acordo com a assessora, com a pandemia, foi constatado que, em razão da impossibilidade de comparecimento presencial às unidades judiciárias, os advogados e jurisdicionados utilizaram o canal de comunicação direto com o Poder Judiciário estadual. “Podemos afirmar que o direito ao exercício da cidadania está assegurado. Sempre buscamos solucionar os mais diversos problemas, em especial, promover o competente impulso processual das demandas jurisdicionais”, destacou a assessora.

A Ouvidoria do TJPB foi criada pela Lei Complementar nº 96, de 3 de dezembro de 2010, a qual dispõe acerca da organização e divisão judiciárias do Estado da Paraíba, tendo entrado em funcionamento a partir da sua regulamentação pela Resolução nº 09, de 31 de janeiro de 2013. Constitui-se em um canal de comunicação direta entre o cidadão e o Poder Judiciário, tendo caráter informativo, educativo, propositivo e de orientação, sem qualquer conotação correicional. Possui como dever a mediação do relacionamento entre a sociedade e o Judiciário estadual.



Desembargador José Aurélio da Cruz, ouvidor do TJPB



Desembargador João Benedito da Silva é o ouvidor substituto





CORREGEDORIA

NOVAS TECNOLOGIAS E TELETRABALHO
GARANTEM SERVIÇOS DO ÓRGÃO
DE FISCALIZAÇÃO DA JUSTIÇA

Concurso, Central Compartilhada e Auditoria Eletrônica marcam o biênio 2019/2020

Concurso público para os cartórios extrajudiciais, digitalização dos processos de adoção de crianças paraibanas por estrangeiros, regulamentação da implantação da Central Compartilhada de Serviços Eletrônicos dos Registros de Imóveis da Paraíba (eRIPB), instalação do Sistema Eletrônico de Auditoria e da Central de Chamados, além da ampliação do Projeto Moradia Legal. Estas foram algumas das ações realizadas pela Corregedoria-Geral de Justiça da Paraíba no biênio 2019/2020, sob o comando do corregedor-geral Romero Marcelo da Fonseca Oliveira.

Em 2020, mesmo com a pandemia do novo coronavírus e a decretação do isolamento social, a partir de março, a Corregedoria-geral não parou suas atividades, passando a desenvolver o trabalho por meio remoto (teletrabalho). Nesse ano, foi instalada, ainda, a nova versão do Sistema Custas On-line.

Segundo a juíza-corregedora Silmary Alves de Queiroga Vita, nesse período, a exemplo do ano de 2019, foram realizadas consultas processuais, tramitação de sindicâncias e processos administrativos disciplinares, habilitação de servidores e magistrados nos sistemas eletrônicos, análises de estatísticas das unidades judiciárias e das serventias extrajudiciais e elaboração de atos normativos, como eventuais alterações nos Códigos de Normas Judiciais e Extrajudiciais.

A juíza-corregedora destacou que a criação da Central de Chamado, em agosto de 2019, para contato com as gerên-

cias Judicial e Extrajudicial, permitiu que a Corregedoria mantivesse o atendimento mesmo de forma remota. Com o serviço, o órgão correccional busca atender às solicitações dos magistrados e servidores do Poder Judiciário estadual, além do público externo, especialmente aos delegatários dos serviços dos cartórios extrajudiciais. A ferramenta permitiu mais eficiência e agilidade nas respostas da Corregedoria aos seus usuários.

“Com a Central de Chamados, a Corregedoria passou a ter todas as respostas fornecidas numa base de dados, permitindo a elaboração de estatísticas, com relação aos questionamentos, e aprimorando, cada vez mais, a informação que é prestada aos usuários”, disse o juiz-corregedor Antônio Silveira Neto.

A juíza Silmary Queiroga observou que o acesso ao VPN, ferramenta virtual disponibilizada pela Diretoria de Tecnologia da Informação do TJPB, foi fundamental para permitir que, de casa, servidores e magistrados pudessem acessar o Sistema de Apoio Operacional (SAO) e demais serviços.

Durante o período de pandemia, o corregedor-geral de Justiça, desembargador Romero Marcelo da Fonseca Oliveira, determinou que fossem suspensos os casamentos presenciais. As cerimônias foram liberadas em junho de 2020, desde que por videoconferência, mediante aplicativo previamente acordado e instalado pelo cartório. A medida constou na Recomendação nº 10/2020 da Corregedoria-Geral de Justiça do TJPB.



O corregedor-geral de Justiça, desembargador Romero Marcelo da Fonseca Oliveira (C), com os juizes-corregedores Marcos Coelho de Salles, Antônio Silveira Neto e Silmary Alves de Queiroga Vita.



Mais de 80 magistrados do Poder Judiciário estadual participaram, em outubro de 2020, da segunda reunião virtual conduzida pela Corregedoria-Geral de Justiça do TJPB, para receber orientações acerca dos procedimentos da Autoinspeção Judicial, bem como esclarecimentos de dúvidas sobre o uso da ferramenta.

Tribunal adota sistema de arrecadação de emolumentos criado pela Diretoria de Tecnologia

O corregedor-geral de Justiça do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador Romero Marcelo da Fonseca Oliveira, assinou, no dia 18 de dezembro de 2020, o Provimento nº 75, estabelecendo que a cobrança, o controle e o pagamento dos emolumentos devidos pela prestação do serviço extrajudicial somente ocorrerá por meio de guia de recolhimento emitida pelo Sistema de Arrecadação de Emolumentos (SARE), desen-



A juíza-corregedora Silmary Queiroga afirma que o SARE permitiu integração com o Selo Digital e maior controle na arrecadação de emolumentos.

volvido pela Diretoria de Tecnologia da Informação do TJPB. A medida entrou em vigor em 11 de janeiro de 2021.

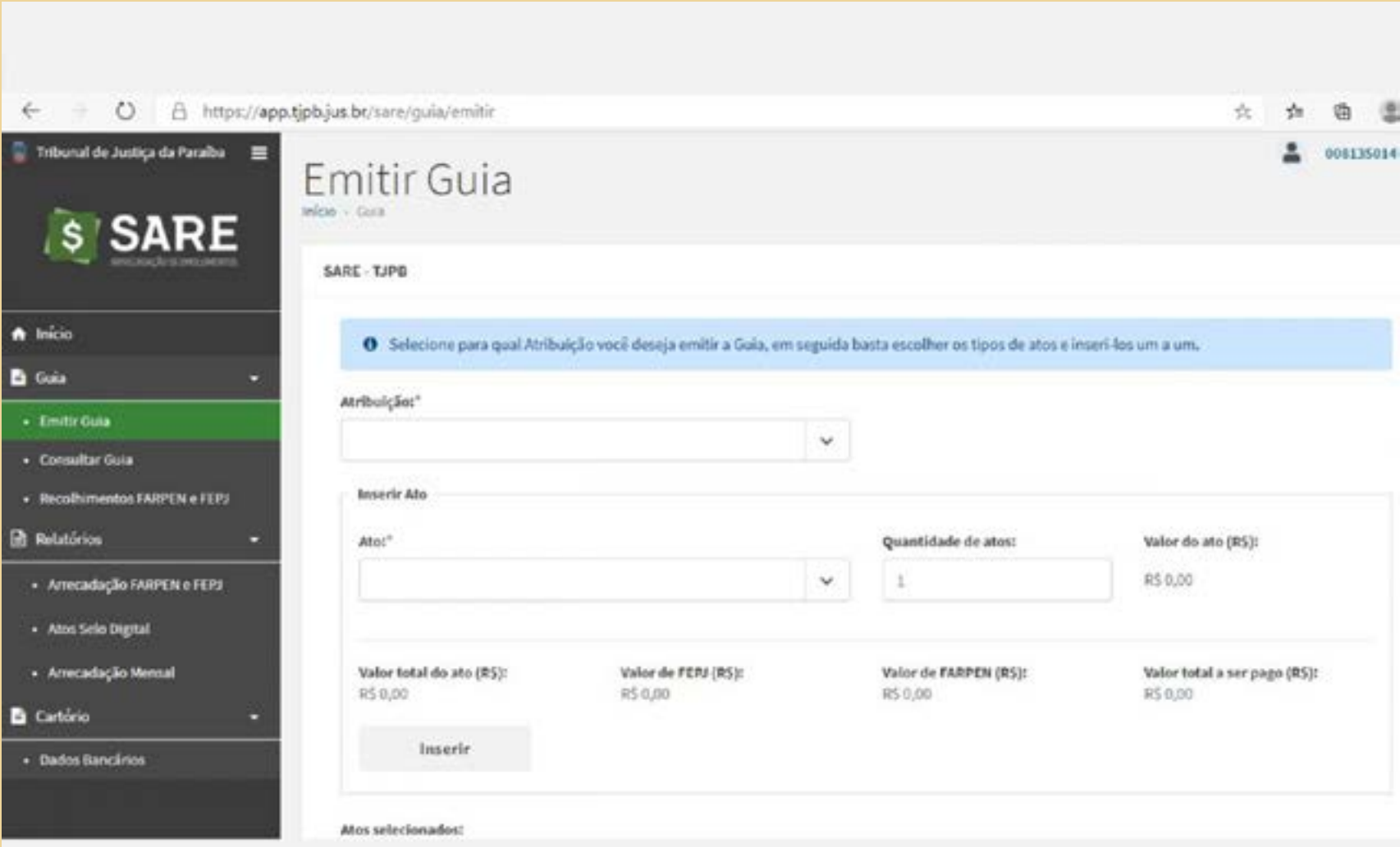
Os valores dos emolumentos dos delegatários dos serviços extrajudiciais são recebidos, exclusivamente, através de créditos nas contas do titular do serviço extrajudicial, previamente cadastradas no banco oficial do Poder Judiciário da Paraíba (Banco do Brasil), descontando-se de tal montante as tarifas bancárias devidas.

A Guia de Recolhimento compreende valores dos emolumentos e das taxas destinadas ao Fundo Especial do Poder Judiciário, ao Ministério Público e ao Fundo de Apoio ao Registro de Pessoas Naturais (Farpen), nos termos do Provimento.

De acordo com a juíza-corregedora, Silmary Queiroga, a maior mudança a partir do SARE é que os delegatários recolherão os valores (FEPJ, TMP e Farpen) diretamente no sistema vinculado ao Selo Digital, dispensando a declaração da quantidade de atos praticados, como ocorria através o SIGRE, de modo que as informações passaram a ser automatizadas.

“Desde o início do processo de informatização da fiscalização dos serviços extrajudiciais na Paraíba, por volta de 2013, foi utilizado um sistema desenvolvido e mantido pela Associação dos Notários e Registradores da Paraíba (Anoreg-PB). No biênio 2019/2020, iniciamos debates com a Diretoria de Tecnologia da Informação (Ditec) do Tribunal, na busca de um sistema de guias integrado com o Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial, este, sim, desenvolvido e mantido pelo próprio Tribunal”, explicou Silmary Queiroga.

O Sistema de Arrecadação de Emolumentos SARE foi desenvolvido pela Ditec e a Fábrica de Software contratada. De acordo com o coordenador de Sistemas Administrativos, Júlio Paiva, que esteve à frente do projeto, a principal funcionalidade é a emissão de guias prévias e de recolhimentos das serventias extrajudiciais. “Isso traz para a Corregedoria a gestão dos recursos arrecadados pelos cartórios”, complementou.



O diretor de TI, José Teixeira de Carvalho Neto, acrescentou que a medida impulsiona, também, uma melhor fiscalização. “Agora, o TJPB se apropria disso, podendo melhor fiscalizar, com o cruzamento dos dados com o Selo Digital, as práticas de atos cartorários e efetivas cobranças e destinações de receitas”, afirmou.

Já o juiz auxiliar da Presidência do TJPB, Meales Melo, explicou que os serviços extrajudiciais são exercidos sob delegação do Poder Judiciário, sendo atividade absolutamente

relevante para a manutenção e funcionamento do Poder Judiciário.

“O SARE vem preencher uma lacuna administrativa na gestão da arrecadação dos emolumentos cartorários, devolvendo ao TJPB a plena administração de seus recursos. Trata-se de um instrumento que se somará ao Selo de fiscalização extrajudicial e permitirá ao Tribunal a prestação de um serviço extrajudicial com o máximo de transparência e segurança para o cidadão”, declarou.

Maior controle dos registros de imóveis

Por meio do Provimento CGJ/TJPB nº 053/2019, assinado pelo desembargador Romero Marcelo, alterou-se a redação do Capítulo XII, Título VI, Livro II, do Código de Normas Extrajudicial da Corregedoria-Geral de Justiça da Paraíba, regulamentando a implantação da Central Compartilhada de Serviços Eletrônicos dos Registros de Imóveis do Estado da Paraíba (eRIPB). O ato também estabeleceu o funcionamento da Central por meio de aplicativo disponível na internet.

A Central é operacionalizada, na Paraíba, em plataforma única e integrada por todos os Oficiais de Registro de Imóveis do Estado. A ferramenta armazena, concentra e disponibiliza informações, bem como efetiva as comunicações obrigatórias sobre

os atos praticados nos serviços de registro de imóveis, além da prestação dos respectivos serviços por meio eletrônico e de forma integrada.

A eRIPB tem funcionalidades como: Protocolo Eletrônico de Títulos, destinado à postagem e ao tráfego de traslados, certidões e outros títulos, públicos ou particulares; Certidão Eletrônica; Pesquisa Eletrônica de Bens e Direitos, que permite a qualquer pessoa acessar a Central mediante prévio cadastramento e devida identificação, para verificação da existência e da localização de quaisquer atos praticados pelos oficiais de registro de imóveis do Estado, pesquisando-se por CPF ou CNPJ; Mandado Judicial Eletrônico ou Mandado On-line; Ofício Eletrônico; entre outras.

Nova versão de Custas On-line permite simulação

Disponibilização de nova versão do Sistema Custas On-line ocorreu em outubro de 2020. Dentre as novidades, está a função Simulação de Custas Prévias. Dessa forma, os advogados e partes podem simular os valores das custas e taxas judiciais antes mesmo de peticionar o processo.

A coordenadora de Sistemas Judiciais da Diretoria de Tecnologia (Ditec) do TJPB, Evelline Prudêncio, informou que a inclusão da simulação das custas iniciais foi uma funcionalidade muito pedida pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Paraíba (OAB-PB), visto que, com ela, os advogados podem fazer os cálculos das custas e taxas judiciais e apresentá-los a seus clientes antes de dar entrada nos processos.

Outra novidade da versão foi a alteração no fluxo da emissão de guias de custas ocasionais – complemento de custas para os processos que tramitam no sistema PJe. “Este tipo de guia passou a ser emitida diretamente pelo PJe, isto é, o sistema foi integrado ao de custas e, em determinado momento do fluxo, o PJe fará a solicitação da guia, assim como já acontece para as custas iniciais”, esclareceu o diretor de Tecnologia do TJPB, José Teixeira de Carvalho Neto.



O aprimoramento do sistema de Custas On-line foi discutido em reunião coordenada pelos juízes Antônio Silveira Neto, representante da Corregedoria, e Meales Melo, responsável pelo acompanhamento dos projetos de TI, com integrantes da Ditec.

Virtualização ajuda na busca de famílias biológicas

A Comissão Estadual Judiciária de Adoção (Ceja) da Corregedoria-Geral de Justiça tem auxiliado na busca pelas famílias biológicas daqueles que foram adotados por estrangeiros. Para isso, a Comissão realizou a digitalização dos processos de adoção internacional, oriundos das Comarcas de Alagoa Grande, Alhandra, Areia, Bananeiras, Cabedelo, Mamanguape, Picuí, Remígio, Santa Rita, São João do Cariri, Sapé, Serraria, Solânea, Taperoá e Umbuzeiro.

De acordo com a secretária administrativa da Ceja, Ana Cananéa, os processos foram digitalizados e indexados em ferramenta da Corregedoria, que auxiliará, de forma rápida e eficiente, no acesso à qualquer informação sobre o conteúdo dos feitos.



Ana Cananéa, secretária administrativa da Ceja

Auditagem por meio eletrônico

Outra medida foi a adoção do Sistema Eletrônico de Auditoria, que trouxe economia significativa ao Judiciário. Dentro da evolução do Sistema Audit-CGJ 1.0, desenvolvido pela equipe de Expediente e Tecnologia da Informação da Corregedoria, em parceria com a Ditec do TJPB, os juízes das varas em auditoria passaram a responder a questionários eletrônicos. A primeira auditoria eletrônica aconteceu em março de 2019.

Segundo o corregedor-geral Romero Marcelo, a economia é significativa. “Na auditoria presencial era necessário que as equipes da Corregedoria se deslocassem por todo o Estado, de unidade em unidade judiciária, para efetivá-la. Hoje, nós fazemos de forma remota. Isso significa uma economia sem precedentes”, enfatizou.

De acordo com o juiz-corregedor Antônio Silveira Neto,

o sistema está previsto no artigo 19 do Código de Normas Judicial da Corregedoria e permite levantamento prévio dos processos paralisados há mais de 100 dias em todas as unidades judiciárias. Para a juíza-corregedora Silmary Queiroga, o fato de o procedimento ser realizado sem os deslocamentos não afastou a Corregedoria das comarcas, pois as visitas continuaram a ocorrer para outras ações.

O juiz-corregedor Marcos Coelho de Salles destacou, também, que o questionário preenchido pelos magistrados e chefes de cartórios aborda temas relacionados à realização de audiências, expediente forense, pontualidade e outras questões relacionadas à infraestrutura da unidade, para que a Corregedoria possa montar um grande banco de dados sobre uma visão mais completa de todas as unidades judiciárias da Paraíba.



Ação para erradicar sub-registro civil na Paraíba

A Corregedoria-Geral de Justiça, que tem à frente o desembargador Romero Marcelo da Fonseca Oliveira, tem trabalhado para orientar os cidadãos sobre a importância do registro civil de nascimento, que pode ser solicitado diretamente ao Cartório de Registro Civil da localidade do requerente.

O registro civil garante a todos o direito ao nome, sobrenome e à nacionalidade, em condições de dignidade. “A Corregedoria de Justiça, como órgão de orientação dos serviços judicial e extrajudicial está ressaltando a possibilidade de se requerer o registro tardio, como chamamos, diretamente no Cartório de Registro Civil do Município da pessoa a ser registrada, sem necessidade de ingressar com Ação Judicial”, disse a juíza-corregedora Silmary Alves de Queiroga Vita.

Ainda segundo a juíza, na Paraíba, de acordo com dados colhidos pelo IBGE em 2020, são poucos os casos de pessoas sem registro de nascimento. “Nossa intenção é zerar esse dado, garantindo que todos os cidadãos tenham seu registro de nascimento e, a partir dele, exercitem, amplamente, a cidadania”, ressaltou.

A iniciativa, que busca a erradicação do sub-registro para garantia da cidadania, faz parte do Objetivo 16 da Agenda 2030 dos Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que tem como Meta 16.9, sendo a seguinte: “Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento”.

O Provimento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 28/2013 estabeleceu o procedimento que permite à parte comparecer diretamente no Cartório de Registro Civil, com duas testemunhas, que serão entrevistadas pelo Oficial do Registro, caso não haja a Declaração de Nascido Vivo (DNV), e declarar todos os dados necessários ao registro.



O envio de dados ao INSS foi discutido, em 2019, pela juíza-corregedora Silmary Alves de Queiroga Vita, que recebeu o procurador federal Rodrigo Bezerra Dowsley (AGU) e a analista do Seguro Social Tatiana Silva Barbosa.

Cartórios têm novo prazo para envio de dados ao INSS

Em 10 de julho de 2019, a Corregedoria-Geral de Justiça da Paraíba baixou o Provimento nº 51/2019, determinando que os Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais passassem a remeter ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), em até um dia útil, a relação dos nascimentos, natimortos, casamentos e óbitos lançados nas serventias.

Os dados passaram a ser prestados por meio do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (SIRC), plataforma virtual que tem por finalidade captar, processar, arquivar e tornar disponíveis as bases de todo o País.

A redução do prazo de comunicação pelos registradores civis ao INSS permite maior combate à fraude previdenciária e, ainda, assegura a concessão de benefícios à população com maior agilidade. O tema foi discutido no 80º Encontro Nacional de Corregedores-gerais (Encoge), ocorrido em Recife, em fevereiro de 2019, que definiu a cooperação institucional das Corregedorias com o INSS.



Termo de cooperação para implementação do Projeto Moradia Legal foi firmado entre a Corregedoria-Geral de Justiça e a Prefeitura de Areia. Em Princesa Isabel, com os tratados mais avançados, moradores do Bairro Cruzeiro foram beneficiados com o registro gratuito dos seus imóveis.

Moradia Legal regulariza situação habitacional

O Projeto Moradia Legal fomenta a regularização fundiária das cidades, especialmente, dos núcleos urbanos informais e que atinge uma população mais carente. Foi instituído pela Corregedoria-Geral de Justiça em 2017, com o objetivo de garantir o direito à titulação dos imóveis públicos e particulares, ocupados pela população de baixa renda no Estado, como determina a Lei Federal nº 13.465/2017, que criou a Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (REURB-S).

Em março de 2019, 15 famílias do Bairro Cruzeiro, na Comarca de Princesa Isabel, foram beneficiadas com o registro gratuito de seus imóveis. Os títulos foram entregues em solenidade realizada, no dia 15, na Câmara Municipal, com

participação do magistrado Pedro Davi Alves de Vasconcelos, que, na ocasião, representou o corregedor-geral de Justiça, desembargador Romero Marcelo da Fonseca Oliveira.

Em agosto do mesmo ano, foi assinado o Termo de Cooperação entre a Corregedoria-Geral de Justiça e a Prefeitura Municipal de Areia para regularizar a situação habitacional de 73 famílias da Comarca por meio do Moradia Legal. Este foi o segundo convênio firmado entre a Corregedoria e o Município, que, no final de 2018, beneficiou 130 famílias, cujos imóveis estavam em situação irregular. Desde o início do Projeto, nove Termos de Cooperação foram assinados em todo o Estado.

CARTÓRIOS EXTRAJUDICIAIS

TJPB vive momento histórico com a conclusão de concurso e aprovação de 414 candidatos

No dia 26 de outubro de 2020, por via remota, com transmissão ao vivo pelo Canal do Youtube do Tribunal de Justiça da Paraíba, ocorreu a audiência pública para a arguição de escolha das serventias pelos candidatos aprovados, segundo a ordem de classificação, no Primeiro Concurso Público para Outorga de Delegações de Serviços Notariais e Registrais do Estado. Os trabalhos foram abertos pelo presidente do TJPB, desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos. O ato representou um marco histórico para o TJPB e os 414 candidatos aprovados.

Participaram os desembargadores Arnóbio Teodósio (vice-presidente do TJPB e presidente da Comissão do Concurso), Romero Marcelo (corregedor-geral de Justiça), Fred Coutinho, Maria das Graças Moraes e João Benedito. Além deles, acompanharam a audiência os magistrados Gustavo Procópio (auxiliar

da Presidência); Herbert Lisboa (auxiliar da Vice-Presidência), Silmary Vita (juíza-corregedora) e o tabelião Valber Azevedo (membro da Comissão).

O desembargador-presidente, ao declarar aberta a sessão, disse estar muito satisfeito. Falou das dificuldades enfrentadas para a concretização do certame e elogiou o esforço e trabalho do desembargador Arnóbio Teodósio e da Comissão no cumprimento e finalização do concurso, destacando que o Tribunal estava fazendo história.

“Hoje é um dia histórico deste concurso, que foi elaborado desde 2012 e o edital saiu em 2013. Todo o Tribunal se esforçou, inclusive as outras gestões, que enfrentaram os percalços para cumprir a determinação de ocupar, com concurso público, os cargos vagos das Serventias da Paraíba”, observou Márcio Murilo.



“Dou as boas-vindas e os parabênz por terem passado neste certame, bem como à comissão organizadora que, sem os componentes, teria sido difícil atingirmos esta fase”.

Desembargador Márcio Murilo, ao recepcionar, por meio virtual, os aprovados no concurso para as serventias

Nos três dias da audiência pública virtual, os trabalhos foram acompanhados pelo desembargador Arnóbio Teodósio e pelos magistrados José Herbert Lisboa, Gustavo Procópio, Silmary Vita e Fábio Leandro. Tendo o apoio operacional de uma equipe de servidores.



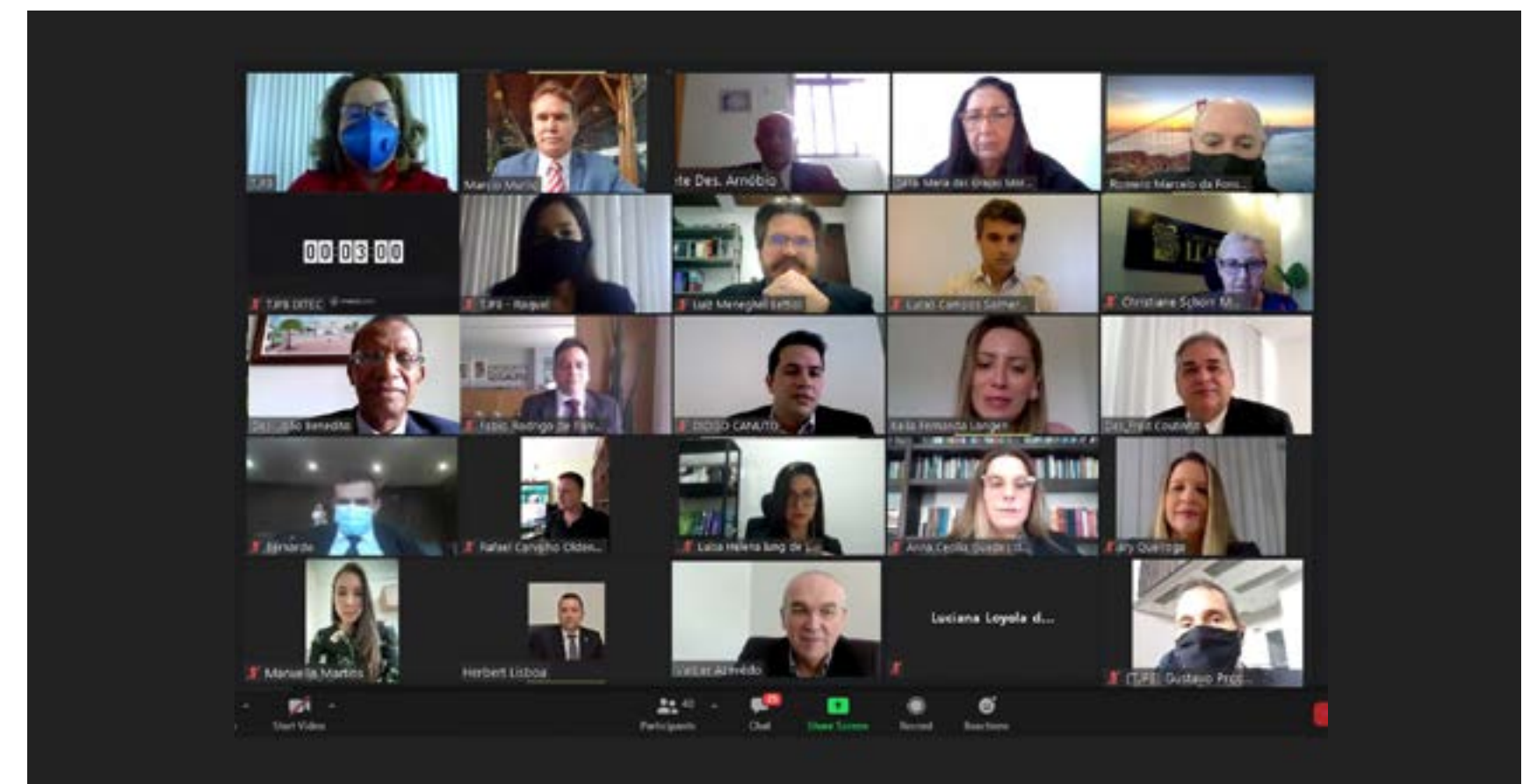
O presidente da Comissão do Concurso, desembargador Arnóbio Teodósio, explicou que o Primeiro Concurso Público de Provas e Títulos para Outorga de Delegação de Serviços Notariais e Registrais da Paraíba vinha em curso havia sete anos. Ele justificou que a demora ocorreu em decorrência de pedidos de providências, recursos administrativos, mandados de segurança, inclusive suspensão por decisão superior, dentre outros. “Tudo isso, retardou o resultado final do certame, sem culpa da Comissão do Concurso”, enfatizou.

O desembargador informou que, com a posse da atual Mesa Diretora não houve solução de continuidade do certame, sendo o mesmo concluído e homologado pelo presidente do TJPB, encerrando, assim, os trabalhos da Comissão. “Temos a sensação do dever cumprido, com a conclusão de um certame esperado pelos postulantes aos cargos oferecidos. Foi um trabalho de equipe, que contou com o apoio do corregedor-geral de Justiça, desembargador Romero Marcelo, e do presidente, desembargador Már-

cio Murilo. Nossa gratidão a ambos”, disse Arnóbio Teodósio.

Alguns candidatos estiveram presentes à sede do Tribunal, de onde fizeram a opção via digital. Uma estrutura foi preparada pela Diretoria de Tecnologia da Informação (Ditec) no local. Cada candidato teve três minutos para indicar a opção. Bernardo Oliveira Neto, residente no Estado do Ceará, esteve no TJPB e escolheu atuar no Serviço de Registros e Notas da cidade de São João do Rio do Peixe.

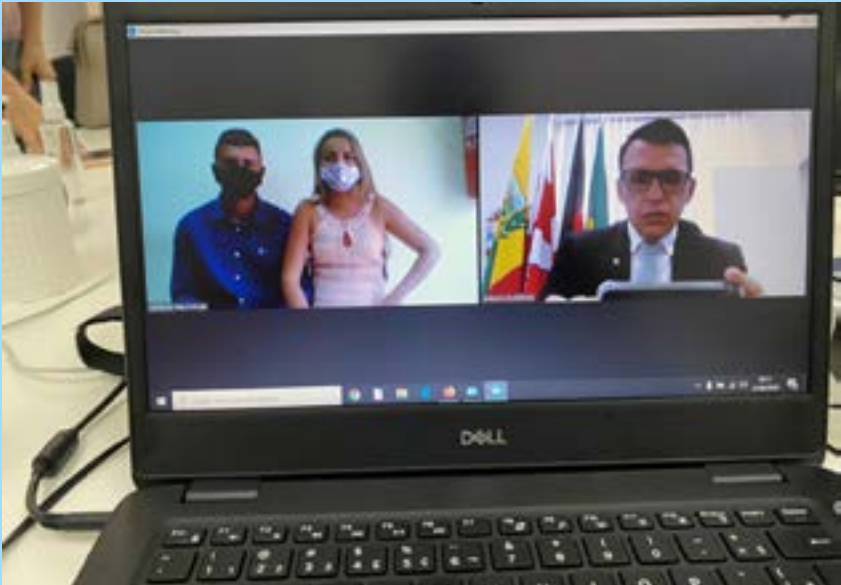
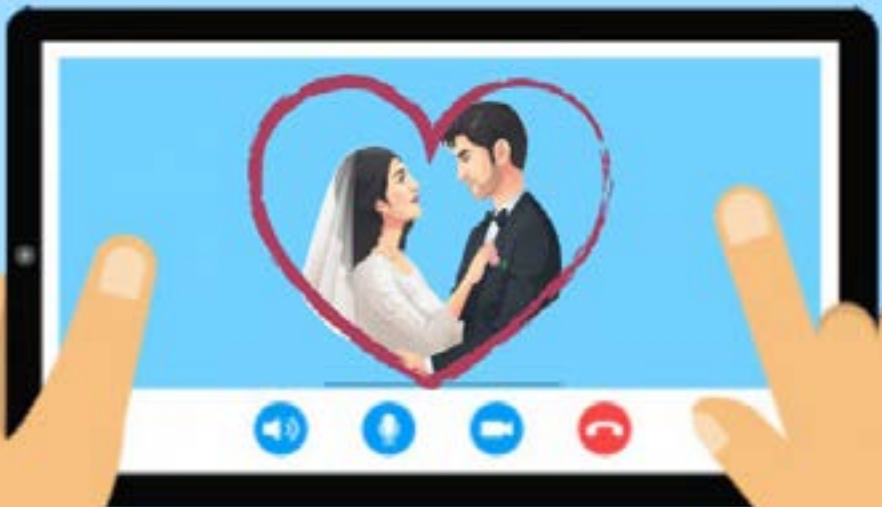
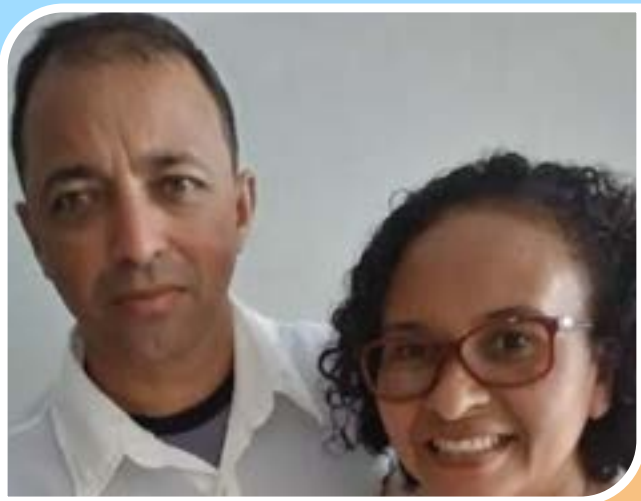
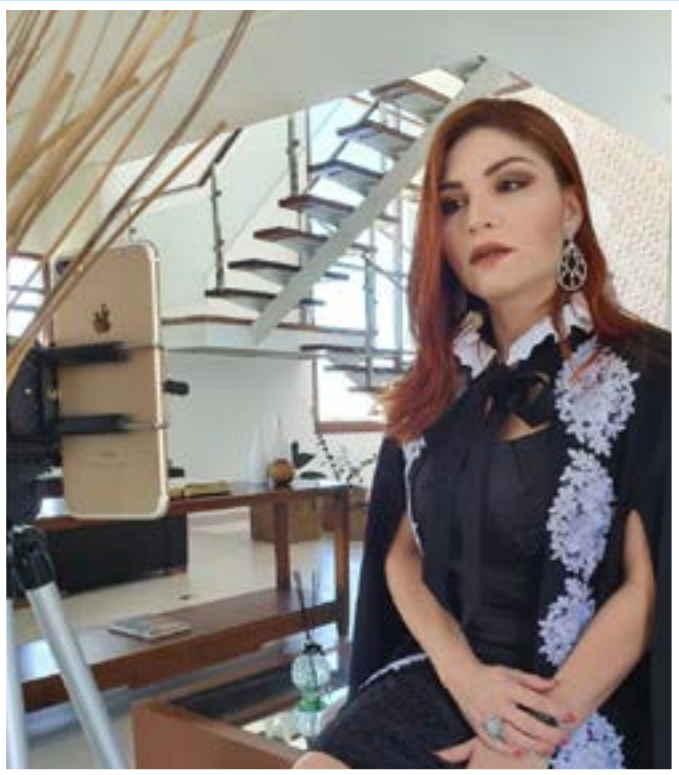
“Estou muito feliz. Parabenizo o Tribunal de Justiça da Paraíba pela finalização do certame, mesmo nesse período de pandemia. O Tribunal, obedecendo todas as regras de isolamento, com essa audiência virtual, se tornou uma referência para todos os estados da Federação, pela sua organização. Está de parabéns o presidente Márcio Murilo e a Comissão. Só tenho a agradecer a conclusão desse concurso, que era um sonho meu e de vários outros candidatos aprovados. Hoje, nós estamos concretizando este sonho”, festejou.



UNIDOS EM TEMPO DE PANDEMIA

Juízes realizaram cerimônias virtuais de casamento, com transmissão ao vivo para familiares

A juíza Ivna Mozart, que responde pela Vara de Feitos Especiais da Comarca de Campina Grande, celebrou mais de 100 casamentos civis na modalidade de videoconferência.

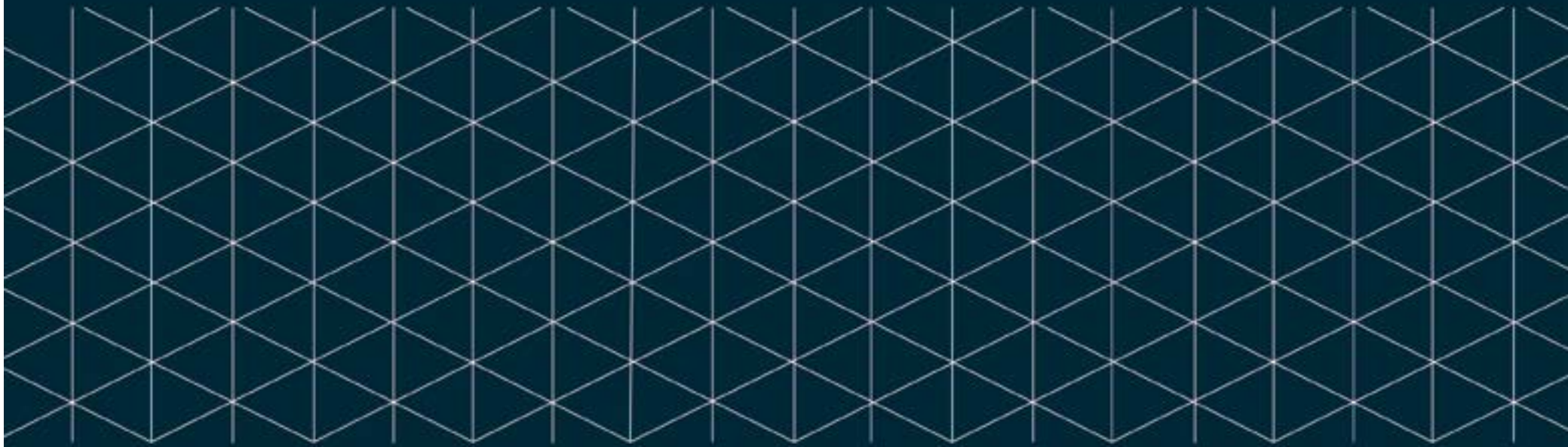


Em Patos, casais tiveram acesso à tecnologia do Fórum e se uniram em cerimônia presidida pelo juiz Antônio Eugênio Leite Ferreira Neto, que fez transmissão ao vivo para familiares dos noivos. (Abaixo) O juiz José Jackson presidiu casamentos por videoconferência em Alagoa Grande.





ESMA



DEZENAS DE CURSOS FORAM PROMOVIDOS
DE FORMA PIONEIRA E EM PARCERIA
COM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS

Visão futurista e empreendedora pautou as ações e projetos da Escola Superior da Magistratura

Reconduzido ao cargo de diretor da Escola Superior da Magistratura (Esma) para o biênio 2019/2020, o desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque pautou sua gestão por uma visão futurista e empreendedora, voltada sempre para o desenvolvimento da formação e aperfeiçoamento continuado de magistrados e servidores do Tribunal de Justiça da Paraíba, contribuindo, assim, com a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo Poder Judiciário estadual aos jurisdicionados.

“Nunca é demais ressaltar que, para alcançar esse norte, foram traçadas metas e a partir de um arrojado plano de modernização da Escola, com base no que há de mais moderno e avançado em termos de formação educacional”, ressaltou o desembargador Marcos Cavalcanti.

Para o magistrado, o sucesso alcançado pela instituição ao longo do biênio, apesar das dificuldades de ordem orçamentária e financeira, que teve de enfrentar, principalmente, por conta pandemia do novo coronavírus (Covid-19), foi fruto dos esforços de uma equipe abnegada e comprometida com a sua administração, que se propôs a estabelecer novos rumos para o órgão de ensino que tem uma missão tão importante para o Poder Judiciário estadual.

Dentre as ações desenvolvidas, no período de dois anos, destacam-se os quase 50 cursos promovidos de forma pioneira e em parceria com instituições públicas e privadas. As formações, de forma presencial e de ensino a distância (EaD), foram disponibilizadas para magistrados e servidores em diversas áreas do Direito.



O desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque, diretor da Esma, destacou que o sucesso alcançado pela instituição ao longo do biênio foi fruto dos esforços de uma equipe abnegada e comprometida com a sua administração.

Os juízes de 1º e 2º Graus puderam assistir a aulas nos cursos sobre ‘Os Novos Paradigmas e Fronteiras no Direito Civil, Direito Notarial e Registral: Atualização e Aspectos Práticos’, ‘Demandas Repetitivas e Depoimento Especial’, entre outras capacitações. Na formação de Media Training, o juiz da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Campina Grande, Algacyr Rodrigues Negromonte, ressaltou que o curso oportunizou aos magistrados conhecerem as técnicas mais modernas de comunicação, visando melhorar o relacionamento do Poder Judiciário com a sociedade, por meio de um diálogo mais transparente e eficiente.



Curso ‘Direito Notarial e Registral: Atualização e Aspectos Práticos’, ministrado pelo juiz titular da 20ª Vara Cível de Recife, Sérgio Paulo Ribeiro da Silva, para um grupo de 28 magistrados.



Curso de Media Training, com o tema ‘O juiz no contexto midiático’, foi oferecido pela Esma a magistrados do Poder Judiciário estadual.



A Esma foi palco, no dia 9 de maio de 2020, da apresentação do projeto “Policiamento Musical Solidário”, como forma de agradecimento aos moradores do Altiplano, pelo cumprimento das recomendações de isolamento social.



O Curso de Formação de Formadores, ministrado pela Enfam, reuniu 61 magistrados em João Pessoa.



Residentes do CPM vivenciam a prática jurisdicional tutelada nos gabinetes de desembargadores no TJPB.

Nas ações voltadas, ainda, aos juízes, a Esma, em parceria com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) promoveu o Curso de Formação de Formadores – Nordeste – Módulo 1. O evento buscou discutir temas relacionados ao processo de ensinamento e aprendizagem, orientados para o desenvolvimento de competências, como planejamento de aula e as estratégias de ensino. Cerca de 60 magistrados da Região Nordeste e quatro ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) participaram da formação.

Aos servidores de 1º e 2º Graus do Tribunal de Justiça da Paraíba, a Esma ofertou capacitações que trataram a respeito de PJe – Utilizando o Sistema; Formação Inicial de Servidores; Termo de Referência e Elaboração de Editais; Qualidade no Atendimento ao Público; Relações Interpessoais e Mediação de Conflitos no Serviço Público; Sistema Eletrônico de Execução Unificado; Escuta Especializada e Depoimento Especial, além de Enfrentamento à Violência Doméstica: o papel do Oficial de Justiça do TJPB.



Juíza Rosimeire Ventura, diretora adjunta da Esma

Ensino com metodologia inovadora

Reconhecida nacionalmente pela sua qualidade pedagógica, a Esma formou, em 2019, um grande número de bacharéis em Direito no Curso de Preparação à Magistratura (CPM) com Residência Judicial. Os alunos assistiram a aulas dos módulos Estudos Preparatórios e Prática Jurisdicional Tutelada. A formação ocorreu nas unidades de ensino de João Pessoa e Campina Grande.

Segundo a diretora adjunta da instituição, juíza Rosimeire Ventura, com essa metodologia inovadora e totalmente modificada, a formação oportuniza ao aluno a experiência não só de consolidar seus conhecimentos, mas ofereceu e possibilita ao estudante de fazer a Residência Judicial na Fase 2.

Quanto à difusão da cultura e da interação entre reno-

mados autores de obras literárias e seus leitores, a Escola abriu suas portas para o lançamento de livros. “A Esma promoveu festas literárias, se transformando num núcleo de cultura e de literatura, através de uma iniciativa nova e singular”, disse o desembargador Marcos Cavalcanti.

Ainda na área da cultura, a Escola expôs, no hall de entrada, painéis sobre o romance histórico-jurídico ‘A Preta Gertrudes’. A exposição foi aberta a toda comunidade. Durante a exposição, o público teve a oportunidade de conhecer em oito painéis, montados em quatro stands, detalhes do processo da Negra Gertrudes, com texto e imagens que foram expostos através de painéis, inclusive com ilustrações do artista plástico Flávio Tavares.



Aniversários de fundação

A direção da Esma lançou a 3ª edição da Revista 'Direito, Política e Desenvolvimento', em mídia digital, foi lançada durante o biênio 2019/2020. A obra contém 14 artigos inéditos dissertados por magistrados e servidores do Judiciário estadual, além de ex-alunos e colaboradores da Esma.

Um dos pontos mais importantes da Escola 'Desembargador Almir Carneiro da Fonseca' foi as comemorações alusivas à fundação da instituição. Dentro das festividades dos 36 e 37 anos, a Esma promoveu diversas atividades culturais e acadêmicas, além de entregas de medalhas e diplomas a autoridades do Judiciário.



A solenidade dos 36 anos foi encerrada com a entrega dos certificados de conclusão aos participantes dos cursos em Gestão Cartorária Judicial e de Preparação à Magistratura.



Esma comemorou os 37 anos de fundação com palestras sobre 'Reforma Tributária e 30 anos do CDC'.



Nos seus 36 anos, a Esma fez entrega de medalha e de certificados e lançamentos de obras literárias



O tabelião Germano Toscano de Brito foi agraciado com a medalha do mérito acadêmico 'Desembargador Simeão Cananéa'.



Durante o evento, foram lançados sete livros e a terceira edição da Revista 'Direito, Política e Desenvolvimento'

Controle acadêmico informatizado

Outra ação foi a implantação de um eficiente sistema de controle acadêmico, onde a Esma trabalha rumo à informatização de seus procedimentos administrativos, iniciando pela criação dos livros específicos de registros de matrícula, de histórico escolar e de certificados de conclusão de cursos. Estes constituirão o protótipo dos livros eletrônicos que deverão armazenar todos os dados acadêmicos dos alunos que passarem pelas diversas formações ministradas pela instituição.

A Biblioteca, na unidade de João Pessoa, passou a funcionar no período das 7h30 às 21h30, de segunda a sexta-feira. Com a alteração no atendimento, a direção da unidade ampliou o horário de acesso à sala de estudo e à consulta de livros para alunos e o público em geral. O local

recebe uma média mensal, até antes da pandemia, de 300 pessoas.

Elogiado por profissionais da área jurídica e acadêmica, o Projeto 'Café Jurídico' promoveu palestras de forma presencial e remota. A iniciativa é destinada aos magistrados, servidores da Justiça, alunos da Esma e de universidades e a comunidade em geral, e tem o intuito de informar à sociedade sobre os assuntos que estão mais em pauta na área do Direito no País.

Durante os eventos, foram tratados temas como 'Direito Imobiliário, A palavra da vítima no processo penal, Lei de Abuso de autoridade e Reforma Tributária e os 30 anos do Código de Defesa do Consumidor (CDC), além de Lei Geral de Proteção de Dados Perspectivas e Desafios.

Na pandemia, em regime de trabalho remoto

Em relação à disseminação do novo coronavírus (Covid – 19), a direção da Esma adotou diversas medidas preventivas para evitar a contaminação pelo vírus junto aos servidores, professores, colaboradores e alunos das unidades de ensino em João Pessoa e Campina Grande. As medidas da Esma foram com base nos Atos Normativos Conjuntos do Tribunal de Justiça da Paraíba, Ministério Público estadual, Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Paraíba.

Entre as medidas adotadas, inicialmente, ocorreram a suspensão de palestras e quaisquer outros eventos acadêmicos nas dependências da Esma, como aulas presenciais de pós-graduação e de capacitações de magistrados e servidores e o Curso de Preparação à Magistratura (CPM), além do acesso à Biblioteca.

Todavia, as atividades administrativas continuaram funcionando em regime de trabalho remoto. O atendimento a magistrados, servidores, alunos de cursos e ao público em geral, foi realizado em sendo o caso, via WhatsApp, Skype ou aplicativos similares.

No segundo semestre de 2020, a Esma retornou as capacitações através do ensino a distância (EaD), bem como parcerias com o Tribunal de Justiça da Paraíba e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) em ações através de webinar. Com o TJPB a Esma transmitiu seminário a respeito da Justiça Restaurativa. Outra ação foi o I Webinar Paraibano – ‘Cuidado em Rede: Política para as pessoas com transtorno mental em conflito com a lei’.

Com o tema ‘Efeitos da Pandemia para o Direito Processual Civil’, a Esma promoveu simpósio. A transmissão ocorreu pela plataforma Microsoft Teams.



Webinário trouxe experiências sobre cuidados a pessoas com transtorno mental em conflito com a lei

Para o desembargador Marcos Cavalcanti, é motivo de orgulho e satisfação, bem com a consciência do dever cumprido, a conclusão de mais um biênio à frente da direção da Esma, a segunda Escola da Magistratura mais antiga do País. “Mais do que isso, é a certeza que entregarei ao próximo gestor, desembargador Ricardo Vital, uma escola moderna, eficiente e em condições de alçar voos ainda mais altos”, disse

A diretora adjunta da Esma, juíza Rosimeire Ventura Leite, avaliou como muito positivas as ações da Esma no biênio 2019/2020, com realização de cursos para magistrados e servidores, na modalidade presencial e EaD. “Em 2020 houve dificuldades devido à pandemia, mas, mesmo assim, algumas ações formativas foram concretizadas em EaD. Temos convicção de que o biênio foi mais um passo para o aperfeiçoamento dos serviços prestados pela Escola”, comentou.



Curso orienta servidores para a qualidade no atendimento ao público



Marcos Cavalcanti e Guilherme Fontana assinaram convênio que amplia a formação de magistrados e servidores do Poder Judiciário estadual

Convênio possibilita descontos de 50% NAS MENSALIDADES DA ESTÁCIO

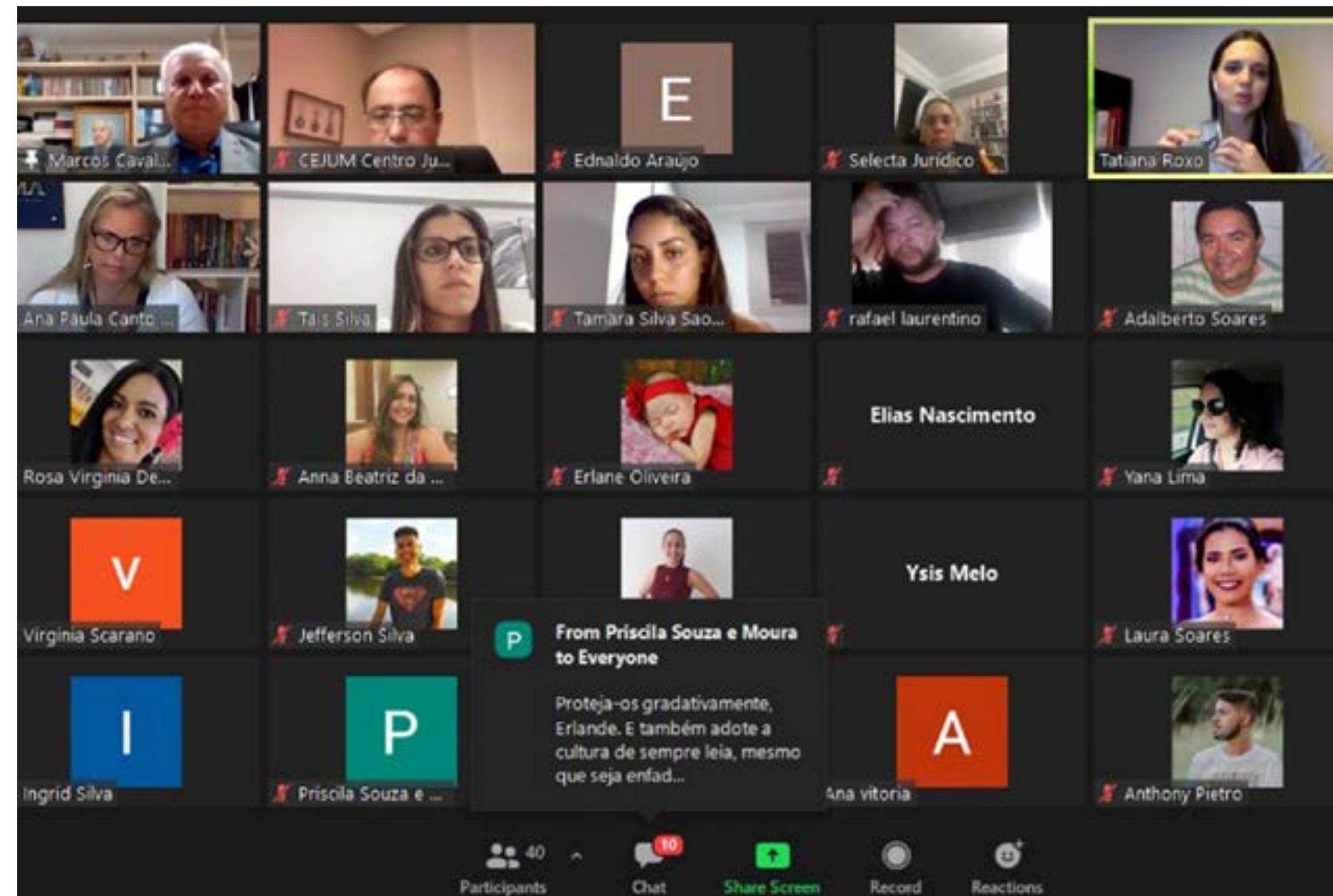
Em 2020, os magistrados e servidores do Poder Judiciário estadual, ativos e inativos, bem como os comissionados e requisitados, passaram a ter direito à isenção nas inscrições e descontos de 50% nas mensalidades das formações oferecidas pela Faculdade Estácio da Paraíba. O benefício é fruto do Convênio nº 01/2020, firmado no dia 1º de dezembro, entre os diretores da Escola Superior da Magistratura (Esma), desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque, e da Faculdade Estácio, Guilherme José Costa Fontana.

Com o acordo de cooperação, ficou assegurado aos interessados a possibilidade de participar de cursos, a distância ou presenciais, de aprimoramento ou de Especialização 'Lato Sensu'. O aluno terá direito a concessão de descontos especiais, bem

como poderá compartilhar a plataforma Teams, nos eventos do Café Jurídico ou em realização de simpósios em parceria.

O desembargador Marcos Cavalcanti ressaltou que a parceria dará oportunidade aos juízes e servidores do TJPB de fazer cursos de especialização, em toda as áreas do Direito. "A Esma e a Faculdade Estácio estão oportunizando uma formação com custo mais acessível", disse.

Guilherme Fontana ressaltou que a Faculdade Estácio já vem ofertando, há mais de 50 anos, cursos na área do Direito no país. "Portanto, esse casamento fortalece, ainda mais, as duas instituições de ensino, bem como gera uma sinergia muito positiva para a comunidade como um todo", afirmou o diretor, enfatizando que o lema da Estácio é educar para transformar.



Com o tema 'Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - Perspectivas e Desafios', a Escola Superior da Magistratura (Esma) promoveu, no dia 26 de novembro de 2020, mais um ciclo de palestra dentro do Projeto 'Café Jurídico'. Esta edição, em parceria com o Centro Jurídico de Estudos Integrados Miranda Campos e transmitido aos participantes pela plataforma Zoom, foi a última palestra no ano.



Em 2019, com eventos presenciais, a Esma promoveu várias edições do 'Café Jurídico'. Uma delas foi com o professor doutor em Direito Penal, Marcelo D'angelo Lara, em Campina Grande. Ele falou acerca da Lei nº 13.869/19, então editada, que trata de limitações impostas à atuação do magistrado, do Ministério Público e da Polícia Judiciária.



CULTURA

ATIVIDADES CULTURAIS QUE
MARCARAM O BIÊNIO 2019/2020

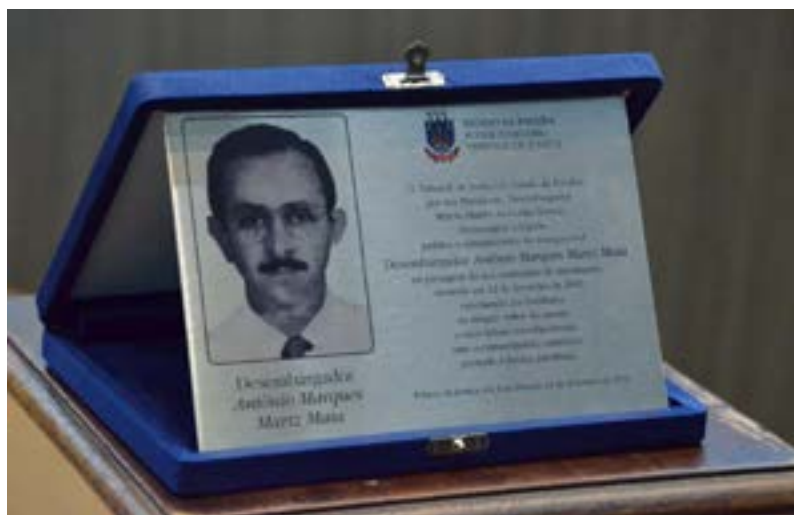
Centenário do desembargador Antônio Marques Mariz Maia é comemorado

Os 100 anos de nascimento do desembargador Antônio Marques Mariz Maia (1919/1987) foram celebrados na tarde do dia 14 de fevereiro, no Pleno do Tribunal de Justiça da Paraíba, em solenidade que marcou a abertura dos trabalhos da Comissão de Cultura e Memória do Poder Judiciário do Estado no ano de 2019.

O evento foi prestigiado por membros da Assembleia Legislativa, TRE, TCE, Defensoria Pública, AMPB, APL, MPPB, além de familiares e amigos do homenageado, numa tarde em que foi destacado o legado jurídico deixado pelo desembargador Antônio Mariz.

A solenidade foi conduzida pelo presidente do TJPB, desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos. “É uma homenagem à família Maia como um todo, berço de grandes juristas. A memória histórica tem uma grande importância. Só sabemos o que será bom para o futuro se soubermos o que foi bom no passado”, avaliou.

O presidente também entregou à filha do homenageado, Hilda Nobre de Mariz Maia, uma placa em reconhecimento da Corte estadual de Justiça pela contribuição do legado jurídico e administrativo deixado pelo aniversariante. “Quero falar de duas qualidades indissociáveis que temos de nosso pai. A capacidade de agregar e o sentido de amizade. Conhecemos com ele o significado da amizade desinteressada, que se nutre de mútuo bem-querer. Celebramos com a alegria que ele próprio teria em participar desta homenagem”, frisou a filha.



Placa comemorativa dos 100 anos de nascimento do Antônio Marques Mariz Maia foi entregue à família do desembargador pela Comissão de Memória e Cultura do TJPB

O presidente da Comissão de Memória e Cultura do TJPB, desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque, falou de sua alegria ao realizar o evento. “Realizamos, hoje, uma cerimônia belíssima, de homenagem prestada pelo TJPB a um de seus grandes integrantes, que foi o desembargador Antônio Mariz Maia. Contamos com a presença de toda a família dele, composta por juristas, políticos, professores ligados ao ensino superior, com quem podemos celebrar este grande momento”, pontuou.



O presidente da Comissão de Memória e Cultura do TJPB, desembargador Marcos Cavalcanti, lembrou o prestígio do desembargador Antônio Mariz Maia



A juíza da 8ª Vara Cível de Campina Grande e neta do homenageado, Lua Yamaoka Mariz Maia Pitanga, afirmou que toda a família ficou muito honrada com a celebração do centenário.



O presidente do TJPB, desembargador Márcio Murilo, abriu a solenidade do centenário e entregou placa a Hilda Nobre de Mariz Maia.





O desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos fez a entrega de placa aos filhos do desembargador Sílvio Porto, como reconhecimento do TJPB ao contributo dado pelo jurista.

TJPB celebra centenário de nascimento do desembargador Sílvio Porto

O legado deixado pelo desembargador Sílvio Pélico Porto (1919-1984) foi celebrado na noite do dia 5 de dezembro de 2019, durante solenidade, em comemoração pelo seu centenário de nascimento realizada, pelo Tribunal de Justiça da Paraíba, por meio da Comissão de Cultura e Memória do Poder Judiciário estadual. Os trabalhos foram conduzidos pelo presidente do TJPB, desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, que fez a entrega de placa aos filhos, como reconhecimento do TJPB ao contributo dado pelo jurista homenageado à Justiça paraibana.

“Sílvio Porto foi um homem do passado, do presente e do futuro. Advogado, político, orador, tribuno, desembargador, professor. Essa homenagem engloba tudo isso e, hoje, o

Pleno está repleto de todos os amigos do homenageado”, afirmou o presidente.

“Esta festa homenageia a memória das pessoas que construíram o Poder Judiciário que temos hoje, e, também, os seus parentes. Este ano, tivemos o centenário de dois grandes desembargadores que integraram esta Corte. Em fevereiro, celebramos o de Antônio Mariz Maia e, agora, o de Sílvio Porto. São datas que merecem ser marcadas”, enfatizou o presidente da Comissão de Memória e Cultura do Poder Judiciário, desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque.

Ao discursar em nome da família, o vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB) e presidente da 1ª Câmara Cível do TJPB, desembargador José Ricardo Porto,



O advogado Paulo Américo Maia e os desembargadores Marcos Cavalcanti e José Ricardo Porto (este, filho do homenageado) exaltaram a trajetória de Sílvio Porto

filho do homenageado, exaltou a memória e toda a trajetória de seu pai. “Deixou um legado de altivez, pois procurou exercer todos os cargos e funções de sua trajetória pública buscando a paz e o bem social. A Paraíba não esqueceu Sílvio Porto, porque as suas impressões digitais estão fincadas no Poder Executivo, no Legislativo e, também aqui, no Judiciário, onde efetuou a Justiça prezando sempre pela conciliação entre as partes”, destacou.

Já o juiz titular da 7ª Vara Criminal da Capital, Geraldo Emílio Porto, também filho de Sílvio Porto, lembra que tinha 15 anos quando começou a acompanhar o pai algumas vezes ao Tribunal Pleno do TJPB, onde este era desembargador. “É sempre bom estar aqui, principalmente, num dia de homenagens pelo centenário dele, em que todas as lembranças vem à tona. É um momento de muita alegria para mim e para toda a minha família”, disse.

A filha do homenageado, Fernanda Porto, também externou o orgulho do pai. “Ele ser lembrado dessa maneira nos deixa envaidecidos pela pessoa que ele sempre foi. Estamos todos emocionados e muito gratos”, disse, em sintonia com



os agradecimentos proferidos pelo seu irmão, o defensor público Sylvio Pélico Porto Filho. “Há uma emoção muito grande. Meu pai era um homem de humanidade ímpar. Com certeza ele está alegre com esta homenagem, em que estão presentes todos os amigos dele”.

Na ocasião, fizeram uso da palavra o subprocurador-geral de Justiça da Paraíba, Alcides Orlando de Moura Jansen, e o advogado e

professor Paulo Américo Maia, que aclamaram a figura profissional e humana de Sílvio Porto. “É de imensa valia recordar a trajetória de grandes homens como Sílvio Porto, para que jamais se repita a indesejável história das nações que foram subjugadas por regimes ditatoriais das cores mais distintas”, afirmou Alcides Jansen.

Já o advogado Paulo Maia disse que o homenageado tinha três qualidades que eram inatas. “Um espírito público inextinguível, isto é, Sílvio Porto nada faria contra os interesses da coletividade; o amor supremo pela vida, e finalmente, a captação do essencial, isto é, Sílvio não se preocupava com detalhes ou pormenores. A ele só importava o que fosse fundamental”, afirmou.



Solenidade ocorreu no Salão do Tribunal Pleno e foi aberta com apresentação da orquestra da Polícia Militar.

TJPB presta homenagem ao ministro do STJ Reynaldo Soares e ao jurista paraibano Paulo Maia

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Reynaldo Soares da Fonseca, e o jurista paraibano Paulo Américo Maia de Vasconcelos receberam, no dia 17 de janeiro de 2020, a Medalha e o Diploma da Ordem do Mérito Judiciário, na Categoria Alta Distinção, concedidas pelo Tribunal de Justiça da Paraíba.

As homenagens foram realizadas na Sala de Sessões do Tribunal Pleno, no Anexo Administrativo do TJPB, e teve a presença do presidente do TJ, Márcio Murilo da Cunha Ramos, de desembargadores, juristas, familiares dos homenageados e convidados.

O presidente Márcio Murilo destacou que a concessão das medalhas e dos diplomas representa o reconhecimento dos relevantes serviços à Justiça prestados pelo ministro e pelo advogado. “O ministro é nordestino e, além disso, é referência nacional na área criminal e dos direitos humanos. Em relação ao jurista Paulo Maia, só tenho uma coisa a dizer: ‘Quer ser bom advogado? Mire-se em Paulo Maia’. Quando se faz um trabalho atípico e superior à média das outras pessoas, elas merecem ser homenageadas”, enfatizou.



Desembargadores que compõem o Tribunal Pleno do TJPB com o ministro Reynaldo Soares da Fonseca, que foi homenageado pela Corte.

O diretor da Escola Superior da Magistratura (Esma), desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque, foi o responsável pela propositura da comenda ao ministro Reynaldo Soares. “Minha iniciativa se deu em razão de ele ter todos os méritos para recebê-la. O ministro é um grande jurista, colabora com o direito brasileiro, é escritor de várias obras e tem um importante serviço prestado ao Poder Judiciário da Paraíba e do Brasil. Além disso, é nordestino e tem fortes ligações com o TJPB. Por fim, é um amigo muito querido que preenche todos os requisitos necessários para esse mérito”, afirmou.

A desembargadora Fátima Bezerra Cavalcanti propôs a homenagem ao jurista Paulo Maia. “É um homem que toda a comunidade jurídica reverencia. Eu o conheci ainda estudante, na Faculdade de Direito, e, depois de aluna, recebi os seus ensinamentos como advogada. Ao entrar na magistratura, mirava-me nas suas petições. Todos devemos nos espelhar na sua conduta profissional ética, correta e eficiente”, enfatizou.



Márcio Murilo e Marcos Cavalcanti entregaram medalha a Reynaldo da Fonseca



O desembargador Joás de Brito falou em nome dos integrantes da Corte

Homenageados

Durante discurso proferido em nome de todo o TJPB, o desembargador Joás de Brito disse que as proposições foram aprovadas por unanimidade pelo colegiado do Tribunal de Justiça. “Ambos são detentores de currículos invejáveis e, sem sombra de dúvidas, merecedores dessa justa homenagem. Apesar da grande sabedoria que carregam, são humildes, éticos, honrados, humanistas e dedicados inteiramente ao estudo do Direito. Não são eles que estão sendo premiados, mas o Poder Judiciário da Paraíba é quem se eleva por reconhecer neles todas as qualidades necessárias para compor a galeria dos nossos homenageados”, destacou.

O ministro Reynaldo Soares assegurou possuir admiração profunda pela Paraíba, sua história e personagens históricos, salientando a importância do jurista e cientista político

Paulo Bonavides, que é paraibano e representa um divisor de águas para o Direito Constitucional Brasileiro.

“É uma honra enorme, como magistrado de quase 30 anos de atuação no Distrito Federal e na Justiça Federal, receber uma homenagem de um Tribunal secular, que tem quase 130 anos de história. Além disso, é uma grande alegria voltar ao Estado e receber medalha de mérito ao lado de uma figura ímpar como o advogado Paulo Maia, professor de Direito Civil reconhecido nacionalmente”, argumentou.

Já o jurista e advogado Paulo Américo Maia de Vasconcelos enfatizou que, durante 60 anos, se dedicou à advocacia. “Lecionei Direito Civil e, inclusive, alguns dos desembargadores foram meus alunos. Esta homenagem eu transfiro aos meus colegas advogados, sobretudo aqueles militantes que vão ao foro todo dia, preparam iniciais, recursos e fazem sustentação oral. Estes são os verdadeiros formadores do Direito”, ressaltou.



A desembargadora Fátima Bezerra fez a entrega da medalha a Paulo Maia.



“Esta homenagem eu transfiro aos meus colegas advogados”, disse Paulo Maia.



O desembargador Márcio Murilo entrega placa, em nome do TJPB, à filha do homenageado, Lilian Cananéa.

HOMENAGEM A SIMEÃO CANANÉA

Referência na magistratura, desembargador é lembrado no centenário de seu nascimento

Trajetória de vida é destacada em solenidade no TJPB

Um dos magistrados mais queridos do Poder Judiciário estadual e referência jurídica em todo o País, o desembargador Simeão Fernandes Cardoso Cananéa foi homenageado, no dia 16 de dezembro de 2020, pelo Tribunal de Justiça da Paraíba. A honraria ao magistrado paraibano é em decorrência do seu centenário de nascimento. A solenidade ocorreu de forma semipresencial na Sala de Sessões do Tribunal

Pleno e foi transmitida ao vivo através do aplicativo Zoom e pelo canal do TJPB no YouTube.

A homenagem foi idealizada pelo presidente do TJPB, desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, e pelo presidente da Comissão de Cultura e Memória do Poder Judiciário estadual, desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque. A iniciativa está inserida no projeto de comemoração



A cerimônia foi transmitida ao vivo por TV e plataforma virtual, sendo acompanhada por várias autoridades.

do centenário de nascimento dos desembargadores do Tribunal de Justiça da Paraíba.

A solenidade foi conduzida pelo desembargador Márcio Murilo, que fez a entrega de placa à filha do homenageado, juíza Lilian Frassinetti Correia Cananéa. A honraria é o reconhecimento do TJPB ao contributo dado pelo jurista à Justiça paraibana. “É uma merecidíssima homenagem a esse homem espetacular que foi o desembargador Simeão Cananéa, que tenho como segundo pai”, disse o presidente, acrescentando que o homenageado era um grande magistrado, educador e possuía um enorme coração.

O desembargador Marcos Cavalcanti destacou a trajetória de vida do desembargador Cananéa, bem como ressaltou que o magistrado marcou épocas e deixou saudades. Ele pontuou, ainda, o seu dinamismo e a sua inquietação para atender a todos que dele necessitavam.

“O desembargador Cananéa deixou um legado de humildade, cultura e de justiça. Foi, ainda, um criador de modelos de formação e aperfeiçoamento do ser humano, além de ter sido um grande administrador público”, disse Marcos Cavalcanti.

Ao falar em nome da família, a juíza Lilian Cananéa, que estava acompanhada da filha, advogada Raissa Cananéa Moreira, disse que era com muita emoção que estava no Tribunal de Justiça para saudar a memória do seu pai no centenário de seu nascimento. “Sempre me identifiquei muito com ele. Inclusive, me chamavam de Simeão de saia”, comentou a magistrada, dizendo que não tinha nem dia nem hora para ele atender às pessoas que chegavam a sua casa, à procura de um conselho e orientação.

“Passei a admirá-lo não só como pai presente, mas, também, como juiz”, disse Lilian. Ela destacou o lado educa-



A juíza Lilian Cananéa lembrou a dedicação do desembargador Simeão ao TJPB e sua simplicidade ao atender às pessoas.



“O desembargador Cananéa deixou um legado de humildade, cultura e de justiça”, disse o desembargador Marcos Cavalcanti.



O jornalista Rubens Nóbrega falou sobre o carisma do homenageado e de sua dedicação como educador.



O sobrinho e genro do homenageado Robson de Lima Cananéa leu mensagem do desembargador aposentado José Fernandes Filho.

dor do homenageado e o seu amor pelo Tribunal de Justiça, que considerava como sua segunda casa.

Para o jornalista Rubens Nóbrega, o desembargador Simeão Cananéa era um símbolo nas áreas jurídica e educacional. “Esse é um justo reconhecimento, sobretudo, a figura, ao magistrado e ao educador que foi o Dr. Simeão”, falou.

O sobrinho e genro do homenageado Robson de Lima Cananéa, que é gerente de Processamento do TJPB, fez a leitura do texto escrito pelo desembargador aposentado do Tribunal de Justiça da Minas Gerais, José Fernandes Filho, em homenagem a Simeão Cananéa. Em seguida, o advogado Felizardo de Moura Jansen leu uma crônica de sua autoria, intitulada “Um carvalho de Justiça”, também em homenagem ao desembargador.

Ainda no evento, o músico Túlio Melo interpretou Ave-Maria para homenagear a família do desembargador Simeão, além da canção My Way.

A transmissão contou, ainda, com a presença de desembargadores do TJPB; do procurador-geral do Estado, Fábio Andrade; do deputado estadual, Melchior da Silva (Chió); do subprocurador-geral administrativo, Álvaro Gadelha; do presidente do Tribunal Regional da 13ª Região, desembargador Wolney Cordeiro; do subprocurador da República, Luciano Maia; e do presidente da OAB-PB, Paulo Maia.

Participaram, ainda, o presidente da Associação dos Magistrados da Paraíba (AMPB), juiz Max Nunes, o prefeito de Remígio, Francisco Alves; o presidente da Anorge-PB, Germano Toscano; os empresários Roberto Cavalcanti e Eduardo

Carlos; os juízes auxiliares da Presidência e Vice-Presidência do TJPB; desembargadores aposentados; o consultor jurídico do Tribunal de Contas do Estado, Eugênio da Nóbrega; o procurador-chefe da Procuradoria da República na Paraíba, Sérgio Rodrigo Pinto; bem como magistrados; amigos e familiares.

O desembargador Simeão Cananéa nasceu em 12 de dezembro de 1920 na cidade de Remígio. A carreira na magistratura teve início em 1953, na Comarca de Santa Luzia. Exerceu jurisdição nas unidades de Princesa Isabel, Bananeiras, Campina Grande e João Pessoa, e, em 1969, foi nomeado desembargador do TJPB. Foi presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba entre 1973 e 1974 e presidiu, também, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PB).



O advogado Felizardo de Moura Jansen leu a crônica “Um carvalho de Justiça”



Ao assumir a Governadoria, Márcio Murilo disse que manteria a agenda, dando cumprimento ao que estabelecia a Constituição.

GOVERNO DO ESTADO

O DESEMBARGADOR MÁRCIO MURILO
ASSUMIU O GOVERNO DA
PARAÍBA EM SUBSTITUIÇÃO AO
GOVERNADOR JOÃO AZEVÊDO



A governadora interina, Ana Lúcia Costa Feliciano (vice-governadora), transmitiu ao desembargador Márcio Murilo o cargo de governador



A posse foi prestigiada por magistrados, deputados, secretários, promotores e outras autoridades



Márcio Murilo assume cargo em dever constitucional

No dia 20 de novembro de 2019, o desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos assumiu o Governo da Paraíba, em substituição ao governador João Azevêdo, permanecendo no cargo por cinco dias. A transmissão de cargo, que ocorreu no Salão Nobre do Palácio da Redenção, no Centro de João Pessoa, foi feita pela vice-governadora Lúcia Feliciano. O magistrado foi o 18º presidente do Tribunal de Justiça a governar o Estado.

A posse de Márcio Murilo na Governadoria cumpriu uma linha sucessória constitucional. Como João Azevêdo realizou viagem oficial à Europa, a vice-governadora Lúcia Feliciano cumpria agenda de seu partido no Rio de Janeiro, e o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Adriano Galdino, também se encontrava em viagem, o presidente do TJPB assumiu o dever de governar a Paraíba durante esse período.

Márcio Murilo manteve a agenda administrativa do Governo, além de se reunir com a diretora da Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado (Suplan), Simone Guimarães, para conhecer o projeto de reforma do prédio-sede do Tribunal de Justiça da Paraíba, resultado de um convênio com o Governo do Estado. O governador interino ainda se reuniu com o secretário de Segurança Pública, Jean Francisco, e o comandante da Polícia Militar, coronel Euler Chaves.

“Durante esses poucos dias à frente do Poder Executivo da Paraíba, zelamos pelo funcionamento dos órgãos do Estado, dever de todo gestor. Por vocação e escolha, sou um magistrado de carreira e, como governador, permaneci um curto espaço de tempo, apenas, cumprindo o que está na Constituição Federal”, disse o presidente do Tribunal de Justiça.



Márcio Murilo manteve a agenda administrativa do Governo, além de se reunir com a diretora da Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado (Suplan), Simone Guimarães.

13ª Sessão Ordinária Administrativa - Tribunal Pleno



GESTÃO DE HARMONIA

POR VIDEOCONFERÊNCIA, PLENO DO TJPB
ELEGE MESA DIRETORA DO BIÊNIO 2021/2022

Em momento histórico, Mesa Diretora é eleita por aclamação

O Pleno do Tribunal de Justiça da Paraíba elegeu, no dia 11 de novembro de 2020, a Mesa Diretora do Poder Judiciário estadual para o biênio 2021/2022. Em momento histórico, por aclamação, a Corte escolheu os desembargadores Saulo Henriques de Sá e Benevides, para o cargo de presidente; Maria das Graças Moraes Guedes, como vice-presidente; e Fred Coutinho, para o cargo de corregedor-geral de Justiça.

A eleição, conduzida pelo presidente do TJPB no biênio 2019/2020, desembargador Márcio Murilo, foi realizada durante a 13ª sessão ordinária administrativa da Corte e, de forma inédita, transmitida por videoconferência no Canal do Tribunal de Justiça no YouTube.

Na ocasião, foram eleitos, ainda, os desembargadores Ricardo Vital de Almeida, como diretor da Escola Superior da Magistratura (Esma), José Aurélio da Cruz, que foi reconduzido ao cargo de ouvidor-geral do Tribunal de Justiça, e, de igual forma, João Benedito da Silva, também como ouvidor substituto.

O Tribunal Pleno escolheu, também, os membros efetivos e suplentes do Conselho da Magistratura para o biênio 2021/2022. Como efetivos, foram eleitos os desembargadores Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, João Benedito da Silva e Marcos Cavalcanti de Albuquerque. Os suplentes selecionados foram os desembargadores Carlos Martins Beltrão Filho, Arnóbio Alves Teodósio e Abraham Lincoln da Cunha Ramos.

Em seu discurso, o futuro presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Saulo Benevides, deu o tom da meta de

sua gestão: trabalho, trabalho, trabalho. “Este é, sem dúvida, um momento que ficará marcado em minha vida e carreira de magistrado. Poucas vezes ocorrem fatos desta natureza. É uma demonstração pública de harmonia e união a eleição por aclamação dos integrantes da Mesa Diretora, bem como do diretor da Esma”, disse.

“Agradeço a todos os desembargadores pelo voto de confiança, notadamente ao amigo presidente Márcio Murilo, cuja dinâmica, eficiente e moderna administração contribuiu, decisivamente, para melhorar o Poder Judiciário paraibano”, destacou.

Saulo Benevides frisou que o momento era tempo de paz, harmonia e união, resultado de intenso trabalho do presidente Márcio Murilo. “Ciente da responsabilidade do cargo de presidente, pretendo dar continuidade aos atuais projetos e lançar outros de modernização e aprimoramento do nosso Judiciário. Procurarei dialogar, de forma transparente e democrática, com servidores, magistrados, advogados, Ministério Público estadual, Defensoria Pública e darei continuidade às boas e construtivas relações institucionais, sempre preservando o prestígio e imagem do Poder Judiciário da Paraíba”.

E acrescentou: “Tenho a plena convicção de que, em sintonia com meus colegas também eleitos, lutaremos, cotidianamente, para solucionar os problemas que surgirem, com ações de melhoria na estrutura de trabalho de juízes e servidores e foco na célere prestação jurisdicional”, discorreu.



O desembargador Saulo Henriques de Sá e Benevides assumirá a Presidência do TJPB em fevereiro de 2021. A desembargadora Maria das Graças Moraes Guedes será a vice-presidente; e Fred Coutinho foi eleito para o cargo de corregedor-geral de Justiça.

O presidente do TJPB, desembargador Márcio Murilo, ressaltou que se tratava de um dia histórico para o Tribunal. “Este é um momento de alegria extrema para mim. Tudo o que quero é um Tribunal que tenha planos e projetos preestabelecidos, com participação de magistrados e servidores, uso de informática e de dados concretos para os problemas serem enfrentados com um olhar real, não, apenas, meramente empírico. Tenho certeza da alta intelectualidade desta nova Mesa Diretora, que tem vontade de acertar e dar continuidade à gestão participativa.

Não me canso de agradecer aos magistrados, servidores, assessores e desembargadores que participaram nesses dois anos da gestão e é graças a cada um deles que estamos realmente entrosados, dentro de uma visão de interesse público e celeridade para o jurisdicionado”, discursou.

A vice-presidente eleita, desembargadora Maria das Graças Moraes, enfatizou que não faltará disposição e coragem, ao lado do presidente eleito, para enfrentar os novos desafios. “Procurarei trabalhar como sempre fiz nesses 36 anos de magis-

tratura, com serenidade, dedicação e consciente da minha posição na Mesa Diretora, de exercer o cargo com firmeza e com o propósito de melhor contribuir com a administração, inclusive, no sentido de garantir uma prestação jurisdicional célere, eficiente e de boa qualidade”, destacou.

Ela aproveitou a oportunidade para parabenizar o desembargador Márcio Murilo e os demais membros da Mesa Diretoria do biênio 2019/2020 pelas instalações dos Postos Avançados, havendo, com isso, uma descentralização do acesso à Justiça.

Em sua fala, o vice-presidente do TJPB, desembargador Arnóbio Teodósio, ressaltou o momento de alegria e de satisfação pelo processo aclamativo dos futuros gestores. “Tenho certeza, e com a fé em Deus, que eles farão uma boa administração, que vai atender aos anseios da população e de toda a magistratura paraibana”, afirmou. Ele disse, ainda, que as portas da Vice-Presidência estão abertas para uma transição pacífica com a desembargadora Maria das Graças, desejando bastante sucesso.

O desembargador Fred Coutinho agradeceu a confiança do Tribunal na escolha dos nomes da nova Mesa Diretora, do diretor da Esma e do ouvidor-geral e substituto. “Só tenho a agradecer e pedir a Deus proteção para todos nós do Tribunal, nesta fase, que hoje se consagra, de aclamação e do reconhecimento do trabalho feito pela atual Mesa Diretora, em especial o desembargador Márcio Murilo”, disse, destacando o modelo de gestão adotado pelo presidente da Corte.

“O seu marco, desembargador Márcio Murilo, vai ficar para a história como, realmente, aquele que pacificou o Tribunal”, frisou. Por fim, ele enfatizou que, como corregedor-geral eleito, procurará dar continuidade às gestões anteriores desenvolvidas na Corregedoria. “Vamos buscar, cada vez mais, servir ao cidadão paraibano”, concluiu o corregedor-geral eleito.

Para o atual corregedor-geral de Justiça da Paraíba, desembargador Romero Marcelo, este foi um momento em que se viu aplicada a Lei Orgânica da Magistratura de forma a apa-

ziguear e construir a união no Poder Judiciário paraibano. “Fizemos uma eleição por aclamação, os candidatos são nossos conhecidos, sabemos de suas trajetórias, independências, valores e vocação para o acerto. Temos um momento em que a figura do gestor é indispensável para o magistrado e sabemos do desafio que é ser gestor dentro do Poder Judiciário. Confiamos nos magistrados hoje eleitos e podemos nos despedir da Mesa Diretora com a certeza de que em muito melhorarão nosso trabalho e avançarão naquilo que procuramos deixar. Desejo pleno êxito”, enfatizou.

O procurador de Justiça, Álvaro Gadelha, destacou que a magistratura paraibana escreveu mais uma importante página da sua história. “É uma página que nós temos a satisfação de enaltecer, pelo fato de que chegamos em um momento em que existe a consagração da união. A ferramenta utilizada pelo desembargador-presidente Márcio Murilo na condução dos trabalhos do Tribunal, que usou de maneira incessante em todas as circunstâncias, resultou naquilo que, para o MPPB, é motivo de aplausos. Trata-se da ferramenta do diálogo. O Tribunal estará em ótimas mãos e as próximas páginas escritas terão os melhores roteiros”, ressaltou o procurador.

Para o presidente da Associação dos Magistrados da Paraíba (AMPB), juiz Max Nunes, foi um dia de imensa satisfação para a magistratura. Ele parabenizou a nova Mesa Diretora, bem como ressaltou que haverá uma transição pacífica dentro do Tribunal e uma continuidade administrativa, que muito beneficiará o Poder Judiciário estadual.

“A magistratura da Paraíba aclama esse resultado e vota, também, em vossas excelências. Além disso, parabenizo o Tribunal por este momento”, comentou o juiz Max Nunes. Ao se referir, especificamente, ao desembargador Saulo Benevides, o magistrado afirmou que o presidente eleito assumirá à altura o que vem fazendo o desembargador Márcio Murilo à frente do TJPB. “A gestão do desembargador Márcio Murilo está sendo um marco e continuará sendo um divisor de água, com uma cara de modernidade e que será a linha de continuidade do desembargador Saulo”, finalizou.



O desembargador Ricardo Vital de Almeida foi escolhido diretor da Escola Superior da Magistratura (Esma)



O desembargador José Aurélio da Cruz foi reconduzido ao cargo de ouvidor-geral do Tribunal de Justiça, e, de igual forma, João Benedito da Silva, também como ouvidor substituto.





